



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

**CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DO ASSÚ: A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA
DE HISTÓRIA, POESIA E TRADIÇÃO**

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

CAMPINA GRANDE/PB
MARÇO DE 2013

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

**CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DO ASSÚ: A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA
DE HISTÓRIA, POESIA E TRADIÇÃO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, Linha II: Cultura, Poder e Identidades, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Prof. Dr. PhD. Iranilson Buriti de Oliveira.

**CAMPINA GRANDE/PB
MARÇO DE 2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237c

Santos, Roberg Januário dos.

Cartografias identitárias do Assú : a construção de uma terra de história, poesia e tradição / Roberg Januário dos Santos. – Campina Grande, 2013.

269 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Ph.D. Iranilson Buriti de Oliveira".

Referências.

1. História de Assú. 2. Assú - Espaço. 3. Discurso. 4. Poesia.
I. Oliveira, Iranilson Buriti. II. Título.

CDU 94(813.2)(043)

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

ROBERG JANUÁRIO DOS SANTOS

**CARTOGRAFIAS IDENTITÁRIAS DO ASSÚ: A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA
DE HISTÓRIA, POESIA E TRADIÇÃO**

Dissertação defendida e **Aprovada com distinção** como requisito para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, pela Comissão Examinadora.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. PhD. Iranilson Buriti de Oliveira
(Orientador)



Prof. Dr. José Benjamim Montenegro
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Renato Amado Peixoto
(Examinador Externo)

Profa. Dra. PhD. Marinalva Vilar de Lima
(Examinador Suplente Interno)

Prof. Dr. José Evangelista Fagundes
(Examinador Suplente Externo)

Campina Grande/PB 22 de março de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À Deus por ter propiciado todos os dias de minha vida até este momento. Agradeço a ele por cada segundo que respiro neste plano terrestre. Sou grato por tudo que tenho conquistado e vivido.

À minha família, especialmente aos meus pais (Sebastião Bezerra dos Santos e Francisca Januário da F.Santos), ao meu irmão Rosenaldo J. dos Santos. Eles são à base da minha vida, bem como a minha amada linda e querida Lucilvana, a quem chamo de LU, rendo os meus mais expressivos e carinhosos agradecimentos a ela por ter dividido comigo as alegrias e dificuldades vividas na elaboração desta dissertação. Somente Eu e Ela sabemos as dinâmicas dos nossos trabalhos, oportunidade em que estabelecemos um pacto de confiança e reciprocidade. Portanto, acompanharam e me ajudaram diretamente na feitura deste trabalho estas pessoas que citei acima, pessoas que amo!

Ao professor Iranilson Buriti por ter aceitado orientar e contribuir com este trabalho. Agradecido pelas sugestões e parcerias realizadas.

À professora Marinalva Vilar de Lima por ter me acolhido com respeito e atenção no estágio à docência – Reuni/UFCG. Ainda agradeço a Marinalva pelas oportunas observações que fez no meu exame de qualificação de mestrado.

Ao professor Renato Amado pelo aceite do nosso convite para contribuir com este trabalho. Expresso a minha satisfação em tê-lo como examinado externo desta dissertação, haja vista sua leitura atenta e respeitosa de nosso texto.

Ao professor José Benjamim por ter aceitado participar de minha defesa e contribuir com meu estudo.

Aos meus colegas de turma (mestrado) 2011. A todos, os mais sinceros votos de apreço e estima.

À Olivia de Medeiros Neta pelas contribuições com meu projeto de mestrado. A ela meu muito obrigado.

Aos espaços institucionais que pesquisei:

- Museu Lauro da Escózia, Mossoró/RN, na pessoa de Maria Lúcia.
- Coleção Mossoroense – Mossoró/RN.
- Casa da Cultura do Assú, na pessoa de Gilvan Lopes.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, Natal/RN, aos funcionários meu muito obrigado.

- Academia Norte – Rio – Grandense de Letras, Natal/RN, na pessoa de seu bibliotecário Francisco.
- Núcleo Temático da Seca – UFRN, Natal/RN.
- Jornal Tribuna do Vale do Açu, Assú/RN, nas pessoas do seu proprietário Jeová Liberato e filhos.
- Biblioteca do Educandário Nossa Senhora das Vitórias, Assú/RN.
- Biblioteca do Campus Avançado Walter de Sá Leitão - Assú/RN.
- Museu Câmara Cascudo, Natal/RN.
- Prefeitura Municipal do Assú, Assú, RN.

Às pessoas que colaboraram com depoimentos, fotos, entrevistas e outras fontes para este trabalho:

- Ivan Pinheiro – Assú/RN.
- Iza Caldas – Assú/RN.
- Anita Caldas – Assú/RN.
- Lucílio Filho – Assú/RN.
- Gregório Celso de Macêdo – Assú/RN.
- Tarcísio Amorim - Filho do escritor Francisco Amorim – Natal/RN.
- Judi Cleva Amorim– Natal/RN.
- Fernando Caldas – Natal/RN.
- Edmilson Caldas – Assú/RN.
- Enói Amorim – Assú/RN.
- Elias Moreira (Seu Lico) – Assú/RN.
- Bruno Mineli – Assú/RN.
- Rosimar Querino Bezerra – Assú/RN.

Ao meu ex-orientador, professor José Evangelista Fagundes pelo apoio que me deu na graduação e nas dicas e orientações me fornecidas quando de nossas conversas. Obrigado amigo.

À todos os meus amigos e amigas de perto e de longe.

Aos ex-colegas do Departamento de História da UERN – Assú/RN.

Ao amigo e professor Marcelo Vieira Magalhães. Agradeço muito a Marcelo pelas dicas, conversas, orientações e também felicitações.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa através da concessão da Bolsa - REUNI.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Aos secretários do PPGH/UFCG, notadamente Arnaldo e Felipe.

Aos professores do PPGH/UFCG.

Tratar a categoria espaço é, pois, estar atento para o conjunto de posicionamentos que cartografam e escandem um dado recorte espacial, que estabelecem e demarcam uma dada fronteira, que distribuem lugares e marcam dados territórios. É abordar as relações sociais, as relações de poder, as relações econômicas, as relações simbólicas, que definem dados posicionamentos e as demarcações espaciais, as posturas espaciais, que carregam e que tentam sacralizar.

Albuquerque Junior.

RESUMO

Este trabalho problematiza a construção do espaço assuense enquanto uma *terra de história, poesia e tradição* e, concomitantemente, a composição de uma prática imagético-discursiva necessária para tal ação acerca da cidade do Assú, localizada no sertão do Estado do Rio Grande do Norte. Interrogam-se aqui as “linhas” que delinearão a “naturalidade” de uma cartografia harmonicamente articulada em torno de uma história quase épica e uma “vocação” poética, por sua vez, tidas como tradicionais. Trata-se de um estudo que pretende contribuir para o conhecimento das relações entre discurso, identidade, História e espaço no âmbito do saber histórico. Parte-se do referencial teórico da análise do discurso proposta por Foucault, que projeta a linguagem como pragmática, promotora de ações, inclusive responsável pela invenção de espaços de saber e poder. Opera-se aqui por meio do método arqueológico/genealógico foucaultiano, oportunidade na qual as escritas e imagens são analisadas como enunciados e, por conseguinte, como acontecimentos discursivos. Assim, se realiza a decomposição das camadas discursivas que foram sedimentadas por poemas, imagens, hinos, matérias jornalísticas, discursos acadêmicos, escritas memorialísticas, entre outras. Este acúmulo de discursos alicerçou a construção da identidade espacial assuense com base nas concepções de “cidade antiga e tradicional”, “terra dos verdes carnaubais”, “cidade dos poetas” e “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Portanto, este estudo descortina a operação estratégica de constituição de um espaço arquetípico no cenário cultural potiguar entre as décadas de 1920 e 1990, permitindo o lançamento de questionamentos sobre a história e poesia que investem na positividade do discurso da “tradição” assuense.

PALAVRAS – CHAVE: Assú. Espaço. Discurso. História. Poesia.

ABSTRACT

This work aims at an assuense space construction while a history, poetry, and tradition land, and concurrently, the composition of an imaging-discursive practice which is necessary to the action about Assú City, that is lied in Rio Grande do Norte wilderness. It is questioned here about the “lines” that naturally delineate the well-articulated cartography around a history almost epic and a poetic vocation, considered like traditional. It is about the study which it intends to contribute to the relations knowledge among discourse, identity, History, and space related to the historical knowledge. From the discourse analyses theoretical references by Foucault, who sees the language as pragmatic, action promoting, also responsible for knowledge and power spaces invention. It works here through the archeological/genealogical method by Foucault, in which the writing and pictures are analyzed as statement and, accordingly as discursive event. In this way, it is done the discursive coatings decomposition that were sedimented by poems, images, hymns, journalistic topics, academic discourses, memories writing, and so on. This discourse accumulation built the assuense spatial identity construction based on the conceptions of “old and traditional” city, “green carnaubais land”, “poets city” and “Norte-Rio-Grandense Athens”. Therefore, this study finds out the strategic operation of an archetypical space constitution in the potiguar cultural view between the 1920s and 1990s, allowing the making of questions about the history and poetry that invest in the discourse positivity of assuense “tradition”.

Key Words: Assú. Space. Discourse. History. Poetry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Fig. 1- Mapa do Assú datado de 1852	31
Fig. 2 - Quadro da Rua.....	32
Fig. 3 - Atlas do Império do Brasil	44
Fig. 4. - Pedro Amorim, lideranças e amigos	65
Fig. 5 - Mapa das Ribeiras do Assú e Mossoró	78
Fig. 6. Recorte do jornal <i>A Cidade</i> , 1923	83
Fig. 7. Recorte do jornal <i>A Cidade</i> , 1928	84
Fig (s). 08 e 09. Páginas do jornal <i>A Cidade</i> , 1922.	88
Fig. 10. Homenagem ao Poeta João Lins Caldas.....	106
Fig.(s). 11 e 12. Capas da 1ª e 2ª edições do Livro <i>Canção da Terra dos Carnaubais</i>	135
Fig. 13. Sobrados e os carnaubais.....	145
Fig. 14. Carnaubeiras	146
Fig. 15. Desmatamento e conservação dos carnaubais.....	152
Fig. 16. Mapa do Município do Assú, 1945	153
Fig. 17. Bandeira do Município do Assú/RN	155
Fig. 18. Matéria de o jornal <i>O Mossoroense</i>	158
Fig. 19. Capa do Livro <i>Poetas e Boêmios do Açu</i>	193
Fig. 20. Gravação do Filme <i>Jesuíno Brilhante</i>	212
Fig. 21. Anfiteatro e Sobrado da Baronesa.	230
Fig. 22. Monumento poético.....	231
Fig. 23. Capa de <i>Assu em Revista</i> (1980).	233
Fig. (s). 24 e 25. Capa e Página 11 da obra <i>História de Assu</i> (quadrinhos)	237

Quadros

Quadro 1 - Descendência do Capitão José Gomes de Amorim	36
Quadro 2 – Descendência de Palmério Augusto Soares de Amorim	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 – A EMERGÊNCIA DOS SABERES: ASSÚ, UM ESPAÇO DENTRO DA NAÇÃO	27
1.1 – Con(figurações) espaciais e cartografias acadêmicas	28
1.2 - A produção da história do espaço nacional: IHGB e IHGRN	46
1.3 - A história assuense e a historiografia do IHGB/IHGRN	56
1.4 - Saberes poéticos e a inspiração nacionalista “no velho Assú”	95
2 – A POÉTICA DO ESPAÇO E OS ENREDOS DA “TRADIÇÃO” ASSUENSE	109
2.1– “Eu sinto que essa vida já me foge”: Sinhazinha Wanderley e o Assú de antigamente	109
2.2 – A poética do espaço: a escrita e a produção da paisagem dos verdes carnaubais	130
2.3 – Espaço da poesia: a emergência da “Atenas Norte-Rio-Grandense”	158
3 – DITOS QUE AVIVAM O PASSADO E ESCRITOS QUE “PRESERVAM” O ESPAÇO..	
197	
3.1 – Um poeta historiador: Francisco Amorim “avivando o passado”	197
3.1.1 – Francisco Amorim: Entre tantas ocupações, uma missão	198
3.1.2 – Avivando o passado	202
3.2 - Materializar para preservar	229
3.3 - A imprensa em defesa do espaço	232
3.3.1 - Nas páginas da Tribuna: A “tradição” “à beira da falência”	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
FONTES	257
REFERÊNCIAS.....	262

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha vivência em Assú, por várias oportunidades escutei e visualizei dizeres que apresentavam a cidade enquanto um lugar de uma história quase épica. Dizeres radiofônicos expressavam: “[...] nesta terra de história grandiosa que orgulha seus habitantes [...]”; “O São João mais antigo do mundo na terra da poesia”; “autoridades visitam hoje à terra dos verdes carnaubais”. Dizeres que operava em mim uma percepção de naturalidade acerca da cidade em que nasci. Nos momentos infantis, de adolescência e parte da fase adulta, acreditava que tudo isso fazia parte da essência assuense e até ficava a imaginar como tínhamos tantas coisas positivas, tantas diferenças em relação aos outros lugares. Sentia-me honrado por ser assuense e — o que não quer dizer que hoje não me honre por ser filho desta cidade — possuía a impressão de respirar um ar diferenciado, um lugar que transparecia ser um “canto harmonioso” em termos culturais e paisagísticos.

Na escola, durante a semana de emancipação política do município, eram estudados os heróis, os feitos importantes da cidade. Marchinhas na praça do colégio reproduziam desfiles cívicos, ensejo em que determinado ponto da letra do hino, recitava-se: “salve Assú estremecido”. Fui crescendo nesse ambiente citadino e também ouvindo falar que morava na “Terra da poesia”, na “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Ora, eu ficava me perguntando onde estão os muitos poetas de que se fala, pois eu não via com frequência estes homens de rimas e versos. Em várias oportunidades presenciei discursos políticos, radiofônicos e pessoas da comunidade dizerem: “aqui é à terra dos poetas”, aí insurgiam os nomes de Renato Caldas, João Lins, Sinhazinha, Francisco Amorim, entre outros. Comecei a me perguntar sobre essa vocação poética do assuense; sobre uma história tão grande e heroica.

Ainda cresci escutando que morava na “terra dos carnaubais” (árvore típica da região), mas ficava a me inquietar sobre como os carnaubais eram tão falados, eles constavam em folhetos de cordel e em livros de escritores assuenses. Quando das festas juninas, cantadores e emboladores, em meio as suas apresentações, mencionavam que estavam na terra dos verdes e alegres carnaubais, fontes de inspirações poéticas e magistras. E eu saía dali meio que encantado por morar neste espaço que foi tido por um poeta muito lembrado na cidade (João Natanael de Macedo) como “um pedaço do céu dentro do mundo”.

A partir de todas essas coisas me aventurei a problematizar esta construção imagética discursiva. Essa atitude não foi natural, foi fruto do meu encontro com a História, ou seja, a

história desse trabalho tem a ver com a minha relação com a própria História e com ela enveredei pelo caminho das transformações, das desnaturalizações, da desconfiança no que é dado, adotando, assim, uma postura nômade em detrimento de posturas sedentárias. A História – para mim – tem a ver com o devir, com diferenças, com ausências, distanciamentos e problematizações. História que pode dialogar com formas peculiares de análises, como a gramatologia, a desconstrução, a semioanálise, a arqueologia e a genealogia. História que se encontra numa situação de *pós* centros que apresentam totalidades e auto regulações, tornando-se uma área do saber que se preocupa não com sujeitos conscientes e transcendentais, mais com a posição que estes mesmos sujeitos ocupam na formação de discursos e na produção de identidades e espaços. Por fim, uma História que aborda seus objetos por meio da aproximação da linguagem e da cultura, oportunidade em que estes campos permitem refletir acerca das práticas de nomeação e dos sistemas simbólicos existentes.

Desse modo, foi na graduação em História que despertei para estudar a história local e concluída esta fase, deparei-me com o livro do escritor assuense Rômulo Wanderley, intitulado *Canção da Terra dos Caraubais* (1965). Nesta obra, um poema me chamou a atenção e foi a partir dele que elaborei a problemática deste trabalho, vejamos o mesmo:

*Minha terra tem história,
Poesia e tradição!
Em tempos idos, já foi
A Atenas do meu sertão.
Antigamente, a escola
Lá era risonha e franca,
E o negro, banquetado,
Nos salões do amplo sobrado
Do Barão de Serra Branca.¹*

O autor dos versos poéticos traduz um olhar sobre sua cidade atribuindo a mesma uma áurea semelhante a uma fábula espacial, oportunidade em que proclama um cenário possuidor de *história, poesia e tradição*, tudo isso por que num passado “glorioso” foi Atenas do sertão, ambiente demarcado pelo amor e alegria ao saber, pela liberdade, notadamente representada pela “libertação” dos escravos em 1885; espacialidade arquitetonicamente constituída de grandes sobrados que bem expressavam seus “notáveis”, a exemplo dos barões e coronéis.

¹ WANDERLEY, Rômulo Chaves. *Canção da terra dos Caraubais*. Departamento estadual de Imprensa. Natal, 1965

Esta cidade descrita no poema por Rômulo Wanderley é Assú², localizada na área sertaneja do Rio Grande do Norte, precisamente na microrregião potiguar do Vale do Açu.

Além disso, considerando que todo enunciado se insere em meio a outros, que ele nunca é independente ou neutro e ainda que por vezes conexa e exerce seu papel por ínfimo que seja, observamos que o enunciado proferido pelo assuense Rômulo Wanderley possui relações com outros enunciados, em primeiro lugar com aqueles ditos locais, que inscrevem sua terra natal enquanto espaço de história, poesia e tradição, em segundo lugar, com aqueles que arquivaram sua narrativa e que podem ser considerados “referências textuais”, entre eles: aqueles de cunho nacionalista. Por isso, se chama a atenção para a semelhança de sentido entre o poema deste assuense e à *Canção do Exílio*, escrita em 1843, pelo poeta maranhense Gonçalves Dias, oportunidade em que o mesmo estava em Portugal, especificamente cursando Direito em Coimbra. Neste poema, Gonçalves Dias exaltou sua pátria (Brasil), mediante um tom de romantismo, ele mesclou nostalgia e nacionalismo. Sua obra serviu de base para estudos escolares, uma vez que se prestou a criação de símbolos poéticos que concomitantemente fossem também erguidos enquanto símbolos nacionais, tornando-se assim referência emblemática para a cultura brasileira. É possível perceber a tonalidade de aproximação entre a produção em destaque de Rômulo Wanderley e Gonçalves Dias quando se compara dois momentos do poema deste último com o já aludido poema de Rômulo, vejamos a referida canção:

Canção do exílio

" Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores [...].³

² Acerca da nomenclatura da cidade, conforme a literatura local, o nome Açu vem do termo indígena Taba-Açu (referindo-se a "Aldeia Grande"). Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para Assú, pois a lei provincial n. 124, de 16 de outubro de 1845 elevou “[...] a categoria de Cidade a Vila Nova da Princesa, com a denominação de **Cidade do Assú**”, Lei n. 124. **Província do Rio Grande do Norte – 1845**. Todavia, tanto o rio quanto o vale continuam sendo escritos com ç.

³ DIAS, Gonçalves. **Canção do Exílio**. Acesso. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/exilio/index01.html >. Acesso em: 01 fev. 2013.

Compreende-se que, conforme as estrofes acima, a alusão feita à pátria pelo poeta da

Canção do Exílio: a intenção do autor foi a de considerar que a terra natal é possuidora de qualidades e atributos ímpares, a exemplo das aves, da visão do céu, das várzeas e de outros recursos naturais, além do destaque conferido às palmeiras, de sorte que todo o poema é costurado pela ideia de um Brasil repleto delas. Essa postura pode ser compreendida como decorrência do apego que o autor tem quanto às riquezas naturais do país, os quais são empregados – pela intelectualidade da época –, como recursos para a construção da identidade nacional brasileira; assim, se o poema de Gonçalves Dias é uma canção, o poema de Rômulo Wanderley está contido na obra *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965). Observa-se, nesse ponto, que as palmeiras do poeta maranhense dizem respeito a uma espécie vegetal que se assemelha às carnaubeiras da terra assuense, terra que é detentora de uma região de Várzea, a chamada Várzea do Assú/Açu.

Além do mais, as evidências de inspirações do poema de Gonçalves Dias em Rômulo Wanderley não se esgotam nas indicações feitas acima, pois deve-se considerar que, assim como o primeiro, esse escritor assuense também teve que deixar sua pátria local (Assú) para estudar e profissionalizar-se em outro espaço, período em que, no início da década de 1940, cursou Direito na Faculdade do Recife. Também se deve registrar certa semelhança no ideal pedagógico entre ambos os escritores, uma vez que Gonçalves Dias foi, no final da década de 1840, nomeado professor de Latim e história do Brasil no Colégio Pedro II (RJ) – à época espaço escolar por excelência do Brasil. Por sua vez, o escritor assuense, também na década de quarenta, desta feita, do século XX, tornava-se professor de História da Civilização do principal ambiente de ensino potiguar, a saber, o Ateneu Norte-Rio-Grandense.

Chamo a atenção para as inspirações patrióticas desses escritores, pois, assim como aludido, a trajetórias de ambos traceja um ideal de apego à pátria, seja ela a nacional (Gonçalves Dias) ou a assuense, no caso de Rômulo. Suas vinculações ao campo do Direito remontam a um dos pilares da elite brasileira envolvida na construção da Nação: a elite intelectual bacharelesca. Além do que, a condição de professores de história lhes permitia influir diretamente na formação cívica, moral e nacional dos jovens da época. Também não se deve esquecer que Gonçalves Dias é natural do Maranhão, espaço tido como a Atenas brasileira pelos estudiosos da literatura nacional, como é o caso de José Veríssimo, segundo o qual “[...] apareceu a bela progênie de jornalistas, poetas, historiadores, críticos, eruditos, sabedores que desde o momento da Independência até os anos de 1860, isto é, durante cerca

de quarenta, ilustraram o Maranhão e lhe mereceram a alcunha gloriosa de Atenas brasileira.”⁴

A situação acima aponta para outro atributo espacial que emerge no texto de Rômulo: “Assú Atenas do meu sertão”, atributo esse que ganhou amplitude com o próprio autor aqui referenciado e com outros escritores, ensejo em que a cidade emerge como “Atenas Norte-Rio-Grandense” e à “Terra dos poetas”. Quanto ao uso do termo Atenas por parte de Rômulo, se faz necessário registrar também a possível contribuição do pensamento sociológico da Escola do Recife e sua mania de Grécia, uma vez que este autor conviveu no ambiente acadêmico recifense.⁵

No que diz respeito à obra de Rômulo Wanderley, já citada acima, a mesma será mais discutida no segundo capítulo deste trabalho. Entretanto, pode-se mencionar acerca destas imbricações discursivas entre a ideia de pátria nacional e local (Assú), de modo que sobre esta última, Rômulo narra um espaço que se ergue grandioso, que se apresenta com tonalidades soberanas, delimitando-o e imaginando-o, um tipo de pequena nação, mas que não perde de vista a grande pátria nacional. Implicitamente percebemos que a tarefa deste autor converge para a exaltação de símbolos locais, a exemplo dos carnaubais. É bem verdade que na formação dos espaços, entre eles: o nacional, estadual e o local, ocorrem invenções de símbolos, produção de histórias e decantação de riquezas naturais na perspectiva de construção de suas identidades, estas que são:

[...] construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.⁶

As identidades devem ser entendidas como marcas muito mais da diferença e da exclusão do que de uma unidade idêntica e natural, elas devem ser problematizadas à luz das desnaturalizações, pois tal procedimento implica mostrar o avesso das verdades cristalizadas e dos poderes ocultos. Pensar as identidades, por esse viés, é questionar a mesmice destas

⁴ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 1915. p.? Disponível em: <<http://www.psbnaional.org.br/bib/b248.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

⁵ Sobre a Grécia na literatura brasileira, ver BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 153 – 160.

⁶ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.109.

construções enquanto relações de reconhecimento e pertencimento em moldes tradicionais, ou seja, identidades inteiriças que se originam e continuam sem apresentar diferenciações. Quanto ao diálogo com a teoria das identidades e diferenças, este trabalho se aproxima das discussões feitas por Hall, Tomaz T. da Silva e Daniel Lins.

A noção de identidade e não de identidades e identificação, assim como a noção de tradição expressam continuísmos dos quais, assim como nos recomenda Foucault, precisamos nos libertar, operando desprendimento em relação a tais noções que diversifiquem o tema da continuidade. Daí, a continuidade se manifestar na tradição em função desta fornecer importância temporal única a um conjunto de fenômenos concomitantemente contínuos e semelhantes. Além do mais, a noção de tradição:

Permiti repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre o fundo de permanência, e seu método transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos.⁷

Desse modo, ao postular *Assú terra de história, poesia e tradição*, o autor reverbera a ideia de tradição, ela aparece nos moldes da crítica foucaultiana, ou seja, da forma que ela é apresentada no texto de Rômulo Wanderley, a mesma se manifesta marcada pela redução das diferenças, pelas permanências e ascensão dos indivíduos como mestres da arquitetura proposta a se arrastar no tempo. Ainda elenca-se que a ideia de tradição condensada nessa produção vem acompanhada de outras noções que tematizam a continuidade, a exemplo das noções de desenvolvimento e evolução, pois, embora o trecho epigrafado aqui demonstre certa nostalgia, por outro lado, incursionando pela obra completa deste autor assuense, percebemos que a mesma está ancorada numa ótica de origem continuada, pois embora tenha sido à “Atenas do sertão” continua sendo à “Terra dos poetas”, uma terra em que as diferenças são tratadas pela ótica dos costumes em comum, haja vista a unidade espacial assuense ser projetada em termos de *história, poesia e tradição*.

Rômulo ainda traduz uma regularidade discursiva, por sua vez identitária manifestada em vários outros enunciados, estes dispersos acerca do Assú, mas que ganham sentido de unidade ao passo que implicitamente convergem para anunciar uma terra de características

⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 25.

ancestrais, por conseguinte histórica, um espaço de tradições intelectuais, festivas (o São João) e heroicas. Um espaço composto de riquezas naturais que viabilizam significados ao signo Assú. Além disso, se produz uma cidade poética, um ambiente onde parece brotar poetas de todos os lados, poesias parecem atravessar o cotidiano local ao ponto de transbordar para outros recantos do Estado e do país.

A produção do Assú enquanto espaço de *história, poesia e tradição* emerge nas escrituras aqui doravante investigadas no plano da problematização do discurso histórico-poético como uma perspectiva implícita, articulada no entrecruzamento dos saberes e poderes. Essa produção pode ser investigada em diferentes camadas de enunciados, cabendo por nossa parte uma operação arqueológica/genealógica no sentido decompor cada camada visando investigar as condições que possibilitaram a existência desse discurso construtor do espaço assuense.

Este trabalho tem “as marcas da pantera”, ou seja, busca operacionalizar o método arqueológico/genealógico do filósofo francês Michel Foucault, oportunidade em que considera que o enunciado diz respeito a um conjunto de signos que possuem existência própria e que o discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação (discursiva), este caracterizado por ser um conjunto de performances verbais. Assim, esclarecemos que estes sistemas de formações discursivas comportam recorrências discursivas que fabricam um arquivo, este que não se remete àquele lugar de guarda, conservação e “organização” de documentos, o arquivo neste trabalho é entendido como um tipo de sistema que viabiliza o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, ele reuni os sentidos advindos de uma organização própria de uma diversidade de textos tomados a partir de um tema ou de um trajeto temático. O arquivo comporta as regularidades discursivas que constituem os saberes específicos utilizados na construção do discurso.⁸

Dessa forma, pretende-se investigar como emergiu mediante um conjunto de enunciados um arquivo imagético-discursivo responsável pela construção do espaço assuense enquanto *terra de história poesia e tradição*. O arquivo acerca do espaço assuense emerge como um acúmulo de “verdades” que postula uma visibilidade ao Assú provocando a produção deste espaço, uma vez que este último insurge quando é dito e escrito. Além disso, deve-se compreender que o regime de verdade que circula em dada época e em determinado espaço é fruto de uma invenção por meio de poderes que se articulam com saberes.

⁸ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2012.

A constituição de um arquivo depende de práticas discursivas capazes agenciarem a produção dos enunciados. Nesse sentido, devo salientar que um dos componentes que viabilizam o arquivo é a positividade do discurso, uma vez que esta condição diz respeito à certa unidade que transpassa todo arquivo, ou seja, toda amplitude de um discurso, pois “se ela não revela quem estava com a verdade, pode mostrar como os enunciados “falavam a mesma coisa”, colocando-se no “mesmo nível”, no “mesmo campo de batalhas”.⁹ A positividade se configura como uma massa de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva, de modo que à positividade da formação discursiva *Assú – terra de história, poesia e tradição* recai sobre a ótica de que a cidade é um ambiente propício para o alvorecer das predisposições poéticas, que esta terra e suas riquezas naturais, vegetais e culturais consubstanciam um cultivo da poesia. Foram atribuídos epítetos a cidade, sendo eles: “Terra dos carnaubais”, “Terra de poetas” e “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Aqui à identidade assuense mostra-se poética e inspirada pela sua paisagem ímpar, particularmente dos verdes carnaubais. Além do mais, a cidade aparece em moldes ancestrais, lendários, constituída de um passado digno de ser conservado e memorizado, uma história requerida em termos gloriosos.

Assim, mesmo quando localizamos na dispersão dos enunciados aqueles que possuem a função de enunciar uma terra dos poetas, está implícita aí certa áurea de historicidade, na medida em que a cidade só é tida enquanto terra dos poetas porque sua história “confirma” tal identidade, se fala das predisposições poéticas do Assú utilizando-se de certa linearidade, longevidade, marcos fundantes, sujeitos (poetas e boêmios) tidos como importantes e paisagem propícia. Já os enunciados de cunho histórico e memorialísticos ao anunciarem o Assú, parte deles fazem referência à história local permeada pela veia inteligente e poética, a história da cidade passa pela identidade poetizada, ela torna-se assim um dos grandes vetores do arquivo de imagens e discursos produtores do espaço assuense. Os tipos de enunciados que citamos acima quando não fazem diretamente menção às questões da tradição, assim o fazem implicitamente recorrendo a estratégias de enunciação que reverberam a ideia de origem e de continuidade.

Desse modo, opera-se neste trabalho a descontinuidade desse discurso homogeneizador e tradicional, recusa-se aqui a continuar considerando a naturalidade da

⁹ GREGOLIN, Maria do Rosário Valenice. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINE, Vanice; BARBOSA, Pedro Navarro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. – São Carlos: Claraluz, 2004, p. 39.

produção de um espaço harmonicamente articulado em torno de uma “grandiosidade” histórica e poética, por sua vez, tidas como tradicionais. Busco interrogar o discurso como regularidade pré-terminal, pois os enunciados do discurso que postulam Assú nas condições já elencadas se referem à cidade por meio de um discurso “terminado”: Assú é uma terra de história valorosa, gloriosa, grande e memorável, por sua vez, marcada por grandes atos e sujeitos, ao ponto de em vários momentos seus feitos serem tidos como importantes para a Nação. Um discurso “terminado” que de pronto se reporta ao Assú por meio de seus mais expressivos epítetos já citados aqui.

Fazendo assim estarei rejeitando a noção de casualidade linear e tempo contínuo, na medida em que penso as diferentes regras e práticas agenciadoras do discurso, incursiono no sentido inverso da história evolutiva e homogeneizadora, haja vista que agindo assim desligo o fio que liga os discursos dos homens enquanto metanarrativas descartando a ideia de providência pré-discursiva. Meu estudo prioriza as fases discursivas em detrimento das teleologias, por isso, os enunciados aqui marcam época e (de)marcam espaços.

Nesse sentido, a cidade é entendida aqui como um tipo de código a ser decifrada, isto é, ela é linguagem, significante que tem Assú enquanto signo, além dos vários significados lhe atribuídos, por sua vez, investigados aqui. Ainda que interroge enunciados entre as décadas de 1920 e 1990, este trabalho não se presta a evolução do discurso problematizado, pois metodologicamente incursiona-se nas análises enunciativas das camadas discursivas, ensejo em que desligo o fio da continuidade e opero um distanciamento crítico em relação à operação realizada por poetas, escritores, entre outros no sentido de construir um espaço arquetípico constituído de ditos e escritos que petrificam imagens, que soldam tempos e visibilizam Assú como uma terra cheia de vocações naturais e tradições.

Para assim proceder, investigo os diversos “mapas” (discursivos) que traduzem contornos de localização e apego para o Assú, de modo que foco na sobreposição destes, pois aí flagramos o devir de forças que se interessaram na construção do espaço assuense. Para lidar com estes “mapas”, busco operar uma cartografia da pluralidade de posições e funções possíveis articuladas para a feitura destes elementos de localização (identitária). Com esta intenção, analiso as “Cartografias identitárias do Assú”, pois o trabalho aqui é também de mapear os vários discursos que constroem uma terra de *história, poesia e tradição*. Embora em nosso texto façamos uso de mapas convencionais (áreas físicas, limites, fronteiras, etc.), utilizo o termo cartografia(s) no sentido deleuziano, ensejo que se reportando a Foucault,

Deleuze se referia a este último na condição de “um novo cartógrafo” de todo o campo social, pois este passava a interrogar este campo para além da distinção entre conteúdos e expressões, realizando assim, investigações das construções discursivas.¹⁰

Determinados dizeres sobre Assú datam de antes do recorte temporal aqui posto e outros enunciados estão posteriormente situados a este recorte, portanto, o que realizo aqui também é uma operação de rachar esse discurso, pois problematizo o mesmo no momento em que ele cresce, pelo meio, elegendo para investigação três camadas discursivas que estão no centro da formação (discursiva) do mesmo. Fazendo isso, interrogaremos a atualidade dos enunciados. O período analisado e as camadas de discursos investigadas aqui não foram propostas para remontar pontos de sutura e promover entrelaçamentos que possam tecer o pano de fundo da identidade assuense, mas foram propostos para desemaranhar as linhas cartográficas delineadas para promover a localização dos assuenses. Por meio desta postura, como diria Deleuze, de “rachar as coisas, rachar as palavras”,¹¹ ergue-se a problemática deste trabalho: problematizar a construção do espaço assuense enquanto uma *terra de história, poesia e tradição* e, concomitantemente, a constituição de uma prática imagético-discursiva necessária para tal construção.

Sustentam esta problemática as seguintes interrogações: Que jogos de interesses fomentaram uma enunciação do Assú em termos históricos, poéticos e tradicionais, por parte de grupos familiares da cidade considerados de destaque ou elites? Considerando que o espaço é fruto de operações polivalentes de apropriação, domínio e simbologia, por que se investiu tanto na produção de um cenário humano e cultural assuense marcado pela presença de homens letrados, jornalistas, poetas e acontecimentos tidos como importantes? Mesmo considerando que os carnaubais são uma nota destacada na natureza do Assú e região, que ganhos identitários esta espécie vegetal possibilitou quando dita e escrita na condição de paisagem? Levando em conta que o espaço também é fruto da tomada de posições e agenciamentos, a partir de que condições históricas e institucionais foram elaboradas estratégias discursivas visando à construção do espaço assuense enquanto uma *terra de história, poesia e tradição*?

A categoria espaço é central neste trabalho, pois o que realizamos é uma história cultural do espaço (assuense). O espaço aqui será analisado enquanto construção por meio de

¹⁰ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudia Santana. São Paulo: Brasiliense, 2005.

¹¹ Id. *Rachar as coisas, rachar as palavras*. In: *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

discursos que emergem de atos de sensibilidades, de ações da linguagem, de subjetividades, de formas de ver e dizer um lugar através de agenciamentos memorialísticos, poesias, hinos, imagens e símbolos. Opera-se aqui um descortinamento da construção do espaço assuense utilizando-se de conceitos pertinentes à aproximação entre história e espaço, a saber: lugar de produção, identidade e paisagem.

Para proceder tal investida, tomamos por base às contribuições de autores como Albuquerque Junior, particularmente acerca da emergência histórica dos espaços; de Bachelard, que inspira as discussões entre espaço e poesia; de Certeau, de quem capturamos as ideias de lugar de produção e de espaço praticado, perspectiva pela qual dialogamos para pensar que as escritas e poesias praticam um lugar (Assú) o transformando em espaço; com Margaret Wertheim podemos compreender a história do espaço no Ocidente, particularmente acerca das concepções de espaço na Baixa Idade Média e início da Modernidade, concepções estas que ajudam a entender determinadas recorrências espaciais questionadas neste trabalho; de Simon Shama capturamos a ideia de que paisagem é cultura antes de ser natureza, pois esta última só adquire o status de paisagem quando sofre agenciamentos humanos que projetam dadas práticas e visões específicas. Para este autor, a paisagem está para além da ideia de naturalidade da natureza.

Este trabalho é mais um estudo que pretende contribuir para pensar o espaço por outro ângulo que não aquele em que este era tido como morto, congelado e imóvel. Como nos adianta Foucault, muitas gerações desqualificaram o espaço o colocando em oposição à história, esta tida como sinônimo de um tempo fecundo, vivo e dialético. Uma história confundida com as velhas formas da evolução, da continuidade, do progresso, da consciência e da existência. O espaço aparecia como contra o tempo.¹² Este trabalho caminha na contramão dessa percepção de espaço, aqui este último faz parte da história, pois ele é vivo, mutável e construído, oportunidade em que os discursos acerca de um espaço, além de inscrevê-lo, o constrói, fornecendo dizibilidade e visibilidade a ele, lhe atribuindo legitimidade. Por isso, o espaço também é elaboração linguística, é fabricação discursiva, daí Albuquerque Junior considerar que:

¹² FOUCAULT, Michel. 1976 - Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia. Ditos e escritos – IV. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota; Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 175 – 188.

Assú, um discurso que mesmo tendo suas condições de produção dispersas e descontínuas, angariou tonalidade homogênea, um discurso sedimentado na ideia de terra de um passado glorioso, um espaço decantado poeticamente, um ambiente tradicional tracejado por linhas culturais que se arrastam no tempo, que rabiscam as páginas vivenciais da cidade. Os versos poéticos de Rômulo traduzem o caráter de unidade conferido ao espaço assuense, é a busca de homogeneizar um lugar, de fornecer um perfil definido, de traçar um desenho, de conferir perenidade e visibilidade a ele.

Essa perspectiva de grandeza e de imortalidade se traduz na vontade humana em barrar o caráter perecível sobre si e suas coisas, daí em nossa tradição ocidental desde os gregos tenha se tentado aproximar a durabilidade da natureza daquilo que provem do homem, por isso, Hannah Arendt, considera que “a preocupação com a grandeza, tão proeminente na poesia e historiografia gregas, baseia-se na estreitíssima conexão entre os conceitos de natureza e de História. Seu denominador comum é a imortalidade”.¹⁶ Daí, poetas gregos como Homero e sujeitos ligados aos relatos históricos como Heródoto e Tucídides terem tonalizado suas escritas de aspectos grandiosos que pudessem atravessar a mortalidade dos homens. Por isso, em várias narrativas acerca de determinada espacialidade ocorre um forte engrandecimento de sujeitos e suas produções, é a perspectiva de arrastar no tempo a obra ou a ação de alguém.

O discurso de Rômulo faz parte de um conjunto de enunciados e imagens que confluíram para construção da identidade assuense, lhe proporcionando insurgir como objeto de pensamento, saber e poder. Tais discursos ao se repetirem e ganharem certa regularidade buscam definir este espaço, procuram caracterizá-lo mediante aspectos que se fixam, pretendem produzi-lo. Aí está em cena a formação discursiva que diz respeito à regularidade do discurso. Além do que, o arquivo aqui decomposto é interrogado quanto a sua funcionalidade na produção de uma identidade espacial assuense, ou seja, as formas, as anunciações e as visibilidades que possibilitam dizer sobre a identidade da cidade são aqui questionadas.

O *corpus* documental deste trabalho é composto de diversas fontes: a produção histórico-literária e memorialística de autores assuenses, poemas e suas variedades de gêneros literários, mapas, imagens, hinos, reportagens de jornais, discursos acadêmicos, entre outros.

¹⁶ ARENDT, Hannah. "O Conceito de História – antigo e moderno" in: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.69-126, p. 78.

Estes vestígios do passado são tomados, neste trabalho, como discursos construtores do espaço assuense. As diversas citações encontradas no texto são postas em evidência não para necessariamente comprovar ou justificar, mas para demonstrar o caráter de acontecimentos das mesmas, ou seja, as mais variadas escritas e imagens que se expressam neste trabalho são eventos discursivos que produzem uma pretensa identidade cultural da cidade investigada.

Este trabalho está dividido em três capítulos: “A emergência dos saberes: Assú, um espaço dentro da Nação”, “A poética do espaço: os enredos da tradição assuense” e “Ditos que avivam o passado e escritos que “preservam” o espaço”. No primeiro capítulo abordaremos a primeira camada de discursos acerca do Assú no século XX, ensejo em que pretendemos acompanhar como se gestou um primeiro conjunto de expressões enunciadoras de uma terra de *história, poesia e tradição*, movimento este desdobrado na esteira dos discursos construtores da Nação brasileira. Para tal exercício, buscaremos refletir como se formaram os grupos privilegiados da cidade, perscrutaremos quais os recursos intelectuais e institucionais angariados pelos mesmos e que serviram para a produção do espaço assuense. Daí, logo após, incursionamos para compreender como a rede discursiva da historiografia nacional e estadual embasou o discurso da historiografia assuense do início do século XX. Ainda estenderemos esta análise aos discursos poéticos do período.

No segundo capítulo, abordaremos a produção do Assú por meio de uma poética do espaço, pois nesta parte do trabalho, procuramos investigar como através de diversos enredos, foi tecida uma rede de sentidos em relação ao Assú. Aqui adentramos nas condições de possibilidade responsáveis pela emergência de três epítetos edificadores da identidade espacial assuense: “Terra dos carnaubais”, “Terra dos poetas” e “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Se os enunciados investigados na primeira metade do século XX (primeiro capítulo) lançaram as bases de uma paisagem exuberante e de uma terra de predisposições inteligentes e poética, os enunciados do pós 1950 reatualizam e reinvestem forças no sentido de produzir os epítetos citados acima. Remexeremos, assim, uma segunda camada de discursos que prontificam uma imagem assuense tradutora de um espaço poeticamente decantado como “Assú de antigamente”, espaço romantizado e nostalgicamente lembrado, paisagem verdejante e harmoniosa, de tradições seculares e ancestrais, de vocação poética e grandiosidade cultural, chegando a ser comparado com a antiga capital grega: Atenas.

No terceiro capítulo, abordaremos discursos histórico-memorialísticos e jornalísticos que contribuem para a o arquivo de imagens e discursos produzido para alçar uma cultura

(história, arte, poesia, etc.,) assuense ao platô de um patrimônio cultural digno de ser preservado. Para tanto, esta cultura possuía “raízes” no passado, sendo praticado, então, certo avivamento deste mesmo passado. Esta ação foi desencadeada pelo escritor assuense Francisco Amorim e por matérias jornalísticas veiculadas no jornal *Tribuna do Vale do Açu*. A memória foi à matéria de trabalho do primeiro, enquanto o discurso da preservação foi à tônica do segundo meio de propagação de enunciados. A percepção de avivar e preservar à cultura assuense traduz um momento em que não mais adiantava somente construir o espaço e seus respectivos epítetos, mas conserva-lo, pereniza-lo para que as forças do tempo não estilhaçassem o espelho produzido com a intenção de que os assuenses se reconhecessem e fomentassem uma relação de pertencimento e apego para com a cidade. Daí, entendemos que a “batalha” contra o esquecimento se traduz na defesa de um tempo e na construção de um espaço moldado aos desejos de grupos sociais interessados na manutenção de uma dada visão e compreensão acerca do Assú.

1 – A EMERGÊNCIA DOS SABERES: ASSÚ, UM ESPAÇO DENTRO DA NAÇÃO

A construção de um espaço com fins de produção de uma identidade passa pela ênfase nas origens, na continuidade e na tradição, pois estes elementos possibilitam a busca das “verdadeiras naturezas”, das “essências”, das coisas que imortalizam uma face para o lugar. Busca-se, assim, uma fundamentação para o espaço que venha a tornar-se contínuo, unificado e imutável. Assim, se pressupõe de uma terra *de história, poesia e tradição* movimentos discursivos que remontem as origens, que vislumbrem marcos criadores, que apontem uma fundação gloriosa, que destaquem o lugar. Tais movimentos geralmente são operados por intelectuais, estes que na maioria das vezes buscam conferir ao seu público certo bem-estar, de modo a garantir-lhes confiança naquilo que dizem, naquilo que recomendam. No caso das narrativas fundantes dos espaços, estes sujeitos atuam projetando verdades, construindo explicações que buscam identificar a sociedade e o espaço que ela ocupa. Eles mostram as populações locais suas origens lendárias, seus heróis, seus acontecimentos marcantes, suas batalhas e conquistas, enfim, fazem com que as pessoas de determinado espaço se sintam bem com o lugar onde nasceram ou que adotaram para viver.

Além disso, a construção de uma identidade espacial que recorre à noção de tradição implica algo que não cessa; algo que está fundado; demarcado; algo que se conserva perenemente, haja vista que a fundação pressupõe um vínculo com a origem, de modo a ser alvo de evocações e recorrências, pois conforme Chauí “a marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade [...]”.¹⁷ Isto é, os efeitos da fundação se referem a momentos vividos que atravessam as práticas da sociedade que o produziu, a fundação não para, pois ganha contornos para continuar angariando sustentáculo mesmo para além do tempo, na medida em que é repetido no presente ao ponto de não se compreender este momento enquanto tal, o que provoca um não entendimento da diferença temporal. Nesses termos, a fundação torna-se baliza para invenção de uma tradição, pois esta última tem por definição práticas que repetem aspectos e elementos ritualísticos e simbólicos de um passado na perspectiva de continuá-lo.

Desse modo, um espaço que é construído por forças escriturísticas geralmente é alvo de narrativas fundantes que soerguem a historicidade local, de modo que tais narrativas se

¹⁷ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000, p. 8.

ancoram em acontecimentos considerados de alta relevância para aqueles que se encarregam de tal construção. A construção histórica de um espaço está circunscrita a um lugar configurador da referida produção, a um ambiente de produção capaz de moldá-la aos seus interesses e delineamentos, um lugar configurado por um sistema capitaneado, muitas vezes, por intelectuais e escritores que voltam suas forças para produzirem uma história do espaço, daí Michel de Certeau considerar que “de parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema”.¹⁸

É importante compreender genericamente a escrita da história postulada pelo IHGB e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, sobre o risco de desconhecimento do sistema de práticas e regras responsáveis pela produção discursiva do espaço assuense, uma vez que este contexto constitui o ponto de partida para a chegada dos escritores da história e poesia desse espaço. Além do mais, como estratégia de conhecimento acerca da rede de enunciados sobre o Assú, considera-se importante cartografar os deslocamentos e os espaços de formação intelectual daqueles que mediante suas escritas elaboraram um conjunto de imagens e textos sobre Assú – *terra de história, poesia e tradição*.

1.1 - Con(figurações) espaciais e cartografias acadêmicas

Opera-se nesta parte do texto análise acerca das áreas e espaços de formação acadêmica dos filhos dos grupos privilegiados social, econômico e culturalmente do panorama assuense, estes responsáveis pela construção identitária do Assú, bem como se realiza uma breve leitura da produção de identidades e espacialidades no momento em que os grupos assuenses se movimentam no sentido da montagem de uma maquinaria discursiva em prol de uma *terra de história, poesia e tradição*.

Tudo isso na perspectiva de esclarecer os jogos e interesses envolvidos em tal construção, remexer os monturos da emergência dessa elite permite interrogar o jogo de desejos, de vontades que estão ocultados e naturalizados nas palavras sobre Assú, pois como

¹⁸ CERTEAU Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 77.

esclarece Paul Veyne, parafraseando Foucault, “as palavras nos enganam,” elas tendem a idealização, a ideias tidas como verdadeiras, naturais e harmônicas”.¹⁹ Mediante uma breve análise deste tópico, busca-se rastrear as condições que possibilitaram aos descendentes dos patriarcas assuenses a praticarem uma série de enunciados constituidores de um conjunto de verdades, um feixe de imagens, um repertório de textos formadores de um saber e um poder em relação ao Assú, operando a produção deste enquanto de dimensões históricas e poéticas harmonizadas pelo tom de naturalidade e ancestralidade.

Desse modo, consideram-se os enunciados que remontam as origens familiares do Assú não como documentos, mas como monumentos construtores de um espaço, como delineadores de uma configuração espacial vinculada ao poder de determinadas linhagens, por isso, o interesse em dizer sobre eles, o desejo de inscrever na cidade os sobrenomes das estirpes tidas como importantes. Não se pretende conhecer quem verdadeiramente primeiro ocupou o território assuense, quem primariamente se destacou ou consolidou conquista, mas operacionaliza-se no sentido de entender as intenções de escrita e as estratégias de poder capitaneadas pelas elites assuenses.

Embora tenha sido escrito em 1892, o texto sobre o título *Família Casa Grande*, de autoria de Antônio Soares de Macedo, foi publicado em 1946, na Revista do IHGRN.²⁰ Nessa produção, seu autor narra a genealogia não só da sua família, mas da formação das primeiras estirpes assuenses, aparecem aí os “trancos” familiares que povoam o Assú, que o colonizaram. Além do mais, percebe-se que o autor costura sua narrativa de modo a denotar que seu tronco familiar (Soares de Macedo) encontra-se no topo da árvore genealógica assuense, mostrando que tudo começou em Portugal quando seus descendentes rumaram para o Brasil e do encontro dos Macedo e Cabral chegar-se-ia às “cabeças” das duas principais famílias constituídas em Assú: Casa Grande e Casa Forte.

A família Casa Grande foi denominada em função da presença, como primeiros habitantes do Assú, dos descendentes do coronel Jeronymo Cabral de Macedo, pois conforme texto de caráter genealógico citado acima, por volta de meados do século XVIII, Jeronymo estabeleceu morada na comunidade de São José, próxima ao Assú. Devido sua casa ter sido de grandes proporções, provavelmente pelos fins comerciais que teve, seus familiares ficaram

¹⁹ VEYNE, Paul Marie. Foucault revoluciona a História. In: VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995.

²⁰ MACEDO, Antonio Soares de. *Família Casa Grande*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN*. Natal. Vol. XXXVIII a XL. 1943 - 1946. Tipo Galhardo, 1946.

conhecidos como “Família (da)Casa Grande”, estes vieram a se estabelecer na lateral norte da Matriz de São João Batista. Cabe registrar que outro “tronco” familiar do Assú surgiu por meio do irmão de Jeronymo, o capitão Antônio Cabral de Macedo, o qual seus descendentes ficaram conhecidos como “família Casa Forte”, haja vista Antônio ter residido na comunidade do mesmo nome. Deve-se aventar que a terminologia Casa Forte é proveniente de certa ênfase a um tipo de quartel militar edificado ao norte da cidade em tempos de colonização, especificamente no período em que decorreu o confronto entre indígenas e colonos nas ribeiras do Assú, oportunidade em que foi construída uma casa fortificada que posteriormente forneceu nome à comunidade surgida em seu entorno.

Além disso, percebe-se o envolvimento de Antônio Soares com a genealogia de sua família quando o mesmo elenca que “Eu, Antonio Soares de Macêdo, querendo conservar para mim e meus vindouros a grata memória de meus ascendentes mandei imprimir este canhenho [...]”.²¹ Esta produção de Antônio Soares é um dos primeiros atos de comunicação em situação de uso que sedimentaram um discurso sobre o Assú e, concomitantemente, este texto denota as estratégias de construção identitária, pois conservar a memória nesta situação é demarcar “terreno”, é fazer com que aqueles que posteriormente apareçam possam reconhecer os primeiros, os iniciadores de um lugar, é garantir que a identidade desse lugar esteja atrelada as suas origens, as demarcações de sangue que se iniciam “além mar”, ainda em terras portuguesas e por coincidência uma aventura de colonização associada ao sobrenome Cabral. No referido texto, seu autor se utiliza de relatos de familiares para fornecer comprovação a sua produção.

Também não se pode esquecer que mesmo salientando a presença de dois troncos familiares: Casa Grande e Casa Forte, Antônio Soares intitula seu texto genealógico de *Família Casa Grande*, possivelmente a escolha por essa nomenclatura, além de satisfazer aspectos de descendência, traduz o interesse do engrandecimento da história familiar, pois a casa grande, para o momento de escrita, teria maior significação do que o atributo forte, uma vez que esta representava a imponência das grandes linhagens da região Norte do país, típica representação do poder senhorial, particularmente aquele envolvido na colonização de áreas voltadas para o criatório. Não obstante essa questão, a ênfase dada a esta família, por parte daqueles que a ela se refere, possivelmente faz parte de uma estratégia de engrandecimento do

²¹ Ibid. p.113.

espaço local, na medida em que Casa Grande foi mais uma construção “grande” após a Tabacaria indígena (aldeia grande).

Registra-se que por muito tempo a avenida ao lado da Igreja Matriz do Assú e considerada uma das mais antigas da cidade se denominou de *Casa Grande* em referência a esta estirpe. Este lugar até hoje ostenta os chamados sobrados nobres do Assú, inclusive para Francisco Amorim, descendente desta família e que foi residente neste local, “era aí que moravam as pessoas importantes e famílias endinheiradas.”²² A Rua Casa Grande encontrava-se no local chamado Quadro da Rua, quadrilátero que forma o hoje o espaço da Praça São João Batista, composto por quatro ruas que margeiam a Igreja Matriz:

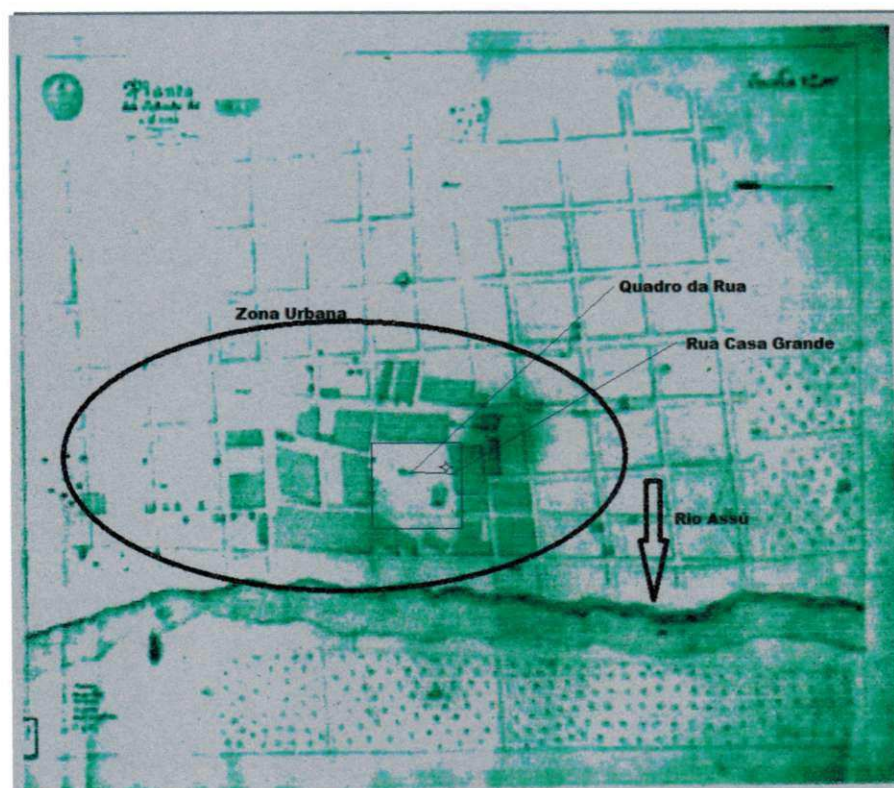


Figura 1. Arte: Roberg Januário dos Santos. Suporte cartográfico: Mapa do Assú datado de 1852. Teixeira, 2002.

²² AMORIM, Francisco Augusto Caldas de. *Assú da minha meninice*. Natal: Clima, 1982. (Coleção Mossoroense).



Figura 2. Quadro da Rua – Hoje Praça São João Batista. Ano da fotografia: 2006. Sinalização: Roberg Januário dos Santos.

O mapa²³ em destaque na figura 1 situa visualmente Assú em meados do século XIX. Por meio dele pode-se ver o Assú ainda resumido ao seu núcleo inicial de formação urbana. Destaca-se o Quadro da Rua, espaço central onde residiam as elites locais, onde se localizavam os comércios, entre outros. As famílias ditas importantes da cidade parecem ter en(quadrado) a parte central do Assú em seu proveito, pois a própria nomenclatura das ruas do quadrado representam tal questão. Além da Rua Casa Grande (Norte), ao leste localiza-se a Rua São João, ao Oeste a Rua Coronel Souto e ao Sul a Rua do Mercado Público. A figura 2 situa melhor o leitor espacialmente acerca da localização contemporânea (2006) do referido território.²⁴ Somente para exemplificar, na Rua Casa Grande residiram às famílias Wanderley, Amorim, Soares de Macêdo e do jornalista João Celso Filho. Na rua anterior registra-se o núcleo residencial da família Sá Leitão.

²³ MEDEIROS, Renato. **Um olhar sobre o patrimônio Histórico-arquitetônico de Assú/RN. Análise com base na percepção dos usuários e no ponto de vista técnico.** Natal, RN, 2006. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 60. Disponível em: <http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2008-11-10T045330Z_1545/Publico/RenatoM_Capa_ate_pag70.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

²⁴ Vista aérea do Assú. Disponível em: <<http://em-prosa-e-verso-cidades.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

eclesiástica de Olinda/PE. Essa iniciativa dos assuenses não foi única no cenário potiguar, uma vez que ação semelhante foi operada pelas elites seridoenses, oportunidade em que mesmo frente ao conservadorismo dos fazendeiros da região, estes de acordo com Bueno “[...] em meados da década de 1880, enviaram seus filhos para estudar fora, não apenas nos seminários de formação religiosa, como era comum, mas principalmente nas faculdades de Direito do Recife e Medicina da Bahia.”³¹ Esta informação de Bueno é ressaltada por Macêdo, pois este elenca que “a geração formada em Recife foi aquela que constituiu a elite intelectual e política quando o Seridó despontou na produção da cotonicultura do Estado. Foi a Faculdade de Direito de Recife que forneceu parte dos saberes que sustentaram o discurso regionalista dessa elite”.³²

A situação posta acima em relação ao Seridó potiguar não é tão diferente do contexto assuense e denota, por sua vez, estratégias de produção de espacialidades e identidades, haja vista demonstrar o interesse das lideranças mais tradicionais em fomentarem a formação de um contingente intelectual que viesse em defesa de suas prerrogativas políticas, econômicas, culturais e familiares, a exemplo do que ocorreu claramente no Seridó. Para essas elites sobressaía-se o interesse em constituir suas linhagens familiares de homens de Deus (padres), homens da lei (bacharéis em Direito) e homens da saúde (farmacêutico-médicos), a presença destas categorias no seio familiar expressaria e fazia-se reconhecer a força daquele agrupamento e principalmente de seus patriarcas. Os casos do Seridó e do Assú demonstram práticas de produção de espaço, pois circunstanciam investidas de amostragem de poder, de projeção no cenário provincial/estadual, tentativas de garantir para o território de origem uma face intelectualizada, nobre e conceituada.

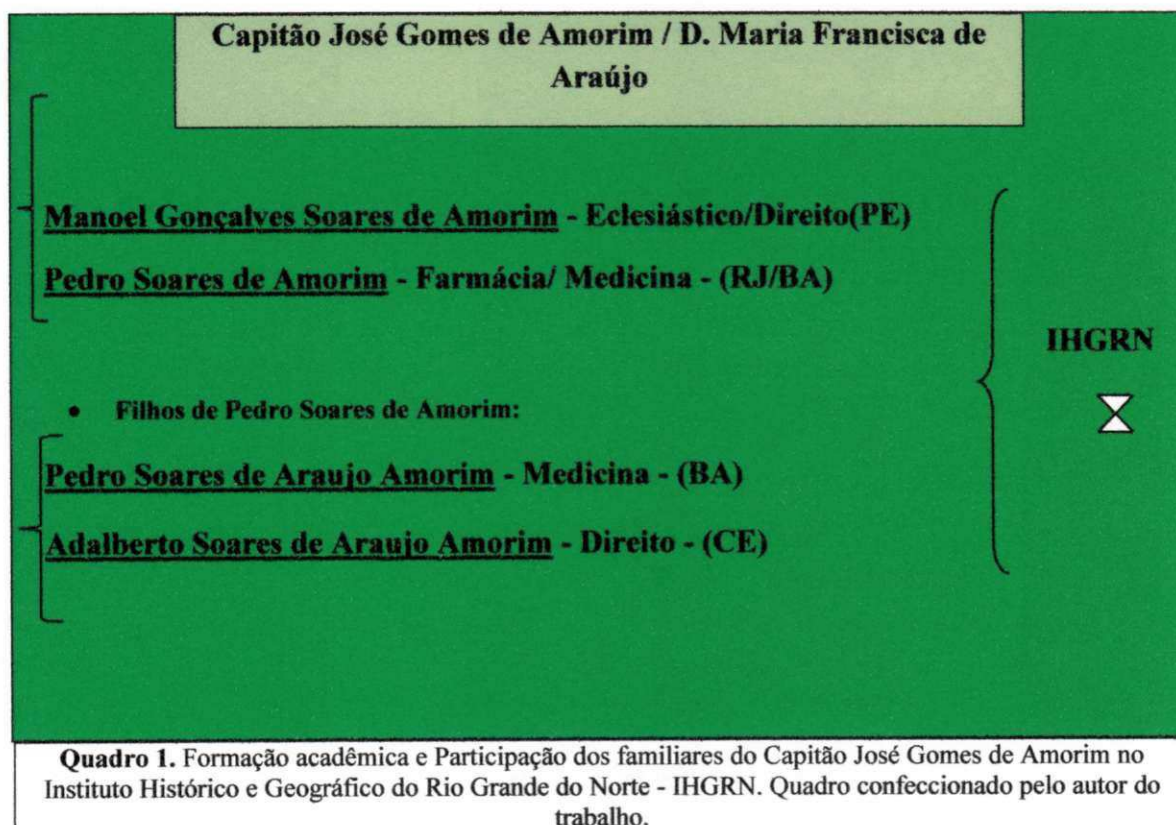
Um pequeno flagrante dessas estratégias de demarcação identitária e de espaço, no que tange ao Assú, pode ser observado num tipo de necrológico acerca do assuense e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Manoel Gonçalves Soares de Amorim, publicado na Revista do IHGRN de 1940. Neste texto, seu autor, autointitulado de Coreia Soares, além de evidenciar toda a trajetória de Manoel Gonçalves, citando sua formação como padre pelo Seminário de Olinda e bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, além de suas atividades políticas e intelectuais, informa que “na família ‘Casa Grande’ discutia-se então o desejo de ordenar um sacerdote, e era, desde logo,

³¹ BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880 – 1895)*. Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2002, p. 61.

³² MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo Seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005, p. 137.

consultado o jovem Manuel Gonçalves, que, aceitando o convite dos seus pais, dispoz-se a seguir para a Europa [...].”³³ Percebe-se neste excerto que a formação dos filhos era uma decisão de família e que no caso da família Casa Grande essa questão se mostra no fragmento apresentado acima.

Acredita-se que essa situação seja exemplificadora de outros casos na mesma família, pois outros descendentes do patriarca José Gomes de Amorim também foram estudar fora da cidade, como aconteceu com outro filho deste, Pedro Soares de Amorim, irmão de Manoel Gonçalves. Pedro Soares de Amorim, em 1871, diplomou-se em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro e em 1878 doutorou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Ele também foi sócio do IHGRN desde sua fundação e ao falecer, seu filho Pedro Soares de Araujo Amorim, também formado em medicina pela Faculdade da Bahia, assumiu como sócio correspondente deste mesmo Instituto. Veja-se o quadro no sentido de melhor esclarecer a estrutura de formação e participação no IHGRN, por parte dos descendentes de José Gomes de Amorim:



³³ CORREA SOARES. Pe. Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN*. Natal. Vol. XXXII a XXXIV. 1935 – 1937. Tipografia Santo Antonio, 1940, p. 285.

O que transparece nesta situação é uma estratégia dessa estirpe em produção e conservação de sua representação intelectual em nível de Estado e de município, a própria sucessão de cargos no IHGRN denota tal questão. Considerando que outros membros desse braço familiar da Casa Grande também se tornaram membros do IHGRN, como foi o caso de Francisco Amorim, a partir de 1964, pode-se compreender certa investida de setores sociais assuenses na formação acadêmica/intelectual e na participação em ambientes de produção e propagação de saberes como o Instituto.

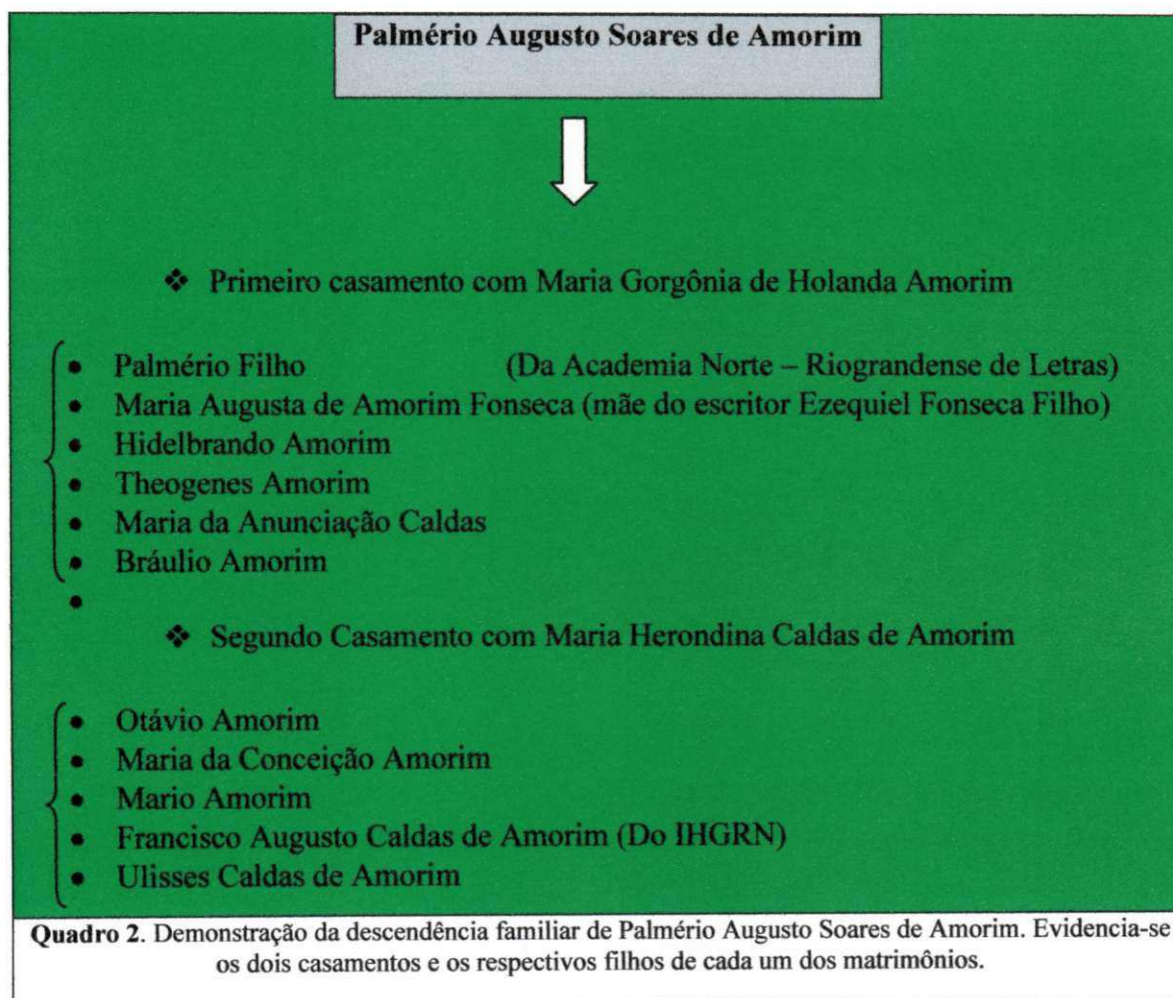
Além deste aspecto de perpetuação intelectual, registra-se outros tipos de estratégias de formação de forças em torno de grupos familiares assuenses: Amorim, Santos Lima, Macêdos Soares, Wanderley, entre outros, a exemplo de um tipo de “articulação” das relações de parentesco, oportunidade em que vários membros desse grande complexo familiar casavam entre si fortalecendo, assim, as estratégias de perpetuação do poder local.

Dai, como exemplo dessa situação, Antônio Soares evidencia em sua produção genealógica o momento do entrecruzamento entre duas linhagens familiares no cenário assuense, sendo elas: família Casa Forte e Família Wanderley, ocasião em que uma das netas do Capitão Antônio Cabral, Francisca Xavier de Macedo casou-se com Gonçalo Lins Wanderley. Outros três casos servem para exemplificar esse caráter denotador das estratégias de conservação dos poderes familiares e da manutenção de um possível “sangue azul”. Primeiro se aponta o caso do próprio Antônio Soares de Macêdo, haja vista que este se casou três vezes, sendo a primeira com D. Anna Senhorinha de Macedo, filha de um capitão da Freguesia de Serra Negra/RN. A segunda e terceira núpcias foram com duas filhas do seu tio Tenente João Luiz de Araújo Picado, casado com D. Anna Jacintha de Araujo Picado. As duas primas com quem Antônio Soares foi casado foram D. Francisca Francelina de Macêdo Araujo e D. Claudina Carolina de Macêdo Araujo.

Segundo, evidencia-se este tipo de relações de parentesco no âmbito da família Wanderley por meio do caso de Luís Carlos Lins Wanderley, este após ser casado com Francisca Carolina Lins Caldas, falecida em 1877, casou-se com a cunhada Maria Carolina. Deve-se levar em conta a presença da denominação “Carolina” quanto às mulheres da família, este é mais um indício de garantia de um lugar familiar, de demarcação e estreitamentos de laços genealógicos, algo típico nesta estirpe, pois se observa essa denominação também na filha de Luís Carlos, Maria *Carolina* Wanderley Caldas. Ainda cabe

registrar que Luís Carlos Lins Wanderley por meio destes casamentos tornou-se genro de João Carlos Wanderley, figura política bastante conhecida no cenário norte rio-grandense.

O terceiro caso também reflete as “estratégias” matrimoniais de complexos familiares assuenses. Veja à situação de outro grupo da família Amorim, desta feita sobre a liderança de Palmério Augusto Soares de Amorim, este que também casou com duas irmãs:



Além do mais, nota-se um cenário, como já citado, permeado pelos capitães, tenentes e coronéis. O próprio Antônio Soares de Macêdo obteve sua patente de capitão e posteriormente de coronel junto à antiga Guarda Nacional. Ele ainda foi político, sendo deputado à Assembléia Legislativa da Província, pertencia ao Partido Conservador e em tempos de um partido católico no Rio Grande do Norte, Antônio Soares foi apresentado como

candidato a deputado federal, ocasião em que a chapa do mesmo não obteve vitória.³⁴ Este episódio se remete as eleições de 1890, oportunidade em que o referido coronel fundou ao lado de outras lideranças do Estado o Partido Católico em defesa da relação entre Estado e religião.

Embora os grupos sociais privilegiados do Assú investissem na formação acadêmica e na produção de discursos acerca de sua cidade, deve-se elencar que os mesmos estiveram alinhados politicamente aos grupos políticos dominantes no Estado, particularmente a oligarquia Albuquerque Maranhão liderada pelo então Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, liderança do Partido Republicano Federal no Estado. Em 1908, por ocasião do falecimento do mesmo, o jornal *A Cidade* noticiava a ação da comissão do referido Partido em Assú no sentido de prover missa em ação de graças do falecido, entre os membros estavam: José Correia de Araújo Furtado, Alcebiades Cabral de Oliveira, Cel. José Soares Filgueira Sobrinho, Luís Bezerra da Rocha Cabral, Antônio Saboya de Sá Leitão e Palmério Filho (diretor e proprietário do jornal *A Cidade*).³⁵ Deve-se registrar que a celebração litúrgica seria a maior homenagem que se podia render a uma figura ilustre, já que era o ápice da vida sócio religiosa, a celebração ganhava contornos de um grande ato sobre as bênçãos de Deus, inclusive chegou-se a confeccionar Eça (peça que representava elemento fúnebre) em homenagem ao morto.

Além do mais, após 1914, Pedro Soares de Araújo Amorim, assumia a liderança do Partido Republicano Federal em Assú, oportunidade em que por ele foi intendente (presidente), prefeito e deputado. No entanto, a ligação política para com o grupo político do litoral não denota a inviabilidade de pretensões de uma produção de identidade no âmbito da cultura, por parte dos grupos assuenses no período em foco.

Portanto, enquanto os grupos do litoral (Natal), Oeste (Mossoró) e Seridó encabeçavam movimentos de produção de espacialidades/identidades, respectivamente vinculadas às noções de modernidade, liberdade e tradição,³⁶ grupos assuenses embrionariamente se articulavam no sentido de angariarem forças discursivas para produzir

³⁴ **BRADO CONSERVADOR.** (PLAQUETE). Coronel Antônio Soares de Macêdo (1831 – 1917). Folha política, moral e religiosa. Nº. 181, ano 2011.

³⁵ Senador Pedro Velho. *A Cidade*. Assú – Rio Grande do Norte. 01 jan. 1908, ano VIII, s/p

³⁶ Para exemplificar o contato entre regiões, saliento que o então Governador do Estado Potiguar nos idos de 1924 a 1928, José Augusto Bezerra de Medeiros, natural do Seridó, frequentava o ponto de convergência intelectual assuense do início do século XX, notadamente a Farmácia Amorim, conforme relata Francisco Augusto Caldas de Amorim, irmão do proprietário da mesma, Palmério Filho. Ver, AMORIM, Francisco. Op. Cit., 1982.

uma terra de história e poesia laureada por um sentido tradicional, pois se os seridoenses foram enviados para espaços de formação educacional em nível superior em função do impulso fornecido pelo boom do algodão, não se pode esquecer que o momento em que os assuenses começam a fazer a mesma trajetória coincide com a expansão da extração e exportação da cera de carnaúba, produto por excelência de rentabilidade dos grandes proprietários de terras do Assú, além do próprio dinamismo do algodão, que garantiria rentabilidade no início da República Velha aos assuenses.

Pode-se argumentar sobre a parcela de contribuição do algodão e da cera de carnaúba para a economia do Assú à época a partir dos seguintes fragmentos elucidativos: Primeiro, quanto ao comércio da carnaúba, Andrade informa que “o comércio exportador da carnaúba, partir de 1840, passou a interessar aos grupos econômicos estrangeiros.”³⁷ O que evidencia a possibilidade de ganho com o referido produto por parte dos proprietários assuenses que passaram a ter rentabilidade desde o século XIX até boa parte do século XX, tanto é que, conforme Souza, “durante a República Velha, principalmente de 1920 a 1930, os produtores de cera de carnaúba contaram com elevada demanda deste produto nos mercados nacional e internacional”.³⁸

Segundo, em 3 de julho de 1923 o Jornal *A Cidade* trazia reportagem acerca do *Algodão no Baixo Assú* evidenciando que a cultura de tal produto dizia respeito a grande promessa de expansão econômica do Assú, inclusive na referida reportagem cobra-se dos governantes ações como a implantação de fazendas de sementes para aumentar a produção de algodão.

Salienta-se que possivelmente essa reivindicação de ampliação do cultivo de algodão indique já certa vontade de crescimento econômico por meio do mesmo produto que projetava a região do Seridó no cenário do Estado³⁹. Nesse sentido, em determinado ponto da matéria localizamos trecho onde o autor da mesma (não identificado) expressa o desejo de ver o Assú

³⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. *A produção do espaço Norte-Rio-Grandense*. Natal, UFRN. Editora Universitária, 1981, p. 27.

³⁸ SOUZA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte – 1889-1930*. Natal [RN], 1989, p. 55.

³⁹ Deve-se lembrar de que a região do Seridó ganhou maior projeção na década de 1920 com a cotonicultura, uma vez que o poderio econômico do algodão ascendeu sobre a região os holofotes, ao passo dessa conjuntura subia ao poder máximo do Estado à época dois governadores pertencentes às famílias e setores políticos tradicionais do Seridó, notadamente José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine. O Seridó era o grande centro das atenções do Estado recebendo, por sua vez, vários investimentos como estradas para veículos, ferrovia e instituições de fomento a produção algodoeira. Independente dos ganhos progressistas, a região na esteira da projeção estadual aumentaria seu capital tradicional tornando-se ainda mais conhecida como espaço de raízes sertanejas.

projetado em nível mundial por meio do cultivo e comércio do algodão, haja vista considerar que “todas as condições de vegetação e de clima nos são especialmente vantajosas. Estamos, pois, aptos, para sermos os maiores fornecedores da preciosa fibra no mundo”. Tudo isso implica pensar na importância que o cultivo dessa espécie agricultável representava para a cidade à época⁴⁰.

Ainda cabe registrar no âmbito da produção de espaços e identidades no cenário norte-rio-grandense à época que, no tocante ao espaço mossoroense, o mesmo serve de exemplo para mostrar que a produção identitária dos principais espaços potiguares desde o Império esteve ligada a grupos familiares, uma vez que, no caso desta cidade, Peixoto registra que desde o século XIX aquele espaço foi alvo de interesses de várias famílias, entre elas: os Amorim, Garcia, os Amintas Barros, culminando mais tarde com o estabelecimento da família Rosado.⁴¹ Esta última, especialmente no século XX operou a reinvenção do lugar, oportunidade em que “[...] o domínio de fato é mascarado pelo discurso da permanência e o lugar re(inventado) é um “país”, onde o grupo político e familiar é reconhecido por todos, inserindo a família e seu domínio político nos signos identitários do lugar.”⁴² Vale ressaltar que os Rosados ao re(inventar) esse lugar produzem uma narrativa ancorada nas razões de história do século XIX, pois inscreveram Mossoró a partir da ótica do progresso, da civilização e do lema liberdade, igualdade e fraternidade.

Assim, enquanto esse grupo familiar mossoroense buscou patrocinar o “resgate da memória” daquela cidade por meio de comemorações festivas que celebravam acontecimentos magnos, a exemplo da libertação dos escravos; motim das mulheres (revolta das mulheres contra o alistamento dos maridos e filhos na Guerra do Paraguai); a resistência ao bando de Lampião em 1927; e o primeiro voto feminino também em 1927.⁴³ Os intelectuais e escritores assuenses se movimentaram ao longo de boa parte do século XX para montagem de um quadro tracejado por elementos simbólicos pertencentes ao Assú, estes situados no conjunto de celebrações, acontecimentos históricos e paisagem que visibilizam a cidade, a saber: a colonização “heroica”, a participação na Guerra do Paraguai; a abolição dos

⁴⁰ O algodão no Baixo Assú. *A Cidade*. Rio Grande do Norte. Assú, 3 jul. 1923, nº 394, s/p.

⁴¹ PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. *Revista de História Regional* 15(1): 169-193, Verão, 2010, p. 184.

⁴² FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re) invenção do lugar: os Rosados e o “país” de Mossoró*. João pessoa, PB: Grafset, 2001, p. 143.

⁴³ FELIPE, José Lacerda Alves. *Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica*. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

escravos, à cidade do primeiro médico norte-rio-grandense, à “Terra dos poetas”, à “Atenas Norte-Rio-grandense”, à cidade de sobrados coloniais e à “terra dos verdes carnaubais”.

De volta ao cenário educacional desse contexto, observa-se que para aqueles assuenses que não alçaram vôos maiores, o destino foi o Atheneu Norte-Rio-grandense. Este espaço escolar foi fundado em Natal em 1834 e sua nomenclatura foi uma adaptação do nome Atena (em grego), deusa da inteligência, daí o Atheneu ter sido consagrado com certa tonalidade literária, poética e histórica. Nos seus quadros, além do registro de alunos, constam professores assuenses, como Luís Carlos Lins Wanderley e Rômulo Wanderley (este último foi professor da cadeira de história e geografia), o primeiro formado em Medicina na Bahia e o segundo formado em Direito no Recife. É possível dizer que o Atheneu, na linguagem de um dos seus membros (Luís da Câmara Cascudo), seria o lugar educacional potiguar das velhas figuras (do mundo das letras).

Com relação aos cursos superiores, pode-se observar, conforme Azevedo (1963), que a organização cultural do império brasileiro manteve-se nas primeiras décadas da República, ou seja, um aparelhamento cultural montado para fabricação em larga escala de doutores e bacharéis. No que concerne à cultura do bacharelismo, entende-se que esta esteve nas bases da formação cultural das elites brasileiras, oportunidade em que desde o período colonial, muitos abastados foram se bacharelar em Coimbra (Portugal). Já em 1827 foram criados cursos jurídicos em Olinda e São Paulo, culminando em 1854 na transferência do curso de Olinda para Recife. Rômulo Wanderley, Lauro de Oliveira, Nestor dos Santos Lima, Antônio Soares, José Correia de Araújo Furtado e Manoel Gonçalves Soares de Amorim são alguns nomes assuenses que se formaram em Direito na Faculdade do Recife. Já pela Faculdade de Direito do Ceará, registra-se a formatura de Adalberto Amorim. Cabe registrar que as faculdades de direito se tornaram um tipo de viveiro de uma elite de cultura letrada e urbanidade, de modo que a aristocracia advinda do espaço rural foi cedendo espaço para uma “nova aristocracia” diplomada e urbana.

Além disso, alguns assuenses nesse movimento de formação acadêmica e profissional buscaram outro pilar de formação científica da elite brasileira do século XIX, notadamente a medicina. Com a transformação das antigas academias médico-cirúrgicas em Faculdades Nacionais de Medicina, respectivamente na Bahia e Rio de Janeiro, em outubro de 1832, as elites do país passaram cada vez mais a enviarem seus filhos para estes ambientes, inclusive às da região Norte, inclui-se aí as do Assú, pois vários assuenses angariaram seus títulos de

médicos e farmacêuticos nessas faculdades. Ainda registra-se que vários assuenses também cursaram medicina pela Faculdade do Recife. Por isso, Azevedo evidencia que em relação a este momento “[...] nossa elite, porém quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores, que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio.”⁴⁴ Daí, compreende-se que a formação dos filhos das elites assuense assumiu esse perfil denotado por Azevedo, ou seja, um quadro formado por bacharéis e médicos (doutores).

Desse modo, levando em conta que este deslocamento dos filhos das elites assuenses ganhou maiores proporções ainda no século XIX, muito em função do próprio projeto de uma cultura científica do país voltado para a formação de tais setores sociais. Observa-se em um dos mapas do mapa do Brasil imperial (1868) a movimentação dos assuenses para os espaços de formação ligados as chamadas profissões liberais. Analise o mapa abaixo:

⁴⁴ AZEVEDO, Fernando de. Op. cit, 1963, p. 295.



Figura 3. Arte: Roberg Januário dos Santos. Suporte cartográfico: ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868.

De acordo com esse breve exame cartográfico acima, pode-se rastrear, em linhas gerais, os centros de formação acadêmica dos assuenses no período imperial, embora a leitura se reporte ao período imperial, deve-se informar que este movimento de formação intelectual persistiu nas primeiras décadas da República, de modo a se perceber que a maioria desses centros de formação almejados pelos assuenses se localizava na região Norte do país, oportunidade em que as linhas (pretas) indicam os fluxos de deslocamento.

Além do mais, a ligação com a capital do Estado, Natal, deve ser entendida enquanto polo de formação, até boa parte do período republicano, em nível ginásial. Pernambuco lidera as atenções de formação intelectual dos assuenses seguido pela Bahia e Rio de Janeiro, constando ainda a província do Ceará, como outro polo de ensino, sendo procurado pelos assuenses em menor intensidade, até porque a fundação de sua Faculdade de Direito é de 1903. Nota-se no mapa, certa falta de nitidez quanto às fronteiras provinciais, pois não apresenta a divisão por municípios, isto ocorre haja vista no Império existir forte ênfase na

unidade nacional, não importando assim divisão, a ideia cartográfica dessa época era mostrar um país unido, daí certo borramento das delimitações provinciais e locais.

Esse contexto acima citado indica outra condição de possibilidade pela qual insurge o interesse em reafirmar o discurso da tradição em relação ao Assú, pois mesmo advindos de uma nova geração, esses acadêmicos assuenses diplomados buscaram garantir suas origens, se preocuparam em preservar o prestígio de seus ancestrais, inscreveram Assú, mas ao mesmo tempo escrituraram seus lugares de pertencimento, suas “raízes”, seus desejos familiares, reafirmaram seus sobrenomes, procederam em nome dos titulados da patente. Em fim, estes sujeitos usinaram em suas escritas formas pelas quais pudessem territorializar um espaço, de modo a lhes garantir e perpetuar a sua “posse”, pois para os mesmos, possivelmente, não seria interessante a perda da condição de liderança deste espaço. Os relatos de poetas e escritores saídos dessas estirpes são percursos que espacializam Assú e o projeta enquanto paisagem natural e humana, uma vez que um espaço é feito de natureza, sociedade e discurso.

Portanto, cartografar esse cenário de formação intelectual dos escritores envolvidos na produção do espaço assuense, bem como o contexto de escrita da história do IHGB e do IHGRN, justifica-se aqui em função de que toda pesquisa, estudo ou produção historiográfica se articula com o lugar de produção, seja ele socioeconômico, político e cultural. Segundo Certeau, a questão assinalada acima “implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois submetida a imposições, enraizada em uma particularidade”.⁴⁵

Por isso, são justamente nesses lugares que são instaurados os métodos, delineados os instrumentos de abordagem e suas linhas de pensamento. Deve-se registrar que é suspeitando desses lugares que se rastreia o sistema de referência que dá corpo ao trabalho do autor, é por meio dessa operação que se observa o avesso da tessitura do texto histórico, analisam-se os nós, os pontos entre abertos, os botões sem alinhamento ou as articulações, as suturas, os jogos de poder e saber que elaboram um espaço. Portanto, a instauração de um saber está diretamente ligada a uma instituição social e a produção de um discurso construtor de certa ordem, deve-se interrogar o estatuto de quem anuncia, pois para se proferir determinado discurso se faz necessário o reconhecimento de determinado lugar de fala.

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. Op. cit. 2007, p. 66.

1.2 - A produção da história do espaço nacional: IHGB e IHGRN

Na capa da obra *Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), seu autor, Antônio Fagundes “colou” a expressão “*ame a vossa Pátria ainda mais do que vos amo*”, de autoria do poeta e dramaturgo Virgílio Cardoso de Oliveira. Esta expressão informa acerca de uma primeira condição que possibilitou a escritura da história do Assú, pois esta emerge na esteira de um projeto histórico nacional, ou seja, a narrativa da história local foi delineada mediante um plano de montagem de uma história nacional e, por conseguinte da constituição de uma identidade brasileira e potiguar. A intenção dos envolvidos na construção da história nacional era fornecer cada vez mais visibilidade aos elementos, fatos e sujeitos que engrandecessem esta última, daí quanto mais exemplos desse porte, mais se estava contribuindo com a pátria, por isso, dos pequenos recônditos do país eram alçados exemplos enobrecedores dignos de reconhecimento pela contribuição cívica, política, moral e patriótica.

Assim, não necessariamente os intelectuais dos pequenos lugares teriam suas produções divulgadas em âmbito nacional ou seriam publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas satisfaziavam-se em sentirem-se uteis a pátria, uma vez que faziam ecoar os desígnios de construção de uma Nação possuidora de uma grande história, por sua vez, cheia de acontecimentos, heróis e tradições, além de uma área geográfica firmemente delimitada. Estes sujeitos de letras situados em localidades de menor porte, na maioria das vezes, estavam vinculados a instituições destinadas a produção e propagação de saberes, a exemplo dos institutos históricos provinciais/estaduais, atheneus e espaços de iniciação a docência e ensino.

Desse modo, o interesse de constituição de uma história/identidade nacional foi proveniente de uma demanda de formação do Estado Nacional Brasileiro no período imperial, uma vez que o projeto de uma Nação forte e progressista, unida e valorosa se fazia necessário para o fortalecimento político do reinado do imperador D. Pedro II, haja vista as eminentes turbulências políticas internas, a exemplo das questões regionais, desafios políticos, entre outros, além das questões externas com destaque para o modelo político das repúblicas latino-americanas que avizinhavam a monarquia brasileira. Daí, à adoção de medidas para forjar uma zona de interesses comuns num país de tantas diversidades. A intenção seria criar um sentimento unificador que possibilita-se o chamamento dos brasileiros para uma causa: a Nação forte e coesa. É daí que se tem a criação, em 1838, de um espaço de produção da

história do país e para a delimitação das fronteiras nele existentes, qual seja: o IHGB.⁴⁶ Instituição essa encarregada de edificar uma homogeneização da visão de Brasil garantindo-lhe uma identidade a qual o país fosse representado tanto interno quanto externamente. Assim, o Instituto protagonizaria a emergência de um saber histórico e geográfico para e no Brasil.

Deve-se compreender que o soerguimento da história nacional brasileira foi desencadeado na esteira da cultura histórica erigida no Ocidente, por sua vez forjada na esteira do que Nobert Elias chamou de “processo de civilização”, caracterizado como uma nova forma de atribuir sentido as coisas, de percepção e comportamento que o Ocidente conheceu a partir do século XV até o XVIII imprimindo-lhe um turbilhão de mudanças nas vidas das sociedades ocupantes deste lado do globo, daí no século XIX, a história ganhou respaldo no sentido de garantir a estabilidade das recentes nações, um porto seguro, na medida em que garantiria uma memória nacional forte e coesa, permitindo que estes espaços se representassem frente a outras nações numa demonstração de força. Além do mais, a história atenderia a projetos políticos garantindo a fidelidade do cidadão nacional à Nação. Por isso, neste momento, conforme Guimarães, “a História torna-se parte essencial do processo de criação das Nações assim como de fixação de uma memória sagrada para esta invenção social.”⁴⁷

Ou seja, caberia à história fundar a origem e identidade da Nação através de uma narrativa situada no passado. O projeto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passa por esse contexto, o Brasil precisaria de uma história nacional. Neste momento, a história seria a memória dos grandes eventos e sujeitos; a história do presente seria resultado da ação passada de homens ditos importantes agenciadores de grandes acontecimentos. Mesmo diante da pretensa neutralidade científica, a produção histórica esteve longe de ser imparcial, na medida em que toda invenção nacional requer um manancial de práticas e discursos investidos em prol de uma questão.

Nesse contexto, uma das nações que mais se relacionaram com o Brasil foi à França, ela que historicamente tem se tornado o centro difusor de perspectivas historiográficas para o Ocidente. A França através do Instituto Histórico de Paris (IHP) manteve relações com o Brasil, de modo a lhe possibilitar o contato com o centro cultural do mundo moderno. De

⁴⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

⁴⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 18.

acordo com Pinassi “o fato é que, desde a criação do IHP, muitos brasileiros, até mesmo D. Pedro II, participaram ativamente de suas atividades, inspirando a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.”⁴⁸ Com essa participação de brasileiros no IHP, fundado em 1834, houve contribuições deste instituto para com o pensar o Estado brasileiro, uma vez que pressupostos franceses serviram de base para o Brasil, a exemplo do aspecto moderado, anti-revolucionário e ideias monárquicas, haja vista a França viver o reinado de Luís Felipe (1830 – 1848).

No âmbito do IHP ainda se realizava anualmente o Congresso Histórico Europeu, este que se destinava a determinar pela história as condições de origem e existência das nações, essa atividade realça o sentido do referido Instituto à época com objetivos formadores e educativos. Assim, os brasileiros buscaram neste espaço inspirações para o sentido de formação nacional, tendo em vista nas suas vizinhanças existirem repúblicas, modelo político não compatível com a monarquia.

Com competências de inscrever uma narrativa histórica fundante da Nação e possibilitar um conhecimento apurado da geografia brasileira por meio das corografias, o IHGB foi o *locus* de onde se falou com propriedade do Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX, até porque no que tange ao século XIX, o Instituto foi o espaço onde mais se alavancavam estudos sobre a formação da Nação, pois o outro polo de atração intelectual do período: o Parlamento Brasileiro servia muito mais para o ganho de status e demonstração de erudição do que propriamente para desencadear estudos.

Desse modo, recaiu inicialmente para o IHGB a missão de elaborar a história do Brasil implicando, por conseguinte numa produção de espaço, notadamente o nacional. Sua função parece ter sido muito mais do que intelectual, tornando-se uma instituição de fomento de um sentimento de brasilidade. Possuía uma postura iluminista, na medida em que sua incumbência seria iluminar os caminhos de uma consciência histórica nacional esclarecendo o pensar a Nação no espaço brasileiro, inclusive sua composição se assemelhava as antigas academias iluministas, pois diferentemente do saber histórico produzido no espaço europeu no seio universitário, o IHGB correspondia a uma academia ilustrada composta por intelectuais de diversos segmentos como magistratura, área militar, burocratas, etc. Esse perfil dos membros do IHGB traduz, em parte, outro projeto incutido na elaboração de uma

⁴⁸ PINASSI, Maria Orlando. Os Brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856. In: Elide Rugai. RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França.* – São Paulo: Cortez, 2003.

narrativa nacional, oportunidade em que, segundo Khaled Junior, “Para os inventores da história nacional, não bastava apenas coesão, mas também, a manutenção de um modelo excludente de sociedade, que deveria ser legitimado a partir da narrativa nacional.”⁴⁹

Portanto, o Estado brasileiro não estava somente interessado na manutenção do território, mas também do *status quo*, traduzido numa ordem e hierarquia no país, daí a necessidade de invenção da Nação, até porque de acordo com Nilo Odália:

Nação e Estado foram sempre concebidos como tarefa de uma minoria culta e esclarecida que deveria reger os destinos de ambos, orientando, corrigindo, pela educação, pela força, a massa considerada incapaz e incompetente de se reconhecer e de reconhecer, no projeto idealizado pela camada dirigente, seu destino. Ao povo resta sua única arma, a indiferença, o desinteresse.⁵⁰

Por isso, além de localizar-se no Rio de Janeiro, o IHGB seria um tipo de centro difusor da ideia de Nação. Peixoto ao tratar do IHGB e a produção do espaço nacional, informa que “pensar, portanto, o regional ou o local, seria uma tarefa imbricada numa operação de centro [...]”⁵¹ Ou seja, o consenso identitário tracejado no projeto de construção da Nação brasileira dependia do esforço das elites em centralizar a proposta histórica e geográfica, o que inclui o pensar o espaço de acordo com as demandas patrióticas em vigor, pois conforme Guimarães, a produção histórica constituída no Brasil desse período deveria ser canalizada e acumulada na sede do IHGB na capital do império,⁵² onde a Nação seria pensada e debatida. A história, neste contexto, teria o respaldo de ser considerada a ciência que falaria e definiria o Brasil.

Em termos de produção do espaço nacional, se faz necessário evidenciar que o IHGB aprofundou e forneceu notoriedade a discussão sobre o pensar o espaço brasileiro, esta já iniciada pelo Parlamento e pelo Conselho de Estado. O IHGB organizou nesse contexto setores de discussão para fundamentar uma ideia de território para o país, daí, a utilização de conhecimentos cartográficos, geográficos, diplomáticos e históricos para tal missão. As

⁴⁹ Khaled Junior, Salah H. **Horizontes identitários** : a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. [recurso eletrônico] / Salah H. Khaled Jr. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 47.

⁵⁰ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 1997, p. 33.

⁵¹ PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias**: Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, p.13.

⁵² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit., 1988.

fronteiras do Brasil seriam definidas mediante a consideração de tratados, a feitura de mapas, as relações geopolíticas e os eventos históricos demarcadores de lugares.

Nesse contexto, foram criadas comissões de limites, científicas e elaboradas cartas corográficas, entre outras. Acerca das comissões científicas, destaca-se A Comissão Científica criada em 1854, esta se destinava a pesquisar a corografia de províncias pouco conhecidas, entre elas a do Rio Grande do Norte, pois se rejeitava os relatos de viajantes estrangeiros sobre o país, numa demonstração do interesse pelo conhecimento puramente nacional com uma valorização das riquezas naturais e culturais (fauna, flora e cultura indígena).

Provavelmente seja por esse fator acima evidenciado que não localizam-se referências com vistas aos relatos de viajantes estrangeiros nas obras da historiografia assuense produzidas na década de 1920, uma vez que muito conhecida foi a narrativa da rápida passagem do viajante inglês Henry Koster pelo Assú no início do século XIX, oportunidade em que vindo Ceará passou pelo Rio Grande do Norte e, por conseguinte pelo Assú, onde fez referência a vários elementos pertencentes à paisagem assuense da época, a exemplo do Rio Assú, a Lagoa do Piató, do carnaubal, da alimentação com destaque para a carne seca, animais como o cavalo e a figura humana do sertanejo, entre outros.⁵³

Deve-se elencar que corografia, grosso modo, diz respeito à narrativa acerca de dado território por meio de seus elementos constituidores e definidores, a exemplo de aspectos físicos (solo, relevo), hidrográficos, paisagísticos, limites, localidades, fronteiras, marcos fundadores e delimitadores. Os textos de ordem corográficos paulatinamente apareceram como fontes primárias para a cartografia a partir do século XVII. Foi com a difusão da imprensa que a descrição dos territórios passou a ser impressa, o que por sua vez, possibilitou o surgimento dos chamados circuitos de informação dos lugares. Conforme Peixoto, as corografias textuais emergiram em quatro amplos modelos, a saber: os Roteiros, os Itinerários, as Memórias e as Descrições. Os Roteiros eram formas de se falar “originalmente” de um território evidenciando maravilhas, experiências e perigos; os Itinerários tornaram-se narrativas de um território já explorado, eles diziam acerca de pontos de apoio e localização; o modelo das Memórias é norteado pela história e reflexões, neste caso, a questão histórica delimitava lugares, sejam eles antigos, sejam patrimoniais, colonizados, entre outros. Assim, a história definia e organizava o espaço; Mas, o modelo corográfico convencional recai sobre as

⁵³ KOSTER, Henry. (1793 – 1820). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 11. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massagana, 2002.

Descrições, pois são elas que informavam sobre territórios avantajados e bem delimitados, constando de uma organização central. Um território caracterizado administrativamente e situado em meio a outros através de seus componentes humanos, econômicos e geográficos.⁵⁴

Nesse sentido, cartografar a postura historiográfica do IHGB e seus principais representantes nos possibilita compreender o próprio interesse das elites brasileiras de gestar um projeto de Nação referendado pela postura patriótica, tem-se, assim, uma tentativa de um poder unificador, mandatário e coeso sobre a população aqui existente entre os trópicos, uma vez que somente mediante a etimologia das palavras nação e pátria observa-se a simoniacidade de ambos os termos, pois nação, além de significar nascer, também quer dizer parto de uma ninhada, ou seja, é a ideia dos filhos de uma única mãe (nação); já pátria vem do latim *pater* ou pai, aquele que é dono do patrimônio, aquele que detém o poder sobre todos que formam seu domínio.

Esse cenário de construção da Nação e sua escrita passaram a demandar contribuições das províncias/Estados, em alguns casos, as províncias e posteriormente os Estados passaram a possuir institutos históricos mediante alguma necessidade expressa que demandasse a criação de um ambiente desse porte. Em 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) foi criado, pois em função da chamada “Questão Grossos”, disputa política e territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará pela posse do território salineiro de Grossos, o Instituto teria como missão inicial a arrematação de documentos visando a produção de uma história potiguar, o “fechamento” territorial do Estado, o que implicaria no fornecimento de provas em defesa do território em litígio. Nestes termos, o IHGRN foi criado para delimitar um território, qual seja: os limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, demarcando assim as fronteiras potiguares ganhas em questão contra o vizinho Estado.

Além da “Questão Grossos”, o IHGRN foi fundado também pelo interesse de intelectuais e militantes republicanos interessados no estudo de documentos e na conservação da memória, entre eles: Vicente Lemos, Alberto Maranhão, Pedro Velho, Tavares de Lira e Antônio José de Melo e Sousa. Para além de algum relato disperso sobre a história e a geografia do Estado, antes de 1902, foi com o IHGRN que emergiram os primeiros discursos

⁵⁴ PEIXOTO, Renato Amado. A descrição do contemplador: as corografias e as condições de elaboração da narrativa. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS: 2005.

históricos constituidores de obras de historiografia potiguar. Assim como o IHGB, o Instituto potiguar apresentou inicialmente membros com perfil proveniente de setores militares, judiciário, político, além de funcionários do Estado. Inclusive, o primeiro presidente do Instituto foi o Governador à época – Alberto Maranhão, irmão do então republicano e chefe político potiguar senador Pedro velho de Albuquerque Maranhão.⁵⁵

O apego as grandes figuras por parte do IHGRN foi marca registrada dessa instituição, daí o jurista baiano e advogado do Rio Grande do Norte no litígio contra o Ceará, Rui Barbosa, ter sido alçado à condição de sócio honorário, além de tantos outros exemplos como o do primeiro quadro do Instituto doado pelo próprio Alberto Maranhão, arte que representava o índio Felipe Camarão, tido como herói potiguar por ter lutado ao lado dos colonizadores portugueses.

Parte dos intelectuais do IHGRN provinha de movimentos literários da província e posteriormente do Estado, daí Alberto Maranhão, Tavares de Lyra, Pedro Avelino e o assuense Pedro Soares de Araújo terem composto os quadros de redação da *Revista do Rio Grande do Norte* (1898-1900). Para Melo, a referida revista destinava-se a “[...] uma espécie de descoberta do Rio Grande do Norte e de seus valores”.⁵⁶ Motivo pelo qual nesta publicação Alberto Maranhão escreveu artigo sobre a história da capitania. Além disso, em referência ao peso intelectual desse grupo, Melo ainda elencou que aí está “[...] o grupo dos poderosos do dia, bem distante, bem separado dos demais que fervilhavam nas rodas literárias de então.”⁵⁷ Esta última afirmação de Melo possibilita entender que este grupo canalizou seu poder para fomentar uma produção histórica no Estado, pois no ramo literário este já se constituía como distinto. Além disso, esta situação diz acerca de quem comandou o início das atividades históricas e literárias no espaço potiguar.

Foi neste ambiente de escrita que se produziram as primeiras obras fruto da produção desencadeada por membros do IHGRN, entre elas constam: as narrativas sobre capitães-mores e governadores, política brasileira e aves em língua tupi, um tipo de demonstração de

⁵⁵ Compreende-se a força política, social e econômica dos Albuquerque Maranhão no cenário potiguar quando se nota o domínio temporal que esta estirpe teve no comando da política norte-riograndense, pois conforme Bueno o Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN) fundado em 1889 por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tornou-se por mais de trinta anos propriedade exclusiva dessa família. Essa informação denota a representação de poder da mesma, inclusive operando no sentido de agenciar o início de uma produção histórica-geográfica em termos de Estado. Para maiores informações, ver BUENO, Almir de Carvalho. Op.Cit.

⁵⁶ MELO, Manuel Rodrigues de. Grupos literários da província. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. VOL (s) – LVI – LVII – LVIII. Anos 1964 – 1965 – 1966. Rio de Janeiro: Editora Potengi, 1971, p.149.

⁵⁷ Ibid

contribuição à história nacional. A primeira obra de história do Rio Grande do Norte, com narrativa continuísta indo da colônia ao Império, foi editada em 1921, produzida pelo político e historiador Augusto Tavares de Lyra, membro da família Albuquerque Maranhão, citada acima. De acordo com Peixoto:

A narrativa historiográfica de Tavares de Lyra trabalha justamente elementos, personagens e tramas cujos sentidos coincidem com as ideias da nova racionalidade que coincidiam com o problema colocado para a questão da nação. Enfatiza-se um passado fundador de uma identidade e de um território norte-rio-grandense, ligados por meio de tradições culturais, religiosas e políticas peculiares. Recortava-se, portanto, uma espacialidade e uma identidade plenamente definidas e fechadas dentro de um invólucro territorial ao qual se reconheciam os termos, a natureza e o natural do território. Passado e presente foram conectados por meio de uma história contínua e tensionada pelos acidentes inerentes a sua constituição e explicativos da constituição do seu território e da naturalização de seus ocupantes.⁵⁸

Por este viés, pode-se traçar o discurso historiográfico que circulava no Rio Grande do Norte em tempos de República Velha; aliás, observa-se na perspectiva de escrita da história de Tavares de Lyra contribuições do projeto historiográfico do IHGB, pois se notam os princípios racionalistas de construção do texto histórico, oportunidade em que o Estado e sua identidade teriam sido fundados no passado, suas origens expressavam o presente, o território apareceria mediante a descrição de seus aspectos naturais, a identidade estadual construía-se por meio de uma história corográfica. A obra de Tavares de Lyra foi produzida já no clima de comemoração do centenário da Independência do Brasil. Por isso, importa lembrar a produção de outra história do Rio Grande do Norte, também confeccionada mediante tais comemorações, ocasião em que o historiador paranaense Rocha Pombo foi contratado pelo Governo do Estado para escrever tal produção em meio ao clima festivo de celebração de uma grande data nacional.

Rocha Pombo ficou conhecido por produzir obras desse porte, uma vez que, além da história do RN, produziu outras histórias como a do Brasil (1905 -1930 – 10v), de São Paulo (1921) e do Paraná (1930), bem como o *Compêndio História da América* (1900). Em relação a esta última, segundo Oliveira, Rocha Pombo entendia “[...] que a história da América seria uma lição de integração harmoniosa, moralidade e fraternidade.”⁵⁹ Além do que, “[...] o

⁵⁸ PEIXOTO, Renato Amado. Op. cit. 2010, p. 179.

⁵⁹ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. Rocha Pombo: a “invenção” de uma cultura americana no livro didático. p. 283 – 279. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia. *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 283.

território, o clima, a flora e a fauna, além dos traços raciais definiam em grande medida a sua forma de narrar a História.”⁶⁰ Essa perspectiva de escrita de Rocha Pombo seguiu, em linhas gerais, aquela manifestada por conhecidos escritores do cenário nacional brasileiro, a exemplo de Oliveira Lima, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, entre outros. Respalhando estas características, Mariz confirma em texto sobre um balanço da historiografia norte-rio-grandense que Rocha Pombo produziu tal obra no estilo daqueles que escreveram sobre a história do RN antes dele.⁶¹

Ainda sobre o ambiente festivo do aniversário da independência que perpassou as produções acerca da história norte-rio-grandense por meio de Tavares de Lyra e Rocha Pombo, vale registrar, de forma breve, o que significou o centenário da independência para a história do país, daí a mobilização desencadeada pelo IHGB e seus respectivos institutos estaduais. É preciso entender estas comemorações a luz de uma recomposição da memória nacional, na medida em que a República apoderou-se da tradição monárquica na perspectiva de revigoramento do próprio regime republicano em meio aos tempos de turbulência. Assim, por um viés evolucionista, a tradição nacional monárquica foi utilizada pela República, por isso, o Sete de Setembro, ícone simbólico da Nação e vinculado à tradição monárquica, seria reacionado em prol de um sentimento nacional no início do século XX, pois aquilo que deu certo, em termos de fortalecimento do Estado-Nação, em tempos de Império, seria aproveitado pós 1889. Essa questão acima é a tese de Sandes, notadamente sobre *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*.⁶²

As mobilizações de cada Estado em prol do Sete de Setembro ocorreram em função de que “nas comemorações do centenário da independência, iniciou-se uma disputa na qual cada estado, ao refletir acerca da participação no processo emancipacionista, quer na verdade afirmar sua própria identidade perante a República.”⁶³ Essa posição de Sandes explica o comportamento do IHGB e suas sessões estaduais, em destacar de maneira épica a força do momento fundador da Nação, além de capitanear uma matriz de compreensão sobre o nascimento da unidade nacional numa perspectiva evolutiva como resultado dos feitos das elites. Tinha-se a recuperação da imagem do império num momento de intensos debates no

⁶⁰ Ibid . p. 279

⁶¹ MARIZ, Marlene da Silva. *Balanço da historiografia norte-rio-grandense*. In: ANAIS DO I ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN: o ofício do historiador. 2004, Natal. Anais... Natal, RN: EDUFRN, 2006.

⁶² SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República*. – Goiânia: Ed. da UFG. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

⁶³ Ibid, p. 93.

Brasil da década de 1920, identificado pelas contestações advindas dos militares, das artes, da crise cafeeira e disputas oligárquicas, pois esta imagem era uma tentativa de recuperação da unidade nacional.

Nesse contexto, ainda de acordo com Sandes, “o discurso do IHGB, articulado por intelectuais tradicionais, aparentou certo anacronismo, como se o instituto estivesse preso a um passadismo nostálgico decorrente de sua própria história.”⁶⁴ Ou seja, o discurso historiográfico nesse momento viria “apaziguar as coisas”, o que implica numa visão continuísta e não problematizada.

Considerando que a chegada dos escritores assuenses (intelectuais, escritores, poetas) provém de uma arquitetura discursiva armada por meio de discursos institucionais, necessita-se interrogar o cenário historiográfico em que estes se situavam, por isso, esse exercício de reflexão em torno da escrita da história do IHGB e IHGRN. Sendo assim, ainda com relação à historiografia praticada pelo IHGRN, Monteiro adianta que:

No meu ponto de vista, a primeira fase correspondeu aos primeiros 70 anos do século XX e foi caracterizada, especialmente, pelo peso mítico de Câmara Cascudo. Foi constituída pela produção de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pertencentes a uma geração anterior à formação universitária em História. O que me parece importante frisar é que sua matriz teórica, no sentido de uma certa concepção de História e de escrita da História, dos valores a serem defendidos e cultuados, encontra-se no século XIX, quando nasceu a escrita da História no Brasil. Esse nascimento esteve intimamente articulado ao processo de organização do Estado Nacional, processo esse no qual os historiadores, reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, em 1838, desempenharam um importante papel na construção de uma identidade nacional, de um passado em comum para o “povo” dessa nação que se organizava, por obra e em função de suas elites.⁶⁵

Neste enunciado, fica nítida a correspondência historiográfica entre o IHGRN e o IHGB. Assim, a história é narrada mediante a ênfase na atividade política como atributo das elites, destaque para os fatos protagonizados por sujeitos ditos importantes e a predominância da descrição sobre a interpretação, etc. Ainda para Monteiro, uma nova fase da historiografia potiguar seria conhecida entre os anos de 1970 a 1980, quando entrou em cena no Estado a

⁶⁴ Ibid, p. 142 – 143.

⁶⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. **Balanço da historiografia norte-rio-grandense**. In: ANAIS DO I ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN: o ofício do historiador. 2004, Natal. Anais... Natal, RN: EDUFRN, 2006, p. 52.

produção de cunho acadêmico levando em conta à atuação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ainda faz-se necessário entender que o modelo de produção histórica do século XIX seguiu os padrões da ciência moderna, notadamente representados pelos aspectos vinculados ao materialismo, objetivismo, racionalismo e realismo, os espaços neste paradigma de compreensão, tendiam a serem abordados em dimensões fixas, estáveis e extensivas, daí o desencadeamento de processos de monumentalização destes, de atribuição de permanência, de conferência de perenidade, de garantia do *status* de lugar de memória, de guarda e de conservação.

É preciso ressaltar que as narrativas sobre a história do Assú no início do século XX, por sua vez, responsáveis pela construção deste espaço, emergem nesse cenário científico/intelectual e historiográfico esboçado acima, são produções atravessadas pela prática inventiva da Nação, bem como pelo projeto historiográfico do IHGB, este reproduzido nas sedes estaduais. Por isso, os escritores da história do espaço assuense, neste período, carecem ser questionados como derivadas de uma rede discursiva, na medida em que é o discurso que estipula as modalidades enunciativas, eles são sujeitos tidos como construções no discurso, sujeitos tributários de formações discursivas que devem ser especificadas.

1.3 - A história assuense e a historiografia do IHGB/IHGRN

Uma reflexão sobre a história é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento.

*Michel de Certeau*⁶⁶

A advertência de Certeau ecoa como um tipo de missão para quem pretende interrogar determinada prática historiográfica, pois se deve toma-la como lugar de questionamento. Refletir sobre a história significa, em profundidade, problematiza-la, coloca-

⁶⁶ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre a história e a ficção*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011b, p. 163.

la sobre suspeição. Por isso, pretende-se neste ponto do texto analisar as regras e práticas discursivas que atravessaram as obras dos escritores doravante investigados nesse estudo.

A primeira investida de produção historiográfica relacionada ao Assú emerge na década de 1920, uma vez que se registra a produção de três obras as quais expressam o objetivo de narrarem a história e delimitarem os contornos geográficos da cidade, sendo elas: *Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), escrita por Antônio Fagundes; *Municípios do Rio Grande do Norte, seção Assú*, (1929), de autoria de Nestor dos Santos Lima e *O Município de Assu* (1929), composto por Pedro Amorim. Estas obras possuíam seus espaços de produção definidos e estiveram envoltas em princípios norteadores de certa operação historiográfica pertinente a segunda metade do século XIX e início do XX. As narrativas da história assuense da década de 1920 (novecentos) apresentam traços e características de um discurso histórico aos moldes do projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no oitocentos. Conforme Diehl:

Num quadro amplo, o conhecimento histórico e a historiografia brasileira são, até pelo menos o final da década de 1920 deste século, basicamente os mesmos dos verificados durante o século XIX. Essa historiografia guarda as mesmas limitações tradicionais e, no conjunto, sequer, muitas vezes, toma conhecimento do progresso das ciências sociais no final do século XIX.⁶⁷

De acordo com esse autor, boa parte da historiografia da década de 1920 esteve pautada nos ensinamentos de escrita da história propulsada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de modo que em alguns espaços de produção histórica, particularmente em âmbito estadual, as discussões sobre o saber histórico e suas relações com as ciências sociais emergentes eram praticamente desconhecidas. Corroborando com Diehl, Reis adverte que “até 1931 – 1933, o IHGB exercerá uma grande influência e será o único centro de estudos históricos do Brasil”.⁶⁸

Além do mais, na tentativa de salvaguardar a República, alguns intelectuais chegaram à conclusão de que o Brasil precisaria de uma consciência nacional, daí a necessidade de construí-la. Assim, a elite letrada do país se esforçou por reconstruir a nacionalidade através de vários trabalhos. Cabe registrar:

⁶⁷ DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupef, 1998, p. 141.

⁶⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, p. 2007, p. 25.

[...] que a produção intelectual do período em questão não foi acadêmica no sentido restrito – universitária: sobretudo, foram os bacharéis do direito que produziram seus ensaios sobre o momento histórico; os médicos, mantendo a tradição das escolas de medicina como centro de cultura; os engenheiros que, muitas vezes, em contato com o interior brasileiro, sugeriam o desenvolvimento dos meios de comunicação como premissa para a unificação nacional.⁶⁹

Desse modo, todo esse contexto de construção da Nação e de sua escrita se arrasta e se manifesta no início do século XX atravessando a década de 1920, momento em que o Brasil vivia certa instabilidade, uma vez que esta década se configura em ebulição consubstanciando a revolução de 1930, oportunidade em que demarca uma temporalidade de grande efervescência e profundas transformações que, grosso modo, dizem respeito às movimentações artísticas e intelectuais provocadas pela Semana de Arte Moderna; criação do Partido Comunista; movimento tenentista; centenário da independência; sucessão presidencial; crescimento dos setores urbanos e da classe média e questionamentos das bases oligárquicas da Primeira República.⁷⁰

Os autores da escrita da história assuense – neste mesmo período – se encontravam em condições favoráveis para escrever, pois frente a todo esse contexto evidenciado acima, eles estavam vinculados a espaços de produção e divulgação dos saberes que proporcionaram suas escritas, pois o espaço escolar e o IHGRN figuravam como fomentadores de produções textuais históricas e corográficas. Os dois escritores nascidos em Assú possuem outra peculiaridade, a saber: eram membros de famílias de destaque social na cidade e possuíam formação em nível superior em outros Estados, – eles se encaixam no perfil dos intelectuais assuenses cartografado no tópico 1.1., deste trabalho. Os três escritores, doravante investigados, circulavam por espaços sociais e institucionais típicos de frequência por parte da intelectualidade do início do século XX, como jornais, revistas, editoras, associações, entre outras. Para Gomes, esses ambientes “[...] articulavam uma diversidade de autores (escritores, editores, livreiros) em torno de um projeto coletivo: uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas.”⁷¹

⁶⁹ DIEHL, Astor Antônio. Op cit., 1998, p. 144-145.

⁷⁰ Ver, FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁷¹ GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos.** – Rio de Janeiro: Manuad X: Faperj, 2010. p. 14.

Nas províncias e posteriormente nos Estados, à produção histórica ficou a cargo dos intelectuais dos institutos históricos estaduais e dos letrados que buscavam corroborar com a construção da identidade nacional. Nossos autores da história assuense aí se encaixam, uma vez que Antônio Gomes da Rocha Fagundes militou na área de ensino, pois mesmo não sendo assuense de nascimento, pois em nasceu 1896 no município de Canguaretama/RN, este escritor e educador mediante a sua profissão docente veio morar em Assú nas primeiras décadas do século XX, onde dirigiu e lecionou no Grupo Escola Tenente Coronel José Correia. O contexto nacionalista inspirou este escritor a escrever uma história assuense de viés patriótico, até porque sua área de atuação: o magistério era um dos setores em que mais se aviltava o sentimento nacional, haja vista a tarefa pedagógica que os espaços escolares possuíam em ensinar o “verdadeiro” conhecimento do país. Aliás, entre as disciplinas que Antônio Fagundes costumava lecionar estava a disciplina de Civismo.

Além disso, somente a partir de 1959 registra-se a participação de Antônio Fagundes como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.⁷² Todavia, possivelmente no início da década de 1920, Antônio Fagundes criaria o clima de chegada à chamada Casa da Memória Potiguar, notadamente o IHGRN mediante uma produção de cunho histórico, esta baseada em produções do próprio Instituto, o que também evidencia relações entre Antônio Fagundes e esta instituição, uma vez que naquele momento a acessibilidade de pesquisa seria algo capitaneado por pessoas com proximidade para com aqueles que comandavam os destinos do Instituto. Este escritor ainda escreveu vários livros (literatura) destacando-se no cenário literário potiguar, chegando a falecer em 1982.

No campo educacional, Antônio Fagundes após formação pela Escola Normal de Natal passou por vários ambientes educacionais, a exemplo do Grupo Escolar do Assú, escolas de Mossoró e Natal, onde nesta última Fagundes foi diretor do Colégio Sete de Setembro. Além do mais, consta em seu currículo a diretoria do Departamento Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, o que corresponde hoje a Secretaria Estadual de Educação. Adepto da pedagogia moderna, este autor se reportando a instrução do município e particularmente a educação das escolas particulares do Assú, em 1921, evidenciava que “É de lastimar que estas ultimas sejam organizadas e ministradas por pessoas que não reconhecem

⁷² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Ata de sessão ordinária. Natal. Vol. LII, 1959. Tip. Centro de Imprensa S. A. 1959.

as superioridades do ensino moderno – ali predomina a taboada decorada, o A, B.C e a palmatória, - o terror da infância”.⁷³

O segundo autor analisado neste capítulo é Nestor dos Santos Lima. Ele ao escrever a história de vários municípios potiguares, por sua vez, publicadas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN acabou condensando estas escritas no livro *Municípios do Rio Grande do Norte*. Parte da obra destina-se à história do Assú (1929), cidade que o mesmo nasceu em 1887, advindo da família Santos Lima. Nestor Lima era filho do Coronel Galdino dos Santos Lima e de Ana dos Santos Lima. Este escritor teve trajetória de vida semelhante a de outros intelectuais assuenses, uma vez que logo deixou sua terra natal para formação e desempenho de suas atividades profissionais em cidades de maior porte, pois após passar a morar em Natal, Nestor Lima estudou no Liceu Paraibano e de lá se dirigiu para o Recife, onde seguiu à tradição dos bacharéis formando-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1909. Logo após, ele retornou ao Rio Grande do Norte onde militou no setor de ensino e na produção cultural do Estado, oportunidade em que pertenceu ao IHGRN e Academia de Letras Norte Rio-Grandense.

Além disso, Nestor Lima também foi diretor da Escola Normal de Natal (1911 - 1923) e, a exemplo de Antônio Fagundes, foi diretor do Departamento de Educação do Estado (1924 - 1928). Tornou-se personalidade influente no contexto educacional do Rio Grande do Norte na Primeira República, gestou uma proposta modernizadora “[...] seja na esfera da prática pedagógica, concernente ao desenvolvimento técnico dos ensinamentos primário e normal, seja na esfera da política educacional, relativa à implementação do ensino público.”⁷⁴ Essa perspectiva educacional moderna de Nestor Lima deve ser compreendida a luz dos efeitos do Brasil ciência e do forte debate sobre a nacionalidade, pois “sua atuação no ensino remonta a participação num movimento de educadores e políticos, que viam na educação uma das vias de formação de identidade nacional e uma abertura para o mundo civilizado, introduzindo no ensino novos métodos didático-pedagógicos.”⁷⁵ Nestor Lima, em tempos da Primeira

⁷³ FAGUNDES, Antônio. *Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assú*. Typ. Jaguaribe, [Aracati], Ceará, 1921, p. 63.

⁷⁴ MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. *Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do discurso (1911 - 1928)*. Natal, RN: EDUFERN, 2009, p. 11.

⁷⁵ SILVA, Ágda Priscila da; CUNHA, Débora Quézia Brito da. *História da historiografia da educação no Rio Grande do Norte (primeiras décadas da República)* Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7). Disponível em:

República, ressaltou as práticas educacionais do período advogando em prol de novas construções educacionais, pela higiene escolar e pela técnica educacional.

Não obstante a questão acima, se deve assinalar que os discursos de Nestor Lima e Antônio Fagundes emergem no momento de afirmação da rede escolar pública no Brasil, eles serão no Rio Grande do Norte vozes da modernidade educacional, homens diferenciados do pensar o saber escolar em um momento decisivo, pois “[...] somente no século XX, a escola passou a ocupar espaço central, na maior parte do país, nos processos de transmissão dos saberes”.⁷⁶ Esses dois educadores podem ser considerados como discursos chave do pensamento escolar e pedagógico no cenário potiguar das primeiras décadas do século XX, até porque ambos fizeram parte do contexto de implantação dos grupos escolares no RN, espaços tidos como arquiteturas condizentes com os ideais de civilização, higiene e modernização do cenário republicano. Ainda vale dizer que, mesmo frente à difusão da escola no Brasil, a década de 1920 ainda registrava um percentual de 71,2% da população do país na condição de analfabeta,⁷⁷ daí possivelmente explique-se a batalha travada pelos nossos autores em direção a novos rumos da educação nacional e estadual, principalmente Nestor Lima que se transformou em dos arautos a favor da modernidade no âmbito do ensino escolar.

O exercício profissional do magistério para este educador estava articulado com o “[...] o nacionalismo e o devotamento pátrio à bandeira, enquanto símbolo da memória e do compromisso nacional.”⁷⁸ Compreende-se que Nestor Lima estava afinado com as práticas e postulados nacionalistas no período republicano e, por isso, deve-se entender que tal conjunto de coisas transborda para seu discurso histórico, pois em relação ao ensino da história nacional, este autor:

{...} Assinala no nível da “instrução”, as “ações gloriosas” de fatos e homens do passado e “as causas do desenvolvimento do país”; no nível da “educação intelectual”, do exercício do juízo, raciocínio e imaginação, assinala o “julgamento das coisas e dos homens pela comparação do passado com o presente” e, no nível da “educação sentimental”, forma o espírito através do exemplo dos antepassados e do

<<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/view/865/303>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

⁷⁶ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira ... [et al.], (org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX.** – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 11.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. Op. cit., 2009, p. 123.

exercício do sentimento patriótico como modelo do “caminho a seguir na vida pública”.⁷⁹

Estas palavras de Nestor Lima sobre o ensino de história nacional, publicadas em 1911, através de matéria jornalística do jornal *A República* de Natal, esclarece sobre as concepções de ensino e de escrita da história para este escritor, pois o ensino, nesse caso, transporia para a sala de aula o resultado de uma produção histórica ligada a princípios racionalistas, lineares e de forte ênfase no passado, na medida em que os eventos e sujeitos de antes tidos como importantes serviriam de comparação com o presente vivido, oportunidade em que o patriotismo do presente se orientaria pelos exemplos dos antepassados, particularmente para aqueles que tenderiam a enveredar pela vida pública. Essa postura alinha-se a do IHGB, pois de acordo com Guimarães, para construção da Nação, a história foi tida “[...] enquanto palco de experiências passadas, poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções”.⁸⁰

É com essa concepção de história que Nestor Lima conduz sua prática histórica no IHGRN. Nessa instituição ele foi ovacionado como grande expressão da “casa da memória potiguar,” sócio do Instituto desde 1910, ele foi presidente por trinta e dois anos (1927 – 1959), morrendo em pleno exercício do cargo. Sua representação junto à comunidade historiadora do Instituto foi tamanha, pois quando de sua morte, o mesmo passou a ser considerado presidente perpetuo daquela instituição. Ainda no contexto de sua morte, em 1959, foram lhe rendidas homenagens póstumas, daí as subsequentes reuniões do IHGRN registrarem em suas atas eventos em homenagens ao mesmo. Na sessão ordinária de 29 de março de 1959, o Instituto além de eleger novos sócios se preocupava com a memória do ex-presidente, desta feita, o sócio efetivo Manoel Rodrigues de Melo sugeria que a nova presidência marcasse a data para a leitura do necrológio de Nestor Lima, sugestão essa acatada⁸¹. Registra-se que nesse momento o irmão de Nestor Lima, o também assuense Luís Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima fazia parte do IHGRN.

As honras advindas do IHGRN para Nestor Lima continuaram, de modo que por ocasião das comemorações do 80º aniversário do IHGRN, Nilo Pereira, membro desse

⁷⁹ LIMA, Nestor. In: MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. Op. cit., 2009, p.119.

⁸⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit. 1988, p. 15.

⁸¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Atas de sessões. Natal. Vol. LII, 1959. Tip. Centro de Imprensa S. A. 1959, p. 109 – 116.

Instituto, escreveu texto saudando o referido aniversário e ao mesmo tempo publicou uma nota acerca de Nestor Lima demonstrando a ligação entre este último e a tida “casa da cultura” potiguar (Instituto), ressaltando que “Nestor Lima foi o próprio Instituto numa larga Faixa de sua vida.” Pereira fazia menção ao envolvimento de Nestor Lima com o espaço de produção da história e geografia no Rio Grande do Norte, ele aparece neste texto de 1980 como figura imprescindível no desenvolvimento do IHGRN, por isso, neste mesmo escrito ele foi considerado como mestre da história e da geografia, um homem de arquivos, possuidor de um vasto arsenal de leitura, na medida em que possuía uma boa quantidade de obras situadas em sua biblioteca particular, esta que foi posteriormente doada ao Instituto Histórico.

Pereira ainda recorda a produção escriturística de Nestor Lima relatando que este foi autor “[...] de vários livros. Um desses livros - **“Municípios do Rio Grande do Norte”** [grifo nosso] - é um trabalho completo, exaustivo, que devia ser atualizado e reeditado pelo Instituto”.⁸² Nilo Pereira, memorialista do Ceará-Mirin, colocava o livro (Municípios do Rio Grande do Norte - 1929) aqui analisado (seção Assú), como uma expressão de alto valor, fazendo referência como um trabalho que pelo esforço feito atingia o grau de completude, merecendo ser novamente publicado. Esse trecho serve para avaliar a dimensão que a referida obra alcançou frente aos membros do Instituto. A produção de Nestor Lima é alçada a condição de “obra de valor”, já que o suposto valor de uma obra histórica situa-se no reconhecimento pelos pares de quem a produziu, bem como por ela está localizada num conjunto operatório reconhecido.⁸³

Nesse sentido, além de dois autores vinculados ao campo educacional, o último autor deste momento de discussão referente à escrita da história assuense na década de 1920, é Pedro Soares de Araújo Amorim, nascido em Assú em 1880, membro da família Amorim, uma das conhecidas estirpes do município com destaque na vida social com ênfase nas letras e na política. Dr. Pedro Amorim, assim como ficou conhecido em Assú e região, após formação ginásial no Ateneu Norte-Rio-grandense, diplomou-se em Medicina na Bahia, em 1903, passando a exercer a profissão nas próprias circunvizinhanças do Assú, neste último, foi representante político, oportunidade em que por várias vezes foi Intendente/prefeito do município, além de ter sido deputado tornando-se representante político do povo potiguar.

⁸² PEREIRA, Nilo. Devotamento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal - RN, Vols. LXXIII - LXXIV, nº ?, p. 19 - 21, anos, 1981 - 1982.

⁸³ Ver, CERTEAU, Michel de, Op. cit, 2007.

Com a morte de seu pai, Pedro Soares de Amorim, Pedro Amorim seguiu a função intelectual que o mesmo ocupava, por sua vez, passando a ser, por volta de 1915, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, conforme está registrado em publicação desta instituição.⁸⁴ Conforme ata do Instituto Histórico datada de 29 de março de 1959,⁸⁵ Pedro Amorim foi eleito sócio efetivo do referido Instituto, ou seja, praticamente dois anos antes de falecer.⁸⁶ Ainda que a obra *O Município de Assú* (1929),⁸⁷ tenha sido elaborada em formato de monografia para ser apresentada em um congresso econômico do Estado em 1928, seu conteúdo reflete, além do ideário político, o que já diz acerca da postura historiográfica do autor, os postulados do projeto histórico do IHGB ao qual o IHGRN estava vinculado.

Além do contexto em que vivia, Pedro Amorim, pelas próprias ligações com Instituto e pela carreira política que assumia, era um homem devotado a uma boa conduta patriótica, uma vez que quando fez menção às funções públicas referia-se a comportamentos condizentes com essa postura. Em relatório de sua administração em 1926, este que já antecipa algumas descrições contidas em *O Município de Assú* (1929), ao se referir ao seu vice-prefeito (Capitão Manoel Soares Filgueira Segundo) e ao momento que este assumiu a chefia do município em função de sua ausência, ele informou que este “[...] fez a sua administração durante a minha ausência com patriotismo e competência”.⁸⁸ Em outro momento da obra, quando se dirige aos intendentes (vereadores), ele ressaltava que “cumpristes com verdadeiro patriotismo a missão que, em boa hora, lhe confiou o eleitorado assuense e prestastes à nossa terra inestimáveis e inesquecíveis serviços”.⁸⁹

Deve-se considerar que Pedro Amorim,⁹⁰ pela condição política que ocupava, tonou-se forte liderança no cenário assuense, de modo a congregar as principais lideranças do lugar, como se observa na fotografia seguinte:

⁸⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Dr. Pedro Soares de Amorim. Natal. Vol. XI - XII – XIII. 1913 – 1915. Atelier Tipográfico M Victoriano & C. 1915?

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Sobre seu falecimento encontram-se informações em necrológico de 1961 já fazendo referência ao mesmo como sócio efetivo do IHGRN. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN*. Necrologia: Pedro Soares de Araújo de Amorim. Vol. LIV, Tip. Centro de Imprensa, Natal, 1961, p. 177 – 178.

⁸⁷ AMORIM, Pedro. *O município de Assu*. Imprensa Oficial, 1929.

⁸⁸ AMORIM, Pedro. Op. cit. 1926, p. 2

⁸⁹ Ibid. p. 7.

⁹⁰ Foi intendente (presidente do município), prefeito e deputado à Assembleia Legislativa do Estado.

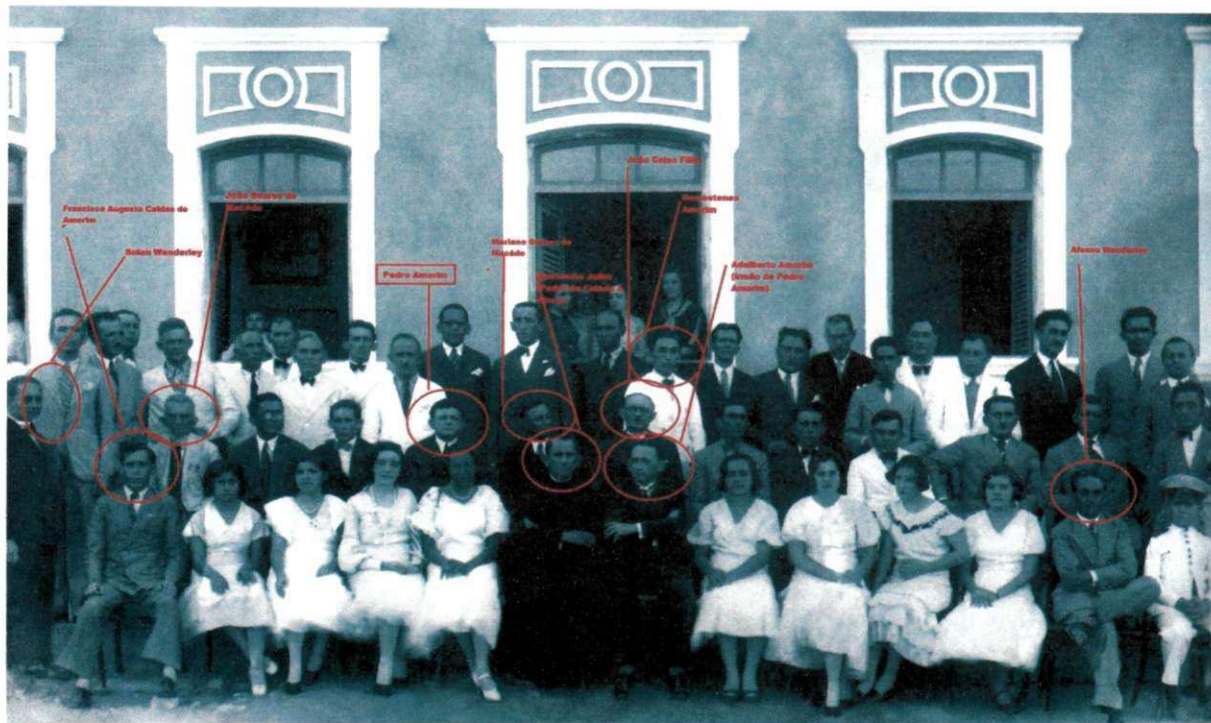


Figura 4. Pedro Amorim, lideranças, amigos e familiares na década de 1920 na sua residência em Assú. Arte: Roberg Januário dos Santos. Arquivo fotográfico: Gregório Celso de Macêdo.

Nesta fotografia da década de 1920,⁹¹ Pedro Amorim aparece ao lado de pessoas que consequentemente formavam o grupo político e social de apoio a sua pessoa ou foram convidadas numa demonstração de relacionamento proximal com o referido autor e político, o que evidencia força e articulação. Neste grupo de pessoas, aparecem algumas lideranças locais, como o pároco (Monsenhor Julho Alves), autoridades judiciais (Adalberto Amorim) e intelectuais, a exemplo dos escritores e jornalistas Francisco Amorim, João Celso Filho, Demostenes Amorim, entre outros. Cabe registrar que, além do grupo político liderado por

⁹¹ Acerca do contexto assuense na década de 1920, registra-se que a cidade possuía pequenas escolas em comunidades rurais, além de outras na área urbana, inclusive o Grupo Escolar Tenente. Coronel José Correia, este atuando na educação de crianças, jovens, ainda possuindo curso complementar. Foram realizadas neste período reformas na Cadeia Pública e no Mercado Público, neste último foram reformados os açougues, cimentadas às paredes e concertado o calçamento da fachada que dava para a Praça Pedro velho. Já as ruas principais haviam ganhado placas com suas respectivas denominações e numeração. Além do mais, também as ruas principais ganharam iluminação elétrica pública e particular, sendo que esta geralmente só funcionava até meia noite, sendo restabelecida no dia seguinte. A energia provinha de um motor de propriedade do senhor Francisco Martins Fernandes, empresário de destaque na cidade. Registra-se também um alto índice de mortalidade infantil para a época, pois no ano de 1926, em detrimento de 16 adultos, morreram naquele ano 52 crianças. A fonte de água pública apresentava constantes problemas, haja vista defeitos no motor e cata vento. Além do que, no final da década de 1920, Assú possuía em torno de 24 mil habitantes. No final desta década, a cidade tinha uma economia pautada no cultivo de algodão e na extração de cera de carnaúba; havia sede de telegrafo, agência dos correios, correspondentes do Banco do Brasil e do Rio Grande do Norte, mais uma Caixa Rural. Neste momento, estava em construção o Cine-Teatro Pedro Amorim. Entre outros jornais, circulava o jornal *A Cidade*, este que foi publicado em Assú entre 1900 a 1930. Na área de saúde, à cidade contava com dois médicos e dois estabelecimentos de vendas de medicamentos. Existia o Hotel dos viajantes de propriedade de Antônio Dantas de Amorim e um dos escritórios mais conhecidos de advocacia da cidade era de João Celso Filho. Informações consultadas em: AMORIM, Pedro. **O Relatório lido perante a intendência do Município** (1926); **O município de Assu** (1929); **Jornal A Cidade** 1908, 1928.

Pedro Amorim, existia na cidade outro grupo, por sua vez, chefiado por Ezequiel Fonseca Filho. Alguns fatores concorreram para terem possibilitado condições de enunciação a Pedro Amorim, tais como: liderança política; envolvimento com homens de letras e a vinculação com o IHGRN.

Desse modo, os três autores apresentados podem ser compreendidos mediante uma rede de saber e poder, uma vez que ambos possuíram trajetória de vida profissional que traduz tal assertiva. Ainda mais, salienta-se que estas obras (historiografia assuense), além de protagonizarem a insurgência de um arquivo histórico e memorialístico para o Assú, ou seja, um saber construtor desse espaço, elas também dizem respeito à questão do poder, este entendido aqui não como tradutor de sistemas de dominação, mas como aquilo pelo que se luta, pois corresponde a produções sobre dizer e fazer um espaço, operação pela qual se constrói discursivamente uma cidade. Estes autores e intelectuais por meio de práticas advindas de instituições como o IHGB e o IHGRN, entre outras, ao elaborarem suas obras também agiram pelo poder da dizibilidade, da visibilidade e da demarcação de um lugar de fala em relação ao Assú.

Tudo isso evidencia que o poder está espreado pela sociedade, ele se enterra sutilmente por toda rede social. Daí Foucault considerar que “eles próprios, os intelectuais fazem parte desse sistema de poder; a ideia de que eles são os agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte desse sistema”.⁹² Ainda seguindo o pensamento desse autor, os intelectuais não devem angariar para si posições que busquem dizer a verdade muda de todos, estes devem lutar contra as formas de poder “[...] ali onde é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso”.

Desse modo, as três obras analisadas convergem quanto à perspectiva histórica e geográfica delineada pelo projeto de escrita do IHGB, daí é recorrente nas mesmas a apresentação de um histórico do município de caráter continuísta, ou seja, protagoniza-se uma exposição de acontecimentos que somados denotam a evolução da cidade, principalmente no que concerne ao período de formação das primeiras instâncias administrativas e jurídicas com destaque para a fundação de arraias, da freguesia, da Vila, a Comarca e a Cidade. Também se registra que cada obra destina-se a apresentar certa corografia assuense, há uma descrição de rios, lagoas, climas, serras, serrotes, riquezas animais e vegetais, lugares e povoações

⁹² FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. Coleção Ditos & Escritos. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

constituintes da paisagem do município, além de extensões e limites. Vale destacar que a narrativa de tons patrióticos é assumida com mais ênfase por Antônio Fagundes em *Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921).

Atenta-se para a operação historiográfica praticada pelos três autores, pois ela nos esclarece quanto a determinadas regras de seus enunciados. Deve-se adiantar que a produção das três obras discutidas encontra-se na interface entre a concepção de história enquanto mestra da vida e a busca da verdade histórica moderna amparada no apego irrestrito ao documento, algo típico da historiografia do IHGB no período. Essa postura pode ser entendida como uma prática de escrita que deve ensinar e direcionar o presente e o futuro por meio dos eventos passados, ancorando-se numa base documental geralmente situada em arquivos canonizados, como o próprio arquivo do Instituto. Os “fatos” históricos seriam narrados conforme uma lógica de causa e efeito e linearmente transcorridos num passado longínquo com implicações nos períodos vindouros, por sua vez, provados mediante documentos. Tudo isso evidencia que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição do Saber”.⁹³

Cabe registrar que em várias narrativas da historiografia herdeira do século XIX os documentos “falavam por si”, ou seja, em determinadas situações a narrativa de um acontecimento seria resultante de uma transcrição praticamente integral do documento consultado. Aí estaria certa história metódica marcada pelo gosto do arquivo e aos documentos. Conforme Menezes “[...] o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte integrou a sua produção historiográfica alguns preceitos sobre o pensar e escrever a história muito próprios do século XIX e início do XX”.⁹⁴ Também se observa que em alguns casos era praticada a chamada crítica aos “fatos” oportunidade em que os acontecimentos seriam confrontados pelo historiador, além de este se neutralizar frente ao seu objeto na busca das origens.

Como exemplo do apego aos documentos, no âmbito dos institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil, tem-se o caso do historiador Afonso de Taunay, este vinculado ao IHGB e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP. Esse historiador participou ativamente no início do século XX da invenção discursiva de São Paulo

⁹³ CERTEAU, Michel de. Op. Cit. 2007, p. 93-94.

⁹⁴ MENEZES, Carla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. Caderno de História, Natal, V. 3/4, n. 2/1, p. 41-47, jul/dez 1996; jan/jun. 1997, p. 55.

enquanto uma região delimitadora do território brasileiro, assim constituindo uma historiografia produtora do espaço paulista. Por este viés, operando pela identidade desbravadora dos paulistas mediante o movimento bandeirante, Taunay demonstrou forte apego ao documento, essa que “[...] foi a qualidade mais destacada por Taunay, pois afirmava a confiabilidade das informações contidas ali e, e o mais importante, reforçava esse procedimento como adequado para a busca da verdade moderna”.⁹⁵ Tal postura decorreu em função de os Institutos históricos no Brasil tornaram-se lugares de tradição em que suas reflexões históricas demonstravam afeição ao peso dos documentos, a vida dos homens ilustres e o respeito ao passado.

Nesse contexto, em *Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), de Antônio Fagundes, *Municípios do Rio Grande do Norte, seção Assú*, (1929), escrita por Nestor dos Santos Lima e *Município de Assu* (1929), de Pedro Amorim, nota-se que os três autores operaram por meio de pesquisa em arquivos e que, além disso, fizeram uso de uma referência considerada pioneira dos estudos do IHGRN sobre o cenário potiguar, notadamente *Capitães Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, escrita pelo desembargador e também idealizador do Instituto Vicente Simões Pereira de Lemos, em 1912. Vale ressaltar que, esta obra trata da fixação portuguesa na Capitania do Rio Grande, o que já explica, em parte, a sua utilização. Deve-se lembrar de que, a temática relacionada aos capitães-mores e governadores do RN ao lado de outras duas, a saber: “índios celebres do Rio Grande do Norte” e “Holandeses no Rio Grande do Norte” preenchiam os textos históricos publicados nas primeiras revistas do Instituto que começaram a circular a partir de 1903.⁹⁶

Também é preciso registrar que, em Antônio Fagundes e Nestor Lima aparecem referências às revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o que denota a prática de pesquisa nos arquivos desse Instituto. Observa-se que desde o início, as Revistas do IHGRN se caracterizavam por transcrições de sessões do Instituto, transcrição de documentos, resumo de atas das sessões, notas biográficas e necrológicas e narrativas históricas, genealógicas e geográficas do cenário estadual. Essas características já informam acerca de que tipo de suporte de leitura os dois escritores tiveram como base. No caso de Antônio Fagundes, este chegou a utilizar em seu texto o ensaio corográfico de Manoel Dantas, publicado em uma das revistas do Instituto. No início do seu livro *Noções Sobre a*

⁹⁵ ANBEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; FILHO, Milton Stanczyk. (org.) *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 35.

⁹⁶ MENEZES, Carla. *Ibidem*.

História e Geografia do Município do Assú (1921), ele demonstra o trabalho em arquivos em nome da história do Assú e do Brasil, pois elenca que:

Num transporte cívico removamos o pó dos arquivos, consagremos, por alguns instantes, a nossa inteira atenção ao passado honroso dos filhos da terra de Ulysses, a nesga do fecundo solo brasileiro, orlada pela beleza dos verdes carnaubaes, e encontraremos paginas repletas de civismo, o maior e mais pratico exemplo de devemos seguir todos nós, filhos da Terra e Santa Cruz.⁹⁷

Nestas palavras, Antônio Fagundes, além de evidenciar a relação com arquivos, refere-se ao trabalho com os mesmos em função de um tipo de viagem ao passado para lá encontrar os verdadeiros e honrosos exemplos de civismo assuense que deviam ser consagrados como reais feitos patrióticos da Nação brasileira; feitos da terra de Ulysses Caldas, tido como herói assuense na Guerra do Paraguai; feitos notáveis de constar na galeria do patriotismo da Terra de Santa Cruz. Fica patente que o autor situa Assú como um tipo de pequena pátria pertencente à pátria mãe: Brasil. A ênfase concedida ao solo brasileiro e a beleza dos carnaubais assuenses explica-se em função de que se vivia um contexto de valorização das riquezas naturais da pátria, entre elas: o solo e as matas.

Além do mais, Nestor Lima também fez uso das revistas do IHGRN, bem como de bibliografia produzida neste Instituto. Deve-se atentar para o uso de jornais por parte desse autor, particularmente o *Jornal A República* de Natal. Ainda deve-se registrar que, as informações concernentes à colonização do Assú no livro de Nestor Lima também foram provenientes do primeiro trabalho de cunho histórico sobre o Rio Grande do Norte, produzido antes mesmo da criação do IHGRN: *Breves Notícias sobre a Província do Rio Grande do Norte*, escrito por Manoel Ferreira Nobre, em 1877. Obra que tratou da história, geografia e economia potiguar num estilo de compilação de informações.

Já Pedro Amorim, para confeccionar seu relatório histórico, recorreu aos arquivos públicos da Intendência para tal tarefa, uma vez que quando lista os cidadãos que exerceram a chefia pública do Município informa que “não existem no arquivo da Intendência livros de actas de 1822 a 1828”.⁹⁸ Em outros trechos da mesma obra, torna-se perceptível a utilização de documentação desse porte. Nas obras interrogadas aqui, o principal procedimento é uma

⁹⁷ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., 1921, p. 13 – 14.

⁹⁸ AMORIM, Pedro. Op. cit. 1929, p. 29.

narrativa que se apoia em documentos que, por sua vez, não são interpretados, nem inquiridos, mas sim são tidos como apresentadores e comprovadores dos acontecimentos. Se no caso de Taunay, já existia certa crítica ao documento, entre os autores investigados, percebe-se atribuição de importância aos mesmos, mas à crítica foi eclipsada. Assim, não se pode esquecer que estas investidas em prol da verdade não podem ser dissociadas do poder e seus mecanismos.

A história do Assú, nestes termos, é narrada por meio de um processo evolutivo, oportunidade em que o início desta adquire grandeza, pois se faz referência por volta 1650 a uma tribo indígena denominada “taba-assu” com tradução para aldeia grande. Mas, a referência maior se faz ao processo de colonização, momento em que são erguidas as bases do Assú, quando por meio da expansão pecuarista se dá o encontro entre o homem branco e o indígena, encontro esse marcado pela preponderância do branco sobre o índio, implicitamente justificado pelo nascimento de um novo espaço: Assú. Essa estratégia discursiva diz respeito a uma tentativa de associação com a história da colonização brasileira e, por conseguinte do Rio Grande do Norte, onde primeiramente as coisas começaram pelos indígenas e posteriormente o “descobrimento”, por parte dos portugueses. Por isso, Antônio Fagundes destaca que “a história do Assú tem seu início nas aldeias indígenas, como acontece em todo o Brasil. Aqui dominava a tribo dos *janduiys*, guerreira e feroz [...]”.⁹⁹ Deve-se ressaltar que a invenção de um espaço é tecida também pelo aspecto de grandeza, esta não necessariamente física, mas simbólica.

O destaque de “guerreiros” e “ferozes” atribuídos aos indígenas tornou-se condição concebida em tais enunciados, de modo que estes tenderam a ressaltar o papel dos homens colonizadores do espaço assuense, atribuindo a estes uma tonalidade quase heróica, haja vista o enfrentamento com os “selvagens”. Assim, a feitura desse espaço na narrativa de Nestor Lima passou pelo empenho de bravos homens, a exemplo do capitão João Fernandes Vieira, este que nos idos de 1668 iniciou a colonização do Assú, ordenando a fundação de um arraial neste lugar. Entretanto, registra Nestor Lima a enorme dificuldade de colonização da Ribeira do Assú em função dos “naturaes da terra, numerosa tribo tapuya, que declarou guerra de morte aos colonizadores, a quem causava toda sorte de danos em medonhas investidas”.¹⁰⁰ A visão de que os indígenas da região tornaram-se empecilho para a colonização também é

⁹⁹ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., 1921, p.14

¹⁰⁰ LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assu e Augusto Severo**. Edição Fac-Similar da revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26 – 1 Edição – 1929. Coleção Mossoroense. Série C – Vol. DXCV, 1990, p. 138.

reforçada por Fagundes, quando adianta que após 1682 terminava a catequização dos bárbaros, pois os índios do Assú começavam a impedir o povoamento do “fértil solo”, de modo que surgia “[...] um período de tyrannias e discórdias, de uma luta entre essa gente e os colonos aqui chegados para continuar a obra da civilização”.¹⁰¹

Essa concepção em torno dos indígenas do Assú produz uma ideia de comportamento e estética inferior destes para com o homem branco e colonizador. Cabe ressaltar que, o conflito aqui aparece, mas de modo a enfatizar o empecilho indígena para a colonização e ao mesmo tempo evidencia a valentia destes, inclusive a bravura dos índios é um dos únicos aspectos positivos destes aproveitados nas narrativas históricas sobre o Assú neste momento de escrita. Ora, seria necessário justificar a vitória do homem branco e civilizado sobre um inimigo forte, pois a significação da conquista ganharia grandes dimensões.

Por isso, o confronto entre indígenas e portugueses será destacado explicitamente em Antônio Fagundes e Nestor Lima, por sua vez, aparecendo implicitamente em Pedro Amorim. A contenda citada acima foi referendada como um tipo de guerra de conquista, pois na medida em que os indígenas ofereceram resistência ao domínio branco, sua ação foi tida como bárbara, até porque foram considerados também como não pertencentes à civilização, daí posteriormente esse embate tenha sido denominado de Guerra dos Bárbaros pela historiografia.¹⁰²

Cabe registrar que as guerras de conquista emergem no contexto de produção da Nação brasileira e na historiografia do IHGB, particularmente na escrita de Varnhagen, em *História Geral do Brasil*, como uma necessidade histórica e como um forte fundamento da Nação, uma vez que sinaliza a edificação nacional por meio do sangue e bravura de “heróis” da civilização. De acordo com Odália, “as guerras de conquista se sublimam porque nelas se defrontam, de um lado, a lei, a civilização, a ordem, a autoridade, a religião, em uma palavra, a sociedade branca e europeia, e, de outro a barbárie [...]”.¹⁰³ Assim, somando esse fator com

¹⁰¹ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., p. 18.

¹⁰² Esta Guerra tida por alguns como Guerra do Açú foi fruto da resistência indígena ao domínio português que ocorreu entre o final do século XVII e início do XVIII. Quanto à denominação Guerra dos Bárbaros, Pedro Puntoni adianta que se trata de uma questão histórica, na medida em que além de significar uma visão do colonizador, diz respeito a uma estratégia de dominação, pois produzir uma diferença em relação a outro povo implica o sobrepujamento e até a dominação direta. Ainda de acordo com esse autor, os índios que habitavam o Assú pertenciam ao contingente indígena dos tapuias, estes, por sua vez, foram tidos como bárbaros. Ver, PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo: Hucetec: EDUSP: FAPESP, 2002.

¹⁰³ ODÁLIA, Nilo. Op. cit. p.53

o considerado empecilho indígena à colonização, surgia a tão propalada “guerra justa”, ou seja, guerra autorizada pelo Rei ou pelo governador do Brasil.

Essa questão verificada acima denota a observação de Certeau de que “[...] o discurso histórico multiplica as marcas da alteridade pelo uso sistemático da datação, nomes próprios, citações, detalhes secundários, “reproduções”, gráficos, etc”.¹⁰⁴ Os autores analisados neste estudo buscaram estabelecer marcos cronológico, sequenciaram nomes próprios, além de ancorarem-se em produções tidas como tradicionais no campo da historiografia potiguar, praticando enunciados que corroboram para compor certa alteridade aos indígenas. Por este viés, a identidade assuense vai sendo produzida enquanto branca e herdeira da obra europeia nos trópicos. O espaço, nesse sentido, é constituído nos moldes da civilização.

Particularmente nos livros de Nestor Lima e Antônio Fagundes, percebe-se uma história que se desdobra em páginas de grandeza e sobrepujamento do homem branco e português sobre os indígenas da região, branco portador da “carteira” de representante da civilização que traria as luzes e a cultura a este espaço. Por isso, Fagundes ao descrever a catequização dos índios advertia que “impossível se tornava, pois a permanência desses bárbaros, de costumes tão extravagantes, entre os colonos. Era preciso instruí-los na religião, nos sublimes preceitos da moral, afim de torná-los civilizados, senhores de seus direitos e deveres numa sociedade”.¹⁰⁵

Essa investida civilizatória sobre os indígenas explica-se pela própria prática de debate em torno do índio protagonizada pelo IHGB, pois seus sócios herdaram uma concepção de história iluminista marcada pelas noções de linearidade e progresso, por sua vez, tradutoras de uma postura evolutiva. De acordo com Guimarães, o historiador pesquisador da história brasileira era impulsionado “[...] a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização”.¹⁰⁶ Daí Antônio Fagundes ter considerado que “a civilização é sempre o balsamo que tonifica a vida dos homens”.¹⁰⁷

Desse modo, enquanto Antônio Fagundes adiantou que estes mesmos índios são “antropófagos, destemidos e valentes, sem lei nem crença religiosa, eram o terror da zona sertaneja”. Nestor Lima, na narrativa operada sobre os indígenas, lhes atribui o estereótipo de

¹⁰⁴ CERTEAU, Michel de. Op. cit. 2011b, p. 183-184.

¹⁰⁵ Ibid, p. 17.

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit. 1988, p. 11.

¹⁰⁷ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., p. 17.

“ferozes”, “selvagens” e “anthropophagos”. Já Pedro Amorim elencava que o Assú era povoado, em 1650, por numerosos íncolas selvagens, chamados janduys [...]”. Manifesta-se a evidência de que “ não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papéis”.¹⁰⁸ Pois estes enunciados acerca dos indígenas do Assú fazem parte de uma rede de enunciados que estereotipam a presença do índio no território brasileiro, provavelmente essa visão dos autores aqui analisados é arquiestruturada por outras referências, por outras visões sobre a mesma questão. Deve-se salientar que, além de toda associação com as narrativas de colonização do Brasil e da capitania do Rio Grande, as narrativas desses escritores enfatizam a presença indígena também em função do destaque as “raízes” étnicas do Assú, estas numa escala de progresso, ou seja, da barbárie à civilização.

Percebe-se nos apontamentos de Antônio Fagundes o incômodo pela falta de crença religiosa, leia-se cristã-católica, por parte dos indígenas. Essa postura explica-se, haja vista os historiadores do período considerarem a religião um instrumento civilizador e, por isso, o contexto religioso dos índios ter sido considerado bárbaro. Deve-se compreender que, embora tenha ocorrido — com a transição do Império para a República — a separação entre Igreja e Estado, no âmbito do IHGB, essa separação não se operou, pois “entre novembro de 1889 e o final da presidência do Barão do Rio Branco, em 1912, ingressaram 23 sacerdotes nos quadros do IHGB”.¹⁰⁹ Os intelectuais eclesiásticos desde a fundação do Instituto sempre se fizeram presentes em seus quadros e, dessa forma, o discurso histórico advindo deste lugar de produção intelectual não descartou o poder religioso e o considerou em sua historicidade, inclusive no período citado acima, foi recorrente o uso de metáforas religiosas nos discursos publicados na Revista do Instituto. Assim, o IHGB metaforicamente foi considerado por Hruby como o templo das sagradas escrituras.

Quanto aos escritores da história assuense e suas respectivas visões sobre os indígenas, observa-se que esta maneira de olhar os nativos era semelhante aquela do IHGB, por sua vez, manifestada na obra do seu principal representante no século XIX: Francisco Aldolfo de Varnhagen, que escreveu *História Geral do Brasil* (1854-1857). Nesse livro, Varnhagen refere-se aos indígenas do Brasil de modo a enfatizar que estes eram “uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosa em relação a

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 121.

¹⁰⁹ HRUBY, Hugo. **O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)**. Revista: história da historiografia, número 02, março, 2009, p. 52.

extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si; bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo.”¹¹⁰ É preciso salientar que a existência de certo racismo no discurso de Varnhagen não é de ordem biológica e sim estrutural, na medida que não se trata necessariamente da superioridade de uma raça sobre outra, mas sim de uma estrutura organizacional alinhada a civilização, notadamente representada pelo Estado-Nação sobre a barbárie indígena.

Considerando as contribuições francesas sobre historiografia brasileira, particularmente aquela recebida pelo IHGB, deve-se rastrear essa prática na ideia de culturas inferiores e superiores advinda da matriz de pensamento intelectual francesa, uma vez que esta, como informa Cardoso, postula que as civilizações seriam identificadas igualmente as altas culturas, pois a humanidade passaria por etapas sucessivas como, por exemplo, da selvageria – barbárie – civilização.¹¹¹

Essa postura dos escritores da história assuense denuncia características do pensamento historiográfico do século XIX, oportunidade em que ao se remeter a civilização, trata-se da atuação branca no desenvolvimento dos povos, o que se coaduna para a edificação de uma Nação. Nesse momento, a discussão sobre mestiçagem no Brasil estava em alta, de modo que os intelectuais brasileiros engendraram determinado pensamento que postulava o Brasil sendo fruto de três raças, a exemplo do branco, o negro e o índio. Todavia, adverte Ortiz que “o quadro de interpretação social atribuía, porém à raça branca uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira”.¹¹² Precisa-se compreender que os autores investigados situavam-se num momento de forte debate em torno da construção de uma Nação que se pretendia unida, mas é acabava sendo diverso, o que colocou o grande problema para a intelectualidade do período, pois conforme Munanga:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX.¹¹³

¹¹⁰ REIS, José Carlos. Op. cit., p.35.

¹¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

¹¹² ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. – São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 19.

¹¹³ MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 3º. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 48.

Essas palavras de Munanga, além de refletirem a sua tese, notadamente de que o processo de formação da identidade nacional brasileira tomou por base métodos eugenistas, postuladores do embraquecimento da sociedade, também dizem respeito à periodicidade do debate, ou seja, a discussão posta atravessa o contexto dos autores aqui investigados, inclusive perpassa outros autores assuenses que serão questionados doravante neste estudo. Não obstante, cabe explicar em relação à década de 1920, que os debates sobre a questão racial ainda ancoravam-se nas teorias advindas do século XIX, pois a discussão acerca de tal questão pós 1930 diz respeito a outras contribuições, inclusive a de Gilberto Freyre. Essa questão, assim como já foi assinalada por Munanga, faz parte diretamente do movimento de construção das nações, e neste ponto Poutignat adverte que “a memória fundadora da unidade nacional é, ao mesmo tempo e necessariamente, esquecimento das condições de produção desta unidade: a violência e o arbitrário originais e a multiplicidade das origens étnicas”.¹¹⁴ Essa reflexão implica pensar que o importante não é discutir a existência de raças, mas sim a ficção da pureza racial.

No que tange ao primeiro momento de discussões citado acima, registra-se a presença do Evolucionismo como fundo teórico desse cenário discursivo da mestiçagem no Brasil, uma vez que, o Evolucionismo foi utilizado como referência para justificar um processo de evolução em que as raças se integrariam num só tipo social, particularmente o branco. Ainda aponta Ortiz que, “é na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente”.¹¹⁵

Os autores da historiografia assuense aqui analisados traduzem em suas obras certo evolucionismo, eles narram suas histórias em tom evolutivo, tudo parece possuir um destino já traçado, pois o que se percebe é a evolução de povos bárbaros à civilização, já a cidade evoluiu por meio de acontecimentos que somados denotam uma caminhada rumo ao progresso. A título de informação, quanto a Nestor Lima, formado em Direito no Recife, o mesmo era um leitor de Spence, daí sua biblioteca particular contar com a presença de obras desse pensador evolucionista.

¹¹⁴ POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹¹⁵ ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 21.

Desse modo, em Antônio Fagundes, Nestor Lima e Pedro Amorim, o progresso do espaço assuense viria com a ação de grandes homens para edificarem uma nova paisagem humana e cultural na Ribeira do Rio Assú. Por isso, ambos mostrarem todo o empenho das lideranças políticas e militares da capitania do Rio Grande, notadamente seus capitães Mores para fundar um novo território no sertão do Rio Grande. Eles continuaram evidenciando as ações de capitães e sargentos como Manoel Abreu Soares, Manoel da Silva Vieira e Bernardo Vieira de Melo. Linearmente Nestor Lima narra que “progredia o arrayal”, pois no final dos anos de 1680, fundava-se um novo arraial denominado Santa Margarida, em homenagem a chegada da imagem da santa na região.

Nesse contexto, o capitão-mor da capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira, emerge como sinônimo de heroísmo, sua ação se confunde com a definitiva ocupação do Assú, por isso, Antônio Fagundes informar que ele (Bernardo Vieira) teria fundado o Arraial Nossa Senhora dos Prazeres, em 1696, e com ele teria se iniciado o domínio sobre os indígenas rebelados, pois de acordo com esse autor “permaneceu ele aqui cerca de dois meses e ao retirar-se nomeou cabo ao capitão Theodosio da Rocha”. Bernardo Vieira é tido pelo gesto heroico de ter ele próprio vindo fundar o arraial e enfrentar os “bárbaros”.

Assiste-se uma fundação inicial de caráter “heroico” e religioso, uma vez que a vitória do colonizador ganhou contornos de conquista e, esta última, mediante a narrativa apresentada, transparece ditada e abençoada pelos princípios da religiosidade, pois os dois maiores arraiais foram batizados com nomes de santas e antes de ganhar o título de Vila, Assú se denominava povoação de São João da Ribeira do Assú, homenagem ao padroeiro desse lugar. Essa colonização de ordem religiosa culminaria na criação da Freguesia de São João Batista, tida por Nestor Lima como a mais antiga do interior do Estado, tendo sido criada em 1725 e canonicamente instituída em 1726 com a construção da Matriz em referência ao santo cultuado naquele espaço. Quanto a esta construção, Pedro Amorim, em *O Município de Assu* considera que “é um templo bello e majestoso, edificado na Praça da Proclamação”. Vale ressaltar que, desde o século XIX, a historiografia destacou a contribuição da religião como instrumento civilizador, mas não acima do Estado, entidade máxima da formação e organização da comunidade de interesses comuns: Nação.

Além do mais, essa ênfase religiosa na ocupação desse espaço vincula-se a uma maneira de fazer crer tanto na prática não discursiva quanto no próprio discurso: o investimento religioso quando da colonização, além de fazer jus à tradição de catequização

colonial, tornou-se um modo de fazer crer no projeto de “uma nova espacialidade” seria viável pelas bênçãos da fé cristã, bem como discursivamente o destaque concedido à participação religiosa na colonização do Assú também faz parte de uma maneira de fazer crer aos interlocutores do texto, pois se concorda com Certeau quando relata que “entendo por “crença” não o objeto de crer (um dogma, um programa, etc), mas um investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “modalidade” da afirmação e não o seu conteúdo”.¹¹⁶

Nesse sentido, em ambos os momentos, sejam eles o momento da ocupação das terras ou os discursos sobre essa ocupação, insurge o investimento das pessoas em fazer crer num espaço que era erguido mediante suas “tradições heróicas e inteligentes”, inclusive um heroísmo religioso onde a trajetória que eleva Assú à condição de cidade foi marcada por um modelo semelhante a uma romaria, pois se percebe uma sucessão de espaços denominados religiosamente (arraial Santa Margarida, Nossa Senhora dos Prazeres, Povoação de São João Batista da Ribeira do Assú e Freguesia de São João Batista). Além do mais, não só a narrativa de Nestor Lima, em relação ao Assú, mas várias outras que se sucederam se constituindo em maneiras de fazer crer numa espacialidade constituída de tradições, de símbolos, ícones, ditos e escritos e lugares que fazem ver um rosto espacial assuense.

No que se refere aos arraiais (Santa Margarida e Nossa Senhora dos Prazeres), deve-se levar em conta que a ênfase sobre estes decorreu da abordagem corográfica, pois no modelo de corografias com base nas Memórias e Itinerários, os territórios eram definidos por meio da história dos lugares e na apresentação destes através de pontos de localização e apoio, o que possibilita explicar que a apresentação dos arraiais era uma forma de localizar historicamente o território assuense, até porque estes espaços foram demarcados através de “atos heroicos”, período colonial e conquista da civilização. Os arraiais serviam para informar sobre a localização geográfica das terras que foram ocupadas para o soerguimento da cidade do Assú. Esta prática corográfica dos autores investigados neste trabalho está em consonância com a perspectiva histórico-geográfica dos Institutos históricos, daí porque esta forma de abordar os territórios tenha continuado nestas instituições até praticamente os dias de hoje.

Apenas para demonstrar a assertiva acima, nota-se que já nos primeiros anos do século XXI foi publicado o livro *Ribeiras do Assú e Mossoró: notas para sua história*, de autoria de Olavo de Medeiros Filho, etc membro do IHGRN. Nesta produção, logo na sua capa através

¹¹⁶ CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 252.

do título e imagem (mapa), pode-se comprovar o trato corográfico, já que “Ribeiras” dizem respeito a delimitações físicas do território, até porque aí se trata de lugares demarcados nas margens de rios. Além disso, analise o mapa:

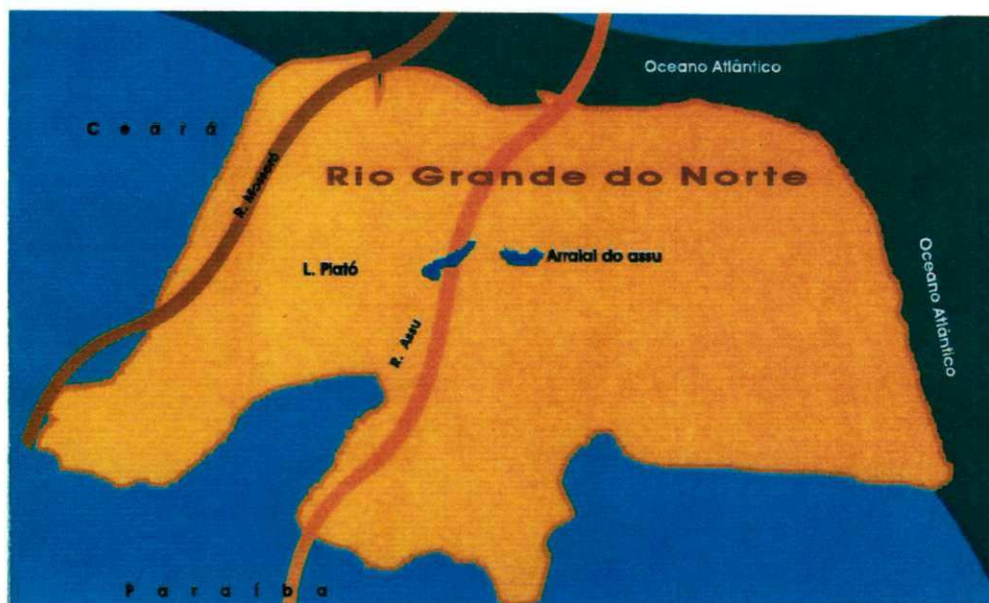


Figura 5. Mapa das Ribeiras do Assú e Mossoró. Fonte: Mapa posto na capa do livro *Ribeiras do Assú e Mossoró: notas para sua história* (2003), de autoria de Olavo de Medeiros Filho.

Embora o mapa acima se remeta ao território do (Estado) Rio Grande do Norte, faz-se necessário entender que a busca por apresentar duas ribeiras por meio de seus Rios: Assú e Mossoró traduz uma espacialidade ainda do período da Capitania do Rio Grande, a localização através de ribeiras é pertencente ao século XVII e parte do XVIII. Portanto, o mapa só confirma o apego as corografias, por parte dos membros do Instituto.

Desse modo, em relação à ribeira do Assú, expressa no mapa, nota-se a presença do arraial e da Lagoa do Piató. Estes dois últimos lugares não estão aí à toa, pois no âmbito do IHGRN, ambos possuíam significados históricos e geográficos, na medida em que o Arraial do Assú foi o ponto de demarcação da vitória branca e civilizada sobre os indígenas, estes últimos, por sua vez, localizados à época da colonização mediante sua principal área de concentração: proximidades da Lagoa do Piató. Assim, “as notas para a história do Assú” emergem geograficamente no mapa. Aliás, deve-se informar que “as ribeiras” foram pontos

de partida para o estabelecimento das freguesias, ou seja, recortes espaciais de inspiração e domínio eclesiástico.

Ainda no tocante à caracterização corográfica, as obras de Nestor Lima, Antônio Fagundes e Pedro Amorim, apresentam um território não só de dimensões físicas avantajadas, mas rico em recursos da natureza, com destaque para a carnaúba, rico em minérios e fauna, além da montagem de uma paisagem marcada por muitos lugares e uma rica hidrografia, inclusive, daí aparecerem descrições como a de Nestor Lima em relação às lagoas, pois evidencia que “o município é dotado de grandes lagoas, que dão abundante peixe e excelentes vasantes, nas margens descobertas”.¹¹⁷

É notória nestas produções a determinação dos limites do município sendo apresentados através dos lugares que faziam fronteira à época com o Assú. Além disso, consta a situação geográfica, destacando aspectos como latitude e longitude; também são expressos a altitude, o clima quente e seco, a temperatura média, riachos, a orografia e os portos, pois os antigos limites físicos do município estendiam-se até o oceano atlântico, uma vez que a localidade de Canto do Mangue, hoje município de Porto do Mangue, pertencia ao território assuense. Os autores ainda apontam os povoados que margeiam Assú destacando as comunidades de Oficinas e Rosário, ambas nas margens do Rio Assú. Eles ainda elencam as riquezas minerais citando as jazidas de ferro, gesso, mica e pedra calcarea.

No que concerne à carnaúba, espécie vegetal abundante na paisagem do Vale do Açú à época, a mesma foi apresentada nestas escritas a partir de um viés utilitário, se os enunciados poéticos e históricos de momentos vindouros a esta historiografia atribuíram sentidos outros a carnaubeira, denotando a mesma enquanto paisagem, nestas obras a mesma aparece por aquilo que possibilita serventia, uso, sua utilização enquanto elemento econômico. Somente Antônio Fagundes se remete aos carnaubais de uma maneira mais paisagística, embora sua narrativa conceda maior ênfase ao sentido de uso dessa espécie vegetal, ponto pelo qual Nestor Lima também fornece informações:

A carnaubeira é a planta mais util de todo o sertão.
Dá madeira grossa e rija, para construção aérea e na agua fazem-se linhas, caibros, ripas, bancos, esteios; a palha secca cobre as casas e fecha as paredes, faz esteiras, costas, chapéos, bolsas e canastras para carregar generos; quando nova, o seu tronco é molle e ralado, dá uma bebida alimenticia apreciada e apetecida, nas eras de

¹¹⁷ LIMA, Nestor. Op. cit., p?

calamidade; a fruta é saborosa e nutritiva; a raiz é medicinal; o talo serve para muitos empregos; e o caroço tem aplicação industrial. Porém, o seu maior valor é a cera que Ella produz admiravelmente e de trez typos.
118

A carnaubeira serviria desde sua maior função econômica (produção da cera), passando pelas formas alimentícias, degustativas, vestuárias, construtivas, medicinais, industriais, entre outras. Essa é uma argumentação no sentido de fazer ver a utilidade da carnaúba, de lhe projetar enquanto principal elemento vegetal da cidade. Em Pedro Amorim a carnaúba é referenciada no mesmo sentido utilitário mediante suas vantagens de uso e economia, pois ele considera que a “[...] A principal industria extractiva do município é da cêra de carnaúba. O Assú possui o maior e melhor carnaúbal do Estado. A carnaubeira (copernicia cerifica, Mart) uma palmeira admirável, da qual tudo é útil e aproveitado”.¹¹⁹

Acredita-se que essa forma de percepção da carnaubeira pelo prisma utilitário não seja somente pela condição econômica que a mesma assumia no contexto analisado, mas fruto de uma visão da natureza tributária da *episteme* moderna de cunho racionalista, oportunidade em que aspectos como valorização, experimentalismo e utilitarismo estiveram em alta. Assim, quando vários viajantes europeus vieram para as Américas entre os séculos XVI e XIX, consideravam que não bastava só admirar a natureza, mas sim observa-la pelo sentido útil. O que estava no âmbito natural seria percebido mediante uma constante comparação com a Europa, notadamente em função de novidades e vantagens.¹²⁰

No que concerne aos aspectos históricos, os autores buscam alçar o Assú ao platô de um espaço ancestral, um espaço de tradições, estas espalhadas pelos mais diversos setores, a exemplo dos festejos alusivos a São João Batista, aos feitos militares, aos atos políticos, as conquistas territoriais, ao progredir das letras e da intelectualidade.

Municípios do Rio Grande do Norte (1929) e *O Município de Assú (1929)*, respectivamente de autoria de Nestor Lima e Pedro Amorim apresentam um quadro destinado, como assim denominou Nestor Lima, “as figuras salientes”. Nestas obras, foi disposta uma parte para listagem de nomes de sujeitos e suas profissões, é a expressão das figuras importantes. Nestor Lima destacou três categorias: a administrativa, eclesiástica e a jurídica. Em Pedro Amorim, além das três categorias citadas anteriormente, foram classificadas várias

¹¹⁸ Ibid. p. 165.

¹¹⁹ AMORIM, Pedro. Op. cit., p. 13.

¹²⁰ SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. – São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

outras, como a dos grandes agricultores, dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros e professores. Por isso, segundo Reis, “o IHGB produziu uma história biográfica, constituindo uma galeria de vidas exemplares que iluminavam a ação futura”.¹²¹

Em se tratando de heroísmo, Antônio Fagundes demonstra apego à tradição do heroísmo nacional, inclusive tanto na obra deste autor quanto em Nestor Lima, percebe-se uma escrita da história que se assemelha a narrativa da história do Brasil, haja vista o conteúdo escriturístico de esses autores convergirem para a exaltação de momentos áureos da história assuense que por circunstâncias correspondem ao da história brasileira, por sua vez, marcada pela atuação de heróicos e importantes sujeitos. É assim que se desenvolve toda uma construção sobre a colonização portuguesa e seus respectivos desdobramentos nas ribeiras do Assú no período colonial. Daí segue-se momentos como independência, emancipação política, guerra contra o Paraguai, abolição da escravidão, entre outros. Por isso, Fagundes ao tratar da independência do Assú, elenca que:

Quando se deu o movimento da independência do nosso Brazil, o assuense Te. Cel. José Correia de Araújo Furtado, homem notável por seu patriotismo, tino administrativo e ideias liberais, e que muito se esforçou pela colonização do Arraial, tornou-se saliente por seus feitos cheios de abnegação.¹²²

Este trecho da narrativa de Antônio Fagundes, a respeito da independência do Assú, exemplifica a tonalidade do texto desse autor, oportunidade em que por várias vezes há ênfase nos feitos e indivíduos locais e suas contribuições para pátria. Precisamos ler este ponto da narrativa de Fagundes à luz do ano que seria a véspera das comemorações do centenário da independência, momento áureo do patriotismo nacional e definidor da criação da nova nacionalidade no século XIX. A partir de 1825 com o desgaste da imagem imperial de D. Pedro I iniciou-se um investimento simbólico em torno do Sete de Setembro, culminando na perpetuação de comemorações em torno deste evento.

Todavia, considera-se que este enunciado de Antônio Fagundes faça parte da prática discursiva de refundação da memória nacional mediante o acontecimento mor do Brasil de 1822, por sua vez, reacionado na República. Por isso, de acordo com Sandes “gradualmente o Sete de Setembro foi tomando a forma de um “lugar de memória”, definindo o modo pelo

¹²¹ REIS, José Carlos. Op. cit. 2007, p. 25.

¹²² FAGUNDES, Antônio. Op. cit., p. 30.

qual a Nação pode ser interiorizada [...]”.¹²³ Daí sua utilização pelos intelectuais do início do século XX. E se a Nação tornara-se a grande causa, cabia aos escritores dos espaços enfatizarem exemplos locais vinculados a esta data na tentativa de engrandecer a memória local, até porque reverenciar o Sete de Setembro implicaria produzir uma concepção de origem, de pertencimento e reconhecimento, portanto, de identidade.

Além disso, não se deve esquecer que O IHGB cumpriu a função de rememorar exaustivamente a cena épica da independência brasileira na década de 1920. O Instituto foi o grande palco de comemorações do Sete de Setembro, inclusive no suporte da produção do Instituto, os cem anos da independência do país foi abordado mediante a memória e a História responsáveis pela inscrição da Nação num passado glorioso. Além do IHGB, outros espaços teriam a missão de assegurar o êxito da experiência rememorativa em torno da já citada data, a saber: museus, escolas, liceus, entre outros.

Portanto, esse contexto perpassa a escrita de Antônio Fagundes, uma vez que sua obra aqui analisada foi produzida tomando por base referências advindas do IHGRN, bem como esteve voltada para seus alunos do Grupo Escolar do Assú. Por isso, quando se refere ao Ten. Cel. José Correia de Araújo Furtado, ele o insere numa posição de herói da pátria assuense e brasileira. Após traçar um tipo de genealogia do Tenente Coronel, ele destaca as funções políticas e a bravura militar do mesmo em prol da proclamação da independência assuense.

Também se faz necessário elencar que se a independência brasileira teve as margens do Ipiranga como espaço de proclamação e posteriormente de memória, Assú teria o Alto do Império enquanto lugar material e espaço simbólico do manifesto à independência brasileira. Alto do Império porque possivelmente significaria que ali fora um espaço de reverência ao momento alto da Monarquia e do povo brasileiro mediante os ideais de liberdade e autonomia perante a Metrópole portuguesa. Informa Fagundes que o Ten. Cel. José Correia de Araújo Furtado “proclamou a Independência do município nesta cidade, no lugar denominado Alto do Império, no centro da praça pública onde, hoje, se acha erigido o monumento comemorativo a passagem do século - 1900 – 1901”. Este mesmo marco também foi citado por Nestor Lima.

Quanto à independência, prossegue Antônio Fagundes a exalta-la em Assú, evidenciando quão grande foi o gesto patriótico do Ten. Cel. José Correia de Araújo Furtado,

¹²³ SANDES. Noé Freire. Op. cit., p. 34.

pois frente a tal ato, o referido homem de patente teria seu nome perpetuado no cenário assuense a partir do instante em que “[...] perpetuando o passado heroico desse notável assuense, que o Governo do município escolheu o seu nome para patrocinar a causa do ensino publico primário no município, dando a denominação de Grupo Escolar “Ten. Cel. José Correia” [...]”. Nota-se a ênfase concedida pelo autor ao Tenente coronel, haja vista ele no momento da escrita de sua obra está lecionando e dirigindo o referido espaço escolar. Assim, a exaltação seria em dose dupla: o personagem e o Grupo Escolar.

Além disso, o próprio sentimento patriótico do autor e sua relação com a comemoração do Sete de Setembro, em 1922, explicam sua escrita em 1921, pois em artigo escrito para o jornal *A Cidade*, sob o título de “*A Independência*”, Antônio Fagundes demonstrou todo seu envolvimento com a ilustre data. O jornal *A Cidade* de propriedade da Família Amorim, particularmente gerenciado por Palmério Filho, se constituiu num espaço de socialização de notícias e produções intelectuais dos escritores e jornalistas assuenses, de modo que entre 1900 e 1930, período de sua circulação no Assú, esse jornal foi o ponto de impressão das opiniões, poesias, informações, propagandas e artigos dos homens de letras que circulavam em Assú, até porque a residência dos Amorins, a Farmácia Amorim e a Tipografia se localizam em um único lugar e podem ser considerados como ponto de encontro da intelectualidade da cidade à época.

Nesses termos, este jornal se apresentava como o “mais antigo do interior do Estado”, o que denota uma estratégia para figurar entre os signos da comunicação potiguar e a garantia identitária frente a outros espaços interioranos. É a demarcação de um lugar, é a tentativa de firmar uma posição de destaque para o Assú no cenário letrado e jornalístico do Estado. Observa-se abaixo parte da capa de uma das edições do referido jornal para se constatar tal questão:



Figura 6. Recorte do jornal *A Cidade*, 3 de junho de 1923.

A expressão de antigo não era usado pela família Amorim somente no jornal que fazia circular, pois usava do mesmo expediente com outra empresa da família: a Farmácia Amorim, também era tida pelos enunciadores da estirpe como a mais antiga do interior.¹²⁴ Ou seja, tentava-se garantir certo lugar de ancestralidade aos espaços criados pelo grupo familiar, aspecto visualizado principalmente naquilo em que estavam envolvidos Palmério Filho e Francisco Amorim. Registra-se que o pressuposto de antigo implica origens e tradição. Estas noções são identificadas em boa parte do movimento enunciativo da formação discursiva problematizada aqui. Segue abaixo recorte¹²⁵ mostrando anúncio da referida farmácia noticiada em uma das edições de *A Cidade*:



Figura 7. Recorte do jornal *A Cidade*, 16 de janeiro de 1928. O destaque da imagem foi realização do autor deste trabalho.

Elenca-se que o referido jornal esteve, em 1913, no comando da representação local do Partido Republicano Federal, oportunidade em que João Celso Filho exercia a diretoria do mesmo, na edição de 18 de maio de 1913, ocasião em que a redação do jornal saudava um novo órgão da imprensa assuense: O Libertador, a redação se expressava dizendo que o referido jornal viria “[...] aumentar mais o número dos já publicados entre nós e que despertou sempre em nossa alma de patriotas o justo orgulho de ser o Assú considerado a terra da

¹²⁴ Deve-se registrar que as falas em relação à modernização urbana assuense por parte dos meios de comunicação dos Amorim transparece que não invalida a perspectiva da cidade ancestral ou antiga elencada pelos mesmos. Transparece que embora ajam ações de modernização urbana, continuam falando de um velho Assú como atributo histórico, como riqueza acumulada.

¹²⁵ *A CIDADE*, Assú, RN, 16 de janeiro de 1928, ano: XXVII. p. 3.

imprensa no Estado”.¹²⁶ Neste ponto, a redação de *A Cidade* alçava Assú à condição de espaço do jornalismo potiguar, um enunciado presente em outros discursos como o da historiografia. Este atributo espacial foi na segunda metade do século XX bastante enfatizado para tentar consolidar uma imagem de cidade letrada e inteligente, inclusive, foi por meio do jornalismo que se tentou justificar, em partes, o epíteto assuense de “Atenas Norte-Riograndense”. A intenção da matéria jornalística, acima citada, foi demarcar terreno no campo das letras, inclusive em várias edições desse jornal consultadas durante a pesquisa que embasa este trabalho, aparece um espaço ou coluna intitulada “Lettras”, onde escritores e poetas declamavam suas poesias.

Desse modo, o jornal *A Cidade* não deixou de compor a rede enunciativa que reverberou as comemorações do Sete de Setembro em 1922. O jornal como meio de comunicação mais destacado do cenário assuense dos anos de 1920 se emanou aos mais diversos jornais do Brasil, pois frente aos cem anos de independência, publicaria uma edição especial em homenagem à citada data em estilo de comemoração. Essa atitude traduz também o patriotismo daqueles que dirigiam o jornal, bem como daqueles que escreviam. Quando se registra rede enunciativa, se faz menção à indicação de Sandes, de que “os jornais acompanharam minuciosamente os festejos do centenário e todos lhes dedicaram números especiais”.¹²⁷ O entusiasmo com a referida comemoração acabou demonstrando o quanto a intelectualidade desse país ainda respirava ares monárquicos, bem como evidenciaria uma recomposição da memória nacional por meio de símbolos da época imperial. Ainda de acordo com Sandes “[...] os jornais apresentaram uma reflexão idêntica às publicações de historiadores, enaltecendo a experiência monárquica e relegando a Proclamação da República a um certo esquecimento”.¹²⁸

Nesse sentido, em 7 de setembro de 1922, o jornal *A Cidade* publicava número especial (360) em comemoração ao centenário da independência, oportunidade em que os principais intelectuais assuenses da época escreveram em relação a tais comemorações. É nesta edição que está o artigo intitulado “*A Independencia*”, de Antônio Fagundes. Nele, o autor inicia a narrativa promovendo um cenário quase épico para se reportar ao grito do Ipiranga. Ao final do artigo esse autor assim se expressou:

¹²⁶ O Libertador. *A Cidade*, Assú, RN, 18 maio. 1913. N.º. 24, ano: XIII.

¹²⁷ SANDES. Noé Freire. Op. cit. p. 143.

¹²⁸ Ibidem, p. 144.

O povo respirava uma atmosfera livre, vivificadora. O jubilo incendia as almas, os corações sentiam-se mais unificados pelo amor à pátria liberta.
O Brasil cahira livre nos braços immortalizados de D. Pedro I e José Bonifácio e entrava triunfante no mappa das nações.¹²⁹

Percebe-se nesta escrita de Antônio Fagundes seu devotamento para com a pátria e o sentimento de construção da Nação a partir do Sete de Setembro, daí sua concepção devotada aos imortais D. Pedro I e José Bonifácio, sujeitos tidos por esse autor como responsáveis pela inserção do Brasil no mapa das nacionalidades. O reavivar desses personagens explica-se em função de:

[...] um visível empenho em recuperar a imagem de Bonifácio, um tanto combatida por críticas provenientes de um historiador do porte de Varnhagen. Quanto ao nosso primeiro imperador, os conferencistas passam ao largo de sua tumultuada vida pessoal, e pouca importância atribuída ao 7 de abril, momento da abdicação.¹³⁰

Tem-se, assim, um apego à participação dos dois personagens em narrativas concernentes ao Sete de Setembro durante as comemorações em 1922. Essa postura decorre da concepção de que foram eles dois os grandes arautos da liberdade brasileira e fomentadores da criação da nacionalidade brasileira nos trópicos. Para Antônio Fagundes, o príncipe D. Pedro I foi aquele que substituiu o laço azul e branco de Portugal pelo laço verde e amarelo brasileiro, tornando-se, assim, ícone da Nação. Não se deve esquecer o sentido que as cores verde e amarelo adquiriram no Brasil, pois conforme Chauí o verdeamarelismo no país “foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário [...]”.¹³¹ Se em Antônio Fagundes estas cores aparecem como sinônimo de harmonia e realce da nacionalidade, deve-se pensar que as mesmas fazem parte de uma estratégia de dominação dos setores privilegiados do país, inclusive seriam estas bastante utilizadas pelo Governo Vargas após os anos de 1930 no sentido colorir a mão pesada do Estado.

Quanto à edição do jornal *A Cidade*, de 1922, a mesma foi marca do patriotismo da época, através de uma série de imagens, esta edição transparece o sentido pedagógico de ensinar aos assuenses uma lição de civismo, de exemplificar e apresentar os assuenses que contribuíram com a construção da Nação a partir de seus atos “nobres”. Neste ponto, deve-se

¹²⁹ FAGUNDES, Antônio. A Independência. *A Cidade*. Assú. 7 de setembro de 1922. Nº 360. Ano XXI, s/p.

¹³⁰ SANDES. Noé Freire. Op. cit. p. 88.

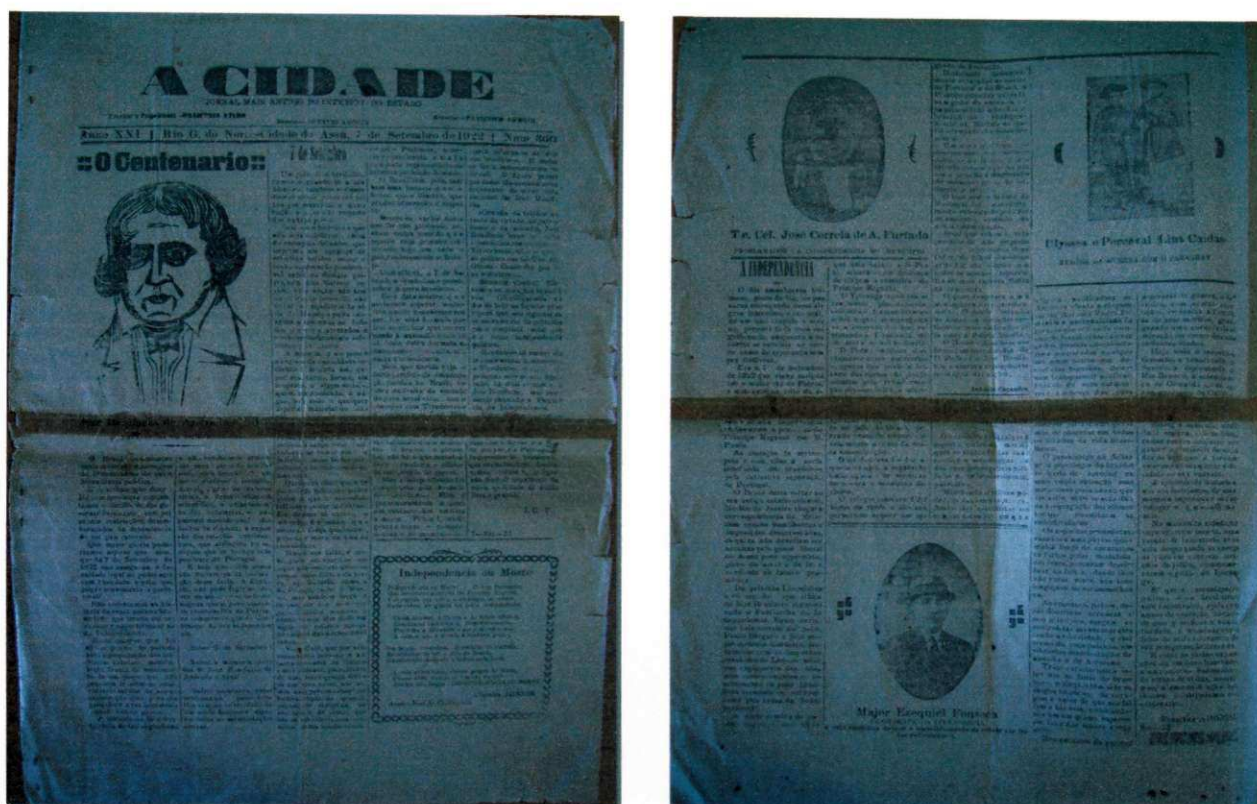
¹³¹ Chauí, Marilena. Op. cit. 2000, p. 32.

levar em conta a advertência de Anderson, na medida em que informa sobre a importância do nacionalismo por meio do impresso, ensejo em que aponta o capitalismo editorial como um dos responsáveis pela aproximação entre fraternidade, poder e tempo. Em outras palavras, o impresso, segundo este autor, contribuiu fundamentalmente para certa circulação de um tipo de consciência nacional ou uma imaginação da comunidade nacional, pois permitia o fortalecimento das nações por três maneiras: criação de campos de intercâmbio e comunicação; fixidez da língua, o que, em longo prazo, auxiliou a produzir uma ideia de antiguidade ligada ao campo subjetivo das nações; criação de línguas oficiais frente ao uso de dialetos e formas de comunicação setorizadas.¹³²

Por isso, na primeira e segunda página do mesmo (figuras 08 e 09), é possível observar tal conjunto de coisas, pois logo na capa do referido jornal¹³³ aparece à imagem do “patriarca da independência” José Bonifácio, neste espaço de escrita, ao homenagear José Bonifácio, os redatores do jornal realizaram ressalvas ao patriotismo assuense informando que “salve! Assuenses, cujos sentimentos patrióticos tem sempre se revelado de um modo honroso e digno em todas as manifestações cívicas”. Na página seguinte do mesmo jornal aparecem referências de homens tidos como importantes, a exemplo do Tenente Coronel José Correia de A. Furtado, o presidente da Intendência à época Major Ezequiel Fonseca, as imagens dos “heróis” assuenses na Guerra do Paraguai (Ulisses e Perceval Lins Caldas):

¹³² ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹³³ **A CIDADE**. Assú 7 de setembro de 1922. Nº 360. Ano XXI.



Figuras 08 e 09. Páginas do jornal *A Cidade*, 1922

Ainda em relação aos chamados heróis assuenses da Guerra do Paraguai que aparecem destacados no canto direito da segunda página do jornal, vale ressaltar que houve uma investida não só do jornalismo local em prol do heroísmo desses dois assuenses, mas também por parte dos escritores locais. Assim, a participação de Ulysses e Perceval Caldas na referida guerra foi encarada como o mais alto sentimento em prol da pátria brasileira. Antônio Fagundes em *Noções Sobre História e Geografia do Município de Assú* (1921) ressaltou acerca João Perceval Lins Caldas:

A sua acção nos campos do Paraguay, foi um estímulo valoroso para as armas brasileiras devido ao grande sentimento que se avolumava em seu peito ainda jovem, sentimento que deixava transparecer não só nos seus actos de bravura e correta disciplina como em suas palavras plenas de amor cívico, encorajando seus companheiros.¹³⁴

Neste trecho e no ponto do texto que trata dos dois assuenses que participaram da Guerra do Paraguai, Antônio Fagundes constrói um lugar de memória e heroísmo para os

¹³⁴ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., p.36.

mesmos, de modo que sua narrativa faz parte do conjunto de discursos construtores do heroísmo assuense, de uma identidade militar, pois como adiante Woodward analisando a produção da identidade na região da antiga Iugoslávia “[...] a identidade nacional é marcada pelo gênero. Este exemplo indica que as identidades nacionais produzidas são masculinas e estão ligadas a concepções militaristas de masculinidade”.¹³⁵ Guardadas as devidas proporções, o contexto assuense não se diferencia muito do demonstrado por Woodward.

Ainda falando em identidade masculina, deve-se registrar que nas obras aqui analisadas, a identidade espacial assuense é edificada por meio de “grandes” homens, daí Fagundes fazer aparecer em sua história homens como o Coronel Manoel Lins Caldas, considerado homem de bravura; Coronel João Carlos Wanderley, emancipador do Município, oportunidade em que foi autor da proposição em que Assú deixou de ser Vila e passou a ser cidade em 16 de outubro de 1845; Dr. Luis Carlos Wanderley, tido como primeiro médico norte rio-grandense, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Quanto a este último, Fagundes informa que “dos homens do passado, foi o Dr. Luiz Carlos o que mais se esforçou pelo engrandecimento intelectual de sua terra berço”.¹³⁶ Emerge mais um enunciado que postula Assú terra de tonalidades intelectuais, é a fermentação de uma regularidade discursiva que tece significados para o Assú. Além do mais, percebe-se neste ponto a menção aos vários Wanderley(s) tidos como sujeitos importantes, notadamente em função da ascensão dessa estirpe no cenário assuense na transição do Império para a República.

De volta aos “heróis” da Guerra do Paraguai, Antônio Fagundes ainda se refere à morte de um dos soldados evidenciando a glória e a bravura quando um dos combatentes morria em combate. Ainda pelo trecho citado acima, é possível compreender, na visão do autor, que os militares assuenses possuíam um valoroso amor à pátria e armas brasileiras, subtendendo-se que morreram por causa nobre. Tal postura enunciativa não é estranha se considerarmos que “morrer pela pátria, a qual geralmente não se escolhe, assume uma grandeza moral que não pode ser comparar a morrer pelo partido trabalhista, pela Associação Médica Americana ou talvez até pela Anistia internacional [...]”.¹³⁷

O alçamento de dois assuenses à condição de heróis em termos militares não é natural, é preciso observar o desejo de se produzir heróis em momentos considerados grandiosos pelos quais a Nação se constrói, por isso, informa Odália que “uma Nação, contudo, não se forja

¹³⁵ WOODWARD, Op. cit., p. 10.

¹³⁶ FAGUNDES, Antônio. Op. cit. p. 42.

¹³⁷ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 202.

apenas por meio de instituições pacíficas e religiosas; ela é também o produto de lutas em que o sangue que corre, generoso e heroico, serve para amalgamar e sustentar o sentimento de nacionalidade”.¹³⁸ Deve-se ainda registrar que, o heroísmo dos soldados assuenses, particularmente de Ulisses Caldas, foi um dos elementos utilizados em vários enunciados da regularidade discursiva que embasa a formação discursiva investigada neste trabalho.

Desse modo, Nestor Lima adiantou que “nos movimentos políticos, sociais e cívicos, tem o Assu apreciável folha de serviços e heróicas tradições, seja na luta dos índios, durante quase trinta annos, ou na guerra dos mascates, (1711), quer no movimento republicano de 1817”.¹³⁹ O autor permanece na intenção de construção de uma identidade local pelo viés das tradições heroicas. Por isso, aponta outros conflitos em que assuenses se fizeram presentes:

Na guerra com o Paraguay, foi grande e valioso a concurso do povo do Assú, mandando, em 1865, para os campos de batalha, a fina flôr da sua mocidade: Ulisses caldas, Porciano Souto, João Perceval, Manoel Barbalho e tantos outros que se salientaram na rude peleja, em que o Brasil contou victoria, conbrindo-se de glorias militares”.

Ainda no tocante aos aspectos heroicos e políticos, Nestor Lima destacou à atuação do Senado da Câmara do Assú e o episódio conhecido como O Fogo de 40, contenda política entre conservadores e liberais ocorrida em 1840 em Assú, oportunidade em que após a anulação das eleições municipais, agentes políticos e forças armadas se enfrentaram armados em praça pública culminando com pessoas feridas e mortas. Esse episódio aparece em algumas narrativas acerca da história do Assú laureado por uma noção de bravura.

Além da produção de um espaço de heroísmo, o conjunto historiográfico analisado acerca do Assú também fez emergir um saber sobre as tradições intelectuais da cidade, por isso, Nestor Lima buscou mostrar que “as letras ahi foram cultivadas”, oportunidade em que relata acerca da criação de cadeiras de estudos masculina e feminina no período entre 1827 e 1829. Provavelmente tentando fornecer sustento à ideia de povo inteligente, este escritor segue elencando os fundamentos educacionais do Assú, na medida em que menciona cadeiras de estudos de latim e francês e seus respectivos professores, a exemplo de Elias Souto. Mas, o que nos chama atenção neste ponto de sua narrativa é sua concepção de que “[...] os assuenses

¹³⁸ ODÁLIA, Nilo. Op. cit., p. 51.

¹³⁹ LIMA, Nestor dos Santos. Op. cit. 1929, p 144.

são dados ao cultivo das letras, em especial, da poesia e da imprensa”.¹⁴⁰ Este enunciado avulta a emergência dos saberes acerca do Assú, ele reitera os principais recursos requeridos para a formação discursiva. Além do que, ele expressa a construção do espaço assuense, pois postula elementos chave que foram soerguidos no sentido da construção de uma identidade desse espaço. É um enunciado que mexe com o lugar.

Além do mais, tratando de homens de letras, Antônio Fagundes informa em seu texto sobre a “origem da literatura assuense” por meio do Coronel João Carlos Wanderley, fundador do primeiro jornal da cidade. Quanto ao outro membro da família Wanderley com destaque na literatura, Antônio Fagundes relatou acerca de “[...] Luiz Carlos Wanderley, espírito votado ao progresso das letras assuenses, dotado de uma superior inteligência, amante das ideias nobres, da sciencia, da litteratura”.¹⁴¹ Estes são enunciados que fazem emergir um conjunto de cenas que constroem uma alvenaria constituída de blocos que são arrumados na perspectiva de erguerem um patrimônio letrado e cultural do Assú. São extratos enunciativos que vão sendo compactados para formar uma única “elevação”, constituída de camadas que dizem acerca de eventos, predisposições e nomes tidos como importantes.

No âmbito da formação discursiva que apresenta certa regularidade de discursos acerca do Assú, estes enunciados se manifestam como a primeira camada de dizeres, nesta capturam-se as bases de enunciados que insurgem na segunda metade do século XX, estes responsáveis pela construção do espaço assuense, ocasião em que estes princípios enunciativos se ampliam e são reacionados para fundamentar determinada imagem da cidade.

No âmbito das narrativas acerca das tradições heroicas e intelectuais, Nestor Lima e Antônio Fagundes agenciaram para inscreverem uma história assuense alinhada à história nacional e até certo ponto estadual, pois discorreram sobre a abolição da escravatura em Assú ocorrida, conforme fontes da época: 1885. Em Fagundes, esse evento ganha maior tonalidade patriótica, ele é fruto da elevação das ideias de liberdade nos espíritos brasileiros, Assú seguiria, assim, um movimento nacional, inclusive fundando a sua Sociedade Libertadora a 13 de maio de 1883. Já Nestor Lima, adotando visão conformadora, de que tudo transcorreu em plena tranqüilidade, sem conflitos, destaca acerca da “libertação dos escravos” que:

A campanha da liberdade, no Assú, foi feita dentro da lei; nenhuma violência ao direito do dono de escravo; mas, conquistava-se a liberdade pelo resgate pecuniário,

¹⁴⁰ LIMA, Nestor. Op. cit. 1929, p. 143.

¹⁴¹ FAGUNDES, Antônio. Op. cit., p.41.

pelo conselho persuasivo, pelos meios regulares, até que, no dia do padroeiro, em 1885, foram declarados livres todos os escravos do Assú.¹⁴²

Compreende-se, dessa enunciação, o destaque em face de que não houve danos aos donos dos escravos, o que implica pensar que tudo transcorreu harmonicamente, ainda se constata nessa visão a não preocupação para com o escravo, mas, sim com seu proprietário, principalmente porque os donos de escravos faziam parte da elite local. Mais uma vez, a escrita denuncia o lugar social de quem escreve, fornece indícios de um escritor ligado às “raízes” familiares do município. Ainda, nota-se mais uma vez o tom de espetáculo conferido ao evento da “libertação dos escravos”, uma vez que tal acontecimento foi produzido no dia da principal festa religiosa da cidade, notadamente os festejos a São João Batista. Mas, pode-se rastrear este discurso de Nestor Lima em outras obras acerca da história e poesia local da segunda metade do século XX, oportunidade em que em algumas tal discurso é praticamente reproduzido na íntegra, como é o caso dos livros: *Assu – “Atenas Norte-Riograndense”* (1966), de autoria de João Carlos de Vasconcelos e *Açu simplesmente* (1989), escrito por Antônio Alderir Dantas.

Cabe ainda registrar que a narrativa dos dois autores aqui analisados quanto à liberdade dos escravos assuenses é baseada num documento em forma de folhetim jornalístico produzido pela própria Sociedade Libertadora em 1885. Nestor Lima chega a ser direto e citar o referido documento. Deve-se lembrar de que o pai deste autor fazia parte da referida Sociedade na condição de um dos promotores da “liberdade”. Já Fagundes não cita o folhetim, mas ao fazermos a leitura de sua produção sobre o evento e incursionarmos pela escrita do referido documento (folhetim) acima citado, constata-se tal questão, pois várias informações são precisas ao documento.

Em *Noções Sobre História e Geografia do Município de Assú* (1921), ainda no que tange a abolição dos escravos, Fagundes reverbera o olhar do branco civilizado superior, pois ao tratar da referida libertação descreveu que “quase todos empenhavam-se, entusiasticamente, pela liberdade dos infelizes pretos então reduzidos a bem de considerável valor”. Ao tratar os negros de infelizes fica perceptível a vinculação para com a ótica em torno do negro como ser inferior.

¹⁴² LIMA, Nestor. Op. cit. 1929, p. 146-147.

Mas essa ótica de certa negatividade em torno do negro também emerge em Nestor Lima, pois sua narrativa é permeada pela ideia de tradição e, por isso, ele volta a citar a tradição da festa dos negros que ocorria no local onde foi construída a Praça do Rosário, em frente à Casa de Caridade, hoje Instituto Padre Ibiapina (IPI). Ali, conforme este autor, estes negros realizavam um verdadeiro “sabbatico”, ritual de caminhada, portando vestimentas extravagantes, conduzidos por um rei, operando diversões e rendendo culto aos seus “atávicos ascendentes africanos”, inclusive em seu percurso dirigiam-se a porta da Matriz de São João Batista. O autor enfatizou: “dirigiam-se a porta da Matriz”, o que implica questionar por que não entravam? Numa terra de *história, poesia e tradição*, em que os escravos foram “libertados”, oportunidade em que até missa na Matriz foi rezada em prol de tal causa.

Mas, Nestor Lima ainda relata que “esse costume desapareceu com os últimos descendentes directos da raça índitosa e resta só a recordação d curiosa usança”.¹⁴³ Ou seja, ainda que considere tal manifestação dos negros uma das tradições locais, ele enfatizou que esta desapareceu. Pode-se pensar que assim como as tradições indígenas desapareceram na escritura deste autor, as tradições negras tiveram o mesmo destino. Isso implica ponderar que a história do homem colonizador, português e branco se sobressai na narrativa de Nestor Lima em detrimento de outros tipos de homem (índio e negro).

Em contraposição a tradição (dos negros) que desapareceu, notadamente por que enfraqueceu, Nestor Lima expõe que “o Templo, que serve de Matriz, é um do mais bellos e amplos do Bispado; é seu orago São João Baptista, cuja festividade, encerrada a 24 de junho de cada anno, é uma das mais gratas e fortes tradições do logar e da sua população”.¹⁴⁴ Nesta escrita, deliberadamente a favor das tradições assuenses, Nestor Lima fortalece mais um “ícone” de uma cultura arquetípica local: os festejos ao padroeiro. Essa ênfase de uma “grata e forte tradição” em torno dos festejos a São João Batista, mais uma vez reforça a tese da ótica luso-brasileira enquanto perspectiva de análise histórica praticada por Nestor Lima, uma vez que investigando a origem da festa de São João no Brasil, Elizabeth Lima, mediante o discurso folclórico, argumenta que “assim uma ideia unânime entre todos os folcloristas investigados, é a defesa de que a festa de São João possui uma origem europeia e que chegou ao Brasil, através dos portugueses, em meados do século XVI”.¹⁴⁵

¹⁴³ LIMA, Nestor. Op. cit. 1929, p.150.

¹⁴⁴ LIMA, Nestor. Op. cit. 1929, p.150.

¹⁴⁵ LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. *A festa de São João nos discursos bíblicos e folclórico*. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p. 57.

Ou seja, conforme o estudo de Elizabeth Lima foram os discursos folclóricos¹⁴⁶ quem mais descreveram as festas de São João no Brasil, daí estes se remontarem a referida festa através do espaço europeu, dando ênfase a Portugal e sua extensão aqui no Brasil já no período colonial. A questão referente às duas tradições elencadas por Nestor Lima permite compreender a dinâmica da identidade, na medida em que esta é fabricada por meio da diferença, pois Nestor Lima ao relatar acerca da decadência das manifestações religiosas dos negros e exaltar a festa de São João, buscou a afirmação da identidade religiosa do espaço assuense por meio da fé cristã e católica, de modo que se sobressaísse à religião trazida de Portugal, esta vinculada ao homem branco e colonizador. Por isso, “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir”.¹⁴⁷

As postulações de Nestor Lima não eram as únicas naquele momento, pois em Assú também havia uma produção discursiva de reforço e construção em torno da tradição das festas de São João basta consultar os arquivos do jornal *A Cidade*. Em uma matéria deste jornal, datada de 12 de junho de 1927, flagramos manchete sobre a referida festa, ensejo que os redatores do jornal informam acerca da “tradicional festa de São João Baptista [...] glorioso patrono”.¹⁴⁸ Uma festa ainda remetida como da freguesia.

Desse modo, as escritas da história assuense analisadas neste estudo convergem para espacializar à cidade não só pelo trato geográfico, mas pela própria narrativa de eventos históricos, haja vista se configurar aí um feixe de acontecimentos que somados agregam e atribuem sentido ao Assú. Por isso, a cidade emerge como detentora de vários homens de tonalidades heróicas; é uma cidade católica de certo heroísmo religioso onde a trajetória que eleva Assú a condição de cidade foi marcada por um modelo semelhante a uma romaria. Uma cidade tida como de tradições heróicas e inteligentes, daí Nestor Lima chegou a enunciar que o “[...] Assú é um dos pontos mais antigos do Estado, cujas tradições de heroísmo e de intelligencia constituem o orgulho dos seus naturaes. Era a metropole do sertão e teve capitão general, que a própria capital nunca teve”.¹⁴⁹ Este enunciado torna-se elucidativo quanto à

¹⁴⁶ Ainda conforme esta pesquisadora, os discursos folclóricos propiciam aos festejos juninos “[...] uma abordagem na qual as ideias de origem, continuidade e peculiaridade propiciam a construção de uma visão romântica, estática, homogênea e unitária [...]” (LIMA, 2008, p.17). Sobre esta discussão consultar LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. *A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano*. 2. ed. Campina Grande, EDUFPG, 2008. Tais características acerca dos festejos juninos se assemelham aos enunciados produzidos sobre os referidos festejos em Assú, estes são discutidos mais adiante neste trabalho.

¹⁴⁷ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 82.

¹⁴⁸ Festa de São João. *A Cidade*. Assú. 12 jun. 1927. Num. 641, ano XXVI.

¹⁴⁹ LIMA, Nestor, Op. cit. 1929. p. 143.

função no discurso desencadeada por esse escritor, é um discurso que produz o espaço assuense enquanto tradicional, haja vista seu heroísmo e inteligência. É a linguagem construindo o espaço.

Desse modo, por meio das obras aqui investigadas, a história assuense, assim como previsto no projeto do IHGB e estendido ao projeto do IHGRN, seria o repositório de acontecimentos dignos de serem lembrados e seguidos, uma história que teria como espaço a experiência, uma história mestre da vida, destinada a ensinar, o que converge para uma concepção clássica da historiografia, um palco de experiências passadas que serviriam de exemplo para o presente. A historiografia assuense da década de 1920 tornou-se um dos primeiros movimentos a dizer e fazer ver este espaço. Dizeres construtores de espaço. Uma historiografia que, em ressonância ao projeto de história/identidade nacional do IHGB, produziu um discurso carregado de atributos patrióticos e cívicos.

Além do mais, nota-se uma historiografia que contribuiu para a emergência de saberes acerca do Assú, uma historiografia construtora do espaço e sua identidade; uma prática enunciativa capaz não só de narrar uma história de feições metódicas, eventual e corográfica, mas uma escrita da história carregada de imbricações entre autoria, lugar de produção e contexto nacionalista. Esses escritos sobre o Assú se constituem em extratos que só apresentam sua formação quando definidos sua especificidade discursiva, interrogou-se, assim, a emergência de um arquivo de textos e imagens subjetivadores e construtores da identidade espacial assuense, uma vez que segundo Albuquerque Junior “qualquer espaço é fruto de sucessivos extratos constituídos por nomes, símbolos, ícones, textos, mapas, ditos e formas de ver e fazer ver”.¹⁵⁰ Daí, a poética também se constituir em elemento utilizado para produção de identidade e de espaço.

1.4 - Saberes poéticos e a inspiração nacionalista “no velho Assú”

Outra vertente enunciativa e construtora do espaço assuense se configurou a partir do ramo poético, uma vez que, por meio da poesia, os sujeitos promovem seus sentimentos, seus devaneios, bem como viabilizam cartografias existenciais e espaciais, oportunidade em

¹⁵⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008, p.85.

que expressam seus imaginários e significados em relação ao espaço no qual pertencem. Assim, o pensar o espaço por meio de poesias torna-se uma tarefa agradável para quem analisa tal produção, pois entrar em contato com construções espaciais cheias de versos, rimas, glosas, prosas, entre outras é de alto teor de inspiração para adentrar em cantos, recantos e encantos de poéticas espaciais. Todavia, por questões operacionais, neste tópico se tem o interesse de compreender as condições de possibilidade pelas quais Assú da primeira metade do século XX foi sendo agenciado como espaço da poesia. Faz-se necessário indagar a obra *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), de autoria de Ezequiel Wanderley.

O livro acima destacado foi tomado por alguns escritores como base da fundamentação poética assuense, na medida em que passou a ser referenciado pelos intelectuais como a primeira narrativa que fez ver ao Rio Grande do Norte a dimensionalidade da poesia assuense, pois Ezequiel realizou um tipo antologia poética do Estado, oportunidade em que listou em torno de 28 poetas assuenses. A obra apresenta os principais poemas e os traços biográficos dos poetas referenciados.

Além do mais, acredita-se que assim como a construção da identidade nacional tenha decididamente inspirado a historiografia brasileira e, por conseguinte a produção histórica assuense, esta também tenha perpassado vários outros ramos de produção intelectual, inclusive a escritura de autores dedicados ao jornalismo, teatro, cultura e poética. Estas últimas características podem ser atribuídas ao autor de *Poetas do Rio Grande do Norte*: Ezequiel Wanderley. Cabe ressaltar que a construção da Nação não foi apenas obra operada no século XIX, mas perpassou fortemente o século XX. Compreendem-se nas palavras iniciais do próprio Ezequiel Wanderley, no livro acima citado, traços de uma escrita possuidora de um ranço nacionalista, insurge aí, nitidamente, a ideia de berço, ou seja, se existia no período a concepção de pátria mãe, os escritores locais além de exaltarem a Nação também se preocupavam com as “pátrias menores”, notadamente seus Estados e municípios.

Foi por este viés que Ezequiel buscou produzir uma identidade intelectual e poética para o Rio Grande do Norte e, por conseguinte para o Assú, uma vez que a grandeza da unidade nacional passaria pelas contribuições de cada “rincão” à Nação, ou seja, caberia nesse momento identificar as potencialidades de cada Estado visando integrá-las à soma das riquezas brasileiras. Estabelecia-se uma integração na nacionalidade e a concomitante afirmação de uma identidade estadual, o que implica pensar numa perspectiva de construção do espaço, seja nacional, estadual ou local. Por isso, Ezequiel ao apresentar o referido livro se

expressou dizendo que “o nosso escopo, porém, foi reunir, e não seleccionar – poetas lyricos, symbolistas, classicos, naturalistas, parnasianos, decadistas, satyricos e humoristas, mas, em todo caso, preferencialmente, filhos deste rincão.”¹⁵¹ Observa-se que nesta enunciação aparecem características como reunir, ou seja, a ideia de unir, algo próximo do ideal de unidade nacional, além do apego aos filhos da terra, concepção aproximada com o sentimento nacionalista de se sentir filho de uma comunidade.

Essa perspectiva nacionalista na obra de Ezequiel Wanderley pode ser observada por duas evidencias: Primeiro, precisa-se perceber o nível de afinidade do autor para com a inspiração nacionalista, o que para tanto, basta apenas realizar uma leitura de outra obra sua, a saber: *Balões de ensaio*, publicada em 1919, escrita três anos antes de *Poetas do Rio Grande do Norte*. Este foi o primeiro livro do autor, artifício textual reunindo crônicas, pequenos ensaios e depoimentos sobre o Rio Grande do Norte e suas personalidades. Ezequiel, em um dos primeiros ensaios da obra, intitulado “Saudando a Pátria”, revela por que ser considerado um literato patriótico, assim dizendo:

Grande, forte e soberana a Patria Brasileira!
Os espíritos progressistas, as almas de escol, os corações não adormecidos ainda pelo frio da indiferença, rememoram cheios de amor, de entusiasmo cheios, esse formoso movimento patriótico que te impelliu ás mais arrojadas conquistas da Liberdade, do Direito e da justiça.¹⁵²

Por este enunciado se pode entender à inspiração nacionalista de Ezequiel, ele aí demonstra seu apego à pátria, expressa o amor que esta desperta naqueles que a honram, atitude compreensível para o período, aliás, conforme Anderson “[...] as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo auto sacrificio. Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, as artes plásticas – mostram esse amor com muita clareza, e em milhares de formas e estilos diversos.”¹⁵³ Somando estes apontamentos de Anderson com mais uma afirmativa de Ezequiel no mesmo ensaio, oportunidade em que se considera um idolatra da pátria, reconhece-se suas vinculações com o projeto de Nação.

¹⁵¹ WANDERELY, Ezequiel. *Poetas do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: co-edição do sebo Vermelho e Editora Clima, 1993.

¹⁵² WANDERELY, Ezequiel. *Balões de ensaio*. Typ – Comercial - J.Pinto & C. – Natal: Rio Grande do Norte, 1919. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2009, p.11.

¹⁵³ ANDERSON, Beneditc. Op. cit., p. 199 – 200.

Mas, as questões postas acima ainda podem ser reforçadas por um segundo argumento, este delineado no contexto que fomentou a obra *Poetas do Rio Grande do Norte*, pois no mesmo ano de sua publicação se comemorava o centenário da independência do Brasil, como já comentado neste trabalho. Em *Balões de ensaio*, Ezequiel Wanderley já saudava este momento com o ensaio “7 de setembro”, evidenciando que “rememoremos hoje um dos feitos mais notáveis da vida histórica do Brasil colônia”. Esse trecho reflete bem o que Guimarães notou em relação à invenção das nações modernas, ensejando assim que “a Nação é, portanto, vontade afirmativa de um presente que partilha um passado de lembranças.”¹⁵⁴

Levando em conta que a obra *Poetas do Rio Grande do Norte* foi patrocinada pelo governo do Estado, aventa-se que esta produção de Ezequiel tenha sido mais uma das ações desse governo para comemorar o aniversário dos cem anos da independência brasileira, uma vez que, segundo Melo, os festejos a esta data foram tão intensos no Estado potiguar que ninguém não se lembrou de outra coisa se não da pátria. Assim, “o Estado, então sob a direção de um escritor, Antônio José de Melo e Souza, deu tal ênfase às festas comemorativas do primeiro centenário da independência, mobilizando o povo, nas suas expressões mais puras e genuínas, de arte, cultura, patriotismo [...]”¹⁵⁵ Nesse sentido, assim como os escritores da historiografia assuense, Ezequiel Wanderley vivenciou o clima do centenário da independência.

A apresentação de vários poetas assuenses nesta produção não é estranha, pois Ezequiel Wanderley nasceu em Assú, em 1872, sendo filho de Luiz Carlos Lins Wanderley, este apontado pelos cultores da tradição assuense como um dos principais ícones da vida social daquele espaço no final século XIX, pois foi considerado o primeiro médico do Estado, bem como foi tido como homem de letras e dramaturgia. Ou seja, Ezequiel foi proveniente de uma família considerada como fundadora da cidade, pois a estirpe dos Wanderley (origem holandesa) tornou-se conhecida naquele espaço como “gente importante” e de “berço”. Daí ter surgido um conjunto de narrativas que patrimonializam os Wanderley como símbolos da cidade, produção esta desencadeada principalmente por membros da família. O escritor Rômulo Wanderley dedicou versos incluindo a sua linhagem, dizendo que “*minha gente provém de indígenas e portugueses e traz, no sangue também, o sangue dos holandeses.*”¹⁵⁶

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ MELO, Manoel Rodrigues de. O movimento modernista no Rio Grande do Norte. In: *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Ano XIX. Nº 8. Natal, 1970.

¹⁵⁶ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. cit.

Deve-se se considerar nessa escrita uma possível ideia freyriana no tocante a positividade da mestiçagem, ou seja, da harmonia entre as três raças no Brasil.

Diferentemente de Nestor Lima, que não enfatizou a origem holandesa dos Wanderley, os intelectuais descendentes desta família buscaram inscrever seu nome na história da cidade. Daí, Rômulo, Ezequiel e outros enfatizarem sua descendência. Nessa perspectiva, a professora e poetisa Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley), irmã de Ezequiel Wanderley, em *Anotações* feitas próximas a sua morte, assim se expressou:

A nossa família é nobre, muito nobre! Foi-lhe conferido os foros da nobreza pelo Príncipe Maurício de Nassau. Os Wanderley haviam-lhe demonstrado muita dedicação, auxiliando-o denodadamente na Guerra Holandesa sem nada pedir, sem nada cobrar. Terminada a guerra, o Príncipe concedeu os foros de nobreza a todos os Wanderley e a seus descendentes, concedendo-lhes um brasão de armas que ostentam a sua alta nobreza.¹⁵⁷

Essa atitude de Sinhazinha Wanderley demonstra o quanto “*a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”¹⁵⁸ Além de buscar fazer valer a denominação “sinhazinha”, referência utilizada para mulheres nobres da aristocracia brasileira, ela preocupou-se em demarcar a nobreza de toda sua família e, conseqüentemente seu valor para o espaço assuense. Assim como emerge em maior densidade grandes homens portugueses na narrativa de Nestor Lima, na narrativa dessa poetisa insurgem homens de sangue holandês. Se existiam portugueses corajosos na narrativa deste autor, a partir de Sinhazinha Wanderley apareciam holandeses de fibra e bravura ao ponto de participarem de guerras. De todo modo, esse é apenas um exemplo do que Pollak nos evidenciou acima, isto é, valores identitários em disputa.

Poetas do Rio Grande do Norte (1922), também é fruto da trajetória de vida de Ezequiel Wanderley, uma vez que este além de pertencer aos Wanderley do Assú, realizou seus estudos no Ateneu Potiguar (espaços educacional onde seu pai foi professor) cursando humanidades, espaço este considerado como de elite na educação potiguar à época. Ele ainda

¹⁵⁷ CALDAS, MARIA Carolina Wanderley. *Anotações*. Assu: 1954. Mimeo.

¹⁵⁸ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

pretendeu um curso superior em Direito no Ceará não chegando a ingressar no mesmo. Não se estranha tal aspiração, uma vez que nestes tempos ainda vivia-se o ranço da elite do bacharelismo no Brasil.

No cenário potiguar, Ezequiel Wanderley ficou conhecido como jornalista, cronista, agitador cultural e teatrólogo. Ele foi um homem identificado com o progresso da civilização, entusiasmado com a república e suas instituições. Deve-se registrar que, embora tenha projetado certo número de poetas assuenses em sua obra de 1922, salienta-se que Ezequiel era um homem também entusiasmado com outros espaços por onde passava, de modo que Macau e Natal eram significativos para esse autor.

O livro de Ezequiel (1922) foi reapropriado pelos interessados na tradição assuense como obra arquiestrutural que deu origem aos cognomes “Atenas Norte-Rio-Grandense” e “terra dos poetas”. Por isso, em matéria intitulada *Assu – terra dos poetas*, de autoria de Ivan Pinheiro, publicada na *Revista Rebuliço: arte e cultura* do Município do Assú, com edição em jan/fev/mar do ano de 2008, o autor da matéria busca explicar a origem dos cognomes acima citados, oportunidade em que esclarece:

Ambo surgiram a partir da segunda década do século passado quando o então Governador Antônio de Souza autorizou a realização de um estudo para que fossem identificados os poetas do Estado. O trabalho ficou a cargo do escritor Ezequiel Wanderley que publicou, no ano de 1922, a primeira antologia poética do Estado, intitulando-a de: *Poetas do Rio Grande do Norte*.

Como o Assu já apresentava com destaque no cenário cultural potiguar, sobretudo, no jornalismo, teatro e na música, após a edição daquele livro, jornalistas e produtores culturais aludiram do assú, como Atenas (antiga capital da Grécia) cognominando-a de *Atenas Norte-riograndense* [grifo nosso].¹⁵⁹

Neste trecho, o autor se remete a uma narrativa fundadora da “Atenas” por meio da obra de Ezequiel Wanderley, mas, muito mais do que isso, ele legitima tais cognomes mediante o discurso, um discurso com exatidão cronológica, perfil institucional, autor vinculado ao cenário assuense. Além disso, a argumentação de Pinheiro denuncia, em parte, o caráter de fabricação da ideia de “Atenas”, tendo em vista o mesmo relatar que jornalistas e produtores culturais foram os responsáveis pela atribuição desse cognome ao Assú. Mas, deve-se entender que na pesquisa desenvolvida para feitura deste trabalho não foi identificado

¹⁵⁹ REVISTA REBULIÇO. Ano 4 Nº 17 jan/fev/mar/2008. Centro de Escolar de Arte e Cultura do Assu. Mossoró: GL Gráfica Editora, 2008.

nenhum enunciado nesta temporalidade que fizesse menção aos epítetos citados, daí por que foi alavancada a tese – no segundo capítulo – de que a emergência de tais epítetos, particularmente: “Atenas Norte-Rio-Grandense”, tenha ocorrido na segunda metade do século XX. O autor dos dizeres citados acima não mencionou em seu texto fontes ou indícios que mostrem referência de uso dos epítetos na cena espaço/temporal citada.

Em *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), entre outras poesias de poetas e poetisas assuenses, encontra-se o poema *Minha terra*, de autoria Maria Carolina Wanderley, esta prima de Ezequiel Wanderley. Ela foi mais uma intelectual assuense que embora nascida em Assú estudou na capital do Estado, onde formou-se em magistério. Na poesia *Minha terra*, a autora se remete a sua cidade natal em versos:

Minha Terra

Terra bendita, onde abriguei, ditosa,
De minha infância as illusões fagueiras...
Corôada, qual rainha magestosa,
Das verdes palmas das carnaúbeiras.

Terra gentil, que acolhes, cariciosa,
Nas oiticicas verdes e altaneiras,
Aves gazis, que, em doce, maviosa,
Cantam do sol ás radiações primeiras.

Si eu, algum dia, tremula velhinha,
Presa á magua, sem fim, que me espesinha,
Ao teu solo volver, berço risonho,

Agasalha-me ainda com a ternura
Com que, outrora, nos dias de ventura
Agasalhaste o meu primeiro sonho!...¹⁶⁰

Nestas estrofes, Maria Carolina Wanderley demonstrou todo seu amor pela terra bendita que lhe foi berço, uma terra que marcou suas lembranças infantis, que possivelmente em função de um dia ter sido a Vila Nova da Princesa ela a pudesse considerar como rainha majestosa, ocupante de um castelo rodeado por uma natureza exuberante, onde os carnaubais, as oiticicas e as aves “gazis” eram iluminadas pelas primeiras irradiações solares que anunciavam o dia. Uma terra gentil, acolhedora, cariciosa e maravilhosa em que diante do sofrimento de uma poetisa em plena velhice pudesse acolhê-la como lhe acolheu um dia com muita ternura e com muito riso. Esse discurso exemplifica o interesse em compor uma

¹⁶⁰ WANDERELY, Ezequiel. Op. cit., p. 41

imagética romântica, harmoniosa e gentil do Assú. É um discurso que inscreve uma terra que nunca sonega refúgio aos seus filhos, Assú torna-se o berço que recebe os filhos que a ele retornam ou pretendiam retornar. É uma narrativa que espacializa a cidade como uma paisagem de um conto de fadas, uma cidade mágica capaz de trazer de volta os sonhos de infância, apropriada para agasalhar aqueles que dela não esquecem, é uma cidade prometida, é a escritura da tradição.

Acerca de *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), Luís da Câmara Cascudo exaltou o trabalho de Ezequiel Wanderley, dizendo:

Ezequiel Wanderley (1872-1933) publicou em 1922 o *Poetas do Rio Grande Norte* e faleceu sem calcular o benefício realizado. Acusavam-no de haver promovido a poetas todos os assuenses. Ninguém atinou no que representava de esforço, tenacidade e dedicação para oferecer uma galeria de poetas com suas notas bibliográficas. Ninguém depois dele teve a coragem de repetir tal façanha.¹⁶¹

Esse trecho de Cascudo – tido como autoridade da cultura potiguar – além enaltecer o trabalho de Ezequiel Wanderley, trás uma questão inquietante: “Acusavam-no de haver promovido a poetas todos os assuenses”, ou seja, por que tal afirmação? quais seriam os motivos que teriam feito Ezequiel Wanderley, possivelmente, agir de alguma maneira exagerada.

Logo após, Cascudo informa que Rômulo Wanderley produziu *Panorama da Poesia Norte Rio-Grandense* (1965), seduzido pela obra de Ezequiel Wanderley, oportunidade em que atualizou as informações do livro deste último. Rômulo Wanderley, por sua vez, demonstra as intenções já apontadas por Cascudo no sentido de atualizar a obra de Ezequiel Wanderley, ele ainda aponta para a ampliação do conhecimento de seu livro enfatizando o interesse, – naquele momento – de projetar tal quadro poético para outros espaços. Já em outro livro do autor do Panorama, *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965), às “Anotações” contidas no mesmo, fazem referências aos dons poéticos dos assuenses:

No livro “Poetas do Rio Grande do Norte”, que Ezequiel Wanderley publicou em 1922, e em nosso “Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense”, os poetas assuenses

¹⁶¹ WANDERLEY, Rômulo Chaves. *Panorama da poesia Norte-Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: edições do Val LTDA, 1965.

estão às dezenas. Luiz Carlos Lins Wanderley é o primeiro deles, tendo sido, também o primeiro norte-rio-grandense que se doutorou em medicina.¹⁶²

Retornando a questão posta por Cascudo sobre Ezequiel e os assuenses, observa-se que a referida produção deve ser melhor analisada, principalmente quando nos deparamos com o texto de Manoel Rodrigues de Melo sobre *Os Grupos Literários da Província*, publicado na Revista do IHGRN, oportunidade em que o autor narra a história da literatura potiguar no século XIX rendendo elogios e criticando omissões daqueles que escreveram sobre a temática já no século XX. Por isso, no tocante as críticas, ele mencionou que:

Nem Rocha Pombo, nem Tavares de Lira, nem, posteriormente Luís da Câmara Cascudo, fizeram referência a êsses nomes, o mesmo acontecendo com Ezequiel Wanderley e com seu continuador Rômulo Chaves Wanderley”. Queremos nos referir a Manoel Gomes da Silva e a Antônio de Amorim, ambos colaboradores de *O Liberal* e igualmente poetas. O primeiro era norte-rio-grandense e o segundo cearense, fazendo literatura no Rio Grande do Norte.¹⁶³

Essas palavras de Melo muito instigam os censos críticos a se perguntarem por que Ezequiel Wanderley incluiu por um lado vários assuenses e, por outro, esqueceu nomes de poetas que também faziam parte da cena literária potiguar que, de acordo com Melo, possuíam destacada produção. Se o critério para Ezequiel era a naturalidade, como ele mesmo deixou claro na ressalva da obra, dizendo que visava reunir preferencialmente “filhos deste rincão”, por que o poeta Manoel Gomes da Silva, citado por Melo, não foi incluído, se o mesmo era potiguar?

Melo no artigo já citado, demonstrando inquietação com esse tipo de questão, continuava a mencionar nomes de poetas que teriam sido eclipsados pelos cânones dos estudos poéticos da Província e do Estado, daí reivindicando o reconhecimento do poeta natalense Diomedes Quintiliano da Silva, apontou que “vinte três anos depois da conferência de Antônio Marinho, um outro estudioso da nossa literatura, Ezequiel Wanderley, num trabalho louvável, por muitos títulos, fazia vista grossa sobre a figura do poeta, não o

¹⁶² WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. cit, p.29.

¹⁶³ MELO, Manoel Rodrigues de. Op. cit. 1971, p. 109.

incluindo no livro **Poetas do Rio Grande do Norte, 1922**".¹⁶⁴ Como se essa afirmativa não bastasse, Melo ainda adiantou que:

O mal parece ser de origem. Um outro escritor, Rômulo Chaves Wanderley, em trabalho muito mais amplo da poesia norte-rio-grandense, esqueceu o desventurado poeta, não lhe concedendo a honra de uma só linha no seu **Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense**, apesar de indicado por nós.¹⁶⁵

Frente a estes apontamentos de Melo, convêm pensar nas diferentes estratégias de produção de identidade e nas interdições produzidas pelo discurso, pois chama-se atenção para à situação posta acima, uma vez que se um determinado poeta não foi incluído em 1922, esperava-se que, mediante um pedido expresso de Melo, o mesmo fosse atendido, uma vez que o livro de Rômulo pretendia ampliar a obra de Ezequiel Wanderley. Assim, não restam dúvidas de que na referida questão existe certo clima de contradição nas propostas de Ezequiel e Romulo Wanderley.

Por isso, "analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou empresta uma fugidia aparência".¹⁶⁶ Ainda mais quando se remexe tais contradições por meio de um procedimento arqueológico, pois com este pode-se descrevê-las por si mesmas, embora tenhamos de considerar as questões postas por Manoel Rodrigues de Melo, escritor entrosado na cena letrada do Rio Grande do Norte.¹⁶⁷

Em se tratando de Manoel Rodrigues de Melo, não se deve esquecer a publicação em 1940, de *Várzea do Açú*¹⁶⁸, livro dedicado às paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú. Este escritor ficou reconhecido entre a intelectualidade potiguar como uma das grandes expressões da literatura do Estado, sua pertença ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras denotam a sua vastíssima produção escriturística. Seu discurso foi baseado na região onde nasceu, em 1907, justamente

¹⁶⁴ Ibidem, p. 128-129.

¹⁶⁵ Loc. cit.

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel. Op. cit. 2012, p. 186.

¹⁶⁷ Para maiores informações acerca da vida e obra de Manoel Rodrigues de Melo, consultar: ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. **Manoel Rodrigues de Melo: biobibliografia 1926-1995**. Natal – RN – UFRN: CCSA: DEBIB: Núcleo Temático da Seca, 1995.

¹⁶⁸ Apesar de a primeira edição de *Várzea do Açú* tenha sido publicada em 1940, aqui utilizamos para análise a terceira edição datada do ano de 1979, oportunidade em que foi revisada e ampliada pelo autor conforme consta na referência da citada edição.

à Várzea, precisamente na comunidade rural de Queimadas localizada nas intermediações do município de Macau/RN. Originário deste espaço, descendente da casa grande da fazenda Queimadas, este autor teve o discurso inspirado pelo contexto de sua infância, pois escrevendo sobre sua terra natal, relatou sobre a vida no espaço rural da região já mencionada, buscou traduzir os tipos, os costumes, as tradições, os nomes e as gravuras de uma região sertaneja.

Várzea do Açu expressa, em muitos pontos, à postura integralista de seu autor, pois entre outros aspectos, os integralistas eram apegados à ideia de tradição e a busca de “raízes” rurais, daí o livro de Manoel Rodrigues se ocupar da Várzea. De acordo com esse autor, “o homem do campo, sem negar o valor das populações urbanas, mesmo as mais atrasadas e inferiores, é ainda a única reserva moral e material com que a Nação pode contar para todos os sacrifícios em bem da unidade territorial e espiritual do país”.¹⁶⁹ Este trecho mostra um autor também perpassado pela valorização do contexto nacional, até porque se vivia um período histórico de forte produção nacionalista. Na ótica do autor, o varzeano, homem do campo, seria o tipo de brasileiro por excelência capaz de se sacrificar em prol da Nação, essa concepção possivelmente se explique em função do teor de bravura e resistência que o mesmo atribui aos habitantes da Várzea.

Dito isso, cabe registrar que Melo foi um escritor ligado aos intelectuais, escritores e poetas assuenses, de modo que prefaciou várias obras ou foi citado em outras. Possuía laços de amizade com escritores como Francisco Amorim, Rômulo Wanderley, João Lins Caldas, entre outros. Ele foi um amante da Várzea do Rio Açu, dos seus carnaubais, das suas fazendas, da alimentação, do vestuário, dos homens patriarcas, das festas, das comunidades, dos folguedos, do aboio dos vaqueiros que em marchas de cavalos pontilhavam a região demarcando-a como espaço de tradições. Sua narrativa adentrou nos espaços sobrenaturais dessa região, pois escreveu sobre as almas penadas, sobre a morte, os cemitérios e, entre estes, o acompanhamento do enterro de rede. Sobre os vultos e tipos do Vale em que nasceu fez emergir uma visão sobre a parteira sertaneja, os tocadores, os negros de pife, os comboeiros, o preto ruivo e os tabatingueiros. Manoel Rodrigues foi este escritor que desenhou sua região de origem por meio da escritura. A fotografia¹⁷⁰ mostra Manoel Rodrigues de Melo ao lado de

¹⁶⁹ MELO, Manoel Rodrigues de. *Várzea do Açu: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açu*. 3ª. ed. Ver. Ampliada e anotada pelo autor. São Paulo: IBRASA, 1979, p.18.

¹⁷⁰ Fonte: Acervo Fernando Caldas. blogdofernandocaldas.blogspot.com . Acesso em 10 de abril de 2012

alguns escritores, entre eles: o assuense Rômulo Wanderley e o poeta radicado em Assú à época João Lins Caldas.



Figura 10. Homenagem ao Poeta João Lins Caldas em Natal - 1958. Da esquerda para à direita: Veríssimo de Melo, Rômulo Wanderley, Esmeraldo Siqueira, João Lins Caldas, Djalma Maranhão, Evaristo de Souza e Manoel Rodrigues de Melo. Fonte: Acervo Fernando Caldas.

Desse modo, assim como Melo foi prestigiar um poeta que, embora natural de outro lugar, foi adotado como poeta assuense (João Lins caldas),¹⁷¹ doze anos antes em *Várzea do Açu*, no capítulo dedicado as “festas e tradições”, ele nomeia Assú como terra dos poetas, terra que, em sua ótica, foi construída em tempos passados:

[...] recebeu o epíteto de “terra dos poetas”, tal era o gosto pelas letras, pela poesia, pelo jornalismo, pelas charadas, por tudo que dizia respeito às atividades do espírito, naquela região. Os salões não era menos ricos de motivos e sugestões, sobretudo na cidade, onde as boas maneiras, a inteligência e meia cultura, eram apuradas e praticadas, como as mais altas virtudes do ser humano. Graças a essas tendências, tão marcantes no terreno da cultura e da inteligência, foi que se disseminou de maneira tão grande a publicação de jornais, revistas, poliantéias, na cidade do Açu, de todos os gêneros e tamanhos.¹⁷²

¹⁷¹ João Lins Caldas (1888 - 1967), poeta nascido em Goianinha/RN, viveu boa parte de sua vida em Assú, tendo vivido antes, porém, em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A partir de 1933, João Lins retornava ao Assú de onde produzia suas poesias que misturavam modernismo, parnasianismo e simbolismo. Ele foi considerado o poeta da solidão e dor. Tido como de postura patriótica.

¹⁷² MELO, Manoel Rodrigues de. Op. cit. 1979, p. 201.

Neste enunciado, este escritor inscreve à “terra dos poetas”, nomeia Assú mediante um epíteto cultural, sua investida discursiva buscou mostrar o quanto Assú faz jus a este epíteto, pois o anseio pelas letras, pelos elementos da poética e pelo jornalismo eram atividades do espírito que reinavam neste espaço, um espaço em que a sociabilidade exercida nos salões (dos sobrados) representaria as “maneiras inteligentes” dos assuenses, o que implica pensar, de acordo com o raciocínio do autor, que tais maneiras seriam a manifestação do que há de mais elevado e requintado no espírito humano.

Registra-se, nesta mesma década de 1940, certo esforço dos escritores locais no sentido de tentar imortalizar a memória de outros homens de letras através de produções na forma de poliantéias (Antologia de obras de um homem ilustre, organizada em sua homenagem) e mediante esta operação alguns enunciados acabam por construir uma terra de intelectuais, berço de jornalistas, espaço de mentes brilhantes e cidadãos patriotas. Nesse sentido, duas poliantéias foram produzidas: uma em homenagem ao jornalista, advogado e educador João Celso Filho e a outra em reverência ao jornalista Otavio Amorim. Portanto, estas obras possuíam um lugar de fala demarcado, onde se expressaram escritores e poetas ligados aos setores letrados e privilegiados do cenário assuense.

Além disso, Assú enquanto *terra de história, poesia e tradição* emerge na primeira metade do século XX na encruzilhada da história, do patriotismo e dos escritos poéticos. Esta emergência pôde ser problematizada por meio de enunciados dispersos e até descontínuos, mas provocadores de uma regularidade discursiva que imprime o livro da história assuense com alto teor de historicidade, inteligência e atitudes nacionalistas. Uma produção com contornos de obra artística, por sua vez, fruto da investida integradora de poetas e escritores que buscaram produzir um espaço referencial. Um espaço onde se encontrasse a continuidade das velhas tradições poéticas, heroicas e religiosas, onde os acontecimentos fossem considerados de uma natureza assuense, de um está no sangue. Uma paisagem que foi construída como se fosse uma casa, esta com várias divisórias, mas unida pelas paredes laterais e frontais capazes de fornecer fechamento e segurança.

Todavia, deve-se atentar para a advertência de Bachelard, quando mostra que “a casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade”.¹⁷³ Ou seja, muito do que se acredita da estabilidade da casa pode não passar de instabilidade. Daí, as palavras do viajante Marco Polo ecoarem ensinando que o que dizem acerca de uma cidade é uma

¹⁷³ BACHELARD, Gaston. Op.cit, p. 208.

coisa, já o que ela é na sua vivência prática é outra, no entanto, ambas situações se ligam, pois se dirigindo ao imperador Kublai Khan, o viajante Marco Polo dizia que “ você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo existe uma ligação entre eles”.¹⁷⁴

Este capítulo apresentou a análise da primeira camada de discursos construtores do espaço assuense, oportunidade em que por meio dos discursos historiográficos, jornalísticos, literários e poéticos, observa-se um espaço que foi sendo construído por dizeres promotores de uma imagem lendária, literária e tradicional da cidade. A camada de discursos do próximo capítulo mostrará como os escritos da segunda metade do século XX reativaram e reapropriaram vários enunciados abordados neste primeiro capítulo na perspectiva de oferecer certa continuidade à pretensa tradição assuense. Mesmo com atualizações e reapropriações, na busca por garantir à suposta homogeneidade cultural do Assú, notadamente com fins de demarcação identitária, foram produzidos epítetos culturais no sentido de reafirmar o *status* de terra de predisposições letradas e poéticas, daí ter sido colocada em prática um tipo de poética do espaço.

¹⁷⁴ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; Folha de São de São Paulo, 2003, p.60.

2 – A POÉTICA DO ESPAÇO E OS ENREDOS DA “TRADIÇÃO” ASSUENSE

2.1 - “Eu sinto que essa vida já me foge”: Sinhazinha Wanderley e o Assú de antigamente

*Vou folhear o livro da minha alma, para dele arrancar
uma página do passado que vou transmitir singela e
sinceramente, nestas anotações ligeiras que lhe
transmitir e principio como disse Cassimiro de Abreu,
poeta brasileiro*

*“Eu sinto que esta vida já me foge,
“Qual d’arpa o som final”.*

Sinhazinha Wanderley¹⁷⁵

A epígrafe de autoria da professora e poetisa Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley), já citada neste texto, traduz um discurso de despedida, um discurso de quem estava próxima da morte, pois aos oitenta anos de idade sofrendo de enfermidades como hipertensão, inflamação no fígado e rins. É um depoimento de quem sente o cheiro da morte, de quem vive *Horas trites*, a exemplo do poema do escritor Cassimiro de Abreu, horas tristes de quem arranca do passado suas velhas e boas lembranças, de quem sente a vida escapar entre os dedos que escrevem um manuscrito destinado ao Assú, mais ao Assú que precisava conhecer os bons e velhos costumes de uma época memorável, permeada pela moral, pelos galanteios de homens de bravura e de palavra; um “Assú antigo” que o presente desconhecia. Assim, não só lhe fugia a vida enquanto existência, mas a vida em termos de história de vida, uma trajetória cidadina que a mesma levava num “Assú dos velhos tempos”, numa cidade de tradições, de uma cultura delineada no passado, haja vista que seu nascimento se dá em 30 de janeiro de 1876, portanto, sua infância no século XIX.

As *Anotações*,¹⁷⁶ narrativa autobiográfica e histórico/memorialística, de autoria de Sinhazinha Wanderley também expressam uma atitude de solidão, não só em função da vida solitária que ela levava sem filhos, sem alunos¹⁷⁷, sem pais e sem irmãos, mas sua solidão também era advinda do momento em que vivia, um presente que não lhe correspondia mais aos velhos e bons anos de professora no grupo, sua participação nos cânticos na Matriz de São

¹⁷⁵ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. *Anotações*. Assu: 1954. Mimeo.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 1.

¹⁷⁷ Sinhazinha Wanderley foi professora do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia – Assú.

João Batista, sua convivência com o pai João Carlos Lins Wanderley, seu irmão Ezequiel Wanderley, seu tempo de sinhazinha marcado pela presença dos coronéis, homens de patente, pelo status de ser filha do considerado primeiro médico potiguar. Sua escritura evidencia a falta do convívio com uma gramática espacial identificada como Assú dos “tempos antigos”, tempos de grandes sobrados, da presença efetiva dos Wanderley, das velhas feiras, das tradicionais festas de São João, de eventos, como a libertação dos escravos, aulas de latim, primeiro jornal, espaços como à Casa de Caridade, o Grupo Escolar, o Quadro da Rua, à Matriz de São João Batista, o primeiro jornal, entre outros.

Quanto à solidão, Resende considera que “a solidão serve para começar uma conversa, um lamento, uma desconfiança, um desamor [...]”.¹⁷⁸ Daí, as *Anotações* de Sinhazinha se constituírem num verdadeiro diálogo de alerta acerca do perigo dos novos tempos, por sua vez, lamentando o desapego ao passado e ao mesmo tempo desamando e desconfiando de todo esse conjunto de coisas emergidas numa sociedade pós-guerra. Em meio a tudo isso, a solidão existencial se coadunava com a solidão vivencial, por isso, ela enfatizou que “sou um ser que vivo o presente, recordando o passado”.¹⁷⁹

A escrita desta poetisa fornece indícios de uma época de perda dos antigos referenciais, a exemplo do convívio com personalidades de uma sociedade com marcas de moralidade, romantismo e patriarcalismo, o que implica refletir acerca de certa crise identitária sentida por ela mediante o contexto em que vivia, pois este tipo de crise, conforme Dubar pode ser pensada como “[...] perturbações de relações estabilizadas entre elementos estruturantes da atividade [...]”¹⁸⁰ de identificação, modo pelo qual o sujeito mediante o exercício da diferença categoriza os outros e a si mesmo. Sinhazinha Wanderley em *Anotações* coloca-se em palavras para demarcar sua identidade para com o espaço assuense, uma vez que:

As questões de identidade são fundamentalmente questões de linguagem. Vimos isso ao longo de todo o livro: identificar-se ou ser identificado não é somente “projeta-se sobre” ou “identificar-se com”: é, antes de tudo, colocar-se em palavras. Identificar é colocar nomes em classes de objetos, categorias de fenômenos, tipos de

¹⁷⁸ RESENDE, Antonio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e fora*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 168.

¹⁷⁹ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit. 1954, p. 1.

¹⁸⁰ DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 20.

processo, etc. A linguagem não é uma “superestrutura”, é uma componente maior da subjetividade.¹⁸¹

Além disso, as *Anotações* de Sinhazinha Wanderley traduzem o rearranjo de suas experiências vivenciais numa narrativa, rearranjo em palavras que construísem mundos vividos por ela quando do “Assú dos velhos tempos”, como assim ela considerava, mundos que lhe fizessem sentido e que lhe dessem orientação. A viagem de busca dessa escritora é com o interesse de encontrar mundos profissionais, familiares, educacionais, religiosos e políticos vinculados ao tempo que ela considerou como arquetípico. Para alcançar esses mundos, essa poetisa sentiu necessidade de verbalizá-los, sentiu a necessidade de enuncia-los como forma de autoafirmação de sua identificação para com tais “planetas” existenciais. Daí, Dubar, nos auxilia novamente naquilo que possibilita pensar que “a identidade narrativa é uma construção em situação”.¹⁸²

Desse modo, a busca desses “mundos”, por parte de Sinhazinha Wanderley, convergia para uma paisagem assuense inscrita nos tempos antigos, aqueles em que a poetisa poderia encontrar as mais autênticas tradições. Por isso, levando em consideração que o espaço também é produção discursiva, entendemos os relatos produzidos por esta poetisa, como práticas de espaço, por sua vez, desencadeadas na linguagem que os movimenta no sentido de estacioná-lo num passado memorável.

O discurso de Sinhazinha Wanderley possuiu uma cena que nos permite o aumento da lente de observação e análise, seus enunciados podem ser rastreados como uma contraposição às novas formas de comportamento desenvolvidas pela sociedade após os anos de 1950, pois em vários momentos de suas *Anotações* (1954), as quais ela deixou para seu primo Boanerges Wanderley – responsável pela datilografia das *Anotações* – ela realizou críticas aos novos costumes da sociedade. A cena do discurso de Sinhazinha pode ser, em parte, compreendida no enunciado do jornalista Franklin Jorge¹⁸³

¹⁸¹ Ibid. p.237.

¹⁸² Ibid. p. 242.

¹⁸³ JORGE, Franklin. Lembranças (esquecidas) do Assu. *Novo Jornal*: Disponível em: <<http://novojournal.jor.br/blog/2012/03/04/jornal-de-franklin-jorge-lembrancas-esquecidas-do-assu/>> Acesso em: 20 de abril de 2012, às 7h e 20min.

embora neste fossem praticados atos tidos como tradicionais, a exemplo da exaltação da Nação por meio da execução de hinos. Daí, por exemplo, ao inovar com aulas de campo, ela e seus alunos, ao passarem pela Avenida Ulisses Caldas, cantavam o Hino dos Voluntários do Norte, numa atitude moral e cívica homenageando personalidades militares assuenses mortos na Guerra do Paraguai. Por meio de um trecho do referido hino pode-se compreender o sentido patriótico do conteúdo das aulas da referida professora bem como o caráter construtivo de suas *Anotações* em relação ao espaço assuense:

Brasileiros, soldados valentes
 Que morreram salvando a nação
 Não assusta ao soldado do Norte
 O ribombo do canhão,
 Brasileiros, soldados valentes,
 Que morreram salvando a nação ¹⁸⁵

Não se deve esquecer que nesta temporalidade, o discurso nacional ainda era algo forte, principalmente em espaços propícios a sua circulação, como a escola. Assim, hinos nacionais ou hinos ligados a seguimentos da nação propiciam momentos, como aponta Anderson, de simultaneidade, ou seja, “precisamente nesses momentos, pessoas totalmente desconhecidas entre si pronunciam os versos seguindo a mesma música”.¹⁸⁶ Este movimento permite o eco da comunidade nacional e a tentativa de compartilhamento dos “bens culturais” desta mesma comunidade.

Além do que, o enunciado dos heróis nacionais assuenses ecoa novamente. O texto (*Anotações*), de Sinhazinha foi mais um enredo que reforça a identidade assuense por meio do patriotismo e bravura, já que entre os soldados do Norte (hoje Nordeste), lá estavam os assuenses Ulisses e Perceval Caldas. Esse é um enunciado que positiva o discurso da tradição assuense.

Além disso, Sinhazinha Wanderley foi uma mulher que experimentou os elementos da vida moderna, mas demonstrando apego a sua origem, optou pelo passadismo, preferiu o lugar dos seus antepassados, de modo romântico narrou sua cidade. Quanto aos costumes indígenas, muito embora o jornalista se remeta ao viés de ternura constante nos escritos dessa

¹⁸⁵ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit., 1954, p. 15.

¹⁸⁶ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 203.

poetisa, o que se percebe em *Anotações* (1954) é uma forma de visão selvagem dos indígenas da região.

Os enunciados de Sinhazinha se situam no conjunto de produções que postulam *Assú, terra de história, poesia e tradição*, pois ela, por meio de suas *Anotações*, gesta uma cartografia do desejo em relação a um Assú de antigamente, oportunidade em nesta espacialidade encontram-se movimentos poéticos, história grandiosa e uma cultura tradicional. Esta professora chegou a ser citada como membro do primeiro grupo de poetas assuenses apresentados na antologia poética organizada pelo seu irmão Ezequiel Wanderley. Por isso, nos pós 1950 erguer a bandeira na perspectiva de tentar livrar este posto do abismo do efêmero.

Sinhazinha Wanderley pode ser tida como uma das primeiras vozes femininas a falar, ou melhor, escrever “em larga escala” sobre o Assú. Além das *Anotações*, ela escreveu vários sonetos, em 1950, para a Revista *Atualidades* (Assú), vários poemas dispersos, cartas, versos, entre outros. De uma família ligada às letras, e através da condição de docente, se projetou num mundo da escrita e nele se afastou dos recônditos puramente domésticos. O alcance do mundo da escrita por parte Sinhazinha pode ser compreendido através da contextualização feita por Nunes quando elenca que na passagem do século XIX e início do século XX, as mulheres, particularmente aquelas de famílias abastardas, quando, na sua maioria exercendo a função docente, transgrediram a concepção de não produtoras culturais, oportunidade em que enveredaram por espaços como o jornalístico e o literário.¹⁸⁷

Assim, mediante o conhecimento da cena que forneceu base às palavras de Sinhazinha, uma das primeiras críticas que ela fez diz respeito aos bailes¹⁸⁸ do seu presente, pois ela esclarece que “os bailes antigos, (contavam-me os olhos) eram muito diferentes dos de hoje. Só comparecia a elite”. Neste ponto da narrativa, esta professora demonstrava seu apego pela sociedade elitizada da cidade, já que manifestava apreço pela elite local. A festa era espaço de atos cavalheirescos, de respeito pelas moças, ao passo que o homem convidava respeitosa e senhorita para dançar, dizendo: “Vossa Excelência’ dá-me a honra”?

¹⁸⁷ NUNES, Clarice. Letras femininas: missão intelectual de professoras jornalistas na imprensa brasileira. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia. *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011.

¹⁸⁸ Deve-se registrar que os bailes em Assu, antes praticados no antigo cine-teatro da cidade e no Grupo Escolar Tenente. Coronel José Correia (espaço de trabalho de D. Sinhazinha), passaram em 1953 a ser realizados na ARCA (associação cultural e recreativa), fundada em Assu pelos funcionários do Banco do Brasil. A ARCA foi instalada na parte superior do prédio da Prefeitura Municipal funcionando como clube promotor de bailes dançantes.

Nesses momentos as bebidas eram típicas ou licor, se comia biscoitos, pão, bolo, etc. Uma festa tipicamente tradicional.

Além do mais, Sinhazinha, após descrever os bailes de seu tempo, estes à moda antiga, criticou os novos bailes, dizendo:

Muito diferente de hoje onde só há “salgadinhos” e bebidas de toda a espécie [... ilegível] dispêndio louco! As danças uns nomes arrevezados e as moças, quando acabam a parte que estão dançando, cada qual que procure o seu lugar. E dizem que estamos no século XX, no século da luz! Eu não não sei se porque sou velha, passadista acho mais vida no passado! Eram comunidades por distintos cavalheiros à um passeio pelo salão.¹⁸⁹

A declaração da escritora denota a diferença entre modos e comportamentos festivos de sua época de infância e mocidade contrastando com os anos finais de sua vida. Ela reprovava os atos alimentares dos novos bailes, bem como tipos de bebidas “loucas” que apareceram em tais festas. Ela desfere censura aos tipos de dança e os comportamentos das moças frente a estes momentos dançantes, comportamentos estes estranhos para esta autora, transparecendo certa decepção com o comportamento das mesmas. Ainda mais, ela ironiza as luzes do século XX, considerando que prefere a vida passada, ou seja, para ela as luzes estariam no passado e não no presente, a clareza das atitudes e comportamentos em seu pensamento está arraigada aos atos morais, civilizados, cívicos e tradicionais.

É preciso considerar que este é um momento que Sinhazinha Wanderley se depara com uma nova conjuntura cultural, notadamente respingada do contexto nacional, pois de acordo com Renato Ortiz, o período entre 1945 a 1964, no Brasil, foi marcado por uma forte efervescência e criatividade cultural, oportunidade em que “as novas tecnologias: rádio, televisão, cinema, disco, abriram as perspectivas para experiências, as mais diversas possíveis”.¹⁹⁰ Deve-se considerar a emergência de um maior público urbano como participante e consumidor de tais elementos culturais, inclusive a juventude aumentou sua participação na cena social e cultural.

Assim como já evidenciado, o momento em que Sinhazinha escreveu corresponde ao início da década de 1950, período pós-guerra em que se registram novos marcos inspiradores do cotidiano, como o é caso da filosofia existencialista e sua visão de um sujeito construtor de

¹⁸⁹ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit. 1954, p. 7.

¹⁹⁰ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 106.

si, um pensamento que buscava um ser livre, oportunidade em que os franceses Jean Paul Satre e Simone de Beauvoir pregavam que seria através da liberdade que o homem escolheria o que queria ser. Essa perspectiva existencialista colaborou para a ebulição de um mundo jovem, para que este segmento pudesse reivindicar liberdade, quebra de velhas concepções e valores. No cenário norte-americano, a explosão de movimentos como a geração *Beat* significando a batida do Jazz, o embalo e o ritmo aceleraram a emergência da contracultura e seus movimentos, como os hippies. Alia-se a isso tudo, o surgimento do Rock'n'roll americano, um grito musical que buscava sacudir, rolar, fazendo menção aos movimentos sexuais. O rock em determinadas situações escandalizou os tradicionais.

Ainda em referência à década de 1950, registra-se o aparecimento de carros automóveis, como os cadillacs. O vestuário era invadido pela jaqueta de couro, a calça rancheira, etc. Esse conjunto de coisas corresponde ao momento em que “[...] nossa classe média cada vez mais assimilava padrões de comportamento vindos de fora”.¹⁹¹ Inclusive, entre estes padrões encontra-se o cinematográfico, oportunidade em que comportamentos como o do herói rebelde ganhou destaque. Ainda cabe mencionar o papel atuante do rádio nas comunicações brasileiras, sendo que é nesta década que a televisão nacional inicia sua trajetória. Politicamente o Brasil viveu em 1954 *horas tristes* com a morte de Getúlio Vargas, então presidente da República.

Nesse sentido, esse contexto de mudanças no cenário nacional paulatinamente atravessa o espaço vivencial de Sinhazinha Wanderley, pois se devem levar alguns fatores em conta, entre eles: aumento demográfico, pois Assú aumentava sua população nesta década, precisamente no ano de 1957, a cidade já possuía em torno de 32 mil habitantes.¹⁹² Também o fluxo de carros nas imediações e dentro da cidade crescia com a construção de estradas. Até 1945 o município apresentava uma frota de 32 veículos a motor que circulavam em seu território, o que implica pensar que com os investimentos em pavimentações e rodovias na proximidade do centro urbano esse número tenha aumentado.¹⁹³ Deve-se fazer menção aí a construção da ponte Felipe Guerra sobre trecho do Rio Assú, obra que veio a aumentar o trânsito de veículos motorizados nas intermediações da cidade, fazendo, assim, a ligação da capital do Estado (Natal) com o Oeste potiguar. Sobre esta obra, para época de grande vulto, o

¹⁹¹ CALDAS, Waldenyr. *Iniciação à música popular brasileira*. São Paulo: Ática, 1989, p. 31.

¹⁹² AMORIM, Osvaldo. *Justíssima Homenagem. O Mossoroense*. Mossoró/RN, 24 de abril de 1957. Nº 760, ano XI, p. 4.

¹⁹³ **SINOPSE estatística do município de Assu. Subsídios para o estudo da evolução política. Alguns resultados estatísticos – 1945. Principais resultados censitários – 1, IX – 1940. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1948.**

jornal *O Mossoroense* de 3 de fevereiro de 1952 informava que “sua construção chegou ao termino com o levantamento do revestimento de madeira que apoiava os últimos lastros da colossal obra, em extensão reputada como a maior do Nordeste”.¹⁹⁴

Nesse contexto, Sinhazinha sentia o cheiro de uma cidade mesclada por aspectos antigos e modernos, tanto é que no soneto “*Assu das 11 horas*” citado por Pinheiro, esta professora, escritora e poetisa traduzia o cotidiano de sua cidade e assim se expressava:

São horas de almoçar, há movimento,
Badala no mercado uma sineta,
Há gentes pelas ruas, na valeta
Um pequeno tropeçar e, no momento...

Um carro a buzinar corre violento,
Um preto a pedinchar uma gorjeta
Compra Aguardente em vez de alimento!..

Há silêncio nos bares. Nos hotéis
Engenheiros, bancários, coronéis,
Vão fazer sua farta refeição,

Enquanto um pobre ser, acorado,
Tira do “caco” um sebo mal torrado
E o põe a misturar-se no feijão...¹⁹⁵

Neste soneto, é possível perceber o quanto Sinhazinha compreendia sua cidade com novos ritmos, novos elementos sociais, daí, além da violência provocada pelo carro, conforme registrado por ela nota-se a mistura de velhos representantes das elites rurais como os coronéis – já em decréscimo naquele momento – e as novas figuras elitizadas da cidade vinculadas ao mundo das profissões como engenheiros e bancários. Ainda neste soneto, fica explícito as contradições socioeconômicas presentes neste espaço tão decantado, estes aspectos são perceptíveis nos trechos em que a escritora se reporta ao carro (objeto daqueles que possuíam posses) e logo em seguida menciona o caso de um preto pobre pedinte, também nota o acontecimento em que enquanto membros das elites rurais e urbanas fazem farta refeição, um pobre realiza sua alimentação de forma precária chegando a misturar um sebo mal torrado com feijão.

¹⁹⁴ Jogarão hoje em Assu os Príncipes. *O Mossoroense*, Mossoró/RN, 13/16 de novembro de 1952. Nº 322, ano VII s/p.

¹⁹⁵ PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão: *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso* (1976-1954). Tese de doutorado em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 1997, p. 121.

Essa situação posta em poema por Sinhazinha possivelmente está ligada ao viés caridoso e assistencialista da mesma, pois era tida como caridosa com os pobres e desvalidos.¹⁹⁶ No entanto, esse fator não elimina a invariante de uma posição tradicional arquitetada no âmbito das relações de força que projetam os grupos familiares privilegiados do Assú enquanto tradutores daquele território, uma vez que, por mais que a escritora demonstre certa disparidade social no meio em que vivia, o seu discurso, como um todo, denuncia postura que lhe insere na rede produtora de uma posição de privilégio no cenário assuense.

Assim, o binarismo em que recai a “denúncia” do rico versus pobre, branco versus negro, por exemplo, não faz dessa produção de Sinhazinha um soneto que contemple necessariamente as diferenças do espaço assuense, pois contemplar as diferenças significa, como nos informa Daniel Lins, dizer o indizível, ou seja, resulta em ver por meio do diverso, “espaço de identificação multipolarizada, abre as portas da percepção e festeja o encontro com o outro, num fluxo e refluxo de criatividade e de espanto, em que aquele que fala poderá se encontrar na resposta do outro”.¹⁹⁷ Percebe-se que a diferença expressada no soneto situa-se muito mais no campo de exótico e do negativo do que propriamente no campo do diverso/diferença enquanto diversidade de posições e múltiplas identificações provocadas por idas e vindas,

Observa-se que embora demonstre um olhar que promove a distinção socioeconômica, a posição que Sinhazinha se coloca no seu texto de maturidade (Anotações) é de uma herdeira das elites assuenses, herdeira da tradição civilizada, socialmente privilegiada, embora nos dias finais de sua vida a mesma tenha passado dificuldades de sobrevivência.

Além do mais, no campo das modificações ocorridas na cidade, Assú presenciava outras “novidades” naquele momento, pois os esportes já ganhavam vulto neste espaço, oportunidade em que se registram jogos de futebol de salão e de campo, o que provocava a atração do público e conquistando a juventude. Em 1952 já se realizavam jogos amistosos com clubes de outras cidades, daí em 13/16 de novembro de 1952 ter acontecido tal evento

¹⁹⁶ Conforme Pinheiro (1997), Sinhazinha Wanderley possuía atitudes de caráter filantrópico com pessoas residentes à época num bairro humilde (Macapá) nas proximidades do centro da cidade. Ainda de acordo com Pinheiro, essas atitudes, por parte de Sinhazinha, possivelmente se expliquem em função de sua formação religiosa que entre outros preceitos recomenda o desprendimento dos bens materiais. PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. Op. cit.

¹⁹⁷ LINS, Daniel Soares. Como dizer o indizível. In: LINS, Daniel Soares. **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 93.

entre o Clube Potiguar de Mossoró e a Seleção do Assú.¹⁹⁸ Tudo isso colaborava para dividir a atenção em torno dos costumes tradicionais dos “velhos tempos”.

Além disso, essa era uma época em que se dizia que Assú vivia um cenário de desenvolvimento, inclusive, em novembro de 1951, *A Revista da Província* trazia reportagem com o título “Em franco progresso o município do Açu”, nesta aparecem referências em relação à construção da ponte Felipe Guerra, a feitura do canal que levaria água para a Lagoa do Piató e da barragem do córrego, o dinamismo da Voz do Município, entre outros, de modo que determinado trecho da reportagem expressava que “Vigilanciadas suas energias vitais pela visão inteligente e espírito esclarecido do ilustre dr. Edgar Montenegro, o município do Açu está apto a competir com os municípios de maiores projeções no progresso e desenvolvimento do Rio Grande do Norte”.¹⁹⁹

Nesse período, outros espaços foram sendo construídos e conseqüentemente à cidade foi crescendo, de modo que o Quadro Rua (espaço onde Sinhazinha residia), enquanto paisagem lendária enunciada por várias falas, já que aí se situavam as grandes residências das famílias de poderio econômico, foi dividindo a atenção com outros espaços de moradia e lazer.²⁰⁰ Nesse contexto, foram construídas duas novas praças na cidade, oportunidade em que além da antiga Praça da Proclamação, a população dispunha da Praça da Carnaubinha (pouco mais afastada do centro) e a Praça do Rosário.

Desse modo, tal contexto provocou Sinhazinha Wanderley a sair em defesa dos velhos costumes de um “Assú antigo”, de um espaço poético, das serenatas, dos “verdadeiros” amores. Tudo isso, demonstra uma visão romântica da poetisa, visão concatenada à concepção de terra poética, harmonicamente arrumada e traduzida pelos costumes honrosos, galantes e tradicionais. A narrativa de Sinhazinha se traduz enquanto um panteão de acontecimentos históricos do Assú, com uma sensibilidade mais sentimentalista e nostálgica, essa poetisa voltou aos velhos tempos de sua cidade. Vários monumentos e eventos históricos citados por ela também aparecem em outras narrativas, inclusive as pretéritas, como a de Nestor Lima,

¹⁹⁸ O Mossoroense – Mossoró, 13/16 de novembro de 1952, s/p.

¹⁹⁹ REVISTA DA PROVÍNCIA. Em franco progresso o município do Açu’. Ano 2, nº 2, Natal, novembro de 1951, p.12.

²⁰⁰ Em se tratando de novos espaços para além do quadro da Rua, registramos ainda que nesta mesma década de 1950, precisamente no ano de 1956, seria construído na cidade o bairro residencial, conforme a Lei Municipal Nº. 7/1957, Dom Eliseu Simões Mendes, empreendimento que alargava o núcleo de moradias da cidade. Ver, Arquivo da prefeitura Municipal do Assú.

Antônio Fagundes e Pedro Amorim, o que demonstra que esta escritora não é pré-existente ao discurso, ela existe no discurso e não fora dele.

Entre estes eventos históricos rememorados pela escritora está à libertação dos escravos, ensejo em que autora discursivamente trabalhou para simbolizar os ideais de liberdade do povo assuense e sutilmente projetar o envolvimento da família Wanderley no evento. Neste ponto, ela elencou que:

No Açú havia muitos escravos, mas eram bem tratados. Quando a Princesa Imperial, Isabel a redentora concedeu a liberdade total a todos os escravos do Brasil, no Açú, eram todos livres. A Baronesa da Serra Branca, (nossa tia Biloca) libertou os muitos que possuía, banqueteou-os com um farto jantar e ela mesma, serviu-os a mesa.²⁰¹

Em outra produção, datada de 1950, contida na coletânea de textos publicada em sua homenagem, organizada por Celso da Silveira, em 1990, insurge no final do soneto o enunciado da libertação dos escravos, dessa feita articulado a outro enunciado referente aos festejos do padroeiro São João Batista. Sinhazinha em soneto expõe que:

E por que fugens tanto, ó mês de junho,
Tu que tens o teu o céu da cor do abrunho
Quão formoso e gentil te mostras tu ?

É porque numa data abençoada
Foi feita áurea, solene, festejada
A redenção do escravo, aqui no Assu,²⁰²

Ressalta-se que, em *Anotações* (1954), a história do Assú se confunde com a história da família Wanderley, uma vez que, Sinhazinha operacionaliza no sentido de costurar sua escritura em torno da participação da família no soerguimento da cidade. Por isso, logo sua história se inicia tratando da nobreza de sua família – ponto já citado neste trabalho –, desdobrando-se na trajetória de homens de bravura, heroísmo e inteligência. Assim, ela cita primeiramente o Coronel Manoel Wanderley, tido pela escritora como homem valente, honesto e bem feitor. A falta do domínio das letras lhe era compensado pelos feitos nobres. Posteriormente elencou a figura de João Maurício Wanderley, a quem rende rápida fala. Segue o relato, dessa feita, se remetendo a João Carlos Wanderley a quem ela atribui que “[...]”

²⁰¹ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit. 1954, p. 7.

²⁰² SILVEIRA, Celso da (org.). *Paisagens da Minha terra*. Assú: Editora Nordeste Gráfica, 1990, p. 36.

fez do Açú que era uma Vila, uma cidade tradicional”. Esta escritora ainda apresentou descontentamento em virtude do não reconhecimento da cidade para com seus familiares, oportunidade em que estes não apareceriam sequer em um nome de qualquer rua do Assú, inclusive “Dr. Luiz Carlos Wanderley (meu pai), primeiro médico Açucense!”. Teatrólogo, poeta (escreveu quando estudante na Bahia) [...]”.²⁰³

No que tange a questão acima, Sinhazinha requer reconhecimento para com os feitos de sua família, por sua vez demonstrando que a própria cidade existe por meio da força política e intelectual de seus consanguíneos. A terra de *história, poesia e tradição* emerge vinculada a estratégias discursivas que alçam os Wanderley enquanto mestres na arte de fazer o espaço assuense.

Não se deve perder de vista o sentimento patriótico ainda constante no discurso de Sinhazinha, algo verificado nos discursos dos escritores assuenses com certa frequência, continuava a perspectiva de engrandecimento local por meio dos feitos à grande pátria brasileira, até porque na condição de professora e por ser vinculada a um espaço escolar, seus enunciados não são estranhos nesse sentido, pois Nunes adverte que “[...] as escolas foram destinadas à circulação e transmissão dos saberes, e as professoras constituíram-se em missionárias da nacionalidade”.²⁰⁴ Daí, essa configuração provavelmente explique outra fala de Sinhazinha acerca de sua família quando se remete a um momento tido pela mesma como celebre. Ela adianta que “da nossa família, Boanerges, fazia parte o Barão de Cotegipe, célebre na História do Brasil. Papai almoçou com ele num banquete, no Rio Janeiro”.²⁰⁵

Quanto à relação dessa professora e poetisa com autores da historiografia assuense do início do século XX, pode-se rastrear o contato entre a mesma e Nestor Lima através do mundo escolar, ocasião em que o primeiro solicitou a Sinhazinha o ensino do Hino dos Voluntários Norte, este composto para os que voltaram da Guerra do Paraguai no final do século XIX. Sinhazinha assim se expressou em relação a tal questão dizendo que “[...] talvez até saiba este hino que muitas vezes ensinei no Grupo (Ah! meu grupo) O DR. Nestor Lima então (Diretor Geral da educação) entusiasmou-se, pedindo que fizesse cantar sempre este

²⁰³ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit. 1954, p. 4.

²⁰⁴ NUNES, Clarice. Op. cit. 2011, p. 166.

²⁰⁵ Ibid.

hino, como memória da tradição”.²⁰⁶ Neste depoimento, esta professora e poetisa assuense, reforça, mais uma vez, a perspectiva da tradição posta por Nestor Lima.

Além do mais, percebe-se o espírito patriótico de ambos os escritores. Em *Noções de História e Geografia do Município de Assú*, quando trata do pai da escritora, Antônio Fagundes menciona que as informações sobre o mesmo foram obtidas com Sinhazinha Wanderley. Inclusive é possível perceber que pontos da narrativa da escritora se aproximam da narrativa de Antônio Fagundes.

Além disso, tal movimento de simbolização espacial é compreensível, haja vista o interesse em fixar um feixe memorial acerca da espacialidade assuense. Esse movimento pode ser compreendido através de outras situações, a exemplo daquelas evidenciadas nas aventuras de Marco Polo ao descrever *Cidades Invisíveis*, nesta narrativa percebe-se que “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente”.²⁰⁷ Ou seja, é por meio da repetição que se consegue incutir determinada imagética naqueles que entram em contato com determinado cenário. Cenário este alvo de uma forte atribuição simbólica encarregada por inscrever e fazer existir um Assú arquetípico. Por isso, concorda-se novamente com Calvino quando relata que “a memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”.²⁰⁸ Entretanto, é preciso ter em mente, ainda conforme o viajante de Calvino, que o perigo da imortalização é o desfazer-se, pois quando Marco Polo narra à cidade de Zorra, mostra que “[...] obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo”.²⁰⁹

Em outro ponto do seu discurso (Anotações), esta poetisa voltou a criticar os tempos modernos, tempos outros que tanto a incomodava, tempo em que as relações amorosas ganhavam ares fragmentários, tonalidade artificial, características não românticas. Assim, talvez seu posicionamento possa refletir o medo do que alguns chamam na contemporaneidade de amor líquido, fase em que as relações no âmbito amoroso se diluem ao ponto de se tornarem passageiras e sem requintes de conquistas e galanteios respeitosos. Relatando sobre mulheres de vida pública, Sinhazinha Wanderley mostra:

²⁰⁶ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. cit., 1954, p. 14.

²⁰⁷ CALVINO, Ítalo. Op. cit. 2003, p. 25.

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Ibidem, p. 22.

Que diferença da moral daquele tempo com o de hoje! Até a forma de amar era diferente. Quem amava, era deveras e não com estes flirts modernos que quase sempre são – sem futuro. Olhavam-se de longe, iam a janela vê-los passar quando os pais não estavam presentes e, quando noivos, nunca ficaram sós, o pai ou uma parenta mais velha, estavam sempre a vigiá-los. O amor durava mais e os casamentos eram mais felizes. O nosso antepassado amava mais a poesia, sem lhe conhecer a grandeza. Se eram contrariados em amor, recorriam logo no verso para desabafar sua mágoa.²¹⁰

A escritora reforça sua visão romântica evidenciando a que ponto chegou às maneiras de amar, para ela tão diferentes do seu velho e bom tempo, quando os amores duravam mais, pois a vigilância, a respeitabilidade e a segurança da relação estavam amparadas no modo como tais relações eram estabelecidas, notadamente mediante a guarda e responsabilidade da família da moça; Por outro lado, Sinhazinha se recente da falta de poesia daqueles que pretensamente amavam em seu presente, pois para ela seus antepassados amavam mais porque eram mais poéticos, além de a poesia se fazer presente tanto nos amores quanto nos desamores.

Levando em conta que ao iniciar suas *Anotações* Sinhazinha adverte que “aqui escreverei tudo quanto tiver na reminiscência”. Essa postura de apego a moral e aos bons costumes, por parte desta poetisa, pode ser compreendida por meio da própria expressão memorial operada por ela. Seu posicionamento é por um contexto ainda tradicional, caracterizado pelo zelo a moral e atos respeitosos. Um contexto de coronéis, homens de política, como seu pai, enfim, homens públicos, enquanto por outro lado conviviam com mulheres, geralmente dedicadas ao espaço privado do lar, as prendas domésticas e rotinas religiosas. Provavelmente por essa ótica, ela tenha continuado em seu discurso se ressentindo por não ver mais as antigas modinhas e serenatas vinculadas a este mundo tão apreciado em suas palavras, assim ela relata que:

As serenatas antigas eram muito mais harmoniosas que as de hoje. O Rádio, abafou-as no coração dos modernos, mas não daqueles que se honram e se gloriam de ser sertanejo. Hoje, nas serenatas (nas poucas que aparecem) predominam a chula, o bolero, o samba do Rádio. Não deixa nada que agrade ao ouvido, nem debite o coração. Antigamente as modas eram escolhidas, eram cantadas ao som de 2 ou 3 violões, 1 ou duas flautas. Quem tinha sua predileta, ia homenageá-la com uma modinha terna. Ela ouvia e no dia seguinte só pensava na serenata. Hoje só falam na grandeza do século XX, mas eu que sou uma sertaneja velha, passadista, aprecio do

²¹⁰ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. Op. Cit., 1954, p. 11.

modernismo, somente o que é útil, no que respeita as leis da moral e do coração, acho-o de todo descontrolado.²¹¹

Neste enunciado, é possível identificar a cena que sustenta o discurso de Sinhazinha, pois esta falta das serenatas do Assú dos velhos tempos é um indício de quem vivenciou um momento de um Assú boêmio, espaço romântico, algo semelhante a uma fábula espacial, mundo encantado, onde tudo parecia está em perfeição, harmoniosamente cantado, poetizado e rimado conforme a cultura da época. Uma época situada ainda no século XIX, pois a forte crítica ao século XX decorre de sua associação com os tempos modernos. Assim, para Sinhazinha, o século por excelência é o século XIX, século marcado pelo poder do patriarcado, pelo moralismo, civismo, comportamentos recatados, divisões acentuadas de gênero, entre outros. Por isso, ela preferiu “ser passadista em detrimento de ser modernista”.

Além disso, ela considerou o rádio um “abafador” das tradições musicais antigas, a exemplo da serenata. Entretanto, embora o rádio seja esse elemento poderoso da modernidade, o mesmo não conseguiu abafar a tradição musical de um sertanejo, isto é, o sertanejo, para esta escritora, aparece como figura resistente ao descontrolo da modernidade, manifesta-se ao lado do que é seguro, notadamente do passadismo. Esse posicionamento de Sinhazinha pode ser compreendido à luz da expressividade que o rádio alcançou na década de 1950, pois nessa época, conforme Carmo:

O rádio é a grande porta voz de evasão e mobiliza os desejos. Concursos de Miss Universo e de Rainha do Rádio eram as verdadeiras guerras. Ângela Maria e Cauby Peixoto são os dois cantores mais populares da época. Ouvia-se rádio costurando na máquina Singer com tecidos comprados nas Casas pernambucanas. A novela de sucesso, *O direito de nascer*, provocava lágrimas.²¹²

Ela considerou que ritmos como o samba e o bolero não agradavam aos ouvidos, nem tocavam os corações. Tal crítica pode ser compreendida, pois, por exemplo, em relação ao samba, entende-se que este surgiu nos idos de 1922 juntamente com as escolas de samba cariocas. Contudo, nos anos 50 do século XX, vivia-se o momento do samba canção, apareciam naquele cenário, cantores como Cauby Peixoto, Jamelão, Nelson Gonçalves, entre

²¹¹ Ibidem, p. 21.

²¹² CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 17.

outros. O discurso desse tipo de samba, como informa Caldas, pautava-se nas “desventuras do amor, culminando com a autopunição e o desejo de morte”.²¹³ Ou seja, é um estilo musical que caminhava na contramão do romantismo de Sinhazinha, pois é o melódico do sofrimento amoroso.

Também neste período, o samba trouxe uma maior instrumentalidade em detrimento das serenatas elencadas por Sinhazinha, regidas ao som do violão e da flauta, pois o batuque torna-se a batida mais forte, por sua vez, influenciando o remelexo, o movimento corporal, algo que ia ao encontro da moralidade dessa poetisa. Também se faz necessário lembrar que, os críticos do samba-canção os estereotiparam de “música cafona” e de “baixa qualidade”, por isso suas ressonâncias em discursos diversos que passaram a desqualificar tal ritmo musical.²¹⁴

Toda essa atmosfera denota o discurso de Sinhazinha Wanderley, pois ao que tudo indica, a primeira estação sonora do Assú²¹⁵ apareceu por volta do início dos anos de 1950, portanto, próximo do momento em que ela escrevia suas *Anotações*. Daí, em 1951 a Revista da Província noticiou que:

A VOZ DO MUNICÍPIO

Ainda outro aspecto da administração do dr. Edgar Montenegro que merece destaque é o interesse que s. s, vota a vida social da cidade que governa. Haja vista o grande surto de progresso promovido pela “voz do município”, que serve de intercâmbio entre a administração e o povo, divulgando sempre, para conhecimento do público, dados específicos das realizações da Prefeitura e seus futuros planos de trabalho, bem como transmitindo-lhe farto noticiário social, **programas de música e canto** [grifos nossos], palestras educativas, além de propaganda comercial e outros assuntos de interesse geral.²¹⁶

As *Anotações* de Sinhazinha convergem para traduzir um discurso tracejado por pontos tradicionais, estes ancorados numa espacialidade arquetípica aproximadamente da concepção espacial de uma *terra de história, poesia e tradição* no cenário potiguar. Sua

²¹³ CALDAS, Waldenyr. Op. cit., p. 45.

²¹⁴ Id. Op. cit., 1989.

²¹⁵ O Município (Assú) nesta mesma década de 1950 registraria em sua contabilidade dispêndio com a manutenção do serviço fônico denominado a “Voz do Município”, oportunidade em que a Receita Geral do Município referente ao ano de 1958 registrava a gratificação do locutor, controlista e zelador do referido serviço, além de despesas com o aluguel do Prédio que abrigava o Studio da referida estação sonora. Para maiores informações acerca de esta questão, ver: “Receita Geral do Município do Açú” (1958). **Arquivo da Prefeitura Municipal do Assú.**

²¹⁶ REVISTA DA PROVÍNCIA. Op. cit., p. 12.

discursividade se consubstanciou como mais uma narrativa fabricante de um Assú dos “velhos e bons tempos”, mas ao mesmo tempo esta narrativa expressou o discurso da saudade em relação ao Assú antigo, pois concomitantemente ao relatar e construir uma história acerca de sua terra, essa poetisa deixava traços de uma saudade do Assú de seu tempo. O sentimento de Sinhazinha parece ser da constatação de uma ausência e a necessidade de uma presença, daí porque se considera que seu discurso se pauta numa sensibilidade nostálgica, pois:

A saudade é constatação de ausência e morte, bem como de esperança de presença e ressurreição. Experimento de tristeza e alegria, aflição e apaziguamento, fala de nossa condição de seres mortais, de seres finitos, de seres para o tempo, aguça nosso sentimento de fugacidade e alteridade.²¹⁷

Sinhazinha Wanderley teve seu discurso perpetuado não só nas *Anotações* que escreveu, mas na própria inscrição musical que também produziu, ocasião em que no final das *Anotações* ela elencava que “vou terminar, Boanerges, deixando-lhe o hino que parodeio sobre o Açú que os alunos do meu tempo, devem conhecer. Compuz ao tempo a música”.²¹⁸ O hino que Sinhazinha se refere aqui foi adotado pelo poder público municipal assuense no ano de 1969, sobre a Lei municipal nº 06/69 de 11.10.1969²¹⁹, o qual se pode conferir abaixo:

Qual um canto harmonioso
Das aves, pelo ramado
A minh'alma te festeja
Meu Assú, idolatrado.

Estrilho

Torrão bendito hei de amar-te
Dentro do meu coração
Salve, Assú estremecido,
Salve, salve ó meu sertão.

Palmeiral da minha terra
As várzeas cobrindo estás
Tu que és útil pelo inverno
E pela seca ainda mais.

Valoroso, florescente,
Em face dos mais sertões

²¹⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. (Org). *História e sensibilidades*. Brasília: Pararelo, 2006, p. 117.

²¹⁸ CALDAS Maria Carolina Wanderley. Op. cit., 1954, p. 16.

²¹⁹ Lei Municipal de Assú. Disponível em: <<http://assu.m.gov.br/>>.

Hão de erguer-te o nosso esforço
Nossos bravos corações.

A letra do hino municipal do Assú, de autoria de professora e poetisa se consubstancia como mais um acontecimento discursivo/musical que se liga a produção identitária do espaço assuense, de modo que além de expressar o sentimento de patriotismo, agencia o interesse da autora em se situar em um espaço tradicional, um espaço de seu tempo, um recorte sonorizado como harmonioso e identificado como “torrão bendito”, coberto pelos palmerais tão úteis conforme as estações climáticas anuais, um hino que fornece índices de identificação para com “Meu Assu, idolatrado”, um lugar salvo pela localização sertaneja, o sertão aqui representa a segurança, um ponto seguro de aproximação com os “velhos tempos”, salvo das dissonâncias da modernidade. Um sertão caracteristicamente semelhante ao pertencente à espacialidade Nordeste inventada após 1920 e descrito por Albuquerque Junior, oportunidade em que este evidencia que o sertão foi inventado como um espaço “[...] onde tudo parece estar como antes, um espaço sem história, sem modernidade, infenso a mudanças. Um espaço preso ao tempo cíclico da natureza, dividido entre secas e invernos”.²²⁰

Ainda em termos de tradição, esta poetisa também nas *Anotações* demonstra considerar Assú sua pátria, ocasião em que se apropria de um escrito de Virgílio Cardoso (autor referenciado por Antônio Fagundes). Ela sugere que os filhos amem a pátria, que demonstrem afeto a ela, relata que esta:

[...] carece de nós! Sim! Precisa do nosso apoio físico, cívico, moral! Que importa que seja velha e triste! É quando a mãe mais carece do carinho dos filhos é quando a velhice abate as forças. Amemo-la e respeitemos o seu glorioso passado, a sua imorredora tradição [...].²²¹

Neste enunciado acima, Sinhazinha Wanderley convoca os assuenses para amarem sua cidade como se fosse sua pátria, como se fosse sua mãe. Ela se utilizou da concepção de mãe como metáfora para evidenciar que frente ao desapego dos costumes passados mais autênticos, era preciso com carinho dá apoio nos ditames físicos, cívicos e morais à cidade que envelhecia e que ficava mais triste, notadamente por que além de envelhecer, esta era

²²⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p.182.

²²¹ CALDAS, Maria Carolina Wanderley. *Op. cit.*, 1954, p. 17.

afrontada pelos novos tempos, estes ameaçadores, todavia, não destruidores da imortal tradição. A metáfora da mãe também foi uma expressão pessoal sua, pois mediante as condições que ela se encontrava, já próxima da morte e desolada, sem companhia, demonstrava (res)sentimento por não contar, assim como o Assú, com o amor de seus filhos (assuenses) a quem ela se sentia mãe por ter ensinado-os quando professora do grupo escolar. Essa metáfora da mãe explica em parte a postura de Sinhazinha para com os novos tempos marcados pela dispersão da juventude e ainda retrata as condições pelas quais as mulheres de seu tempo exerceram o magistério, oportunidade em que a professora era a duplicação da mãe, pois:

A mulher, que em princípio educava os filhos, poderia ser também a mestra de todos, estendendo para fora da casa a tarefa para qual fora talhada. Do sentido vagamente metafórico de “responsável pela formação do homem de amanhã” o papel formador atribuído à mulher se foi tornando literal, até se colar à identidade feminina uma vocação *natural* para as lides do magistério.²²²

Por isso, deve-se considerar o discurso da tradição em Sinhazinha Wanderley, assim como em Nestor Lima e outros escritores, como mais um discurso que visou à construção de uma tradição identitária de uma espacialidade (Assú), uma vez que, Conforme Hall as identidades “[...] tem tanto a ver com ver com a *invenção* da tradição quanto com a própria tradição [...]”.²²³ Isto é, a identidade está no cerne da invenção das tradições, pois estas últimas ao estabelecerem uma ligação do presente com o passado só ganham notoriedade ao estipular uma relação de pertencimento e reconhecimento com esse mesmo passado e, esta relação passa pela identidade, pela identificação de alguém com outro ou com algo. Daí, a invenção de uma tradição arregimentar aspectos da história, da linguagem e da cultura para fomentar um torna-se, para produzir uma situação de apego, seja ela a uma pessoa, a um objeto qualquer ou a um espaço.

A formação discursiva que postula Assú terra de *história, poesia e tradição* recebe dos enunciados da escritora aqui em análise reforço na sua positividade, pois vários signos dessa formação emergem no discurso de Sinhazinha como uma vontade de verdade impondo-se em detrimento de outros. Reconhece-se, como ensina Foucault, que essa vontade de verdade não

²²² LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. Op. cit. 1998, p. 262.

²²³ HALL, Stuart. Op. cit., 2009, p. 109.

traduz outra coisa senão o desejo do poder,²²⁴ até porque, de acordo com Deleuze, não existe vontade de verdade natural, mas sim construída em função de determinações, ou seja, essa vontade depende de dada situação que nos força a pensar e buscar o verdadeiro.²²⁵ Para esta professora, o verdadeiro é o Assú de antigamente, aquele de ilustres homens e eventos significativos. A escrita de *Sinhazinha*, perante a formação discursiva em análise, insurge como mediadora de contextos diferentes, uma escrita entre dois tempos – a primeira e a segunda metade do século XX – que aponta os possíveis indícios do esforço intelectual e poético operado no sentido de consolidar uma percepção de espaço e sua respectiva identidade, para tanto, foram postos em circulação vários enunciados comunicando acerca de um espaço da poesia.

Além do mais, transparece ter corrido por dentro das artérias do discurso dessa poetisa o desejo de que algo apagasse esse novo cenário estilizador dos bons costumes e tradições citadinas do Assú. Subjetivamente parece que seu desejo era que ocorresse algo parecido com o inverno vivido por Marcovaldo, oportunidade em que a cidade em que este morava ficou perdida na neve, de modo que este muito se alegrou, pois a neve invalidava a jaula em que havia aprisionado sua vida. Assim, ao ser encarregado de remover a neve das proximidades do local onde trabalhava, Marcovaldo²²⁶ pôde brincar, pôde sonhar com esta, por sua vez, desenhando com a neve novas ruas, novas casas, enfim, outra cidade conforme seus desígnios.

Portanto, Talvez esse fosse o anseio de *Sinhazinha Wanderley*: desmanchar aquela gaiola que lhe prendia há um tempo, a uma cidade que não era sua, não pertencia aos seus interesses, provavelmente se as cidades fossem escritas em tabuletas de cera, a exemplo dos escritos que eram compostos nestes instrumentos em boa parte da Idade Média e início da Moderna, ocasião em que quando não mais satisfaziam ao uso eram apagados;²²⁷ possivelmente *Sinhazinha* apagaria Assú moderno para inscrever Assú dos tempos antigos, assim fazendo um movimento de apagar e inscrever o seu espaço, histórico, poético e dos verdes carnaubais.

²²⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit. 2010.

²²⁵ DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

²²⁶ Personagem principal do conjunto de contos que deu origem ao livro intitulado *Marcovaldo ou as estações na cidade*, de autoria de Ítalo Calvino. Especificamente neste trecho toma-se por base o conto intitulado “inverno: a cidade perdida na neve”. Neste último, Marcovaldo se depara, ao amanhecer, com a cidade perdida em meio à neve que ali caía. Desse modo, este operário aproveitou tal situação para viver outra cidade para além daquela que lhe sufocava, uma cidade (de neve) na qual ele mesmo poderia criar e recriar, fazer e desfazer aos próprios caprichos por meio do brincar com a neve. CALVINO, Ítalo. *Marcovaldo ou as estações na cidade*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²²⁷ Ver: CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP, 2007.

2.2 - A poética do espaço: a escrita e a produção da paisagem dos verdes carnaubais

"[...] Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões".

*Simon Schama*²²⁸

Schama considera a paisagem como algo de dimensões culturais, uma vez que a natureza só se torna paisagem quando é escrita, dita e visibilizada. O discurso opera no sentido de traduzir os elementos da natureza, mas essa tradução envolve percepções, sentimentos, interesses de olhar, além de desejos e devaneios espaciais. Para Schama, a paisagem deve ser compreendida enquanto texto, ou seja, deve ser encarada como escrita de uma sociedade, o que impulsiona a considerar que, se é escrita, também é dada a ler por seus agentes. Este autor busca atentar para as construções das paisagens mediante a utilização da natureza, tentando evidenciar os elos entre natureza e cultura. Sua intenção é de inserir no debate sobre espaços a historicidade das associações entre elementos da natureza e práticas humanas, entendendo a paisagem como cultura.

Desse modo, a valorização cultural da natureza ocorre quando esta é transformada em paisagem, ocorrendo, assim, a formação de um conjunto de referências sobre a mesma, de modo a alçá-la à condição de recorte, de território, de espaço ordenado, caracterizado de acordo com os interesses e agenciamentos diversos.

Estes ambientes podem receber atribuições religiosas, históricas, artísticas ou poéticas, como ocorre com os carnaubais²²⁹ do Assú, localizado no Vale do Açu.²³⁰ Por isso, retornamos a Schama para percebermos quão forte é a possibilidade de transformação da natureza em paisagem e como esta última se traduz em produção carregada de sentidos e interesses, pois este autor mostra, por exemplo, que “a tradição poética de *La douce France* –

²²⁸ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.29..

²²⁹ Mata típica do Assú e região, originada da carnaúba cuja nomenclatura científica refere-se à *Copernicia cerifera*. A carnaúba é uma planta típica do sertão, pertence à família das palmeiras e cresce em maior número em áreas baixas ou várzeas de rios. Vários Estados do Brasil registram a presença dessa espécie. Em especial no Rio Grande do Norte, encontra-se a carnaúba nos municípios de Macaíba, Ceará-Mirim, Mossoró e Augusto Severo destacando-se o carnaubal do Assú que se estende até a cidade salineira de Macau. Na cidade do Assú e região do Vale, a utilização econômica da carnaúba mediante a extração de sua cera se dá com maior intensidade a partir de 1845. A cera era importada para produção de velas, discos fonográficos e outros produtos promovendo transações comerciais entre o Brasil e o mercado inglês e americano.

²³⁰ A cidade do Assú está localizada na Microrregião do Vale do Açu, esta, por sua vez, situa-se na área sertaneja do Estado do Rio Grande do Norte.

“doce França” – retrata tanto uma geografia quanto uma história, a doçura de um lugar classicamente bem ordenado, onde rios, campos cultivados, pomares, vinhedos e florestas convivem em harmonioso equilíbrio”.²³¹

Por meio dessa compreensão, acredita-se poder considerar os enunciados dos escritores aqui interrogados no que concerne à natureza enquanto paisagem, pois são enunciados que agenciam uma forma de ver a natureza da cidade, de modo que esta emerge atrelada aos elementos constitutivos do Assú. A natureza não é mais enfatizada por meio de uma densa descrição utilitária e valorativa do ponto de vista econômico como era praticado no relato dos viajantes da modernidade. A natureza será apresentada pelos poetas e escritores enquanto elemento simbólico, signo constitutivo da paisagem assuense.

Em 1949, o assuense Antônio Soares de Araújo, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife e membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN, publicava a primeira edição do livro *Lira de Poti*. Nesta obra, o poeta expressava seu amor a Deus, a família, a esposa Maria Amélia e a natureza, ocasião que contemplava a paisagem do seu Estado a partir de dois espaços: o litoral, correspondendo ao ambiente de Natal com suas jangadas e praias e a Fortaleza do Reis Magos; por outro lado, visibiliza o sertão de solo árido, do vaqueiro, do inverno e da vegetação. O sertão neste caso, conforme Medeiros diz respeito à cidade natal do poeta, ou seja, Assú.²³² Na referida obra encontra-se o poema denominado *Assú*, nele a paisagem assuense é tracejada pelo poeta e nela encontra-se já uma alusão aos “verdes carnaubais”:

ASSÚ

(Paróquia de São João Batista)

Ao Palmério Filho

Do Cabugí além, na sertaneja plaga
Que a estiagem flagela e a chuva enche de vida,
Onde, à tarde, o nordeste acaricia, afaga,
Do verde carnaubal a copa ao alto erguida [grifos nossos]

Está, florente e bela, a cidade querida
Que é meu berço natal. Por mais singela e vaga,
A memória conserva, em saudade envolvida,

²³¹ Ibid. p.26.

²³² MEDEIRO, Maria Lucélia S. de. *Lira de Poti*. (obra). Disponível em <<http://www.memorialantoniosoaes.xpg.com.br/obra.htm>> . Acesso em: 12 de jan. de 2013.

A impressão infantil, que o tempo não apaga.

Recordo a várzea, o rio... aspectos que vi,
A lagoa Piató, na enchente e na vazante,
O parque e o laranjal da casa em que nasci.

Recordo a voz do sino em vibração feliz
E o cordeirinho branco, esguio e vigilante,
Solitário, a girar, na torre da matriz.²³³

Neste poema, de feições corográficas, Antônio Soares se remete a sua cidade natal de maneira nostálgica, escrevendo sobre ela através de sua natureza e religião. Assim, a paisagem da cidade é montada com a várzea, o rio, a lagoa, a vegetação, o clima, entre outros, bem como, com os aspectos religiosos, ocasião em que se cita “o cordeirinho”, no alto da Matriz Católica do Assú. Além do que, Antônio Soares, neste poema, cobri sua cidade de “verdes carnaubais”, por altos, o que denota outro elemento que passou a constar nas referências a carnaubeira, notadamente sua perspectiva altaneira. Neste poema, os carnaubais são mostrados enquanto componentes de uma paisagem de uma cidade bela e acolhedora, cidade essa que emergirá em vários enunciados por meio de uma estética do belo e de uma tonalidade carinhosa e encantadora.

Já a professora e poetisa Sinhazinha Wanderley desenhou a paisagem em redor de sua cidade convergindo para uma face tradicional, ensejo em que se encontravam elementos naturais intrinsecamente ligados ao Assú, a exemplo dos verdes carnaubais:

Sobranceira, erecta, majestosa,
Vestindo a várzea toda de esmeralda,
A carnaúba, qual vivente fada,
Farfalha ao vento a coma auspiciosa.

Tudo ela dá, raiz prodigiosa
Tronco lenhoso, palma flabelada,
Onde a cera se encontra agasalhada,
Aguardando uma sorte venturosa.

Princesa do sertão, és sentinela
Qu’ as flores do porvir cuidosa vela,
Quão dadivosa, quão gentil és tu!

Brota, cresce, dá flor e frutifica,
E às novas gerações científica
A grandeza sem par do velho Assu.²³⁴

²³³ SOARES, Antônio. *Lira de Poti*. Imprensa Universitária, 1971, p. 87.

²³⁴ *Ibid.* p. 17.

A carnaubeira, para essa escritora, erguer-se enquanto princesa do sertão, tornando-se um símbolo imediato das terras assuenses. A carnaubeira proporcionaria, conforme a escritora, ares de majestade a várzea do Assú. Uma espécie que “tudo dá”, inclusive sensibiliza a cartografia existencial de muitos escritores assuenses. A carnaubeira, neste caso, seria integrante do conjunto de significados do “velho Assú”, oportunidade em que os carnaubais tornaram-se lendários, são situados num tempo, passam a fazer parte da história, uma história do espaço assuense.

A pretensa tradição assuense, neste caso, não estaria somente situada nas manifestações culturais de caráter humano, mas na própria adjetivação do Assú, terra dos verdes carnaubais. Os carnaubais tornaram-se elementos pelos quais a cidade seria identificada, ou seja, percebem-se na segunda metade do século XX, particularmente entre as décadas de 1950 e 1980, estratégias enunciativas que visam dizer que o Assú é o território do Rio Grande do Norte que seria reconhecido, entre outros elementos ditos “importantes”, pelos carnaubais que possuía.

Estas estratégias não escapam à materialidade e aos lugares institucionais pelos quais os enunciados emergem, até porque, os sujeitos autores dos discursos precisaram de sustentáculos para estes últimos, de modo que os discursos partiram de lugares institucionais capazes de respaldar tais intenções enunciativas. Nesses termos, à “terra dos carnaubais” emerge por meio de exterioridades discursivas que em grande parte advêm de lugares institucionais. Fala-se aqui de escritores vinculados a espaços como a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, criada em 1936 e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN, entre outros. Assim, deve-se considerar em parte dos discursos sobre os carnaubais, o caso das corografias – já tratadas no primeiro capítulo deste trabalho –, uma vez que os elementos da natureza entravam na pauta de descrição dos membros dos institutos históricos. As descrições das riquezas vegetais faziam parte dos saberes geográficos elencados para conhecimentos dos territórios. Daí não é à toa que o Brasil foi fabricado ao longo do tempo como país “verde amarelo”, dada à exuberância da natureza e as riquezas minerais. Portanto, construção de uma “Terra dos verdes carnaubais” também é proveniente do trato corográfico realizado principalmente por escritores ligados ao IHGRN.

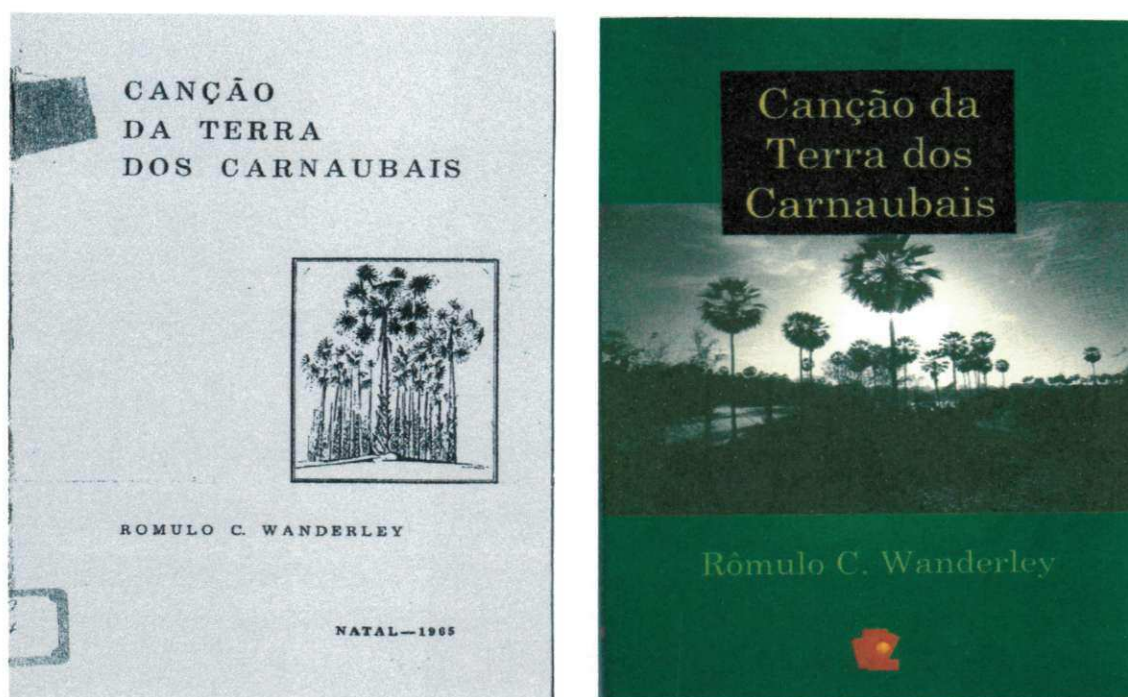
Além disso, ao se analisar o *corpus* documental deste trabalho, percebe-se que no conjunto das práticas discursivas que constituem a formação discursiva *Assú, terra de história, poesia e tradição*, certa prática discursiva se encarrega de produzir o espaço assuense

por meio da tradição da terra dos carnaubais. São regras anônimas que definiram as condições de exercício da função enunciativa sobre essa espécie vegetal que a projeta enquanto símbolo do Assú. Assim, o livro do assuense Rômulo Chaves Wanderley é emblemático para se pensar essa comunicação em situação de uso acerca dos carnaubais: *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965). Quando se diz “Canção da terra dos carnaubais”, percebe-se o tom do discurso de Rômulo, pois, para ele, Assú é terminantemente e “naturalmente” a terra dos carnaubais.

Dizer a “terra” expressa, nesse sentido, uma vontade de (de)marcação identitária, pois assim como “terra dos poetas”, à terra dos carnaubais denota uma vontade de verdade, demonstra uma apropriação com vistas a se inventar um atributo de pertencimento e reconhecimento de um território através dos carnaubais. É a tentativa de fixar uma imagem para que por meio dela remeta-se ao Assú. Por isso, torna-se importante compreender com Schama que as paisagens são construídas mediante um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões.²³⁵

Logo na capa da primeira edição de *Canção da Terra dos Carnaubais* – à esquerda – percebe-se a alusão às carnaubeiras; outrossim, também se observar a capa da última reedição realizada em 2010 – à direita, constata-se ainda mais a ênfase concedida ao Assú por meio dessa espécie vegetal:

²³⁵ SCHAMA, Simon. Op. cit. 1996.



Figuras 11 e 12. Capas da 1ª e 2ª edições do Livro *Canção da Terra dos Carnaubais*, de autoria de Rômulo Chaves Wanderley.

Descendente da família Wanderley, Rômulo pertenceu à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Autor de uma vasta produção literária e histórica, a exemplo dos livros *Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense* (1965), *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1968) e *História do Batalhão de Polícia*. Rômulo foi um tipo de porta-voz da cidade onde nasceu e que mesmo residindo em outro espaço, demonstrou forte interesse em dizer e escrever sobre ela. Todavia, problematiza-se a obra *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965) naquilo que proporciona discutir a construção imagética discursiva do espaço assuense por meio da imagem e sensibilidade auferida em relação à carnaubeira. Três momentos da parte poética da obra de Rômulo enunciam o Assú dos verdes carnaubais, veja o primeiro:

Minha terra tem poetas de inspirações magistrais
 Nascidos ao farfalhar
 dos verdes carnaubais.
 Minha terra floresceu
 Às margens do rio Assú
 E deu filhos que lutaram
 Nos campos de Curuzu.²³⁶

²³⁶ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. cit., 1965, I.

Percebem-se nesses versos uma possível inspiração da Canção do Exílio do poeta Gonçalves Dias – questão já elencada na introdução deste trabalho – oportunidade em que Rômulo se expressou por meio de “minha terra” e das carnaubeiras, árvores pertencentes à família das palmeiras tão decantadas pelo poeta maranhense citado acima, além do que, se este escreveu a *Canção do Exílio*, Rômulo escreveu a *Canção da terra dos Carnaubais*, neste último, percebe-se uma terra de poetas com espontaneidades exemplares para poetizar, nascidos em meio à ostentação dos carnaubais, situados numa terra que floresceu as margens do Rio Assú, terra essa dos heróis que lutaram na Guerra do Paraguai (campo do Curuzu).

Como se pode ver, em um único poema, o autor manipula os enunciados para produzir uma visão sobre sua cidade natal, de modo que podemos considerar essa produção estrategicamente ligada ao arquivo imagético-discursivo inventor do espaço assuense.

Os carnaubais, nesta ótica, que influem na atmosfera poética assuense, seriam elementos fundamentais para uma poética do espaço, pois na segunda parte do livro, encontra-se um bloco de “*Anotações*”, nele observa-se um movimento de escrita acerca do que Rômulo versou anteriormente. Assim, sobre o primeiro, as Anotações dizem que “a cidade do Assú sempre foi a cidade dos poetas. A poesia é um dom natural dos assuenses”.²³⁷ Logo após, evidencia-se que:

Estudando-se a literatura potiguar, conclui-se que nenhuma outra cidade, com exceção de natal, tem sido berço de tantos poetas, seresteiros e boêmios. Eles nascem com vocação irresistível dos menestréis. Versejam com a inteligência que Deus lhes dá, às vezes sem instrução e sem cultura.²³⁸

Compreende-se dessas palavras a postulação de um dom natural dos assuenses para com o veio poético. Ser poeta em Assú seria uma questão de berço, vocação e destino, onde mesmo a ausência de uma cultura (dita erudita) e da instrução escolar seria suprida pela inteligência dada por Deus. Observa-se um discurso com predisposições natas, ou seja, se algo é natural deve ser compreendido em toda a sua inteireza, deve ser levado em conta na sua aceção de verdade sem gerar desconfianças e desconfortos.

Construir o espaço assuense, nestes termos de naturalidade, converge para a ideia de origem, de tradição, de presença, de um tipo de espectro ou feixe de irradiação poética capaz

²³⁷ Ibid. p.29.

²³⁸ Ibid.

de pairar sobre a cidade e “influenciar todos” que ali nascem. Essa perspectiva de espaço pode ser compreendida pela advertência acerca do espaço nos fornecida por Bachelard, de que é no espaço e pelo espaço que alcançamos os belos fósseis de uma duração concretizada.²³⁹ Ou seja, é nele e por ele que tentamos situar, (de)marcar, localizar e fixar. Já a ênfase na tradição pode ser entendida através dos apontamentos de Foucault, ao passo que este evidencia que esta noção permite o repensar da dispersão da história, na medida em que reduz as diferenças e isola as novidades sobre um fundo de permanência.²⁴⁰ No caso do Assú, constata-se o agenciamento de um tipo de permanência da vocação poética e de uma paisagem ímpar.

Ainda argumentando sobre seus versos anteriores, as Anotações contidas na obra reiteraram o porquê dos carnaubais serem tão importantes na paisagem assuense e qual possivelmente seriam suas maiores serventias, oportunidade em que relata:

Os carnaubais são uma nota destacada na paisagem [grifo nosso] assuense. Constituem um espetáculo maravilhoso para os olhos e para a sensibilidade poética e musical [grifos nossos]. Cobrem uma área de mais de 70 quilômetros de extensão, na direção norte-sul e produzem cêra que rende milhões para os cofres públicos e particulares.²⁴¹

Nestas palavras, os carnaubais são tidos como inspiradores da sensibilidade poética e musical, percebendo-se na intenção discursiva do enunciado a proposta de alçar à carnaubeira enquanto elemento indispensável para a constituição identitária da paisagem assuense, de modo que parece dar conta da rentabilidade econômica, das utilidades cotidianas e da inspiração melopoética, ou seja, da própria musicalidade e do entrelaçamento desta com a poética praticada neste território. Percebe-se neste trecho referência em segundo plano acerca da questão econômica e utilitária dos carnaubais, tal situação já prenuncia a inversão da matriz econômica advinda destes em benefício de uma ênfase nos aspectos simbólicos em torno desse tipo árvore presente no território assuense.

Em outra obra deste autor, *A Geografia Potiguar na Sensibilidade dos Poetas* (1962), quando se remete ao Assú, Rômulo Wanderley adianta que:

²³⁹ BARCHELARD, Gaston. Op. cit., 1978.

²⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2012.

²⁴¹ WANDERLEY, Rômulo C. Op. cit. 1965, p. 30.

O rio Piranhas, descendo dos sertões da Paraíba, penetra no território norte-riograndense, em busca do mar. Antes de sua foz, banha a cidade do Assú (28), cujas várzeas são cobertas de carnaubeiras verdes e harmoniosas, porque o vento canta nas palmas dessas árvores características de uma região, formando uma paisagem a que não têm sido indiferentes os poetas.²⁴²

Nota-se que o tom harmonioso perpassa até mesmo às carnaubeiras. A paisagem é formada pelos carnaubais e decantada pelos poetas. Para esse escritor, os poetas possuíam uma sensibilidade com o território, de modo que suas produções seriam sensações obtidas com a paisagem por meio dos sentidos. Transparece em Rômulo, uma ideia de sensibilidade enquanto, como diria Pesavento, uma escrita e leitura na e da alma, pois em suas produções os carnaubais parecem afetar o espírito poético de seus conterrâneos, de modo que há certa internalização da paisagem que seria exteriorizada poeticamente. Para além de serem representações e construções significativas, “[...] as sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído”.²⁴³

Ou seja, as sensibilidades são expressões de um sentir, de um ver, cheirar, tocar, se constituem como formas pelas quais se expressam nossas sensações, estas responsáveis por várias maneiras de ver e dizer coisas ou propriamente um espaço por meio de materialidades como construções de objetos e palavras grafadas.

Para reforçar o decantar dos carnaubais pelos poetas, o autor na mesma obra apresenta um soneto do poeta Edinor Avelino, este natural de Macau, mas que residiu em Assú. O referido soneto provavelmente foi produzido em 1923 e reproduzido por Rômulo em 1962:

Assu, formoso vale! Expressão, harmonia [grifos nossos]

Para um canto divino, poema superior
Daquele que, Anacreante [sic], em seu tempo, dizia
Cantando a formosura, a natureza e o amor.

Terra boa! Visão que o habitante extasia
- Terra mãe lhe estendendo o seio acolhedor -
Onde ele achou a paz, a esperança, a alegria,
A abundância da seara e o perfume da flor!

Jardim da inspiração! Retiro doce e branco!

²⁴² WANDERLEY, Rômulo Chaves. *A Geografia Potiguar na Sensibilidade dos Poetas*. Coleção Henrique Castriano. Natal, 1962, p. 60.

²⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 20.

Cercanias que têm rebanho e zagais!
Várzea onde o rio vai, claro, se debruçando,

A distância a vence com as águas musicais,
E onde se escuta a voz dos pássaros louvando
A selva e a ostentação dos verdes carnaubais ²⁴⁴

Desde já, é válido ressaltar que o poeta Edinor Avelino foi contemporâneo de Rômulo, oportunidade em que colaboravam no jornal *A Cidade*. Em edição especial de aniversário desse jornal, datada de 1928, na folha “Artes e Letras” aparecem poemas dos dois escritores. Nesta mesma edição, encontra-se poema de autoria de Rômulo no qual rastreamos a subjetividade do autor para com aspectos da natureza, uma vez que seus versos intitulados “Teu Jardim” faziam menção a uma bela e harmoniosa natureza circunscrita a um jardim versado pelo autor. Assim, o fascínio pelos carnaubais fez parte de uma subjetividade autoral ligada a aspectos da natureza. ²⁴⁵

Além do mais, não se interessa aqui necessariamente pela data de produção do referido soneto de Edinor Avelino, mas pela apresentação dele por meio da obra de Rômulo Wanderley, em 1962, oportunidade em que fica visível a intenção em ressaltar por meio de produções poéticas um território harmonioso, onde parece que tudo caminha mediante as inspirações da natureza e dos poemas embalados pelos verdes carnaubais. É um espaço construído através de certo equilíbrio, onde a cidade emerge como tranquila, antiga e tradicional, inclusive na sua paisagem que tem como elemento fundante a carnaubeira.

Daí, em um de seus discursos na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, publicado em 1970, sobre o título de “Evocando os nossos mortos”, este escritor se reporta a mortos ilustres como poetas, escritores e homens dedicados aos estudos da história. Nesse texto, ele se remete ao assuense Nestor dos Santos Lima, dizendo “nascido na **cidade tradicional dos carnaubais** [grifos nossos] que tem servido de berço a poetas e heróis, patriotas e trovadores [...]”. ²⁴⁶ Ele aí demonstra explicitamente a articulação entre carnaubais e tradição, reforçando a questão de berço da poesia e heroísmo potiguar como atributo histórico.

Rômulo Wanderley costura seus versos ao ponto de entrelaçar o leitor numa teia de produção de sentidos em que, num primeiro momento, o leitor de sua obra é levado a

²⁴⁴ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. Cit., 1962, p.60.

²⁴⁵ Edição de hoje 12 páginas ilustradas. *A cidade*, Assú, Rio Grande do Norte, 8 dez. 1928, nº XXVIII, ano 709, p. 11.

²⁴⁶ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Evocando os nossos mortos. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, n. 8. p. 76- 83. Ano XIX, 1970, p. 80.

acreditar que seria indissociável pensar a paisagem assuense sem a presença dos carnaubais, ou seja, eles são postos nos enunciados de maneira a denotar um espaço lendário, são tidos implicitamente como constituidores de uma paisagem ao mesmo tempo presente e antiga. Analise mais um poema do autor aqui analisado:

Deus te salve, terra amada,
berço dos meus ancestrais!
Eu morreria de mágua,
se não te revisse mais.
Se não pudesse mais te beijar-te,
nos meus dias outonais,
escutando o farfalhar
dos verdes carnaubais.²⁴⁷

Observa-se no final deste poema a alusão aos “verdes carnaubais”, algo que não deve ser naturalizado enquanto dizer, pois se o litoral possuía sua mata verde (atlântica) que posteriormente foi perdendo espaço para outro tipo de paisagem vegetal (verde), notadamente a cana de açúcar, plantada para fins comerciais desde tempos de colonização; o sertão (assuense) teria por meio de seus carnaubais uma área também verde em plena zona sertaneja caracterizada pelo clima quente e seco onde predomina a caatinga.

Os carnaubais em sua perspectiva verdejante estão para além de uma tonalidade de cor natural das folhas da carnaubeira, uma vez que este atributo de verde transparece ser uma estratégia discursiva encaminhada no sentido de fornecer vida a uma área caracterizada como semi-árida. É a produção de uma identidade sertaneja para além dos destinos de fronteiras que enquadram essa área como unicamente seca e quente.

Não se deve esquecer que, o verde significa esperança o que explica sua utilização nos discursos para felicitar o Assú, para avivar o território, pois em vez de se remeter a um ambiente seco, quente e pedregoso, fala-se de uma cidade verde. Além do que, no início da década de 1960, a cor verde estava em auge no cenário estadual, vivia-se uma campanha eleitoral para governo do Estado marcada pelas candidaturas de Aluísio Alves para governador e Monsenhor Walfredo Gurgel para vice, uma chapa marcada por ser reconhecida como a “cruzada da esperança”, pois as promessas de campanha advogavam a superação das graves dificuldades do povo potiguar, das misérias e sofrimentos por meio do

²⁴⁷ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. cit., 1965, VIII.

desenvolvimento industrial, pregava-se um melhor futuro para os potiguares, era preciso superar o atraso e dependência. Era assim que Aluísio Alves discursava e empolgava centenas de pessoas por onde passava, era à cruzada da esperança, onde galhos de árvores, lenços verdes, camisas verdes e o polegar levantado significam a vitória da esperança do Rio Grande do Norte, era o momento tido como de cruzar o arcaico em nome da modernização. O Estado assistia à montagem de uma onda verde para acompanhar o fabricado herói da política potiguar: Aluísio Alves, governador entre 1961 e 1965.

Não se pretende forçar neste ponto do trabalho uma relação direta entre política e as escritas investigadas, até por que uma das principais lideranças políticas do Assú à época, deputado Edgar Montenegro, hipotecava seu apoio à candidatura oposta a de Aluísio, a saber: Djalma Marinho e Vingt Rosado.²⁴⁸ Apenas evidencia-se o quanto estava em auge o verde da esperança, ele contagiava nestes tempos não só os escritores dos carnaubais e dos canaviais, mas também os políticos e seus marqueteiros. Além do mais, parte dos escritores envolvidos da produção dos “verdes carnaubais”, não necessariamente residia em Assú neste momento eleitoral.

Em 1972, no discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a escritora mineira radicada em Assú, Maria Eugênia Montenegro relatava sua vinda para Assú, ensejo em que narrava que após ser “arrancada” da paisagem mineira fora plantada “[...] no árido sertão nordestino. Ali, na **terra dos verdes carnaubais** [grifos nossos], onde o Piranhas ou Açú serpenteia faminto de sede”.²⁴⁹ Este enunciado ao lado de outros denota que “[...] todos os espaços são necessariamente produções de comunidades específicas, não é de se surpreender que concepções do espaço reflitam muitas vezes as sociedades de que brotam”.²⁵⁰ Os verdes carnaubais dizem acerca da demanda de construção específica de um espaço, um espaço da esperança, esteticamente belo e verdejante, arejado, portanto, outro espaço para além da negatividade climática lhe atribuída.

Prefaciando a obra *O Açú no Recife* (1966), de um escritor e professor assuense radicado no Recife desde os anos de 1920: Lauro de Oliveira, o escritor do Vale do Ceará-Mirim (litoral do RN), Nilo Pereira, também professor da Faculdade do Recife, se referia a

²⁴⁸ Homenagem do povo a Djalma e Vingt, maior espetáculo cívico já verificado em Assu. *A República*, Natal, 26 jul. 1960, nº 566, ano LXX, s/p.

²⁴⁹ MONTENEGRO, Maria Eugênia Maceira. De Nísia Floresta a Rômulo Wanderley. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, nº. 10. Ano XXI, p. 231 – 246, 1972, p. 238

²⁵⁰ WERTHEIM, Margaret. *Uma história do espaço de Dante à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.p 224.

palestra de Oliveira que teria dado origem a obra já citada, oportunidade em que fazia menção [...] a presença dos carnaubais, que são o canavial do Açu, ondulam levemente, como o verde estendal de canas no Vale do Ceará-Mirim”.²⁵¹ Esse enunciado de Nilo Pereira não deve ser compreendido somente à luz de um natural deslumbramento com os carnaubais do Assú, deve-se levar em conta as nomeações, os ditos e escritos protagonizados por assuenses ao ponto de se elevar Assú à terra dos verdes carnaubais, daí muito do que se diz ir se efetivando na concepção dos sujeitos, principalmente se considerarmos que Nilo Pereira encontrava-se radicado no Estado do Pernambuco, embora fosse um amante das coisas do seu Estado natal.

É Nilo Pereira que, em 1969, publicará *Imagens do Ceará-Mirim*, livro no qual se propõe a apresentar mais paisagem do que história de uma cidade que para o mesmo erguia-se enquanto imortal. Chama-se a atenção, neste ponto, pois além da cidade natal de Nilo ser um espaço rodeado por canaviais, transparece que alguns escritores desse momento de escrita, inclusive o próprio Pereira, buscaram construir suas espacialidades por meio da montagem de cenários onde as matas (verdes) estejam em conectividade com produções poéticas, é um esforço por marcar o espaço através da relação paisagem verdejante e poética. É assim que foi recordado o Vale do tempo de menino do escritor:

Gosto de rever êsse velho Ceará-Mirim, de contemplar o vale ao longe, onde tantos trabalharam; onde tantos foram heróis e santos; onde um sôpro leve da poesia agita o que o Dr. Augusto Meira, patrono da vossa Escola, chamou, num artigo soneto de 1916, “a maré montante dos canaviais”. O verde macio e ondulante encanta meus olhos.²⁵²

Nilo Pereira não foi o único a se encantar com o verde dos canaviais considerando-os como paisagem típica de um espaço, pois o pernambucano Gilberto Freyre também foi um escritor que vislumbrou a cana como paisagem nordestina, particularmente da sub-região da zona da mata. Em 1937, Freyre escrevia o livro *Nordeste*, obra escrita sobre a ênfase da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Este autor inscreveu na cartografia cultural brasileira uma região de paisagem ímpar, ensejo em que escreveu sobre águas, matas, canaviais, terra, homens, entre outros. Freyre por meio de uma ótica culturalista e não necessariamente corográfica, demarcava a paisagem nordestina com um tom de apreciação e amor pelas coisas da terra. Ele tornou-se um exemplo clássico do envolvimento

²⁵¹ OLIVEIRA, Lauro de. *O Açu no Recife*. Recife: Imprensa Oficial, 1966, p. 5.

²⁵² PEREIRA, Nilo. *Imagens do Ceará-Mirim*. Natal: Imprensa Universitária, 1969, p. 129.

de homens de letras na construção de paisagens para seus espaços, o que evidencia o reforço de determinada identidade em produção.²⁵³

Movimento semelhante foi operado por escritores assuenses no sentido de fazer valer a produção de uma paisagem, desta feita, operaram com vistas a fazer com que a identidade da cidade fosse atrelada as folhas verdes das carnaubeiras constantes em seu território. Assim, manifesta-se nessa empreitada um sentido de tradição, ou seja, é a tentativa de inventar discursivamente à tradição dos verdes carnaubais assuenses. Esta não estaria solta, pois foi articulada com as pretensas tradições históricas e poéticas da cidade.

Nesse sentido, Lauro de Oliveira, quando tratando de sua infância em Assú, menciona que “o que me cumpre ressaltar, aqui, é minha lembrança presente de meus tempos de menino, no meu Açú, de lindos carnaubais que desempenham, na estação invernososa, o papel de autênticos para-raios”. Para este autor, os carnaubais teriam uma força sobrenatural ao ponto de conterem os raios advindos do plano celeste, ainda mais, as carnaubeiras seriam “verdadeiras” salvaguardas em tempos invernosos, uma espécie de blindagem vegetal do Assú. Deve-se registrar que a obra de Lauro de Oliveira, citada acima, foi fruto de uma palestra do mesmo na Faculdade do Recife por oportunidade do lançamento de um dos livros de Rômulo Wanderley, a saber: *Panorama da Poesia Norte Rio – Grandense*.

Esta recordação de Oliveira torna-se compreensível quando se leva em consideração à assertiva de Bachelard – mesmo considerando que este autor escreveu a partir de uma área temperada – ao dizer que “de todas as estações do ano, o inverno é a mais velha. Põe tempo nas lembranças”.²⁵⁴ Isto é, as estações invernosas emergem em grande parte como arsenais da memória, pois estas geralmente provocam maiores preocupações, cuidados, especulações, crenças e ritos, principalmente numa região com dificuldades pluviométricas como é o caso do Nordeste brasileiro, em especial a área semi-árida.

É o momento em que as pessoas se previnem, reformam suas moradias, se inquietam com seus espaços de salvaguarda. A conotação pela qual os carnaubais são narrados projetados como um tipo de telhado protetor do Assú. Em se tratando de telhado, não podemos deixar de atentar para uma questão importante neste ponto de discussão, notadamente para o alerta que “[...] os geógrafos não deixam de lembrar que, em cada país, a inclinação do telhado é um

²⁵³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5ª. ed. – Rio de Janeiro: José Olimpio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1985.

²⁵⁴ BACHELARD, Gaston. *Op. Cit.*, 1978, p. 224.

dos sinais mais seguros do clima”.²⁵⁵ Observa-se, assim, que os verdes carnaubais são inclinados discursivamente para não só “proteger” o espaço assuense das estações climáticas quentes e secas, mas também dos períodos invernosos.²⁵⁶

Pode-se vislumbrar tal perspectiva por meio de uma das imagens contidas em *Canção da Terra dos Carnaubais*, pois se percebe a tentativa de alçar as carnaubeiras acima do contexto citadino assuense, como se essas fossem realmente o teto da cidade, inclusive protegendo os antigos e históricos sobrados. Chama-se atenção para o caráter construtivo da linguagem visual, pois a carnaubeira poderia não aparecer, até porque especificamente no poema abaixo da imagem ela não foi mencionada.

Todavia, a inserção da carnaubeira na imagem denota, por outro lado, a articulação de enunciados que juntos põe em funcionamento certa relação de pertencimento e reconhecimento do espaço assuense, pois a imagem neste caso atua para mostrar o quanto a carnaubeira faz parte do cenário assuense, cenário eminentemente histórico e arquitetônico, pois os sobrados são tidos pelos assuenses e particularmente pelos que emitem dizeres sobre a cidade, como espaços históricos, nobres e significativos da cultura local. Nesses termos, estas arquiteturas são escrituras familiares, pessoais, registros de um nome, de um valor sentimental, mas também econômico. Daí se admitir em relação a estas construções votos de valorização e culto. Análise a imagem a seguir:

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid. p. 209.

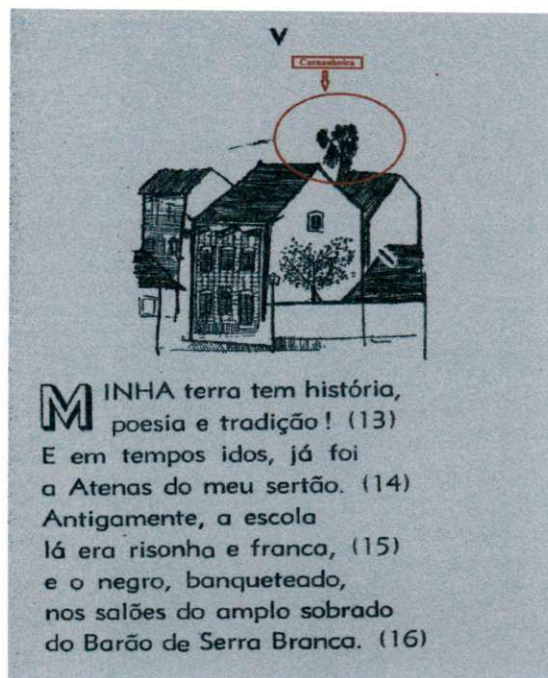


Figura 13. Suporte: Livro *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965). Sinalização: Roberg Januário dos Santos

Por isso, não se estranha à utilização simbólica dos carnaubais para produção do espaço assuense, uma vez que a memória de uma paisagem garante o reconhecimento do lugar em meio a outras referências territoriais, o que permite um ancoradouro vegetal para uma definição de um recorte espacial. Compreendendo que um território também é construído por um feixe memorial, muitas vezes fruto de uma tentativa de recordação grupal, Halbwachs assinala que não há memória coletiva que não ocorra em um contexto espacial, bem como evidencia em relação a grupos urbanos que “os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia em imagens espaciais”.²⁵⁷

Na imagem apresentada na figura acima, presente no livro de Rômulo Wanderley, a carnaubeira aparece numa dimensão altaneira, aspecto também visualizado em outra imagem do mesmo livro, oportunidade em que este tipo de árvore aparece perfilado apresentando perfil organizado e ordenado. Percebe-se na imagem abaixo, o aspecto de progressão dada às carnaubeiras que, na forma como foram postas na imagem, denota pela arrumação do conjunto uma infinidade, certo apresentar-se de um longe que se aproxima, ótica esta que promove uma percepção de extensão:

²⁵⁷ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p. 162.

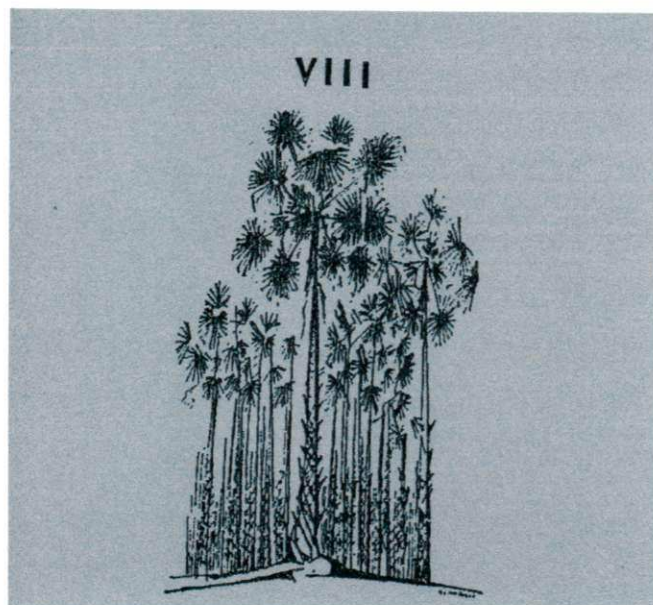


Figura 14. Imagem contida no livro *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965, VIII).

O que é mostrado na imagem denota um tipo de produção imagética de paisagem, uma produção específica, pois o trato no posicionamento das carnaubeiras traduz uma ação interessada. Daí Schama considerar que “nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor, e as que abraçam conhecem fases de maior ou menor entusiasmo”.²⁵⁸ No caso específico em análise, os carnaubais de outros lugares podem não terem sido subjetivados e enunciados como foram aqueles do Assú.

Assim, pode-se aventar que cada sociedade emite em relação a natureza que a cerca camadas de significação, e que por isso, a linguagem torna-se uma operadora de paisagens, pois conecta interesses, estabelece links, promove acessos a natureza, virtualiza espaços de contato permitindo interatividade entre sujeitos e elementos naturais. Daí concentra-se a análise discursiva deste trabalho com base nos enunciados que promovem esta relação, no âmbito desse estudo, pois o discurso é um tipo de linguagem mais abrangente que inclui aspectos pragmáticos, ou seja, promotores.²⁵⁹

Por isso, em publicação promovida pelo IHGRN, o intelectual Manoel Rodrigues de Melo, natural da região do Vale do Açu, ao se reportar a história do Assú enfatizou no final do seu texto a necessidade de se produzir um estudo sobre a cidade em que contemplasse “História, geografia, sociologia folclore genealogia. costumes tradições. quanta coisa está por

²⁵⁸ SCHAMA, Simon. Op. cit. 1996, p.25

²⁵⁹ ARAÚJO, Inês Lacerda. Op. cit. 2004.

estudar no grande vale dos verdes carnaubais".²⁶⁰ Mais uma vez o enunciado dos carnaubais aparece atrelado a uma ideia de terra de tradições, de história e de folclore. É a paisagem dos carnaubais sendo costurada ao tecido maior que tece a paisagem histórica e poética atribuída ao Assú, mesmo quando relacionada ao a região do Vale.

Já em outro escrito, constante na documentação do IHGRN, localiza-se mais uma vez o enunciado dos carnaubais atrelado a outro enunciado, dessa feita, de cunho estritamente histórico, ocasião em que na Revista de 1952, sobre a redação de Nestor Lima e outros membros do Instituto, era apresentado artigo acerca de O Fogo de 40, este já citado neste estudo. De início, o referido artigo informa que "O FOGO DE 40 é o episódio mais recordado no Município do Assú. Quem visita a Cidade ouvirá a evocação, indicados os lugares, reconstituídas as cenas, figuras e pormenores".²⁶¹ Compreende-se quão grande era o interesse dos redatores de mostrarem o quanto o referido acontecimento possuía lembrança na memória dos assuenses, ao ponto destes se aventurarem numa tentativa de detalharem o evento transcorrido em 1840. Além do mais, o artigo é encerrado com o seguinte discurso acerca de O Fogo de 40, por sua vez, fazendo-se menção a antiga Vila Nova da Princesa:

Quem morreu, morreu. Os olhos secaram. Os políticos viveram. Outras eleições vieram, custando vidas. Os anos foram passando, cobrindo, com a terra dos tumulos, as testemunhas da tragédia.

Ficou, na memória dos assuenses, o episódio terrível. Nas Tardes macias, quando o vento ardente faz acenar as palmas dos carnaubais sussurrantes, amam os velhos do Assú evocar o dia inesquecido [grifos nossos], e as mãos se erguem, vagarosas, apontando, resuscitando, vivendo os momentos rubros do "Fôgo de 40" ...".²⁶²

Atenta-se para a cena montada pelos narradores no sentido de se fazer crer no que escreveram, pois os momentos de evocação de O Fogo de 40 são remetidos para as tardes, momentos possivelmente mais tranquilos para que as memórias de pessoas mais velhas pudessem evocar tal evento, pois geralmente nesse horário o vento advindo do norte perpassa o Assú movimentando os carnaubais, ao ponto de os mesmos provocarem a inspiração no aflorar das recordações. Os carnaubais, neste caso, servem como elementos provocantes da

²⁶⁰ MELO, Manoel Rodrigues de. Notas sobre o Açú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN*. Natal. Vol. LXIII – LXIV. 1971 – 1972, p. 92.

²⁶¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. O Fogo de 40: notas da história do Assú. Edição especial consagrada ao 1º cincoetenário de fundação do instituto, a 29 de março de 1952. Natal. Vol. XLVIII – XLIX. Tipografia Galhardo, 1952, p. 194.

²⁶² *Ibidem*, p. 202.

reminiscência, mesmo que seja uma reminiscência dolorosa de uma tragédia já que do conflito armado houve mortos. Mas, é preciso compreender que a memória desse tipo de situação concorre para a produção de identidade, pois geralmente um evento que resulte em lacrimatório serve como suporte para projetos de identificação que se pretendem coletivos, uma vez que de acordo com Candau, tenta-se instaurar certo sofrimento coletivo, fomentando, assim, modos de apego.²⁶³

Ainda em relação ao IHGRN, este Instituto patrocinou o livro *ASSÚ – Atenas Norte-Riograndense* (1966), de autoria de João Carlos Vasconcelos, este ao oferecer a feitura de sua obra a cidadãos assuenses, expressava-se dizendo “aos prezados amigos diletos filhos da terra dos carnaubais”.²⁶⁴ Já em outro momento da referida produção, o autor escrevia que “grande é a lista dos filhos do Assú que, pela sua inteligência, muito devem as letras e a cultura da terra dos carnaubais”. Seria assim, mais um escrito advindo do IHGRN que nomearia Assú por meio da terra dos carnaubais. E mais, num livro que se prestava a falar da “Atenas do Rio Grande do Norte”, a inclusão dos carnaubais denota a articulação de elementos simbólicos como a carnaubeira e poesia reforçando, assim, a “tese” da terra da poesia inspirada pela presença dos carnaubais.

Chama-se a atenção aqui para o seguinte fator: embora a investida discursiva em torno dos carnaubais tenha começado a ecoar antes de 1950, é na segunda metade do século XX que se observa uma maior enunciação dos “verdes carnaubais”. Foi esta temporalidade o marco da insurgência do epíteto: “Assú terra dos verdes carnaubais”. Essa postura, além de denotar uma franca pretensão de se produzir uma paisagem simbólica para Assú, também pode, implicitamente, traduzir outra questão, a saber: com a crise das chamadas economias tradicionais (algodão, óleos, agave e cera de carnaúba) do Rio Grande do Norte, registrada a partir dos anos de 1960, há uma forte possibilidade das velhas lideranças assuenses, que mantinham status e poder também mediante a extração da cera de carnaúba, terem começado a visualizar um panorama de descredito de tal atividade e, por conseguinte dos poderes conquistados com a mesma.

Nesse sentido, aventa-se que a forte ênfase acerca dos carnaubais, em termos de simbolização, traduz uma provável investida discursiva para não se perder o poder

²⁶³ CANDAU, Joel. Op. cit., 2011.

²⁶⁴ VASCONCELOS, João Carlos de. *ASSÚ – “Atenas Norte – Riograndense”*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966. Ibidem, p. 18.

proporcionado pelos mesmos, já que antes este poder era obtido por meio das grandes rendas e acumulações de riquezas. Todavia, no pós 1960 e 1970, o poder em torno dos carnaubais se deslocaria da matriz econômica para a matriz cultural e, por conseguinte paisagística, uma vez os fatores elucidativos apresentados doravante.²⁶⁵

A decaída da importância econômica dos carnaubais já era aviltada no Vale do Açu antes da década de 1960, uma vez que as constantes investidas no sentido de tornar as terras da região agricultáveis implicava a substituição desse tipo de economia, daí os planos de irrigação montados para a área do Baixo Assú, estes logisticamente desencadeados pela Igreja Católica através da Diocese de Mossoró e o Governo J.K. Daí, em 1956, o assuense Osvaldo Amorim, homem que embora advindo de família de projeção local, fazia naquele momento discursos considerados progressistas e pregava para a região a modernização agrícola, seus discursos eram veiculados no Jornal *O Mossoroense*, o qual o mesmo era correspondente, assim ele escrevia dizendo que:

É imperiosa a precisão de modificarmos o mito de Grandes produtos de cêra de Carnauba. Carnaubais existem, mas estão nas mãos de poucos, sendo que a maioria é carnaubal de 30 arrobas. Precisamos modificar o sistema da vida sob fundamento de renda do carnaubal e passarmos a produzir tudo o que a terra pode nos dar.²⁶⁶

O enunciado acima, embora demonstre a concentração de riqueza advinda dos carnaubais nas mãos de poucos, apresenta situação em que o carnaubal estava possibilitando baixa produção, o que implica pensar que, se em grande parte do setor produtivo existia um baixo rendimento, essa situação terminava por atingir os grandes proprietários envolvidos na comercialização da cera de carnaúba, já que no ciclo do carnaubal, os lucros não provinham somente das propriedades dos senhores ricos e comerciantes, mas da compra da produção dos carnaubais de pequenos proprietários espalhados em comunidades outras.

Reforçando essa concepção e esclarecendo acerca de prenúncios do enfraquecimento da economia extrativa da carnaubeira, o mesmo jornalista, autor da matéria em que extraímos o excerto acima citado, escrevia no mês seguinte (agosto), avigorando o que disse no mês anterior, ensejo em que defendia a vinda para o Vale do Açu de imigrantes japoneses que

²⁶⁵ Sobre as tradicionais economias do Rio Grande do Norte no período abordado, ver, FELIPE, José Lacerda Alves. Op. cit., 2010.

²⁶⁶ AMORIM, Osvaldo. Notas Sobre o Assú. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 8 jul. 1956, nº. 541, ano X, p.4.

possuíam experiências agrícolas para desenvolver a região, assim, ele apontava com relação ao Vale, particularmente à margem esquerda do Rio Assú, que:

Pela concentração humana, pela riqueza incomensurável de suas terras, merece receber o amparo e a ajuda dos poderes públicos. Mais de mil propriedades, pequenas propriedades, ali estão encravadas, nada produzindo além da **minguada produção de Cera de Carnaúba**. Fora disto, o homem da Varzea, não sabe como aproveitar o máximo do rendimento, de suas terras, não só porque está preso a uma agricultura medieval, quiça pela falta absoluta de assistência técnica e da própria educação rural.²⁶⁷

Já o escritor assuense Francisco Amorim, por sua vez, defensor do cooperativismo no Vale e no Açu, em artigo no mesmo jornal em que Osvaldo era correspondente, escrevia, em dezembro de 1958, advogando a criação de uma cooperativa específica para os produtores de cera de carnaúba do Assú, haja vista as várias dificuldades vividas pela economia da cera extraída dos carnaubais assuenses, inclusive, observa-se nesse enunciado o apontamento do declínio dessa economia, assim, ele se expressou dizendo:

Com a elevação do braço, a majoração dos impostos, e conseqüentemente, o alto custo de vida dos preços, o **apogeu do ciclo da cera de carnaúba declinou assustadoramente [grifos nossos]**. Podemos mesmo dizer que foi o único produto que, relativamente, não acompanhou a evolução dos preços. Há mais de dez anos passados, a cera de carnaúba obteve melhores preços que os atuais o que não se verificou com a totalidade dos outros produtos. Diante, pois, de tamanha conjuntura o que devem fazer os senhores donos de carnaubais? Não existe outra alternativa: a organização de uma COOPERATIVA DA CERA DE CARNAUBA.²⁶⁸

O que chama a atenção acerca de Francisco Amorim, é que por meio dele pode-se observar esse movimento que expressa um tipo de transferência de poder econômico para um poder simbólico dos carnaubais, pois se em 1958 ele escrevia sobre o declínio econômico da referida espécie, em 1971, já se remetia a história do Assú de modo a enfatizar não mais a economia dos carnaubais, mas sim a presença destes enquanto constituintes da paisagem assuense, oportunidade em que se referindo ao 126º de emancipação política da cidade,

²⁶⁷ AMORIM, Osvaldo. Ainda imigrantes para o Vale (Notícias do Interior). *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 24 ago. 1956. Nº. 575, ano X.

²⁶⁸ AMORIM, Francisco. Uma cooperativa. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 12 dez. 1958. Nº. 120, ano, XIII, p. 3.

referenciava que se vivia um momento de “[...] ilustração, projeção e destaque ao torrão nativo onde à tarde a brisa nordestina acaricia e balança as verdes palmas das carnaubeiras”.²⁶⁹

Compreendendo o que está posto nos enunciados acima, ainda deve-se advertir que, a produção e comercialização de cera de carnaúba alcançou seu auge no Vale e no Assú entre os anos de 1940 e 1945, ocasião em que as necessidades geradas pela Segunda Guerra Mundial, principalmente pela indústria bélica, faziam com que a cera fosse produto de pauta das exportações do Estado. Portanto, após este período, nota-se um paulatino decréscimo da importância econômica do produto.

Outra evidencia dessa situação é demonstrada no estudo realizado por Albuquerque e Cestaro, ocasião em que realizaram *Estudo comparativo das áreas de carnaubais no Baixo-Açu nos anos de 1966 a 1988*.²⁷⁰ Neste aparece o decréscimo das áreas de carnaubais na região, decréscimo esse provocado tanto pelo movimento de substituição da cera por produtos sintéticos, quanto pela construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves que criou condições para o estabelecimento da fruticultura irrigada no Vale do Açu e a consequente derrubada das carnaubeiras para a abertura de áreas agricultáveis. Confirmando a tese dos autores e contribuindo com o raciocínio deste ponto, apresenta-se mapa que mostra a situação posta acima:

²⁶⁹ AMORIM, Francisco. A presença de Açu da taba-indígena a’ atualidade. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 16. Out. 1971, s/p.

²⁷⁰ Albuquerque, Francisca Mirza Fonseca; Cestaro, Luiz Antônio. Estudo comparativo das áreas de carnaubais no Baixo-Açu nos anos de 1966 a 1988. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz. (Org.). *Sesquicentenário da cidade do Assu (1845-1995)*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa. 1995.

do século XIX para o século XX, a estrela e a data de 16 de outubro de 1845 simbolizando a emancipação política da cidade. Não se deve esquecer que se têm aí duas situações que denunciam certa ótica religiosa na feitura do distintivo, pois a coluna histórica foi tida como uma homenagem de fé do povo assuense, daí no momento contemporâneo a mesma possuir em seu cume uma estatua de Jesus Cristo. Além do mais, deve-se considerar que pelo desenho contido na bandeira, a referida coluna possivelmente pode ter sido uma tentativa de aproximação com arquiteturas gregas, especialmente com as colunas erigidas naquela espacialidade.

Além do que, a data histórica do Município encontra-se inserida num espaço de cor azul que simboliza o céu, ou seja, o céu converge para a perspectiva do paraíso, por isso, o Hino adotado pela mesma lei se referir ao Assú como “canto harmonioso”. Por fim, aparecem na parte de baixo, águas que fazem menção ao Rio Assú e a Lagoa do Piató.

Outra perspectiva contida na Bandeira assuense é aquela de ordem patriótica, na medida em que esta segue em parte os tons da Bandeira Brasileira e do Rio Grande do Norte, ocasião em que temos um verde em destaque (menção a natureza), o amarelo (riqueza), o branco (paz) e o azul justamente dentro do escudo, além da estrela postada na parte superior da bandeira assuense a exemplo daquela que existe na bandeira estadual.

Nesse sentido, a carnaubeira assumiria a função de simbolizar toda a paisagem do Assú, já que a bandeira oficial do Município apresentava a mesma como espécie de destaque no cenário confeccionado. É perceptível a busca por projetar o poder simbólico dos carnaubais, desta feita, o poder público municipal investia para reafirmar a paisagem assuense constituída pelos “verdes carnaubais”, ação essa que expressa certo jogo de produção identitária, tanto no que diz respeito à Região do Vale quanto ao Estado, uma vez que nas circunvizinhanças do Assú já existia outro município que antes pertencia ao seu domínio e, a partir de 1963, se emancipou, fala-se, assim, do município de Carnaubais; por outro lado a identidade do município permanecia ligada aos carnaubais o que lhe permitia distinção perante outras cidades do Estado. Aliás, esta ação do poder público municipal pode traduzir também uma estratégia de manutenção do poder dos carnaubais frente ao decréscimo do produto econômico (cera de carnaúba) de maior destaque do município em anos anteriores.

Assiste-se mais uma estratégia de produção da identidade e, por conseguinte do espaço assuense, já que produzir ou praticar o espaço passa pelo posicionamento que é tomado em relação a ele, ou seja, se ocupa um lugar de onde se busca alcançar algo, é a provocação de

um efeito, é o se posicionar em relação a outros posicionamentos externos, é a hora e a vez das demarcações, delimitações e impressões. Nesta ótica, como diria Albuquerque Junior, os espaços se constituírem em “zonas de encrenca”, notadamente porque o posicionamento implica o exercício do poder, daí a análise das histórias dos espaços requerer a crítica sobre as relações de poder que se configuram nesses territórios, pois em todo o tecido social é perceptível a distribuição de lugares, a demarcação de domínios e ambientes.²⁷⁴

Assim, o alçamento dos carnaubais como paisagem assuense é fruto de uma demarcação espacial, é resultado de estratégias que estão no âmbito das relações de força que visam instituir um ponto de sutura à pretensa identidade assuense; é a busca da posse, é a tomada de posição do domínio dos carnaubais enquanto patrimônio vegetal. A apropriação cultural dos carnaubais expressa o quanto se precisa desviar o olhar dos objetos naturais para notar certa prática historicamente localizável com objetivos definidos.²⁷⁵

Além disso, pode-se observar nesse contexto em análise a complexa teia de enredos que possibilitaram a formação discursiva acerca do Assú, constata-se neste ponto do estudo que esta formação não se localiza somente em um ponto de partida, ela é um feixe de relações e dizeres que acabam por imprimir uma regularidade imagético-discursiva que promove uma maneira de ver a cidade através dos atributos já citados neste texto. A recorrência aos verdes carnaubais, nos enunciados aqui analisados, oportunidade em que a cidade emerge enquanto terra dos verdes carnaubais ou somente dos carnaubais, permite que o conjunto destes enunciados sirva como produto simbólico e significativo para reforço da positividade do discurso que constrói Assú, *terra de história, poesia e tradição*, pois vários enunciados se prestam a esta articulação no âmbito da formação discursiva, ou seja, observem que há certa ênfase em se promover a relação dos poetas e poesias, bem como de acontecimentos históricos com a carnaubeira.

Nesses termos, o princípio de uma história grande e de uma “terra dos poetas” é unido, manipulado para se relacionar com a paisagem vegetal. Portanto, começou-se este ponto com as contribuições de Schama e também o encero com o mesmo autor capturando dele a ideia de que “paisagem é cultura antes de ser natureza”.²⁷⁶

²⁷⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Zonas de encrenca**: algumas reflexões sobre poder e espaços. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/zonas_de_encrenca.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2013.

²⁷⁵ VEYNE, Paul Marie. Op. cit. 1995.

²⁷⁶ SCHAMA, Simon. Op. cit. 1996, p. 70.

2.3 – Espaço da poesia: a emergência da “Atenas Norte-Rio-Grandense”



Figura 18. Matéria de o jornal *O Mossoroense* (jun. 1950) se reportando ao Assú como cidade dos poetas. Sinalização da matéria: Roberg Januário dos Santos.

Em 4 de junho de 1950, o jornal *O Mossoroense* publicava a matéria destacada na figura acima: “A cidade dos poetas é também o berço da arte teatral no interior do Estado”. Nesta matéria capturam-se dizeres que constroem o espaço assuense enquanto uma cidade dos poetas, uma cidade berço da poesia e do teatro. Enunciado que na condição de evento faz parte da formação discursiva que se empenhou para soerguer uma cidade tradicional em termos de história, poesia e paisagem. Ainda com relação a este enunciado, deve-se compreender que nomeações como à “cidade dos poetas” são formas pelas quais a utilização da linguagem demonstra sua força na construção de objetos. Nomear não é apenas adjetivação ou representação da coisa, nomear constrói a coisa, executa um exercício de fabricação.

Nesse sentido, o conteúdo desta mesma matéria reitera o título da mesma, a redação do jornal se esforçou por validar o título de chamada, por isso iniciou relatando que:

Em um movimento deveras empolgante o da arte teatral na vizinha cidade do Assú. Terra de uma acentuada projeção nas letras potiguares, pelo justo conceito de que são portadores seus filhos, a atual geração assuense não se quedou indiferente ao legado de seus ancestrais, mantendo a preciosa herança em um mesmo nível intelectual.

Assú, como bem a chamam – “cidade dos poetas”. é também o berço da arte teatral, cujo o motivo domina hoje a encantadora urbe habitada por uma elite de escol. Esta foi a observação de melhor podemos deixar acentuada, ao visitarmos a tradicional cidade de Ulisses, em dias da semana finda.²⁷⁷

²⁷⁷ A cidade dos poetas é também o berço da arte teatral no interior do Estado. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 4 jun. 1950, p. 3.

Percebe-se no enunciado acima empenho discursivo no sentido de assegurar uma distinta identidade assuense por meio do atributo de cidade dos poetas; Uma cidade tida como de acentuado destaque no ramo das letras potiguares, enfatizada como tradicional pela “elite escol” que possui, ou seja, pelo seletivo grupo de literatos que tinha, pela nata da poesia potiguar que ali residia.

Durante toda a matéria, observa-se que a mesma foi resultado da estada de um dos membros do corpo redacional de *O Mossoroense* em Assú, por oportunidade da cobertura de um grupo de teatro que ensaiava peça nova, esta que seria apresentada em solo mossoroense e neste interim, implicitamente sente-se que o jornalista é contagiado pelo clima que encontrou na cidade, daí por que diz: “Assú, como bem a chamam – “cidade dos poetas”. Ou seja, transparece que a nomeação de “cidade dos poetas” não é necessariamente do referido jornalista, mas da rede discursiva que já se encontrava em plena ação naquele momento. Ainda se faz presente neste dizer acerca do Assú a menção ao “herói” assuense na Guerra do Paraguai: Ulisses Caldas.

Foi no mesmo jornal *O Mossoroense* que Osvaldo Amorim, já citado neste trabalho, escreveu várias reportagens advogando o desenvolvimento do Assú e do Vale, de modo que em alguns enunciados se contrapôs a pretensa terra de literatos e poetas, considerando que a vivência literária e poética não traria resultados objetivos em termos de avanço e progresso dos espaços já citados. Em matéria sobre “a compra dos motores” para suprir a necessidade de energia elétrica na cidade, em 1957, Osvaldo se mostrava insatisfeito com a postura do administrador municipal à época, prefeito Francisco Amorim, pois este não teria encaminhado à compra dos referidos motores e a cidade continuava as escuras, daí este jornalista reivindicar que:

E' tempo de se olhar um palmo na frente do nariz, principalmente quando o assunto visa melhorar as condições de uma cidade que deseja e deve progredir.

Deixemos a poesia para um lado e vamos atrás de seu Kilowatt, o nosso criado elétrico.

Com literatura e conversa não botamos o negócio para frente. Pulso firme, boa direção e intensidade de trabalho, são os elementos que precisamos para tirar o Assú, deste estado atual de abandono concretizando assim a sua revalidação.²⁷⁸

Este enunciado é sintomático para se refletir acerca da investida discursiva em torno de uma *terra de história, poesia e tradição*, pois se alçava uma voz do próprio Assú na

²⁷⁸ AMORIM, Osvaldo. A compra dos motores. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 19 jan. 1957, nº. 687, p. 4.

contramão desta percepção de espaço. Observam-se aí dizeres que propõe colocar de lado a poesia e a literatura. Para Osvaldo, era preciso ir além dos versos e de escritas jocosas perspectivando o progresso, seu pensamento e escrita denotava o clima que circulava na cidade e região acerca do desenvolvimento local, época considerada como de promessa e desenvolvimento. Um clima não ligado à garantia das tradições culturais, dos costumes em comum, vivia-se outro momento. Por isso, este é um enunciado que pode denotar o porquê do investimento discursivo acerca de um espaço de conotações tradicionais. Ainda se refere a uma cidade abandonada, questão dissonante dos discursos que se prestam a enfatizar um Assú harmonioso, encantado e feliz. Por fim, Osvaldo promove toda essa crítica a um poeta: prefeito Francisco Amorim.

Além do mais, Osvaldo perturbaria ainda os cultivadores da tradição assuense, quando em outra reportagem jornalística novamente colocaria a necessidade de a cidade ser algo mais do que poesia e tradição, oportunidade em que advogando a construção de estrada de rodagem entre Assú e Areia Branca, este jornalista enfatizava acerca da sua cidade que esta era “[...] a fonte de produção que desperta para mostrar a consciencia da terra potiguar, que é alguma coisa mais que poesia e tradição”.²⁷⁹ Aí está indícios de o porquê escritores, intelectuais e poetas terem reagido em nome de uma terra com “raízes” no passado, que deveria respirar ares pretéritos, que deveria se pautar nas experiências de um “velho Assú”. Osvaldo estava propondo o contrário, seu interesse era superar as “raízes” passadas, progredir e modernizar no presente, seguir rumo a um futuro diferente do passado. Sua intenção era eliminar os obstáculos impostos ao progresso através do racionalismo, dispensando as formas românticas e melódicas. O fim da década de 1950 e parte da década de 1960 marcaram várias ações no sentido de modernizar o setor agrícola do Assú e do Vale, daí a forte escrita de Osvaldo.

É justamente na década de 1960 que se observa o soerguimento de epítetos que reiteram o discurso da pretensa tradição assuense, percebe-se uma investida para a construção de um espaço da poesia, este que se avultou quando passaram a emergir enunciados se remetendo ao Assú como “Atenas Norte-Rio-Grandense”, chegando-se, inclusive a publicação de um livro inteiramente devotado a este epíteto, ocasião em que o IHGRN patrocinou em 1966 a publicação de *ASSÚ – “Atenas Norte-Riograndense”*, de autoria de João Carlos de Vasconcelos – obra já citada neste trabalho. Em um de seus enunciados, o autor enfatiza que:

²⁷⁹ AMORIM, Osvaldo. Estrada Assú – Areia Branca. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 27 jan. 1957, nº. 693, p. 4.

Se o Estado do Maranhão, onde se fala o melhor português do Brasil, é considerado a “Atenas Brasileira”, o Assú é considerado a “Atenas Norte-riograndense” [grifos nossos], porque basta nascer nesta terra prodigiosa, beber água da lagoa do Piató e ouvir farfalhar acariciante das flabelas do carnaubal esguio e numeroso, para possuir, inato, o dom poético, elevado à mais alta potência criadora.²⁸⁰

Estes dizeres tornam-se sintomáticos para se pensar o quanto o Assú foi sendo adjetivado enquanto espaço da poesia norte-rio-grandense, um conjunto de enunciados foram enredando uma teia de sentidos que consubstanciaram a ideia de uma “Atenas Norte-Rio-Grandense” e de “terra dos poetas”, duas atribuições espaciais que não formam um par semântico, até porque a primeira pressupõe a correlação entre espacialidades, como: Assú, Rio Grande do Norte, Brasil e Grécia. Todavia, ambas se prestam a produzir um espaço de feições poéticas. Enunciados que se relacionam com outros e que juntos vão formando o tecido imagético-discursivo acerca do Assú.

Vasconcelos, no excerto destacado acima, postula dons naturais para aqueles que nascem no Assú, dons de poesia, onde basta beber da água da lagoa mais famosa do município e ouvir o farfalhar dos carnaubais para acontecer um tipo de desabrochar poético, pois o “verdadeiro” dom poético já viria com o assuense, uma vez que ele seria inato. Também nessa epígrafe, observam-se os interesses espaciais, na medida em que Vasconcelos cita a questão das Atenas (brasileira e norte-rio-grandense), corre implicitamente na veia desses dizeres certa intenção de garantir para o Rio Grande do Norte um lugar na pretensa recepção do legado ateniense no que tange aos seus atributos inteligentes.

Além disso, percebe-se que a maior parte dos enunciados que comunicam o Assú por meio de uma perspectiva poética recorreram ao epíteto “Atenas Norte-Rio-Grandense”, nessa atribuição espacial ocorre um interesse de demonstrar que no Assú eram manifestadas características culturais da antiga capital ateniense, daí provavelmente o encontro de enunciados que postulam um Assú de antigamente e concomitantemente a Atenas. Este último espaço foi na Grécia antiga território de vastas manifestações culturais, a exemplo da poesia e artes cênicas, entre outras. Assim, este tópico não se deterá em fazer um jogo de sentidos tentando encontrar nas escrituras que se reportam ao Assú semelhanças específicas com a antiga Atenas grega. Incursiona-se com vistas a problematizar como a adjetivação de “Atenas

²⁸⁰ VASCONCELOS, João Carlos de. Op. cit. 1966, p. 17.

Norte-Rio-Grandense” se presta a formação discursiva que produz um Assú, *terra de história, poesia e tradição*.

Também se chama a atenção novamente para o uso do recurso linguístico “terra”, pois ele se faz presente em vários enunciados que se reportam ao Assú, particularmente em situações de adjetivação. Terra respalda a ideia de chão, de base, de origens, de pertencas raízes, por outro lado denota tradição, à terra dos carnaubais, “terra dos poetas”, entre outros, se constituem como uma forma de fixar, de edificar uma arquitetura simbólica voltada a concretizar uma construção espacial. Por isso, na segunda metade do século XX, particularmente entre os anos de 1960 e 1985, percebem-se obras que buscam alicerçar o terreno poético em que o Assú seria. Trata-se de observar como uma série de publicações que enredam um “reino da poesia”, território encantado onde tudo parece poesia e poesias pareciam tudo, espaço inventado harmonicamente sobre a liderança de poetas que exerceriam seus reinados mediante os versos, sonetos e glosas.

Cabe ressaltar que a adjetivação do Assú enquanto terra dos poetas é historicamente localizável no século XX a partir da obra *Várzea do Açú* de Manoel Rodrigues de Melo, publicada pela primeira vez em 1940, mas a edição consultada foi a terceira, sendo assim a de 1979, resta verificar na edição de 1940 se realmente consta a referida referência, pois, caso contrário, o uso do cognome é de todo pertencente ao pós 1960. Todavia, independente dessa questão, é somente nesse contexto citado por último que ocorre uma forte produção no sentido de construir o Assú enquanto espaço poético, daí derivam as atribuições de cognomes como “Atenas Norte-Rio-Grandense” e cidade ou “terra dos poetas”. O primeiro cognome ecoou mais nos enunciados investigados, pois se acredita que esta situação seja em função de a referência de Atenas alcançar maior *status* de grandeza, haja vista toda a carga cultural que projeta a cidade em relação aquele espaço da Grécia antiga. Além do mais, a tentativa de imputar o aspecto de grandeza ao espaço assuense está presente em vários momentos da produção discursiva acerca deste território, daí a “grande” aldeia em referência a taba-Açú, as carnaúbas “altaneiras”, a Rua Casa “Grande”, entre outros.

Acredita-se que os dizeres que espacializam Assú, elencados por Vasconcelos na citação acima, são ecos de escritos praticados por assuenses que se relacionavam no mesmo espaço intelectual que ele. Uma das primeiras referências possivelmente foi o livro *Canção da Terra dos Carnaubais* (1965), de autoria de Rômulo Wanderley, já discutido aqui; Por outro lado, a presença de Francisco Amorim, entre outros escritores assuenses no IHGRN ofereceu

possíveis inspirações para o escritor. Primeiro, deve-se levar em consideração que a obra *ASSÚ – “Atenas Norte-Rio-Grandense”* (1966), composta por Vasconcelos, foi resultado da visita da chamada “Caravana Literária” do IHGRN ao Assú, em 1965, inclusive com a presença do presidente do Instituto, Enélio Lima Petrovich, oportunidade em que Francisco Amorim lançava o livro *História da Imprensa do Assú* e Rômulo Wanderley publicava *Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense*. Rômulo publicava aí seu segundo livro no ano de 1965, numa perspectiva já enfatizada aqui de continuar a obra de seu conterrâneo Ezequiel Wanderley que escreveu *Poetas do Rio Grande do Norte* em 1922.

Vasconcelos, por sua vez, em determinado trecho de sua obra, evidenciou que “É notável a atuação dos assuenses no campo vasto da literatura norte-rio-grandense, especialmente no jornalismo e na poesia”.²⁸¹ Já fechando o ponto discursivo que abriu com excerto anterior, este mesmo autor comunica que:

Pelo que vimos, valiosíssima tem sido a contribuição do Assú às letras do Rio Grande do Norte.

No **jornalismo** [grifos nossos] predominaram as penas de Elias Souto, Galdino Lima e Palmério Filho. Na **poesia** [grifos nossos] e no teatro Ezequiel Wanderley. Em **História** [grifos nossos], Nestor Lima.

Êstes, já deixaram a vida terrena e, lá do céu admiram a disposição dos que estão, na terra, seguindo as pegadas indeléveis que deixaram no vasto campo da literatura potiguar.

O Assú é, incontestavelmente, a Atenas do Rio Grande do Norte.²⁸²

Percebe-se nos enunciados de Vasconcelos uma reparável inclinação a considerar Assú a “Atenas Norte-Rio-Grandense” em função do jornalismo, poesia e história, pois embora não cite o ensino de línguas estrangeiras, a perspectiva de terra letrada permanece e a ideia de reduto do jornalismo e da poesia potiguar se arrasta. O entrelaçamento dos enunciados de Vasconcelos com a formação discursiva que postula Assú, *terra de história, poesia e tradição* são evidentes, pois sua discursividade deixa implícita a ideia de tradição, na medida em que vislumbra a noção de origem, continuidade, de sujeitos baluartes da cultura local e de redução das diferenças assuenses em torno de uma terra de jornalismo, poesia e história. A positividade da formação discursiva continua, haja vista existir certo *a priori* histórico, ou seja, mesmo não se repetindo, os enunciados pertencentes a uma regularidade

²⁸¹ VASCONCELOS, João Carlos de. *Ibidem*.

²⁸² *Ibid.* p. 24.

discursiva apresentam certas constantes, daí os nomes próprios (Elias Souto, Galdino Lima e Palmério Filho, Ezequiel Wanderley e Nestor Lima) e o devotamento de certos atributos, transparecer, assim, que já haveria uma história pré-existente do espaço assuense, ocasião em que os que seguem “as pegadas indeléveis” dos primeiros possuíam o dom e o dever de continuar a obra realizada.

ASSÚ – “Atenas Norte-Riograndense” (1966), é iniciada por Vasconcelos com “um pouco de história” (uma das partes da obra), nesta, ao saudar os leitores, inicialmente fez uma narrativa da história assuense mediante o processo de colonização e eventos tidos como grandiosos, daí dá visibilidade aos momentos áureos como a fundação da Vila Nova da Princesa, da abolição dos escravos – narrativa semelhante àquela feita por Nestor Lima nos anos de 1920 –, Guerra do Paraguai, entre outros. Operou também no sentido de destacar os “filhos ilustres da cidade”, principalmente aqueles que atuaram no campo das letras, por conseguinte, aí emergirem vários sujeitos, além dos já citados acima, a exemplo de João Carlos Wanderley, João Celso Filho, Ana Lima, Luís Carlos Lins Wanderley, Pedro Soares de Amorim, Ernesto Fonseca, entre outros.

Quando tratou da Guerra do Paraguai, Vasconcelos lembrou o nome de Ulisses Caldas e nesta oportunidade evidenciava que na Capital do Estado, Natal, existia uma rua que recebia o nome (próprio) do “herói assuense”, advertia que a homenagem teria sido para aquele que:

[...] soube honrar as tradições gloriosas da terra potiguar, nos campos de batalha. Queira Deus que o modernismo, na sua ânsia de perverter homens e fatos da nossa História, não venha substituir, nessa rua, o nome do heróico assuense, pelo de algum craque do futebolismo que assoberba a mentalidade canhestra dos nossos contemporâneos.²⁸³

É perceptível neste enunciado o forte interesse de o autor em demonstrar a importância do referido soldado assuense. Em continuidade apontava para os eminentes perigos do modernismo em destruir a tradição do heroísmo não só assuense, mas potiguar. O enunciado explicita o alçamento do assuense Ulisses a condição de herói do Estado.

Além do mais, outro personagem assuense a ganhar destaque na narrativa de Vasconcelos foi justamente Palmério Filho, ele que foi tido como um assuense autêntico,

²⁸³ *Ibidem*, p. 19.

aquele que verdadeiramente amou a sua terra. Para o autor, Palmério Filho, como nenhum outro assuense de sua geração, amou a sua terra natal.

Não se deve esquecer que a ênfase acerca desse jornalista concedida pelo autor deriva de alguns fatores como o do próprio momento de produção da escrita, pois Palmério era irmão de Francisco Amorim, um dos anfitriões da caravana e colega de IHGRN, bem como o jornalista assuense seria o ícone do jornalismo local através de *A Cidade*, ponto pelo qual o autor sustentaria a ideia de “Atenas” vinculada “as tradições letradas da cidade” com ênfase no jornalismo.

Os nomes lembrados em memória por Vasconcelos dizem respeito a figuras advindas das chamadas famílias importantes assuenses, estão aí representadas às estirpes dos Wanderley, Souto e os Caldas de Amorim. A ideia de origem está presente, pois João Carlos Wanderley é considerado como o iniciador da atividade jornalística no Assú publicando *O Assuense*, em 1867, além de ser tido como o emancipador político da cidade. Uma origem continuada (a tradição do jornalismo) por Palmério, homem que fizera circular por cerca de trinta anos o jornal *A Cidade* (do Assú).

Além do que, não foi por acaso que a imagem de Palmério foi positivada neste discurso – conforme informações jornalísticas – ele foi sócio correspondente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras do Estado. Tem-se neste ponto do texto a expressão da regularidade dos nomes próprios, de sujeitos já enunciados em outros relatos. Quando da morte de Palmério, a Academia de Letras do RN promoveu uma sessão solene em homenagem a sua pessoa no IHGRN. Este foi um momento em que assuenses se movimentaram na capital do Estado para homenagear Palmério.²⁸⁴

Assiste-se até este ponto do trabalho, um paulatino descortinamento de um tipo de mitologia que prolifera sobre a cidade, na medida em que não faltam deuses para o panteão de letrados, homens inteligentes e poetas. A linguagem, assim, constrói um imaginário da cidade, onde são evocadas figuras de outros tempos para compor uma imagem, um quadro, um perfil. Como diria Certeau, em relação aos imaginários urbanos, o discurso do imaginário seria como um ar artificial que respiramos, ou seja, esse discurso é fruto de artifícios humanos e não se encontra no campo da naturalidade, Esse mesmo discurso não cessa de falar na felicidade, o que impulsiona a questionamentos em torno de sua função. Ainda para Certeau, aquilo que

²⁸⁴ Homenagem póstuma ao jornalista Palmério Filho. *A República*, Natal. 30 abril.1958, p. 8.

mais se oferece ao olhar na topografia urbana seria provavelmente o que mais falta, daí as obras que proliferam mitologias.²⁸⁵

Nesse sentido, na medida em que se despendem forças para oferecer ao Assú obras pelas quais se evocam “figuras ilustres” e atribuições espaciais como “Atenas Norte-Rio-Grandense”, “terra dos poetas” e “terra dos carnaubais”, mais se propicia que se pergunte o porquê de tanta necessidade de nomear, de dizer sobre, de produzir uma presença mediante signos?

Vasconcelos para consubstanciar sua ideia de “Atenas” enfatiza a importância de Ezequiel Wanderley, dizendo que “somente este livro POETAS DO RIO GRANDE DO NORTE, publicado com o intuito nitidamente literário, é suficiente para assegurar ao seu autor, no tempo e no espaço, um lugar privilegiado no panteão das letras do nosso Estado”.²⁸⁶ Ezequiel para Vasconcelos aparece como figura consciente, sujeito possuidor de um lugar próprio no panteão das letras. Ora, não se reconhece, assim, um autor atravessado pelo discurso, não se fala de um autor que se insere numa dada rede de saberes estratégicos e muito menos de poder.

A obra de Vasconcelos, mesmo apresentando ecos das obras de Rômulo e outros escritores, investiu numa retomada dos saberes assuenses do início do século XX, particularmente de sua segunda década. Quando se reporta a “um pouco de história” é evidente sua consulta ao livro *Municípios do Rio Grande do Norte* de autoria de Nestor Lima. A história, neste caso, e pela forma como foi abordada no livro de Vasconcelos, emerge como a base da “Atenas”, sua história (grande) atestaria, sobretudo, as feições heroicas e letradas dos assuenses. Além da história, Vasconcelos contempla a poesia atribuindo naturalidade poética aos assuenses, uma vez que, para ele, a poesia é uma questão de berço para os assuenses, para tanto, o mesmo elencou que “não é preciso mencionar que Ezequiel Wanderley nasceu em Assú, pois a sua condição de inspirado poeta tem o mesmo valor de certidão de idade”.²⁸⁷

Observa-se acima a reativação e rearticulação da historiografia da década de 1920 que postulava Assú enquanto espaço de tradições inteligentes. O inteligente converge para poesia, letras, etc. Provavelmente, por isso, esse escritor tenha destinado parte do livro para

²⁸⁵ CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papiros, 1995.

²⁸⁶ VASCONCELOS, João Carlos de. *Op. cit.*, 1966, p. 23.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 23.

homenagear poetas do Assú, daí ressaltar mais uma vez os sujeitos ditos importantes no mundo das letras assuenses. Percebe-se nessa ação uma tentativa de apresentar Assú por meio de seus poetas e homens letrados.

A ideia do lançamento dos livros em Assú, no que diz respeito ao ano de 1965, foi do escritor Francisco Amorim, ele membro do IHGRN. Este escritor após ter apresentado seu livro em sessão do Instituto de 21 de abril de 1966,²⁸⁸ oportunidade em que foi saudado pelo conterrâneo Rômulo Wanderley, organizou a vinda dos confrades do Instituto ao Assú para no Colégio Nossa Senhora das Vitórias realizar o ato. Este foi um evento destinado a reafirmar “as tradições poéticas” da cidade.

O interesse numa poética do espaço assuense, na sua maior parte, vem de dentro, ou seja, grupos e setores assuenses interessados nessa projeção e construção espacial. Mas, a construção do espaço não seria tão convincente se não tivessem utilizado recursos identitários capazes de gerar efeitos de inclusão e exclusão, circunstância pela qual a identidade vem geralmente acompanhada por uma separação entre “nós” e “eles”, por sua vez, esta separação supõe a reafirmação das relações de poder, na medida em que nessa altura do trabalho é perceptível que a construção de um discurso identitário acerca do Assú por meio do prisma de uma *terra de história, poesia e tradição* vincula-se a setores privilegiados da cena social assuense e por isso, nem todos os assuenses são inseridos na história grande ou são poetas, mas respiram um ar que os fazem se sentirem pertencente a tal conjuntura.

Desse modo, neste mesmo ano de 1966, Rômulo Wanderley lançava: *Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense* (1965), no Recife, oportunidade em que o anfitrião foi o também assuense Lauro de Oliveira, este radicado na capital pernambucana há vários anos, particularmente em função do exercício docente que executava na Faculdade do Recife. A solenidade de lançamento do livro aconteceu na Sociedade de Medicina e foi organizada pelo Centro Norte-Rio-Grandense em Pernambuco, ocasião em que o prof. Lauro de Oliveira proferiu discurso em forma de palestra sobre o Assú efetuando uma recordação dos tempos que viveu naquela cidade, principalmente dos tempos de infância, assim intitulou seu discurso de “O Açú no Recife”. Esta solenidade foi mediada pelo também professor Nilo Pereira. Compareceram a esta solenidade várias autoridades, inclusive representantes das esferas políticas assuenses.

²⁸⁸ LIVRO DE ATAS – Sessão ordinária com caráter solene. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, Natal, 21 de abril de 1966.

Lauro de Oliveira nasceu em 1913, em Assú, era filho de Luís de Oliveira e Amélia Galvão de Oliveira, filho de família tida como importante para a época, pois seu pai era considerado Doutor e chegou a ocupar o cargo de deputado. Ele foi mais um dos filhos de famílias assuenses a saírem do Assú para formação superior em outros espaços, oportunidade em que se formou bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Nesse sentido, este escritor iniciava seu texto dizendo:

Esta noite de hoje é uma celebração que nós rio-grandenses do Norte de Pernambuco, pelo seu Centro Norte-Rio-Grandense prestamos a uma cidade de nosso Estado que tem proporcionado à literatura e à poesia norte – rio-grandense, o melhor da inspiração poética para não dizer de sua evocação poética dos meninos e dos velhos de ontem e de hoje.

A nossa presença, aqui, se justifica tão sómente pelo fato de têmos nascido na cidade de Açú, cidade centenária e antiga Vila Nova da Princesa.²⁸⁹

Percebe-se nestas palavras de Oliveira que sua intenção seria reafirmar o pretense lugar privilegiado da sua cidade natal nas letras potiguar, se remetendo à inspiração, à vocação poética dos assuenses, independentemente de questões de idade, por isso considera o “[...] Açú, com a autenticidade de sua poesia em todas as camadas populacionais”.²⁹⁰ Ocasão em que para ele:

[...] “ignorantes”, “lidos” e “doutorados” faziam versos cotidianos e que assim “homens que nunca tinham frequentado os bancos de escolas secundárias e superiores e possuíam a inclinação natural para os livros, existiam na antiga Vila Nova da Princesa e do maior quilate.”²⁹¹

Esse é um discurso para generalizar a “predisposição” poética assuense, um discurso que se posiciona estrategicamente na formação discursiva aqui investigada no sentido de explicitar que essa “naturalidade” dos versos imputada aos assuenses perpassaria todos os setores sociais. Essa homogeneização e totalização devem ser tomadas como uma expressão da ideia de tradição, pois eclipsa, assim, as diferenças em nome de uma pretensa vocação.

Faz-se necessário ressaltar que, embora tente contemplar sujeitos sem instrução como dotados de saber e atitudes livrescas, Oliveira demonstra em seu texto apego aos conhecidos

²⁸⁹ OLIVEIRA, Lauro. Op. cit., 1966, p. 9

²⁹⁰ Ibidem, p. 10.

²⁹¹ Ibidem, p.11.

poetas e escritores assuenses, entre estes aparecem àqueles vinculados as famílias Wanderley, Macedo, Amorim, Lima, Lins Caldas e Souto. Oliveira em seu discurso passeia por um Assú de aspectos ancestrais, narra à vida de uma cidade que transparece ser lendária, onde se reporta a velha matriz, aos festejos de São João, a religiosidade, as brincadeiras de criança e as noites tranquilas. Tem-se assim, uma ambiência que se assemelha ser um reino encantado, onde brotam serenatas tidas como famosas na região. Oliveira se remete a sua cidade natal como se estivesse se remetendo a sua casa e família, demonstrando assim intimidade com o que descreve.

Quanto a Rômulo Wanderley, que lançava seu livro na solenidade no Recife, Oliveira informa que foi seu avaliador na Faculdade de Direito do Recife e que possuía uma dívida para com ele, pois o mesmo tinha escrito uma crônica sobre seu pai no Jornal A República de Natal. Oliveira afirmaria que o nome de Rômulo “[...] se projeta fora do Estado, como um dos valores positivos do Açu poeta, e do Açu escritor”.²⁹² Ele vai mais além situando Rômulo na linhagem poética de vários assuenses, concluindo que o Assú seria o espaço da poesia, pois a cidade teria sido o berço da poesia potiguar, já que para ele Assú era “[...] a cidade que produziu o maior número de poetas do Estado”.²⁹³

Em se tratando de produção de identidade espacial e perscrutando acerca da divulgação do livro Rômulo Wanderley: *Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense* (1965), – este já citado neste trabalho como uma continuidade ampliada da obra de Ezequiel Wanderley: *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922). Observa-se que Rômulo, na pretensão de atualizar o panorama da poesia do Estado, acabou por ampliar o panorama da poesia assuense, pois se no estudo de Ezequiel emergiam pouco mais de 25 poetas assuenses, com Rômulo esse número se ampliou para 40 poetas. Somente por esta questão quantitativa é possível adiantar que houve investimento na produção de uma terra de dons poéticos, assistimos aí a inserção de vários escritores e homens/mulheres de letras contemporâneos do próprio Rômulo, emergem nesse panorama figuras como Palmério Filho, Renato Caldas, Celso da Silveira, entre outros, inclusive poetas e poetisas não naturais do Assú, mas que foram considerados assuenses pelo tempo que viveram naquele espaço, como é o caso da escritora de origem mineira Maria Eugênia M. Montenegro, ensejo em que o autor do Panorama

²⁹² OLIVEIRA, Lauro. Op. cit., 1966, p. 17.

²⁹³ Ibidem, p. 17-18.

informou que ela “[...] nasceu em Minas Gerais, mas, porém é assuense há 25 anos, porque, casada com o assuense Dr. Nelson Borges Montenegro”.²⁹⁴

Nesse enunciado acima, observa-se certo tom de naturalização da escritora enquanto assuense, argumentando-se por meio do casamento desta com um cidadão da região. Logo após, Maria Eugenia é inserida pelo mesmo discurso no panteão de poetas e poetisas do Assú, pois no mesmo relato se diz em relação a mesma que “[...] inclinada, a princípio, a escrever prosa, enveredou pela poesia, graças ao seu contacto com os poetas do Assú, dos quais destaca Renato Caldas e Francisco Amorim”.²⁹⁵ A ordem desse discurso é tornar crível a ideia de que os dons poéticos ou são naturais ou são contagiantes, uma vez que basta ter contato com os “genuínos poetas locais” para enveredar pela poesia.

Por sua vez, em 1972, Maria Eugênia Macieira Montenegro tomava posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e nesta oportunidade, a mesma proferiu discurso de posse fazendo uma exaltação da participação feminina no mundo letrado, bem como do Assú enquanto terra berço da poesia. Considera-se esse discurso de posse mais um enredo que tece uma rede de sentidos promotora do Assú enquanto espaço de uma pretensa tradição poética.

Além do mais, pode-se compreender melhor a emergência dos enunciados da escritora e poetisa Maria Eugênia, em seu discurso de posse, quando se analisa seus enunciados em sua dimensão histórica, já que toda função enunciativa é eminentemente histórica. Assim, levando em conta a missão das academias de letras no país, uma vez que a Academia nacional seria base da grande parte das academias estaduais, deve-se registrar que, a exemplo do IHGRN, a Academia de letras do Estado abrigou ao longo de sua história vários intelectuais e escritores assuenses, entre eles estão: Nestor Lima, Elias Souto, Antônio Soares, Palmério Filho (sócio-correspondente) e Rômulo Wanderley. Registra-se a presença de escritores com vínculos com o Assú, como Antônio Fagundes, Carolina Wanderley, Palmira Wanderley, Segundo Wanderley, Manoel Rodrigues de Melo e Maria Eugênia Montenegro.

A Academia Norte-Rio-Grandense de Letras se constituiu num espaço privilegiado onde as vozes assuenses ecoaram, de modo que por um viés geo-político de análise, pode-se entender que os assuenses se fizeram presentes nos espaços de mais representatividade e de produção intelectual do Rio Grande do Norte em boa parte do século XX, a pertença desses homens e mulheres de letras as referidas “casas de cultura” são emblemáticas e não natural,

²⁹⁴ WANDERLEY, Rômulo Chaves. Op. cit., 1965, p. 49-50.

²⁹⁵ Ibidem, p. 50.

ou seja, a ocupação desses espaços traduz certa estratégia de projeção e manutenção de status político e intelectual, Luís Carlos Wanderley, por exemplo, foi patrono da cadeira 6, esta que posteriormente foi ocupada por Carolina Wanderley. Com isso, evidencia-se que assim como os Wanderley marcaram as cadeiras da Academia de Letras, os Amorim se fizeram presentes nos bancos do IHGRN.

Mas, deve-se elencar que assim como o IHGB, a Academia de Letras Brasileira²⁹⁶ seguiu os ditames da França por meio da Academia Francesa no que tange as cerimônias de posse dos novos imortais, sendo assim, a ocupação de uma cadeira de um imortal possuía toda uma simbologia, oportunidade em que o novo escolhido para a cadeira proferia discurso agradecendo e louvando o antecessor, enquanto um imortal da casa fazia a recepção também discursando e oferecendo boas vindas. A funcionalidade do discurso de posse era bem definida: quem iria se tornar imortal devia proceder obrigatoriamente elogio do seu antecessor lhe cabendo ainda à opção de render fala ao patrono da cadeira. Por outro lado, o receptor também fazia um discurso ressaltando as qualidades de quem tomaria posse de uma cadeira e do título de imortal.²⁹⁷

Foi por meio deste ritual que no dia 21 de julho de 1972, Maria Eugenia Maceira Montenegro proferia discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Nesta oportunidade, a referida escritora e poetisa, falava aos acadêmicos expressando seus ideais identitários, por sua vez, se reportando ao seu lugar espacial e social, na medida em que mesmo não sendo natural do Assú/RN, ela se remetia a este espaço em consonância com uma “tradição local”.

Além do mais, seu discurso demarca o lugar social de uma mulher que presencia as novas tendências do feminismo, uma intelectual que procurava mostrar a força das mulheres, o avanço destas, a capacidade feminina, entretanto, avanço esse ainda com aspectos conservadores e dependentes, em parte, do lugar privilegiado do masculino.²⁹⁸

²⁹⁶ A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1896 no Rio de Janeiro. Instituição inicialmente idealizada no sentido de atender aos “espíritos literários”, ao longo dos anos demonstrou sua atuação política servindo no fortalecimento do projeto de nação até então desencadeado pelas elites brasileiras.

²⁹⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896- 1913)*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2003.

²⁹⁸ Para maiores informações da ótica de Maria Eugênia acerca do papel da mulher e sobre questões contextuais do período, ver, SANTOS, Roberg. *Januário dos*; BARROS, Lucilvana Ferreira. *As representações identitárias de Assu/RN a partir do discurso feminista de Maria Eugênia (1972)*. In: III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença (CD/ROM), 2011, João Pessoa/PB, 2011. p. 01-10.

Maria Eugênia Maceira Montenegro nasceu em 1915, no município de Lavras/MG, após formação escolar, exercia atividades sociais na sua cidade. No entanto, após matrimônio (1938) com Nelson Borges Montenegro, recém-formado pela Escola de Agronomia de Lavras, ela veio para o Rio Grande do Norte, Estado do seu esposo, precisamente para o município de Ipanguaçu, onde residiu entre 1939 a 1958, momento em que se transferiu para Assú. Maria Eugênia faleceu em 2006. Ressalta-se que Nelson, esposo de Maria Eugênia, era membro de uma das mais destacadas famílias do Vale do Açu: os Montenegros. Família de posses agrícolas, criatórias e com espaço político demarcado na região. Maria Eugênia foi uma escritora que se relacionava com os seguimentos letrados e poéticos do Assú, daí a amizade com João Lins Caldas e Renato Caldas.

Registra-se que a chegada de Maria Eugênia na Academia de Letras do Estado foi tida como algo extremamente importante para uma cidade que ostentava o título de “Atenas” do Rio Grande do Norte. Por isso, quando de sua posse, a cidade recebeu com festa a referida escritora. De acordo com matéria jornalística da época:

Por outro lado, a cidade de Açu esteve em festas no último sábado quando chegava aquela cidade a escritora Maria Eugênia Maceira Montenegro, empossada na sexta-feira como nova imortal da Academia Norte Riograndense de Letras.

A saudação à escritora foi feita pela promotora de justiça da comarca, Dra. Maria Evanilde de Souza, sendo secundada pelo poeta Renato Caldas, além de diversos outros oradores

Faixas foram colocadas nas ruas da cidade como saudação à nova imortal da Academia, muitas delas enaltecendo as qualidades da escritora e o papel que esta representava na casa da cultura que é a Academia de Letras Rio grande do Norte.²⁹⁹

Conforme se observa acima, a cidade se preparou para honrosamente homenagear Maria Eugênia, deixando transparecer o quanto a chegada da mesma a Academia empolgava os ânimos. Para assegurar ainda mais o nome de Maria Eugênia enquanto personalidade de destaque do cenário assuense, a cidade mediante a promoção dos universitários assuenses da Universidade Regional, promoveu dois meses após a posse da escritora na Academia de Letras, à festa das personalidades assuenses, oportunidade em que foram escolhidos 14 nomes em diversas áreas, sendo agraciados com diplomas de mérito. De acordo com reportagem jornalística, Maria Eugênia foi escolhida como personalidade da cultura, enquanto Renato

²⁹⁹ Homenagem. O Mossoroense, Mossoró (RN), 25 de julho de 1972, Nº. 3.833, ano C, p. 5.

Caldas foi classificado como personalidade artística e poeta.³⁰⁰ O posto de personalidade da cultura fala quase por si no sentido de demonstrar que a cultura da cidade estava em alta, pois Maria Eugênia seria naquele momento um dos únicos nomes advindos do Assú a constar na galeria de imortais das letras no Estado.

Desse modo, ainda deve-se lembrar de que, em função dessa escritora não ser de naturalidade assuense, tal situação poderia vir a ofuscar o brilho da conquista, já que a chegada da escritora a Academia de Letras foi tomada pela cidade como uma vitória. Logo em janeiro de 1973, a cidade, através de seus representantes políticos, buscava solucionar a questão posta acima concedendo o título de cidadã assuense à Maria Eugênia Maceira Montenegro, ato pelo qual se pode enxergar o interesse em naturalizar a escritora, já que ela passou a orgulhar a cidade naquilo que mais lhe rendia forças de produção identitária, a saber: a cultura intelectual e poética.³⁰¹ Além do mais, seria interessante torna-la assuense, pois ela acabava de ser eleita prefeita de Ipanguaçu (Município vizinho do Assú). Vislumbra-se por meio desses aspectos a montagem de estratégias para a produção e manutenção da identidade espacial em construção, procurou-se agir para fazer valer uma *terra de história, poesia e tradição*.

Por outro lado, Maria Eugênia assumia a cadeira número 16 que teve como patrono Segundo Wanderley, cadeira essa que posteriormente ocupada por Francisco Palma e Rômulo Wanderley, sendo a escritora a sua nova detentora e imortal. Esta escritora iniciou seu discurso exaltando as mulheres de destaque no cenário estadual que possuíam contribuições para com a pátria, a exemplo de Nísia Floresta, Clara Camarão, Celina Guimarães, entre outras. Deve-se levar em conta que esse era justamente um momento sintomático de expressão do sentimento nacional, pois não por acaso, vivia-se nesta época o chamado ufanismo da Ditadura Militar, a ideia de país perfeito, de amor a Nação, de um “Brasil para frente”, além da ideia de país verde e amarelo. Vivia-se um período histórico marcado pelas discussões em torno da identidade nacional.

Mas, no que concerne aos enunciados acerca do Assú, elenca-se que o discurso dessa escritora foi moldado com base no modelo de discursos proferidos na Academia nacional, – aquele já aludido neste tópico do texto –, oportunidade em que ela fez toda uma fala sobre os

³⁰⁰ Açú escolheu suas personalidades 72. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 15 de outubro de 1972, Nº. 3.890, Ano C, s/p.

³⁰¹ Câmara de Açú está em reunião amanhã. *O Mossoroense*, Mossoró (RN), 19 de janeiro de 1973, Nº. 3.960, Ano CI, s/p.

antecessores e para tal exercício cuidou de discursar acerca da terra dos referidos escritores, uma vez que, embora Segundo Wanderley não fosse natural do Assú, sua genealogia o credenciava. Desse modo, ela após tratar das questões feministas, ressaltava que:

Para alcançar esta tribuna, foi-me primordial o encontro primeiro com a terra, com as condições sociais que me obrigaram a procurar nos “sarcófagos da flor” – os livros – o convívio salutar e edificante dos silentes amigos.

Pisei o solo do Açú, antiga vila Nova da Princesa, a **Atenas Norte-Riograndense – terra de poetas e heróis** [grifos nossos], berço de Perceval e Ulisses Caldas, os bravos imortais dos campos de Curuzu, da guerra do Paraguai, onde Ulisses, ao ver explodir a seus pés uma mina ceifando vidas, exclamou: “avante Camaradas! Ainda é vivo Ulisses!” terra-título do conselheiro britânico Guerra – o Barão do Açú – Ministro do Supremo Tribunal do Império.³⁰²

Neste enunciado acima, Maria Eugênia afirmou que chegou a Academia de Letras em função do contato com a terra, ou seja, ela repete um enunciado já presente em outras escritas no sentido de evidenciar a terra, o solo, o chão do Assú como terreno propício para o alvorecer das predisposições intelectuais e poéticas, aí está implícita a ideia de fertilidade do solo assuense que tanto outros enunciados fazem emergir, recaindo na tendência de naturalidade de uma “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Por outro lado, essa escritora expressa um conjunto de elementos simbólicos atribuídos ao Assú, de modo que reforça o discurso da tradição, uma vez que se reporta a antiga Vila Nova da Princesa, a “Atenas” e aos heróis da Guerra do Paraguai e a figura do Barão do Assú. Percebe-se, um discurso permeado por história, poesia e tradição. Observem que o uso do termo “antiga” quanto a Vila, não é à toa, pois é mais uma vez a inscrição de um espaço lendário, ancestral.

Nesses termos, a escritora promove uma exaltação de Perceval e Ulisses, deixando implícita a perspectiva do patriotismo, fazendo valer o argumento do heroísmo de ambos. A referência ao Barão do Assú demonstra bem o quanto eram utilizáveis as “grandes figuras” daquele espaço para a reafirmação de uma identidade em construção e demonstra também a especificidade de cada enunciado, pois em detrimento dos outros enunciados aqui postos a leitura, este último insere a figura do Barão, o que mostra que o enunciado é histórico e está vinculado com o contexto e lugar que é emitido, pois o discurso na Academia requeria uma ênfase acerca do patriotismo. Portanto, nada mais forte do que evocar a personalidade do Barão do Assú. Em se tratando de sujeitos destacados nos discursos acerca do Assú, essa

³⁰² MONTENEGRO, Maria Eugênia Op. cit, 1972, p. 238.

escritora não perde de vista tal prerrogativa evidenciando sua admiração acerca de “homens como Palmério Filho, Moises Soares e João Celso Filho, que marcaram época como jornalistas e patriotas”.³⁰³

Maria Eugênia operacionalizou em seu discurso no sentido de mostrar que foi no convívio com intelectuais, escritores, boêmios e poetas assuenses que enveredou no mundo da poesia. Observa-se aí mais uma estratégia discursiva adotada pela escritora para se inserir no espaço que ela acreditava e postulava ser a “Atenas do Rio Grande do Norte”. Para tanto, rememorou momentos cotidianos como tertúlias, conversas, momentos de convívio intelectual e dentre estes, relembrou aquele que ela chamava de mestre: João Lins Caldas. Nesse tom enunciativo, ela segue tracejando o Assú dos poetas e da poesia. Assim, cita “[...] Francisco Amorim, a conta-me a histórias da imprensa no Açu, com os cento de dezessete jornais que ali circularam, ou a recitar-me versos de sua Sariema”.³⁰⁴ Ela finaliza esse ponto se referindo aos poetas populares que se somam ao espaço da poesia assuense. Percebe-se acima a alusão a Francisco Amorim e seu trabalho sobre a imprensa, significando que a produção do mencionado assuense seria no discurso da escritora mais uma referência acerca da cultura letrada da cidade em destaque.

Esse discurso pode ser inserido numa modalidade enunciativa que confirma a pretensa existência de uma “Atenas”, pois se captura trecho de autoria dessa escritora em que decididamente se percebe a menção a esta concepção de espaço atribuída ao Assú, ensejo em que é dito que “é tão grande o amor do povo açuense pelas letras, que pelas ruas da antiga Vila Nova da Princesa, perambulavam Demócritos, Diógenes, Sócrates, Sólon, Demóstenes, numa explosão cultural, de admiração à decantada Grécia”.³⁰⁵

Observa-se acima o que Fairclough chama de interdependência de práticas discursivas, pois para esse estudioso do discurso “[...] qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras e é definido pelas suas relações com outras práticas discursivas”.³⁰⁶ Ou seja, o conjunto de regras anônimas, históricas e determinadas no tempo e espaço que definem o exercício da função enunciativa se relaciona com outro conjunto dentro de uma mesma formação discursiva. Nesses termos, as práticas discursivas (ligadas à poética do espaço)

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Ibidem, p.239.

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ FAIRCLOUGH, Norman. Michel Foucault e a análise de discurso. In: **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

operadas na segunda metade do século XX acerca do Assú se entrecruzam com as práticas discursivas, por exemplo, da década de 1920, estas de ordem historiográfica. Esse é um excerto que possibilita visualizar um enunciado “novo” que se relaciona com um anterior, notadamente a perspectiva de justificar uma aproximação com a Grécia antiga por meio de nomenclaturas próprias, estas situadas em solo da antiga Vila Nova da Princesa. Portanto, um atributo novo relacionado com aspectos já enfatizados anteriormente. Esse é mais um dizer que espacializa Assú, dizer construtor, feitor de espaço.

Nesse sentido, como de praxe nos discursos de posse de imortais, Maria Eugênia se dedica em parte de sua fala/escrita a elogiar a família de seus anteriores confrades, notadamente os Wanderley, a quem ela comunica dizendo sobre “árvore de ramos imponentes e altaneiros, a reflorir perfumando os ares dos quadrantes da Pátria brasileira. Suas flores da mais alta expressão poética [...]”.³⁰⁷ Sua investida inicial neste ponto do discurso é se reportar as mulheres importantes da família, daí cita Palmira Wanderley, Stela, Alice e Sinhazinha Wanderley, por fim, faz menção a Belisária de Carvalho e Silva (Baronesa da Serra Branca), para Maria Eugênia, ela foi “[...] a protagonista de comovente drama social, quando, ao ser decretada a lei áurea, libertou seus escravos”.³⁰⁸ Observa-se aí que insurge novamente o enunciado da abolição, mesmo que irrompa numa situação específica (discurso de posse), oportunidade em que se rende homenagem aos Wanderley, o evento da abolição é reativado para demonstrar a grandeza da história assuense e de suas figuras “importantes”.

No decorrer do discurso, Maria Eugênia fez alusão a Segundo Wanderley, patrono da cadeira 6 e a Rômulo Wanderley, concedendo rápidas linhas a Francisco Palma (fundador da cadeira)³⁰⁹ o que demonstra o interesse em discursar em prol das coisas de sua terra. Acerca de Rômulo, ela contou sua trajetória, inclusive evidenciando que ele também teria passado pela “escola” dos mestres João Celso Filho e Francisco Amorim quando escrevia no *A Cidade*. Logo, ela fez uma narrativa mostrando a trajetória vitoriosa e poética do confrade.

Por outro lado, seguindo o ritual da Academia, Veríssimo Melo realizou “*a saudação à acadêmica*” Maria Eugênia, oportunidade em que respaldava o discurso feminista da escritora que tomava posse na Academia, pois falava acerca de certo anacronismo da

³⁰⁷ MONTENEGRO, Maria Eugênia Maceira. Op. cit., p. 14.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Patrono de uma cadeira nas academias de letras diz respeito a aquele que nomeia a mesma, é simbolicamente o protetor, defensor, é assim, o pai ou mãe daquele posto. O fundador é a primeira pessoa a ocupar a referida cadeira.

Academia Brasileira de Letras em não admitir em seus quadros mulheres. Nesses termos, fazia menção a Academia do RN como um espaço que registrava a presença de mulheres desde sua fundação. Mas, interessa neste discurso de Veríssimo a maneira pela qual ele se reportou a escritora que se tornava imortal em 1972, haja vista que ao realizar a saudação desencadeou uma fala sobre a vida da mesma e, nesta ocasião, o referido acadêmico, em dado momento do texto, expressava que Maria Eugênia:

Interessando-se pela vida simples do povo de Ipanguaçu e, posteriormente, pelo povo do Açu, ela iria aos poucos descobrindo rico manancial a observar, a estudar, a analisar nos seus livros e trabalhos. De fato, o Açu é um desses burgos interioranos mais fartos de sugestões e de povo extremamente inteligente. São inúmeros os bons poetas, dramaturgos, jornalistas que o Açu tem dado ao Rio Grande do Norte. Desde os Wanderley, que têm marcado a história literária do RGH de talento, até os poetas contemporâneos ligados a outros troncos familiares, como Antonio Soares, um João Lins Caldas, um Renato Caldas, um Francisco Amorim e tantos outros, atestando privilegiada tendência dos que nascem no Açu. Seria a própria terra a fonte geradora dessa tendência ou teria sido o acaso que ali reunira grupo brilhante de famílias do Rio Grande do Norte? ³¹⁰

Como se observa, o enunciado de Melo promove a reativação e a atualização de enunciados emergidos nos discursos sobre o Assú da década de 1920, pois aqui novamente se faz menção ao Assú de povo inteligente, notadamente mediante seus expoentes culturais, como poetas, jornalistas, dramaturgos, entre outros. Na esteira desse contexto, também se reativa o papel das linhagens familiares no fornecimento de sujeitos importantes no ramo poético, o que projeta uma concepção de poesia no sangue dos assuenses. O questionamento levantado converge para a ideia da suposta “influência” do meio ou de uma possível obra do destino que teria reunindo num único território famílias com tais predisposições. Esta é mais uma escrita que produziu um objeto de conhecimento, notadamente o espaço assuense, pois na medida em que se adjetiva o Assú operacionaliza-se para que ele saia da esfera de lugar para ser constituído enquanto espaço, ou seja, enquanto lugar movimentado pelos discursos, enquanto cartografia construída por estratégias e sensibilidades de escritas que pretendem fundar um lugar comum para a cidade, visam instituir uma identidade local. Assim, encerrando sua saudação, Melo dizia que:

³¹⁰ MELO, Veríssimo. Saudação à acadêmica Maria Eugênia. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, nº. 10. Ano XXI, p. 231 – 246, 1972, p. 250.

Ornamentando e valorizando a nossa instituição, a partir de hoje, com a sua insinuante presença, Maria Eugênia Montenegro será também representante legítima de mina Gerais e sobretudo do Açu, entre nós, esperando-se que continue a revelar à nossa terra de valores velhos e novos que fizeram ou fazem a inteligência e grandeza daquele município, ao lado de suas peculiaridades e tradições seculares.³¹¹

Nesse enunciado, Assú emerge como espaço de tradições seculares, é a ideia de ancestralidade. Além do mais, Maria Eugênia é alçada a representante legítima, sobretudo, do Assú, embora fosse do Estado de Minas Gerais. O aspecto de grandeza atribuído ao Assú é retomado nessa escrita.

Já em 1977, Maria Eugênia publicava *“Discurso em homenagem à memória de Carolina Wanderley”*, esta última era filha de Luís Carlos Lins Wanderley, ela foi também da Academia de Letras. Carolina foi reativada em grande parte dos enunciados da segunda metade do século XX que se reportam ao Assú poético e tradicional, já que seu nome foi inserido na “plêiade” de poetas que compõem a paisagem imagética-discursiva de um “velho Assú”, espaço esse que nos discursos investigados transparece ser autêntico e ancestral. Na visão dos “tradicionalistas”, Carolina teria alcançado espaço no “reino” da poética assuense através de seu poema “Terra Bendita” – já citado neste estudo. Assim, após informar as características literárias de Carolina, Maria Eugênia passou a se reportar a biografia da homenageada, de modo que em determinado momento, ela frisava que:

Carolina nasceu a 4 de janeiro de 1891, na **Atenas Norte-Riograndense, no velho e tradicional Açu**. Foi a primogênita do casal - Luís Carlos Lins Wanderley – Maria Amélia Wanderley. Teve dois irmãos: o vibrante jornalista e teatrólogo Sandoval Wanderley – o de saudosa memória e Alberto, o caçula que tras no “genes” o amor a cultura no caminho do saber dos ancestrais.³¹²

Nestes dizeres, a escritora faz referência ao espaço onde nasceu Carolina, de modo que mais uma vez a “Atenas Norte-Rio-Grandense” é enunciada, Assú, desta feita, é nomeado enquanto velho e tradicional. Ainda neste enunciado, a autora converge para ressaltar o perfil intelectual e poético da família da homenageada fazendo menção a um tipo de fator biológico

³¹¹ Ibidem, p. 28.

³¹² MONTENEGRO, Maria Eugênia Maceira. Discurso em homenagem à memória de Carolina Wanderley. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. Natal, nº. 13. ano: XXV, p. 21 – 30, 1977, p. 23.

fomentador das predisposições poéticas de um dos irmãos de Carolina, o que fica implícito a questão da suposta naturalidade da arte de fazer versos dessa estirpe.

Ainda descrevendo uma breve biografia de Carolina, Maria Eugênia se debruça em relatar sobre Carolina e sua relação com o Assú do tempo em que a mesma lá residiu. Desse modo, se pôs a imaginar:

Carolina sentada nas velhas calçadas do lugar, aurindos os ares puros do vento do norte. Nós acompanhamos seus olhos de poeta, vislumbrando balões subindo, estrelinhas e fogos de artifício pipocando nos céus do Açu, nas telúricas noites de festas do ínclito padroeiro São João Batista.³¹³

Por estas palavras, se observa que a escritora operou por meio de um exercício que o interesse ótico dela projeta-se na possível noite de São João vivida por Carolina, é uma forma de inserir e articular no discurso elementos da paisagem da cidade, como o vento do norte e as calçadas; festejos, como o de São João e toda a sua ritualidade ligada ao fogo (balões, estrelinhas e fogos); a poética, pois os olhos que vislumbrariam toda aquela conjuntura seriam “olhos de poeta”. Por outro lado, mais uma vez, percebe-se uma leitura feita sobre o Assú através das sensibilidades, pois estas também se remetem ao mundo imaginário, dizem respeito às formas de valoração, classificação e produção dos sentidos.

Além do mais, é perceptível que a matriz de pensamento patriótico da primeira metade do século XX esteve por várias ocasiões sendo reacionada na segunda metade deste século, uma vez que ela é inserida em enunciados no sentido de reforçar o apego dos assuenses à pátria, ação pela qual aventamos ser uma estratégia endereçada ao engrandecimento da cidade e concomitantemente das pessoas ditas ilustres da mesma. Assim, ainda se reportando à Carolina, momento em que fazia menção às atividades docentes da mesma, já que ela teria sido professora no início do século XX, inclusive no Grupo Escolar do Assú, Maria Eugênia dizia que “como professora escolheu Moral e Cívica, meta prioritária, para inculcar na mente da juventude o sentimento pátrio que fervia em suas veias”.³¹⁴ A ideia neste relato é que Carolina possuía no sangue o sentimento patriótico.

³¹³ Ibid. p. 24.

³¹⁴ Ibid. p. 25.

Por fim, Maria Eugênia escreveu sobre a repercussão das produções de Carolina, comentado sobre os elogios que a mesma recebia, de modo que destacou dois destes elogios, sendo o primeiro advindo de Nestor Lima e o segundo por Eloi de Sousa. Terminava a homenagem falando da prima de Carolina, a também imortal Palmira Wanderley, referindo-se a poética das duas e reafirmando a condição de constarem no rol de fundadoras da Academia.

Já em 1978, com o apoio do Estado do Rio Grande do Norte, através da Fundação José Augusto, Maria Eugênia publicava o livro *Lembranças e Tradições do Açu*³¹⁵, obra pela qual a autora seria inserida com todas as honras no panteão de escritores (as) das coisas do Assú e do Vale. Por meio desta obra, a autora buscava escrever sobre o folclore do Vale, mas terminou, em grande parte, falando da cidade polo da Região, notadamente Assú. Essa obra foi considerada como a maior obra da escritora, aquela em que a mesma seria reconhecida em todo Estado.

Escrever sobre as “Lembranças e tradições do Açu” denota, por parte de Maria Eugênia, o interesse em se inserir na rede de escritores que tecem o tecido imagético-discursivo assuense, é a reafirmação de uma terra memorável e de tradições que deveria ficar na lembrança dos norte-rio-grandenses. A obra se constitui em um tipo de memorial do Vale (Assú) que traduz os costumes em comum, os vultos, estórias, a vegetação, as artes ditas populares, entre outras.

Esta escritora operou no sentido de apresentar uma visão folclórica da região, particularmente do Assú. Para ela “a alma sertaneja é um mundo de poesia”. Nesse sentido, Maria Eugênia buscou capturar em seu texto as tradições, superstições, entre outras. É com esta obra que a fama cultural do Assú foi estendida ao ramo folclórico. No entanto, essa situação não implicou uma ação em busca das diferenças, das diversidades, pois o diferente nesse discurso materializado pela escritora insurge como o popular, o exótico e como “fatos pitorescos”.

Assim, apresenta-se um manancial de cultura popular pelo viés folclórico, de modo que se tem em vez do fluído das diferenças, o colecionamento, o enquadramento e o domínio de fala sobre ela. Nesses termos, a abordagem folclorista, por parte dos intelectuais e cientistas, atua patrimonializando, se julga salvando as ruínas do popular como se estivesse evitando a extinção de algo mesmo que não se declare com tal intenção, mas a ação denuncia

³¹⁵ MONTENEGRO, Maria Eugênia M. *Lembranças e tradições do Açu*. Natal: Gráfica Minimbu, 1978.

tal postura. Como diria Certeau, parece que nestas circunstâncias se fala da beleza de um morto, pois transparece que existem vivos que falam sobre mortos, já que estes últimos são colocados em situação em que parecem precisar de alguém que fale por eles. Ainda com Certeau, pode-se perceber que “o cuidado folclorista, no entanto, não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada”.³¹⁶

Ao se debruçar sobre o folclore do Vale e do Assú, a escritora aqui investigada não atuou no sentido de desconstruir um reinado da cultura letrada, dita tradicional que reinou na cidade, até porque em dados momentos da obra os poetas e boêmios são aí situados. Nota-se um discurso advindo de um lugar de fala institucional elitizado (Academia Norte-Rio-Grandense de Letras), um lugar social privilegiado, uma vez que ela pertencia ao seguimento privilegiado em termos sociais, econômicos e políticos da cidade e região.

Para tantos outros aspectos presentes na obra dessa escritora, concede-se ênfase aos momentos em que a mesma alude à “terra de poetas” e “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Maria Eugênia dedica tópico do seu livro para apresentar Assú por meio da voz de seus poetas, possibilitando que se identifique uma estratégia de produção do espaço e não necessariamente de apresentação ou representação, pois considerando o ato de fala ou de escrita como uma ação, “o Açú na voz de seus poetas” é uma maneira de se fazer o Assú, de produzi-lo no âmbito da linguagem, pois como adverte Araújo “o mundo não contém unidades discretas, a serem simplesmente representadas; ele é constituído pela forma como designamos as coisas [...]”.³¹⁷

Nesse sentido, esta parte do texto da referida autora agora em análise é substancial para se constatar a intenção de construir o espaço assuense como terra de poetas, embora em grande parte da produção intelectual de Maria Eugênia predomine outra dimensão espacial: a “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Nesta perspectiva, a autora demonstra implicitamente que a terra é a responsável pela arte humana, para esta escritora a mescla do homem com o solo provoca o pertencimento a um berço, este transparece, nos dizeres da mesma, ser um espaço materno, aquele em que se estabelecem laços de amor e de memória, por isso, ela evidenciou que:

³¹⁶ CERTEAU, Michel de. Op. cit., 1995, p.63.

³¹⁷ ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: Introdução à filosofia da linguagem*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 209.

Eis o dilema: terra, berço, raiz. O solo, onde decalcamos o passo primeiro, no amálgama do homem e da terra, nos une de forma incontestável ao berço. É condição telúrica o homem amar a terra onde nasceu, guardar na memória a casa, o lugar, as ruas por onde andou, às árvores em que subiu, os frutos que provou, as pessoas com quem conviveu e conservá-los todos no vídeo da memória. Amar a terra é condição de vida. Morrer por ela, se for necessário, condição de honra. Açú é conhecida como “terra de poetas e berço de heróis”.³¹⁸

O enunciado de terra ou berço de tradições inteligentes e poéticas reaparece, é a argumentação em defesa da postura dos poetas relacionada ao decantar de sua terra, haja vista que para a autora, deve-se amar a terra e se for necessário morrer em honra da mesma. Entende-se, assim, que toda a ação discursiva em prol da elevação do Assú é justificada, — se seria uma honra morrer pela terra, imagine se não seria denotativo também de honra falar sobre ela, dizer acerca dela, poetizá-la e decanta-la. É com essa disposição que Maria Eugênia trás ao palco de seu livro os poetas assuenses, por sua vez, atuando na promoção de uma ótica sobre a cidade, pois as poesias na sua grande maioria se reportam a uma visão nostálgica, romântica e harmoniosa do Assú.

Assim sendo, são apresentados poemas de poetas e escritores já “consagrados” pelos discursos que positivam a formação discursiva *Assú, terra de história, poesia e tradição*, aí foram postados nomes como os de Adalberto Amorim, Francisco Amorim, Carolina Wanderley, Minervino Wanderley, entre outros, embora apareça o nome do popular Chico Traíra. E Foi com o poema “Fundação do Açú”, de Chico Traíra que esta escritora iniciou “O Açú na voz dos seus poetas”. É um longo poema, ocasião em que os versos se dedicam a traduzir uma fundação gloriosa, com momentos tidos como “fatos marcantes” que são postados numa temporalidade linear: índios janduís “violentos” que habitavam a aldeia Taba-Açú; a guerra entre índios e portugueses, com destaque para o Capitão Bernardo Vieira; a Vila Nova da Princesa; a doação de terras feitas a São João Batista pela beata Clara Macedo, entre outros, chegando à ideia de espaço cultural, oportunidade em que versa:

[...] No Açú houve centros culturais
De revista de altos conhecimentos
E no ano mil e oitocentos
E setenta e sete houve jornais
Escritores e poetas colossais
De erudita e perfeita inspiração
Seus jornais foram o Eco do sertão

³¹⁸ MONTENEGRO, Maria Eugênia M.. Op. cit., 1978, p.61.

Vagalume, Assuense, o Luneta
Dois amigos, A Escova, e O Cometa
Jornal do Açú e A Abolição.³¹⁹

Outro poema a constar nesse tópico do texto de Maria Eugênia é o de Adalberto Amorim, ele que se formou em Direito pela Faculdade do Ceará e foi membro do IHGRN, tido na cidade à época como um dos nomes importantes da jurisprudência e das letras:

ASSU

Não sei se existe terra mais ditosa
Do que esta minha ditosa terra,
Onde tudo se mostra cor de rosa,
E um panorama de beleza encerra.

Nela palpita meiga e carinhosa
Esperança fagueira a que se aferra
A alma de seus filhos, dadivosa,
Quer nos tempos de paz ou nos de guerra.

Tudo é beleza, encantamento, riso.
Suas várzeas fecundas e seus campos
Lembram um ditoso e eterno paraíso.

E no sussurro dos carnaubais
A gente escuta, à luz dos pirilampos,
Doce promessa de conforto e paz.³²⁰

Estes versos de Adalberto Amorim dizem acerca de um espaço onde quase tudo é beleza, encantamento e riso; espaço harmonioso, feliz, venturoso; um espaço de esperanças que contagia seus filhos ao ponto de manterem a chama da mesma acesa, seja em tempo de paz ou de guerra. Neste ponto, identifica-se mais uma vez o enunciado do heroísmo assuense, Adalberto Amorim estaria falando aí de Ulisses e Perceval Caldas, estes mortos na Guerra do Paraguai. Além do mais, a paisagem construída pelo poeta diz respeito a um espaço encantado, ditoso e eterno, a exemplo do paraíso.

É importante lembrar que a perspectiva cristã apresenta a noção de paraíso como outro espaço além da terra e que, por isso, constitui uma terceira dimensão espacial, haja vista está acima do inferno e do purgatório. Em Adalberto Amorim, o paraíso é na terra (Assú), os

³¹⁹ Ibid. p. 64.

³²⁰ Ibid., p. 69.

benefícios de um doce e harmonioso espaço se situam numa terra “meiga e carinhosa”. Ocorre aí um deslocamento de uma perspectiva espacial em benefício da produção do espaço assuense. Deve-se ressaltar que a coexistência de espaços produzidos pelo discurso foi fabricada em outros tempos e espaços, daí cita-se, por exemplo, o paraíso do poeta da paisagem medieval cristã Dante Alighieri, pois o citado espaço passaria pelos tons doce, esperançoso e amoroso do paraíso cristão. O paraíso cristão, descrito por Dante em a *Divina Comédia*, é o lugar onde atributos positivos fazem com que o tempo pare, pois é preciso viver todos os benefícios que o mesmo oferecia; as almas nele presentes não oscilam mais entre a esfera terrestre e do purgatório, uma vez que “[...] o Paraíso é um beco sem saída – um beco jubiloso e bem-aventurado, sem dúvida, mais ainda assim um lugar onde o tempo cessou”.³²¹

Desse modo, no poema de Adalberto, Assú insurge como espaço em que a dadivosa alma de seus filhos permanece em tempo de paz ou guerra, ou seja, de modo geral, a ideia de permanência e os tons felizes e tranquilizadores denotam certa suspensão da noção de tempo contínuo, acelerado e transformador em nome de um contexto para além das perturbações e problemas, é um espaço suspenso no ar, onde parece não haver conflitos e disputas. Os carnaubais são acionados neste poema para compor a paisagem assuense, mais uma vez, os carnaubais provocam a sensibilidade auditiva e que juntamente com o clarear de um dos agentes da natureza provocariam a naturalização da promessa doce de conforto e paz que supostamente reinaria em Assú. A esperança do espaço soma-se ao verde dos carnaubais para fornecer uma concepção auspiciosa do Assú.

Além do poema de Adalberto Amorim, os demais poemas expostos nesta parte do texto de Maria Eugênia dizem respeito ao amor pela terra, foram exaltações à terra berço assuense, falam da relação entre homem e solo, de modo que traduzem a paixão que o primeiro contrai com o espaço. Compreende-se esta situação como uma estratégia discursiva da autora, pois se reportar a relação dos homens com a terra e, conseqüentemente a devoção para com esta, reforça a própria condição de Maria Eugênia, na medida em que ela em vários de seus escritos incursionou no sentido de demonstrar quão grande é o entrelaçamento do humano com a terra, o quanto esta última desperta o amor dos homens. Tudo isso porque ela não era natural do Assú, mas para garantir um lugar nesse “reino da poesia” seria necessário reforçar sua própria relação com a terra assuense, era preciso mostrar pela linguagem poética todo apego que o Assú despertava e que por isso ela não estaria indiferente a esta situação.

³²¹ WERTHEIM, Margaret. Op. Cit., 2001, p. 47.

Ainda apresentando Assú na voz dos poetas, Maria Eugênia postou um poema de Francisco Amorim, ele tido como uma das mais altas expressões da cultura local:

Minha terra natal, revendo o teu passado
De glórias, tradições e gestos imortais,
Sinto orgulho de ter do teu seio emanado
Ouvindo o farfalhar dos verdes carnaubais

De Ulisses Caldas és o berço idolatrado
Ninho de aspirações, gleba de ideais,
Teu solo se assemelha ao sonho do El-dourado
Onde brotam chovendo os lírios e algodoais.

Tudo é grande em ti. As várzeas, as lagoas,
O rio a se estender em meses e lavradores,
Do poeta a melodia, os vilões, as loas.

A noite, quando o luar do céu um poema
E a terra adormecer desperta os sonhadores
Grita na serra ao longe a Seriema.³²²

Os versos de Francisco Amorim expressam explicitamente à formação discursiva *Assú terra de história, poesia e tradição*, o poema desse escritor mostra à vontade de verdade que se instituiu acerca do Assú, uma verdade de um espaço produzido enquanto tradicional, glorioso, de heróis, de uma paisagem impar, de grandeza, entre outros. Por isso, não se pode esquecer que a verdade é produto derivado de um jogo de forças e que, por isso, não se pode cair na armadilha de achar que a mesma é um tipo de natureza ou essência que reflete no mundo. A verdade é construída para agir no mundo, daí muitos eruditos, intelectuais, escritores, entre outros intencionarem construir verdades para generalizar posições, alargar concepções e universalizar opiniões.³²³

Ainda nos dizeres de Francisco Amorim, Assú seria “ninho” de aspirações, essa projeção evidencia acerca dos interesses do autor, uma vez que o ninho se constitui naquele lugar que se pretende imóvel, garantia da união, berço harmonioso da primeira morada. O ninho é um lugar de proteção, onde os pássaros depositam os ovos para ali garantirem sua desenvoltura. É por isso que tanto se tenta e se sonha voltar para o mesmo. Para Bachelard, o ninho é o signo do retorno, pois ele é um dos territórios mais desejados de volta, haja vista

³²² Ibid. p.68.

³²³ ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do Intelectual: o modelo socrático. CROS, Frédéric. (Org.) Philippe Artières... [et al.].: Foucault: a coragem da verdade. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

que os retornos são operados quando se luta contra ausências.³²⁴ Inclusive, essa foi uma das marcas de Francisco Amorim: lutar contra as ausências. Ele escreveu várias obras que se voltaram para garantir um lugar de *história, poesia e tradição* para o Assú, entre elas está, por exemplo: *O Açú no Roteiro das Glosas* (1983).

Se remetendo as glosas e glosadores do Assú, Maria Eugênia trata desse gênero literário dedicando destaque ao mesmo ainda no livro *Lembranças e Tradições do Açú*. Ao iniciar o trato da referida questão, essa autora informa que “são duas manifestações espontâneas da alma poética do povo, principalmente da cidade do Açú, que é também conhecida como a capital das letras do Sertão”.³²⁵ A autora faz referência à glosa e a trova, também estende o enunciado da cidade de tradições inteligentes e letrada alçando o Assú como capital das letras da área sertaneja do Estado. Logo adiante elenca que “chovem poetas no Açú. Diz o populacho que quando nasce um açuense, o pai joga um bolão de barro na parede. Se cair, o filho será um cachaceiro; se colar, será poeta. Venceram os poetas. São magníficos os poetas clássicos e populares da terra dos Verdes Carnaubais”. Esse é um enunciado que busca a reafirmação de uma condição em construção para o momento, notadamente o Assú terra dos poetas, até porque a terra, nas palavras dessa escritora, parece reconhecer seus poetas fixando-se na parede ao ser jogada pelos pais dos referidos sujeitos. Terra que firma na parede denota uma demonstração da firmeza poética daqueles que nascem numa terra de esperança simbolizada pelos verdes carnaubais. Estes últimos são novamente articulados com o espaço da poesia.

Logo após, Maria Eugênia ao escrever sobre as “tradições populares” mais uma vez reaciona o enunciado da “Atenas Norte-Rio-Grandense”, pois informa que:

Apesar de ter sido o Açú uma das primeiras cidades do Rio Grande do Norte a possuir um teatro, hoje não possui um único grupo cênico. Melpônea e Tália, as decantadas musas, fugiram para longínquas plagas, deixando, contudo, nesta cidade, filhos ilustres, dentre eles Sandoval e Sinhazinha Wanderley, ambos de renome nacional, para não se falar de outros de igual valor e cultura.

Se os teatros desapareceram do cenário artístico e cultural da “Atenas Norte-rio-grandense [grifos nossos]”, o povo, contudo, não abdicou das velhas tradições [...]”³²⁶

Para um espaço que se pretende ateniense, as artes cênicas seriam importantes para compor um cenário cultural, de modo que embora estas não estivessem em ascensão, na visão

³²⁴ BACHELARD, Gaston. Op. Cit., 1978.

³²⁵ EUGÊNIA, Maria M. Montenegro. Op. Cit., 1978, p.100.

³²⁶ Ibid. p. 109.

da autora, as “velhas tradições culturais” continuariam o campo artístico e cultural da “Atenas Norte-Rio-Grandense”. No excerto acima, percebe-se que a autora buscou evidenciar a ligação entre o espaço grego antigo e o espaço assuense, pois pressupõe que musas gregas teriam partido, mas teriam deixado descendentes como os dois membros da família Wanderley citados. Por outro lado, essa evidencia do decréscimo da atividade teatral, nos seus moldes convencionais, pode explica, em parte, a ação de Francisco Amorim ter chegado a produzir o livro *História do Teatro no Assu*, em 1972.

Especificamente em *Lembranças e Tradições do Açú*, Maria Eugênia relata sobre várias manifestações folclóricas e culturais, de modo que sua investida enunciativa concorre para denotar quão grande era a tradição do Vale e propriamente do Assú, seu interesse residiu em fazer com que as tradições da região e da cidade fossem lembradas, transparece aí uma inquietação, pois o movimento de lembrar implica o caminho da memória que é, por sua vez, marcada pelo jogo do lembrar e esquecer. Para Diehl, lembranças são vivências fragmentadas, rastros de experiências perdidas no tempo que quando atualizadas historicamente “correm o risco de ser idealizações de vivências, podendo até mesmo ser pontos de referência para romantizar o passado”.³²⁷ Assim, em vários momentos da obra, Maria Eugênia demonstra, entre linhas, a sua intenção de “resgatar” experiências perdidas num tempo pretérito e atualiza-las, de modo que este movimento recai justamente na ótica romântica do passado e mais, visa gestar uma memória deste mesmo passado, por isso, um dos tópicos do livro intitula-se “das coisas lindas que o Açú já teve”.

Um ano antes dessa produção de Maria Eugênia, 1977, era publicada pela Coleção Assuense – com o apoio da Prefeitura Municipal do Assú – a *Coletânea Literária Assuense*, por sua vez, organizada por João Marcolino de Vasconcelos, este que ficou a cargo das notas e compilação. Esta obra se traduz numa reunião de vários poemas de poetas locais na qual aparecem rápidos traços biográficos e versos feitos pelos mesmos. O apoio do poder público municipal não é à toa, ele é interessado no sentido de promover uma terra de poesia e de tradição. A intenção do autor da *Coletânea* foi a de fornecer maior visão acerca do potencial poético do Assú, haja vista informar sobre a dispersão das produções desse gênero, deixando entender que a sua missão e a da Coleção seria lembrar aos amantes das letras sobre tal assunto.

³²⁷ DIEHL, Astor Antônio. Memória e identidade. In: *A cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru – SP: EDUSC, 2002, p. 116.

Temos aí mais uma ação por meio da linguagem visando reforçar a produção de uma *terra de história, poesia e tradição*, pois mesmo não se prestando a fazer história, algumas páginas que antecedem a exposição de versos e seus autores são dedicadas à “Sinopse histórica”. A Coletânea foi publicada numa data considerada magna para o Município, ou seja, o aniversário de 132 anos de emancipação política. Ao que tudo indica, a Coletânea teria sido uma das primeiras publicações da Coleção Assuense, sendo que a primeira corresponde ao livro do escritor Francisco Amorim, intitulado *Colégio Nossa Senhora das Vitórias – 50 Anos* (1977). A Coleção nos últimos anos tem se destinado a publicar e reeditar obras pelas quais emergem a poesia do Assú. Assim, nos interessa perscrutar à guisa de apresentação da Coletânea, pois nela encontra-se o conjunto de enunciados que acabam por reafirmar e compor a formação discursiva aqui interrogada:

A GUISA DE APRESENTAÇÃO

Assú, no lapso destes 132 anos, pela inteligência dos seus filhos, sempre se destacou no cenário sócio-político e cultural do Rio Grande do Norte, notadamente no culto das letras e das artes, merecendo o honroso título de **ATENAS Norte-riograndense** [grifos nossos].

Desde os tempos da Província até os nossos dias, grande e valiosa tem sido a contribuição dada pelos filhos da antiga **VILA NOVA DA PRINCESA** [grifos nossos] à cultura potiguar.

Todavia, permanece ainda dispersa ou em opúsculos isolados a obra cultural de três gerações de intelectuais assuenses e, por escrever, a própria **HISTÓRIA DO ASSÚ. COLETÂNEA LITERÁRIA ASSUENSE**, que hoje se edita, em comemoração ao 132º Aniversário da elevação do Assú à cidade, não é o que já de há muito poderia ter sido escrito – **A HISTÓRIA DO ASSÚ** [grifos nossos], onde a cultura há de ser um capítulo dos mais importantes, mas um lembrete aos cultores das letras, notadamente aos que beberam da água poetisante da secular lagoa “Poassá”.

O que aqui está, longe de ser um subsídio para a história, é apenas uma pequena amostra dos valores culturais do passado e do presente, muitos dos quais permanecem no anonimato interiorano.

Como disse o jornalista, poeta e escritor assuense, Rômulo Wanderley, de saudosa memória:

*Minha terra tem história,
Poesia e tradição!
Em tempos idos, já foi
A Atenas do meu sertão.
Antigamente, a escola
Lá era risonha e franca,
E o negro, banqueteado,
Nos salões do amplo sobrado
Do Barão de Serra Branca.³²⁸*

³²⁸ COLETÂNEA, *Literária Assuense*. Op. Cit., 1977, s/p.

Vasconcelos, através dos dizeres acima, produz um discurso garantidor da participação e da importância dos assuenses no campo cultural potiguar. Esta escrita é atravessada por outros dizeres proferidos dentro da formação discursiva acerca do Assú. Tem-se aí mais um enunciado que localizado na dispersão de outros enunciados acabam por formar um conjunto enunciativo que se refere a um único e mesmo objeto de saber e poder: o espaço assuense, e que assim engendram um arquivo de imagens e discursos que apresenta um trajeto temático composto por componentes da *história, da poesia e da tradição*. Ainda é possível identificar que este enunciado pertence à prática discursiva ligada muito mais ao lado poético da pretensa tradição assuense, embora conclame a produção de uma história, convoque à escrita de uma “HISTÓRIA DO ASSÚ”. Essa necessidade posta pelo autor é apresentada como se fosse uma urgência, algo que transparece ser de grande porte, era preciso fazer e dizer com história e com cultura (poesia) a cidade. Ao postular que a escritura de uma história assuense deveria destacar a cultura, o autor do texto traduz sua intenção de conceder respaldo às letras, ao jornalismo e, sobretudo, a poética.

Além do mais, compreende-se que o destaque realizado pelo autor as nomenclaturas, assinalando-as por meio de letras maiúsculas, significa sua investida em destacar e engrandecer pontos pelos quais torna-se possível projetar o Assú identitariamente, daí, se constituir em mais um dizer acerca de uma “Atenas Norte Rio-Grandense”, um cenário que emerge nessa escritura enquanto artístico e letrado. Vasconcelos propõe que o arcabouço cultural do Assú vem desde os tempos “da antiga Vila Nova da Princesa”, o que catapulta seu pensamento para o campo do mito das origens, o apego à transcendência de figuras celebrizadas em narrativas locais quase épicas. A referência à Vila é algo bastante presente em outros enunciados, o espaço construído a partir da mesma é aquele romântico de serenatas e declamações, é aquele de heróis da guarda nacional e de filhos ditos ilustres. Além do que, apesar de ser Vila “Nova”, a referência que se faz nos discursos a ela é de antiga e esse atributo importa aos fomentadores da “tradição” porque expressa à ideia de ancestralidade e continuísmo.

Também não se deve esquecer a alusão que Vasconcelos fez no final de sua apresentação ao poeta Rômulo Wanderley, citando poema deste último que ficou tido como significador do Assú, aquele que colocaria Rômulo na condição de referência para outras escritas, notadamente *Minha terra tem história, Poesia e tradição!*. Essa situação nos

possibilita aventar que as práticas discursivas que engendraram a positividade da formação discursiva sobre o Assú nortearam-se pela concepção posta nos dizeres poéticos acima.

Ainda no item “Sinopse histórica”, Vasconcelos, autor das notas contidas na Coletânea, percorre os “principais fatos históricos” da Vila e da cidade, ocasião em que aplicava-se por falar dos “primórdios”, voltou a se remeter a cultura, dessa feita dizendo que:

Cultivando a arte e as letras, implantando a imprensa e fazendo circular jornais, no que foram os pioneiros, os assuenses conquistaram à época o título de ATENAS NORTE-RIOGRANDENSE, hoje decantado em prosa e versos pelos seus cronistas e magistras poetas.³²⁹

Essas palavras de Vasconcelos são emblemáticas, uma vez que provavelmente aí esteja à chave de o porquê tanto se nomeou Assú por meio do epíteto de Atenas, pois esse epíteto para Vasconcelos foi um título conquistado, assim, uma vez conquistado, um título geralmente requer movimentos de manutenção, de honraria e de visibilidade. Um título conquistado por meio das letras, artes e jornalismo, por sua vez, continuado pelos poetas, daí estes serem tão falados. E é elevando os poetas que insurge enunciado no corpo da Coletânea fazendo altas referências aos poetas assuenses vinculados às famílias ditas tradicionais da cidade, oportunidade em que diante da saída de vários desses poetas e poetisas de sua terra natal, tentou-se justificar que, embora tenha ocorrido este movimento, tais personalidades continuaram amando o berço:

OS EMIGRANTES DA VELHA GERAÇÃO

Conquanto o culto da poesia, no Assú, se tenha desenvolvido de modo generalizado, a ponto de ser considerado uma tradição atávica dos filhos da terra, certo é que a maior parte dos poetas da geração passada saíram dos ramos das árvores genealógicas dos Wanderley, Soares de Macedo, Lins Caldas e Amorim.

Quem folhear as antologias há de encontrar os valores que, descendentes dessas Greis, como aves de arribação, emigraram do seu natural habitat para Natal e outras plagas, onde se fixaram, não perdendo, todavia, o amor pela poesia e nem a inspiração nascida na adolescência, acalentada pela paisagem das palmeiras nativas.³³⁰

Nesse tom, a Coletânea expressa o perfil da prática discursiva de cunho poética acerca do Assú, são dizeres que postulam o culto a poesia como tradição dos assuenses e

³²⁹ Ibid. s/p.

³³⁰ Ibid. s/p.

promove como poetas da geração passada (autentica) membros das estirpes privilegiadas da cidade. Embora tente compensar a ida de parte destes poetas e poetisas para a capital do Estado, enfatizando o amor pela poesia e as inspirações da paisagem que estes adquiriram na adolescência, uma pergunta ficar no ar, por que tantos saíram do berço e se fixaram em outro (s) lugar(es), se tinham a disposição uma “Atenas”? por que não voltaram para um “canto harmonioso”, confundido até mesmo com o paraíso?

Já em outra parte da Coletânea, observa-se um espaço reservado para os poetas que não eram naturais do Assú, a exemplo de João Lins Caldas e Maria Eugênia M. Montenegro. O texto de apresentação desta seção informa que a:

Coletânea Literária Assuense, fugindo ao seu objetivo, que é compilar produções exclusivamente de intelectuais assuenses, nesta primeira publicação, comemorativa à passagem da data magna da cidade, presta sua homenagem de Honra e Mérito aos que, vindos de além fronteiras, se integraram à terra e enriqueceram o patrimônio cultural da centenária Atenas norte-riograndense.³³¹

Nota-se mais uma vez a reafirmação do Assú enquanto “Atenas Norte-Rio-Grandense”, a Coletânea foi decididamente produzida para tentar consolidar este espaço letrado e poético assuense. João M. de Vasconcelos, organizador da mesma, adotou uma postura em relação ao espaço assuense: “Atenas Norte-Rio-Grandense”; o Assú emerge como um espaço poético. Daí que “os espaços nascem da adoção de posturas e posicionamentos tornados imóveis por dado tempo”.³³² Nesse contexto, a *Coletânea Literária* assumiu uma posição no discurso sobre Assú passando a imobilizar uma visão sobre o mesmo, notadamente que este é a “Atenas Norte-Rio-Grandense”. É uma postura tomada por aqueles envolvidos na produção da Coletânea. A postura implica o exercício do poder, pois é o poder quem soergue uma dada posição de espaço.

À “terra dos poetas” emerge novamente em 1984, com a publicação do assuense Ezequiel Epaminondas da Fonseca Filho, intitulada *Poetas e Boêmios do Açu*³³³. Nesta obra, seu autor buscou construir um espaço de feições poéticas, haja vista se remeter ao Assú por meio de seus poetas e boêmios. A obra de Ezequiel traduz mais uma ação efetuada por meio da linguagem no sentido de dotar o Assú de uma imagem poética, é uma investida de

³³¹ Ibid.

³³² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. Cit., Acesso em: 01 de jan. 2013.

³³³ FILHO, Ezequiel Fonseca. *Poetas e Boêmios do Açu*. 1.ed. Natal: Clima, 1984.

fornecimento de visibilidade a cidade através daquilo que está no âmbito da continuidade e da sacralização do arquivo imagético-discursivo produzido acerca do Assú, por sua vez, projetando-o como espaço de *história, poesia e tradição*, haja vista o mesmo tratar dos poetas e boêmios e ao mesmo tempo narrar traços biográficos, eventos e trajetórias destes, convergindo, assim, para uma história do Assú com ênfase em personagens e famílias tidas como importantes.

Além do mais, corria por dentro da escrita de Ezequiel Fonseca interesse em reforçar certa unidade cultural (positividade do discurso) do Assú por meio de seus expoentes dos versos, o que denuncia certa noção de tradição. Essa atitude também parece ter sido encampada por setores ligados a promoção da cultura local, na medida em que foram fomentados momentos celebres para o culto à poesia, daí que a obra desse escritor foi lançada em Assú, em 06 de outubro de 1984, num momento considerado cívico e notório para cidade, oportunidade em que se comemorava o 139º aniversário de emancipação política do Assú. Nesta data, foi realizado evento literário na quadra do Campus da Universidade Regional, evento este que visava à promoção poética assuense, ocasião em que se oferecia *Poetas e Boêmios do Açu* à “cidade dos poetas”. Ainda foram lançados outros livros de escritores assuenses no mesmo evento, a exemplo de Renato Caldas, Francisco Amorim, Maria Eugênia, Celso da Silveira, entre outros.³³⁴

Deve-se lembrar de que Ezequiel Fonseca foi prefeito do Assú na década de 1930 e por vários anos foi adversário político de outra liderança política assuense, notadamente o ainda seu parente e médico Pedro Amorim – este último autor de uma obra já analisada no primeiro capítulo, intitulada *O Município do Assú* (1929). Ezequiel, filho de Ezequiel Epaminondas da Fonseca e Maria Augusta de Amorim Fonseca, formou-se em medicina Pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1925, posteriormente vindo a clinicar no Assú. Ele viveu no seio das estirpes privilegiadas, conviveu com poetas e jornalistas, conheceu o que se pode denominar de “velhas lideranças”.

Ezequiel Fonseca buscou instituir sua presença no palanque dos discursos que se referem ao Assú. Sua investida enunciativa o insere como mais um sujeito com função discursiva acerca do espaço assuense. Neste caso, à linguagem irrompe como um dos principais instrumentos de indicação de posições, o que para Albuquerque Junior, seria um tipo de arma pela qual se demarcam espaços de poder, identidades, campos de atividades e

³³⁴ Do Açu. *A Opinião*. Natal, 6 out. 1984. Jornal WN, p. 4.

domínios de objetos. Ela seria o vetor de aproximações e distanciamentos.³³⁵ No caso da obra de Ezequiel Fonseca, assiste-se há uma aproximação, pois a intenção do livro é de caráter aproximativo para com a concepção de um Assú poético.

Além do mais, se observada a capa da referida produção, nota-se a tida tradição dos carnaubais, o que já denota uma reativação do enunciado dos carnaubais e o reforço da positividade da formação discursiva aqui problematizada:



Figura 19. Capa do Livro Poetas e Boêmios do Açú (1984).

Percebe-se na imagem certo entrelaçamento entre paisagem e poesia, de modo que esta situação posta na imagem acaba por reforçar a proposição feita por Rômulo Wanderley de que a paisagem dos carnaubais propicia inspiração para os poetas do Assú. Na capa, os carnaubais foram postados praticamente no mesmo grau de tonalidade dos dizeres (Poetas e Boêmios do Açú).

Além do mais, percebe-se em *Poetas e Boêmios do Açú*, ecos dos saber constituído em relação ao espaço assuense por escritores como Ezequiel Wanderley e Rômulo

³³⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

Wanderley, de modo que são citados através das obras *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922) e *Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense* (1965). Implicitamente, manifestou-se em Ezequiel Fonseca a intenção de produzir algo parecido com as produções dos dois escritores acima citados, é uma vontade de falar, de escrever e dizer acerca dos poetas, desta feita, somente do Assú e não mais do Estado como fizera seus antecessores. Diante da formação discursiva em pauta de investigação aqui, Ezequiel Fonseca realizou algo novo, pois pareceu acreditar que havia chegado a hora de “cristalizar” o lugar dos poetas assuenses, haja vista que não mais escreveu sobre poetas de outros lugares ou do panorama da poesia potiguar, agenciou, sobretudo, no sentido de enunciar diretamente os “Poetas e boêmios do Açu”.

Nesse sentido, ao enumerar 36 poetas assuenses de várias gerações, esse autor costurou em seu texto o tecido que veste o Assú de poesia. Assim, ao tratar de João Natanael de Macêdo, Ezequiel Fonseca dizia que o gênero literário da “[...] glosa é um dom de todo assuense”. Tem-se uma proposição bastante corajosa por parte deste escritor, pois todo assuense seria naquele momento um glosador? Essa afirmação emerge justamente no momento em que ele se refere ao poeta que em 1945 comparou o Assú a um pedaço do céu:

Terra natal! É belo quando esplende
O azul de tua abobada habita
Onde o Piranhas plácido se estende

Sertaneja cidade, em ti palpita
Um seio amigo e bom que a todos prende;
Teu campo é um ninho alegre que recende
Aos raios tropicais que o sol vomita

Nordestino rincão, valor genérico
De um povo, a resistir a intensidade
Do terrível flagelo climatérico

Ao vir o inverno, em vez do mal profundo
Pode-se comparar tua bondade
A um pedaço do céu dentro do mundo.³³⁶

Nesta poesia novamente é acionada a pretensão do Assú como paraíso, um espaço de superação, assim como acontece com o paraíso cristão no que diz respeito à superação do inferno e do purgatório, pois no caso do Assú, sua saga é resistir aos desafios climáticos que por meio de uma área quente e seca assolam este território. Lembra-se que, se nos idos da década de 1930, o poeta Renato Caldas se remetia a este mesmo espaço enquanto purgatório,

³³⁶ FILHO, Ezequiel Fonseca. Op. cit., 1984, p. 33.

assim fazendo uso de uma metáfora do espaço cristão, outros homens de versos também procederam semelhantemente, ensejo em que passaram a postular este ambiente enquanto um Paraíso, denotando que a hierarquia cristã de espaço se cumpre nas escrituras da formação discursiva acerca do Assú, na medida em que o purgatório seria um espaço do meio (um inferno limitado) onde as almas purgariam seus pegados e marchariam para o espaço de cima identificado como o paraíso ou o céu. Para o poeta Dante, da *Divina comédia*, o purgatório seria representado por meio de uma montanha cônica que apontaria para o céu e que este espaço seria transitório se constituindo como uma escada medieval para o paraíso.³³⁷

Ezequiel Fonseca, em outro trecho de sua obra, volta a enunciar o Assú como espaço da poesia, pois ao se referir ao jornalista e ainda parente Otávio Amorim, dizia que sua inteligência é admirável e inata e que “[...] em meio ao jornalismo, fazia poesia, como quase todo assuense”.³³⁸ Mesmo em função de está escrevendo sobre um jornalista, a perspectiva do jornalismo atrelada à ideia inteligência, intelectualidade e poesia é reatualizada neste enunciado. Este autor explicita algo que corria discretamente nas veias da positividade presente na formação discursiva sobre o Assú, a saber: a primazia de Luís Carlos Lins Wanderley como um tipo de primeiro expoente poético assuense. Ezequiel insinua essa prerrogativa dizendo que “se não foi o primeiro poeta do Açú, deve ter sido um dos primeiros porque não se conhece nenhuma produção desse gênero, antes de Luís Carlos”. Assiste-se aí o apego às origens, há sobre Luís Carlos Lins Wanderley certa transcendência que se arrasta nos discursos imputando um lugar de figura importantíssima para o Assú através de sua condição de primeiro médico norte-rio-grandense e de homem de letras advindo de uma família de sangue holandês (os Wanderley).

Acerca de estirpes, deve-se registrar que Ezequiel Fonseca demonstra em seu texto afeição as ditas tradicionais famílias do Assú. Em vários momentos de seu texto, ele se refere aos poetas fazendo referências as suas tradicionais famílias ou aqueles que não eram de famílias tradicionais, evidenciando assim a genealogia como fator de distinção. Quando escreveu sobre Américo Macêdo, elencou que o mesmo era de família ilustre e ao referenciar Otávio Amorim, frisava que o mesmo era “pertencente a tradicional família do Açú”.³³⁹ Vale lembrar que a mãe do autor pertencia a esta família (Amorim) e que ele, assim, fazia menção a sua própria condição genealógica. Em outro enunciado, provavelmente esteja à resposta

³³⁷ WERTHEIM, Margaret. Op. cit., 2001.

³³⁸ FILHO, Ezequiel Fonseca. Op. cit., 1984, p. 129.

³³⁹ Ibid. p.138.

para a pretendida origem poética do Assú vinculada a Luís Carlos, pois quando Ezequiel Fonseca se reportava sobre Marcolino “Wanderley”, apontava que ele “[...] pertencia a uma das famílias mais ilustres e mais antigas do Açú. Dizem que seus bisavós vieram da Holanda com o Príncipe Maurício de Nassau [...]”. Compreende-se quão forte era o olhar da tradição do autor, ainda mais se levarmos em consideração que ele demonstra em seu texto pendor pelas “noites românticas da Vila Nova da Princesa” e pelo “velho Açú”.³⁴⁰

Desse modo, considera-se que os enunciados insurgidos na escrita de Ezequiel Fonseca, a exemplo daqueles emitidos por Sinhazinha Wanderley e pelos escritores dos “verdes carnaubais”, acabam por construir uma camada de imagens e discursos produtores de um arquivo acerca do Assú que o traduz enquanto terra de *história, poesia e tradição*, pois estes enunciados entendidos enquanto conjuntos de signos linguísticos em situação de comunicação e uso pintam um quadro assuense composto de uma paisagem singular marcada pelas verdes e harmoniosas carnaubeiras, um espaço marcado pela presença de poetas, jornalistas e heróis, personagens que transparecem ter vivido num “canto harmonioso”, um tipo de “paraíso”, um espaço suspenso no ar onde tensões e problemas parecem não existir, um quadro pintado com tom nostálgico, fruto de pinceladas estratégicas que visam produzir uma percepção de espaço.

Neste capítulo, a prática discursiva que reforçou a positividade da formação discursiva em análise, ou seja, as regras que instituíram uma continuidade temática e identitária formadoras de grupos de enunciados em série que ganharam regularidade, partiu, grande parte, de uma matriz poética que se articulou no nível do discurso a elementos da história, da paisagem e, por conseguinte da pretensa tradição.

³⁴⁰ Ibid. p, 139.

3 – DITOS QUE AVIVAM O PASSADO E ESCRITOS QUE “PRESERVAM” O ESPAÇO

3.1 – Um poeta historiador: Francisco Amorim “avivando o passado”

Ao passo que os enredos discursivos instituíam uma tradição histórica e poética em relação ao Assú, outros enunciados emergiam no sentido de “preservar” essa tradição por meio de um tipo de avivamento do passado. Ou seja, na tentativa de impedir a dispersão dos lugares autênticos e das imagens homogêneas produzidas acerca do Assú, foram acionados discursos visando à fabricação de vários enunciados restauradores dos referidos lugares e imagens, de modo que “avivar o passado” se configurou no cenário assuense como uma operação em que os emissores de enunciados se digladiavam contra um panorama ameaçador das posições instituídas no passado, oportunidade em que escreveram advogando a garantia de um suposto “direito conquistado neste mesmo passado”. As ações através da linguagem, desta feita, não foram mais no sentido constituinte da tradição ou puramente nostálgico, mas reivindicador da “presença” de um quadro cultural anteriormente construído.

Nesse momento, os discursos não são apenas construtores do espaço assuense, mas defensores de uma dada forma de inscrevê-lo e visibiliza-lo. Observa-se nessa camada discursiva que sua função não foi necessariamente (de)marcar o espaço, mas fazer com ele continue no mesmo lugar, fazer com que dure. Os enunciados desse monturo de dizeres buscam barrar a ação do tempo e impedir a descontinuidade da história e da poética local; Lutam contra o estilhaçamento de outros tempos fugidios que proporcionam a aquisição de outras identidades culturais. Desse modo, a construção da identidade espacial arquitetada no passado chegava ao final dos anos de 1980 e início de 1990 “à beira da falência”.

Nesse sentido, um dos escritores e poeta assuense que se manifestou no sentido de prolongar o passado no presente e “ramificar” posturas para o futuro foi Francisco Amorim, para quem o Assú estaria sempre no passado, fixado numa cartografia contornada por ditos continuadores e imagens transcendentais que ancoram um depósito de visões a priori sobre o Assú. Ele tornou-se um tipo de guardião da memória assuense, sua função foi operar por meio da escrita para “avivar o passado”, torna-lo presente, ele foi gestor de uma “caixa preta”

de informações acerca da história assuense. Sua tarefa foi delinear uma memória de feitos e nomes do passado que estavam em vias de perecimento.

Este escritor, conhecido popularmente por Chisquito, encampou uma batalha pela história-memória da cidade, foi um poeta do espaço, versando sobre o Assú e produzindo obras pelas quais o Assú irrompesse como espaço de *história, poesia e tradição*. Sua entrada para o seletivo corpo de membros do IHGRN ocorreu em 19 de dezembro de 1964, quando inicialmente passou a exercer a função de sócio correspondente. Ele foi mais um dos Amorim a fazerem parte do Instituto.

3.1.1 – Francisco Amorim: Entre tantas ocupações, uma missão

Francisco Augusto Caldas de Amorim (Francisco Amorim – Chisquito) nasceu em Assú no ano de 1899, filho de Palmério Augusto Soares de Amorim e Maria Erudina Caldas de Amorim. Sua vida na infância e juventude esteve ligada aos dois espaços comerciais de propriedade de sua família, a saber: A Farmácia Amorim e a Tipografia Amorim. Além da venda de medicamentos, a Farmácia Amorim durante o início do século XX era o ponto de encontro dos intelectuais e escritores assuenses, espaço dos diálogos boêmios e poéticos aos fins de tardes. Já na tipografia do jornal *A Cidade*, de propriedade de seu irmão, este escritor foi redator por vários anos deste jornal que circulou em sua cidade nas primeiras décadas do século acima citado.

Além de redator de *A Cidade*, Francisco Amorim foi redator de outros jornais que circularam em Assú, a exemplo dos jornais *O Infantil*, *O Trabalho* e *O cavador*, ambos de circulação nas primeiras décadas dos 1900. Este escritor assuense teve uma trajetória de vida bastante movimentada não só pelo mundo das letras, mas por profissões liberais e envolvimento em associações, entidades e cooperativas da cidade onde nasceu, oportunidade em que foi auxiliar de farmácia, presidente da Cooperativa agropecuária do Vale do Açú, membro do Lions Clube, sócio-fundador da Rádio Princesa do Vale, auditor fiscal federal e prefeito municipal entre os anos de 1953 e 1957, entre outros. Mas, permite-se que ele mesmo se apresente, versando:

F. A.

É poeta, orador e jornalista.
 Já foi vereador, juiz de paz.
 Vai brevemente se operar da vista,
 Ler uma linha já não é capaz.

Tinha a mania de fazer conquista
 No tempo de frangote, de rapaz,
 E ao fazer certa noite uma entrevista
 Foi taxado de tólo, de incapaz.

Foi boticário, drogas mil vendendo.
 Quase doutor, receitas prescrevendo,
 Doenças de menino ia curando.

Setenta anos já fez em outro dia.
 Foi prefeito, meu Deus, Santa Maria,
 Quase os seus cobres iam se acabando.³⁴¹

Neste poema, contido no livro *Galeria do Lions* (1969), Francisco Amorim se apresenta em versos, assim como apresentou vários outros membros do Lions assuense, versa sobre suas habilidades e ocupações que teve durante a vida. Na primeira estrofe logo informa acerca de um poeta, orador e jornalista, atitude, para quem teve várias outras ocupações, demonstrativa do que significava essas atribuições, é a identidade das letras, é o apego à postura de inteligência, veio pelo qual vários outros assuenses procuravam ser reconhecidos, é a produção de um lugar de fala: pessoa letrada e inteligente. Além do que, a prática de farmácia e a política foram outros campos em que Francisco Amorim fez questão de lembrar, especificamente, foi por meio da política que ele se tornou bastante conhecido em Assú e região, ocasião que foi vereador e prefeito municipal.

Quanto aos estudos, este autor foi aluno das professoras França e Sinhazinha Wanderley. Além do que, ele não ingressou em curso acadêmico superior, apenas chegou a prestar exames no Ateneu Norte-Rio-grandense. Sua carreira foi permeada por atividades como prática farmacêutica, práticas políticas e cargos ligados ao Estado (União), a exemplo do Cargo de Auditor fiscal federal, cargo pelo qual se aposentou. Francisco Amorim faleceu em 1994.

O posto de “guardião da memória/identidade local”, por parte de Francisco Amorim, deve-se muito a sua condição de escritor. Dada as suas habilidades no mundo das letras, oportunidade em que no ramo poético percorria desde a glosa, sonetos até as trovas, bem

³⁴¹ AMORIM, Francisco. *Galeria do Lions*. Promoção do Lions Clube de Assú, 1969, p. 23.

como no campo da história produziu relatos memorialísticos e biográficos. Chisquito, com estas prerrogativas, fez parte de várias instituições, a exemplo da União dos Escritores Brasileiros, da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa, da Associação Cultural do Oeste, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Especialmente foi a pertença ao IHGRN, a partir de 1964, que lhe forneceu maior projeção e respaldo para sua “missão” memorialística acerca da terra natal.

Francisco Amorim foi um homem que se apresentava em público sempre com vestimentas formais, sua marca foi o uso do paletó e gravata, suas aparições nas mais diversas oportunidades se deram com certo estilo elegante e formal. Fez parte de vários movimentos como o de eletrificação rural, cooperativismo e Lions Clube. De acordo com reportagem de *O Mossoroense*, Chisquito assumia, em 1972, o cargo de vogal no referido Lions.³⁴² Vogal pressupõe pessoas experientes que possam em momentos necessários assumir funções importantes designadas pela presidência de determinado Lions. Francisco Amorim foi ligado a instituições típicas frequentadas por escritores da “velha guarda”, como o Lions e IHGRN.

Além disso, este escritor demonstrou simpatia por movimentos ruralistas, daí ter sido envolvido por boa parte de sua vida com o movimento cooperativista do Assú e do Vale, chegando a ser presidente da Cooperativa Agrícola que existia na cidade. Foi somente se reportando ao setor rural de sua cidade que este autor se referiu aos problemas do Assú, pois dado o nível de engajamento nestas atividades emergia determinado discurso sobre a solução destes nas intermediações da cidade, precisamente de ordem de moradia, ocasião que em matéria jornalística, Francisco Amorim expressava sua alegria por ver a ação do Estado e da Igreja Católica em construir moradias dignas para famílias da zona rural do Assú, pois “a substituição dos casebres por moradias limpas e confortáveis é bem um índice de proporcionar aos nossos rurícolas a oportunidade de terem um padrão de vida mais humana e sociável”.³⁴³ Deve-se levar em conta que Francisco Amorim ainda exercia o mandato de prefeito do Assú, bem como expressava sua visão humanista.

Francisco Amorim possuía uma atração pelos jornais, e assim, como já dito aqui, ele tornou-se redator do jornal de sua família: *A Cidade*. Escreveu em jornais locais e ainda escreveu na década de 1970 alguns artigos para o jornal *O Mossoroense* da cidade vizinha de Mossoró. Neste último, ele escreveu, em 1971, artigo intitulado “A presença de Açú da taba-

³⁴² *O Mossoroense*, 9 de maio de 1972, p.4.

³⁴³ AMORIM Francisco. Problemas do Assú. *O Mossoroense*, Mossoró, 15 de novembro de 1956, Notícias do Interior, p. 4.

indígena a' atualidade" – já citado neste trabalho. Um texto de história do Assú em homenagem ao 126º aniversário de emancipação política da cidade. Grande parte deste texto dedica-se a narrar à história da colonização assuense, é o heroísmo da conquista representado pela civilização em detrimento dos primeiros habitantes destas terras: os indígenas. Monta-se um cenário onde encenam atores já conhecidos, é a vitória das forças beligerantes, é a fundação heroica de um lugar, uma história feita de grandes homens que atuaram na conquista do espaço ou na emancipação política deste, homens que se destacaram pelas suas características firmes e determinadas. A história é, neste caso, de caráter política-administrativa e militar. É a história do heroísmo assuense, pois no centro da reportagem existe um espaço destinado à imagem e texto sobre Ulisses Caldas, alçado nesta reportagem, assim como em outros enunciados, como herói do Assú no campo do Curuzu durante a Guerra do Paraguai.

Nesses termos, configura-se uma história composta por nomes como Abreu Soares e Bernardo Vieira (responsáveis pela fundação do Assú), Ulisses Caldas (herói nacional e local) e João Carlos Wanderley (o emancipador do Município e fundador da imprensa). É uma história da construção do espaço assuense do ponto vista administrativo, daí a ênfase na fundação de arraiais (Santa Margarida e Nossa Senhora dos Prazeres), da povoação de São João da Ribeira do Assú, da Vila Nova da Princesa e da emancipação da Vila à cidade do Assú. É a produção de um espaço letrado e inteligente, ensejo em que Francisco Amorim elenca que “no setor educacional, tivemos cadeira de latim em 1827, bem como a de nossa língua francesa em 1858, o que revela o interêsse dispensado às letras também cultivadas pelos assuenses de outrora”.³⁴⁴ Neste enunciado, o autor faz referência a um cultivo superior das letras vivido num momento pretérito, é a ideia de que as grandes conquistas estavam no passado, daí a “luta” do autor por avivar tal cultura. É também a “tradição” de povo inteligente que foi ressaltada desde a historiografia assuense da década de 1920.

No tocante a escrita, pode-se aventar que este escritor embora tenha sua produção localizada numa dispersão, acaba por se tornar um autor naquilo que possibilita ser “[...] um certo foco de expressão que sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas e fragmentos”.³⁴⁵ Ou seja, mesmo escrevendo a lá modernista em termos literários, biografando, narrando história e

³⁴⁴ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1971, s/p.

³⁴⁵ FOUCAULT, Michel. O que é um autor. Ditos e escritos – III. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 278.

escrevendo literaturas diversas, ele acabou por apresentar o princípio de certa unidade, ao passo que sua escrita se moveu no terreno de uma escrita de si e daquilo que está ligado ao Assú e suas manifestações culturais e históricas. Por isso, em outro texto Francisco Amorim *Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias*.³⁴⁶

Nesse sentido, Francisco Amorim possuiu uma função (missão) enunciativa na formação discursiva que é investigada neste trabalho, pois suas produções fazem parte do princípio de dispersão e repartição dos enunciados situados na regularidade discursiva pertencente à formação já citada. Seus enunciados positivam essa formação ao ponto de contribuírem para o arquivo imagético discursivo acerca do Assú. Esse escritor escreveu não só por amor as coisas que gostava, mas por se situar num plano discursivo que, até certo ponto, lhe impeliu a dizer sobre coisas de sua cidade. Francisco Amorim não preexistiu ao discurso, mas ele foi uma construção no e do discurso, o que lhe configura em meio a um feixe de relações que determinam o que dizer, em que tempo e de que maneira.

3.1.2 – Avivando o passado

A partir desta situação de construção do discurso este autor condicionou sua escrita ao “resgate” do “tempo de experiência” dos seus antepassados e ao dito “Assú de antigamente”. O outro lado de sua função anunciativa foi o de se preocupar em cruzar o tempo da experiência com certo “horizonte de expectativa”, assim, os enunciados provenientes de suas produções escritas visavam “avivar o passado” no presente e “conscientizar” para o futuro. Por isso, escreveu que:

Há hoje um verdadeiro aleiamento às coisas do passado.

A mocidade atual, na sua quase totalidade, entrega-se à leitura de menos recomendável e ao manuseio de cadernos de figurinhas, deixando de lado os acontecimentos notáveis, as arrancadas cívicas e os fatos memoráveis que fazem a história da terra em que nasceram.

Precisamos despertar os jovens para fazer chegar ao seu conhecimento o esforço, o trabalho e a tenacidade dos que foram, dos nossos antepassados que lutaram pelo desenvolvimento material e cultural que agora desfrutamos.

³⁴⁶ SANTOS, Roberg Januário dos; BARROS, Lucilvana Ferreira; OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense/ RN a partir da escrita de Francisco Amorim. *Revista de Humanidades*, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 383-395, jul./dez. 2012.

Cultuar o passado, tornar presente os notáveis feitos dos que já se foram é de suma importância para a atual e futura geração.

Zelar o nosso patrimônio histórico-cultural, não os deixar cair na vala do esquecimento é uma obrigação que todo bom assuense deve religiosamente cumprir. Focalizamos a Coluna que se vê na Praça, ora em demolição, e que será substituída por outra praça mais atualizada. Reza a tradição, que existia nesse no local uma elevação de terreno que o povo batizou de Alto do Império, sendo ali anunciada a independência do Brasil.³⁴⁷

Prioriza-se iniciar a problematização da escrita desse autor por meio do artigo jornalístico intitulado “Avivando o passado”, de 1988, em função de o referido artigo ser um tipo de produção a qual se considera da maturidade de Francisco Amorim, pois ainda que seja considerado um texto de curta extensão, ele se alarga naquilo que expressa a função enunciativa desse escritor, notadamente por exteriorizar a necessidade de cultuar o passado, de zelar por ele, é a luta contra o esquecimento da história que importa ao mesmo lembrar, esta repleta de eventos memoráveis capazes de servirem ao presente e futuro das gerações. O enunciado desse autor evoca o desfrute de uma situação a qual transparece ter sido conquistada no campo histórico-cultural passado e que requer reconhecimento para seus agentes. Se observa mais uma vez um dizer supondo uma conquista no campo cultural, uma posição ganhada e que deveria ser mantida.

Assim, não se deve esquecer-se da *Coletânea Literária Assuense*, organizada por João M. de Vasconcelos, oportunidade em que este último também fez menção à conquista de um título, desta feita, referente à “Atenas Norte-Rio-Grandense”. A conquista, em ambos, está no passado, aquele de cunho lendário, além do que, dessas posturas emerge uma construção do espaço assuense em função de se assumir dada posição, notadamente aquela em que a cidade é líder no campo de manifestações letradas perante o restante do Estado. Neste caso, o espaço assuense é fruto de um posicionamento, do investimento estratégico tomado sobre seu território, pois “o espaço posicional é aquele que implica uma preparação para o ataque ou para a defesa, espaço que emerge da luta, que é riscado, esquadrinhado, demarcado, sulcado pelas contendidas de todos os tipos que atravessam o social [...]”.³⁴⁸ É assim que Chisquito agiu, ele foi à luta pelo passado glorioso e de conquistas, indo à busca de sua defesa.

E foi se posicionando a favor de um espaço arquétipo, culturalmente falando, que se percebe no artigo que Francisco Amorim escreveu, o endereçamento de sua escrita para os

³⁴⁷ AMORIM, Francisco Augusto Caldas de. *Avivando o passado*. *Tribuna do Vale do Açu*, Assu/RN, 25 de junho, 1988. Ideias e pensamentos, p. 4.

³⁴⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Op cit.*, p. 5.

mais jovens, os quais estão ligados a outros tipos de leitura que não necessariamente aquela produzida acerca da história do Assú.

Além do que, neste enunciado estão expressas as características principais de história para o autor, ocasião em que são citados aspectos como “fatos memoráveis”, feitos, tradição, culto ao passado, etc. Nessa escrita, Francisco Amorim, beira os noventa anos de idade e dá suas últimas cartadas num sentido de virar o jogo da história e da memória, pois na cadeia dos discursos ele assume uma função de lutar contra o esquecimento do panteão de “fatos” e sujeitos de uma história assuense ligada aos grupos familiares privilegiados, inclusive o dele. Sua escrita parece transpassada por um sentimento de ausência, uma falta sentida com o passar dos tempos, por isso, foi esse mesmo sentimento que fomentou neste autor o interesse de produzir histórias sobre a história do Assú, até porque conforme Certeau é a ausência que constitui o discurso histórico, a morte do outro o distancia definindo, assim, o estatuto da historiografia, ou seja, a história é feita da sua relação com o outro enquanto ele está ausente.³⁴⁹

Francisco Amorim foi sendo fabricado no Assú como representante oficial da velha guarda de escritores locais, pois na década de 1980 e início da década de noventa, ele foi alçado enquanto figura emblemática da cultura local, justamente por deter um lugar de fala em relação ao Assú ainda nos moldes da construção de um espaço histórico, poético e tradicional. Para alguns, sua morte implicaria a perda do sustentáculo dessa tradição. Tal situação foi reafirmada por Expedito da Silveira que ao prefaciar o livro *O Açú no roteiro das glosas* (1981), de autoria do próprio Francisco Amorim, evidenciou que:

Tanto que, quando Você “entregar os pontos”, mudando-se para outra vida, com as graças de Deus melhor do que esta tudo indica que a nossa tradição ficará entregue às baratas, em matéria de literatura. É que ainda não despontou, até hoje, nenhuma geração capaz de corresponder às glórias do nosso passado. Lamentavelmente, é o quadro sombrio que se descortina, em nossa terra fadada a viver, com tal, só, e tão-somente, de uma ancestralidade, que jamais será revivida.³⁵⁰

Toda essa referência a Francisco Amorim diz respeito às várias contribuições que no campo da escrita este escritor forneceu a formação discursiva investigada neste estudo. Tudo isso porque “[...] o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado,

³⁴⁹ CERTEAU, Michel de. Op. cit., 2011b.

³⁵⁰ Expedito da Silveira. Prefácio. In: AMORIM, Francisco. *O Açú no Roteiro das Glosas*. Natal: Fundação José Augusto, 1983, p.9.

oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos”.³⁵¹

Já em 1989, por via de matéria jornalística, intitulada *Assu, uma cidade ingrata*, mais uma vez é imputada a Francisco Amorim à condição de resgatador da memória cultural e histórica assuense:

Maria Eugenia e Francisco Amorim. São responsáveis pelo resgate de uma memória que fatalmente se perderia como se perderam os casarões antigos. Graças aos dois, quando todos nós formos apenas pó e esquecimento a cidade do Açu continuará ostentando o título de que tanto se orgulha, de “Atenas Norte-riograndense”. Preservando para o futuro por uma pesquisa incansável e criteriosa.³⁵²

Nesses termos, a escrita torna-se um poderoso instrumento a favor da memória, até por que as imagens espaciais desempenham fortes papéis na pretensa memória coletiva. Francisco Amorim apresenta-se como defensor dos bons costumes e hábitos assuenses, estes ligados aos costumes culturais, poéticos e históricos. Este autor materializou escriturísticamente elementos discursivos apontados dispersamente na formação discursiva em análise. Ele corporificou elementos que juntos reforçam o arquivo de imagens e discursos que constroem uma ótica do Assú. São várias produções que acabam denotando sua postura de avivar o passado e “conservar” o espaço confundido com uma dimensão histórica quase épica e uma cultura poética dita tradicional. Escreveu sobre temáticas que se situam em vários campos de conhecimento, daí ter escrito trabalhos no âmbito da biografia, memória, literatura (modernista, glosas, sonetos, etc.) cooperativismo e história, nesta se reportando a setores como imprensa, teatro, titulados, educação, entre outros.

Desse modo, este autor publicou a sua primeira obra mais conhecida em 1961, quando operou o trato biográfico de um seridoense que se radicou em Assú desde 1905 até seu falecimento em 1932, dedicado ao mundo da boemia e da poesia, Francisco Amorim mostra no livro *Eu conheci Sesyom* que “o nosso desejo é homenageá-lo, fazer com que não pereça a sua lembrança, para que a voragem do tempo não consuma e não destroce o seu trabalho e sua movimentação intelectual, digna de pertencer aos arquivos literários”.³⁵³ Mais uma vez há

³⁵¹ CANDAU, Joel. CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011., p. 109.

³⁵² JORGE, Franklin. Assú – uma cidade ingrata (Carta). *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 10. Jun. 1989, p.6.

³⁵³ AMORIM, Francisco. *Eu conheci Sesyom*. 3ª. ed. Edição Fac – Similar, Natal: Sebo Vermelho, 1991, p.43.

uma tentativa de exaltar o passado, é uma narrativa que pretende fundar uma lembrança daquilo que foi importante na história assuense, notadamente o heroísmo intelectual, poético e artístico, mesmo que seja por via de uma pessoa não natural do lugar, mais que se inseriu e fez parte daquele passado tão memorável para este autor.

Além do que, este trabalho nos diz acerca de um dos papéis mais executados no âmbito do IHGB e seus institutos, a saber: a biografia, aquela ainda nos moldes da dita historiografia tradicional, ocasião em que escreve sobre determinado sujeito exaltando sua trajetória de vida e apontando seus principais feitos e eventos que viveu. Embasa esse tipo de produção a percepção de que são os ilustres homens que fazem a história e, por isso, suas histórias de vida devem ser narradas para que sirvam de exemplo. Aí está a biografia e sua função pedagógica. Deve-se registrar que, embora este autor produza uma biografia por meio de uma abordagem tradicional, ele fala não mais de um sujeito político, diplomata ou militar, mas sim de um boêmio sem expressão no mundo socioeconômico, apenas o que explica a elaboração de sua biografia é a escrita sobre um “ilustre homem” da rima, do verso e da poesia.

Este autor demonstra certa compreensão do que seria um desafio biográfico, pois postula que apenas elabora uma visão ao seu modo do poeta Sesyom, advertindo que estudos críticos ficariam para pesquisadores. Ele esclareceu ainda que trabalhou com memórias do biografado, pois estas lhe serviram como fontes, já que “Querendo-se esboçar, escrever ou apreciar a vida e obra de Sesyom, muito embora não seja esse o nosso intuito e sim fazê-la viva, atual na admiração pública, se faz mister apelar para as reminiscências, vasculhar memórias alheia [...]”.³⁵⁴ Sem a especialização acadêmica em termos de teoria e metodologia, um escritor na condição de Francisco Amorim se valia do recurso mais utilizado por membros de espaços do saber como os Institutos Históricos, notadamente a memória, daí que a história estaria a serviço da memória, ou seja, o sentido da história seria elaborado por meio da e para a memória de alguém, evento ou datas.

Deve-se considerar que o ato da memória faz parte do jogo identitário, pois de acordo com Candau, estes atos se manifestam na recorrência da tradição e no sentido de expor e soldar um pedaço do passado no presente contribuindo assim para a montagem de peças do jogo identitário.³⁵⁵ Além de uma convocação do mestre Câmara Cascudo, a reativação de

³⁵⁴ Ibid. p. 19.

³⁵⁵ CANDAU, Joel. Op. cit., 2011.

Sesyom denota o interesse em reavivar o Assú enquanto espaço da poesia, já que este viveu boa parte de sua vida em Assú (1907 – 1932). Além disso, Francisco Amorim, em determinado ponto de sua escrita, justifica o porquê da poesia de Sesyom ser uma poesia dotada de tons eróticos, assim ele imputa esse perfil poético de Sesyom aos tempos marcados pelo “progresso das máquinas”, o avançar da ciência e das comunicações, pois este conjunto de coisas teria imprimido um novo ritmo em sociedade de modo a enveredar pela perda da moral e bons costumes. De acordo com esse escritor:

A imaginação pecaminosa de Moisés, o Sesyom, foi uma derivante da vertiginosa carreira civilizadora. Foi o resultado das aproximações das gentes, o fruto de uma combinação de ideias e pensamentos, desviadas a primeira Moral e a segunda dos preceitos concentâneos com a ética moralizadora.³⁵⁶

Em outra produção discursiva, este autor volta ao trato biográfico expressando novamente as linhas biográficas de seu discurso, ele trataria no início da década de 1970 de uma curta biografia do jornalista e poeta potiguar Aderbal França, esta publicada em Revista do IHGRN. Escrevia sobre um sujeito de melhor condição social de que o primeiro biografado, haja vista os vários espaços que Aderbal ocupou, entre eles: cargos públicos, fundação e direção de jornais no Estado. Tudo indica que este rápido trato biográfico feito por Francisco Amorim desdobre-se num tipo de necrológico, pois Aderbal faleceu em 1974, e geralmente essa era uma prática dos institutos, a saber: a produção de texto biográfico acerca do sócio falecido. Novamente nesse texto, Francisco Amorim demonstra certa inquietação com o desafio biográfico, pois evidencia o risco de cometer deslizes ao se tornar biógrafo de alguém. Também é neste ensaio biográfico que o autor explicitou seu desejo de pertencer à outra instituição tradicional do saber no Estado à época: a Academia de Letras Norte-Rio-Grandense. Por isso, denominou o artigo de “Um elogio que não foi feito”, já que implicitamente ele deixa transparecer que se tivesse sido eleito para a Academia citada, teria feito o elogio correto ao biografado, ele argumentou que:

Se eu tivesse sido eleito à vaga deixada na Academia Norte-Rio-grandense de Letras pelo nosso sempre lembrado Aderbal França, eu focalizaria sua personalidade

³⁵⁶ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1991, p. 57.

dizendo: poucas vezes tive oportunidade de com ele estabelecer contato. Nessas poucas vezes, porém, senti a profundidade do seu senso humano.³⁵⁷

Em 1965, Francisco Amorim lançava *História da Imprensa do Assú*, nesta obra, ele significou Assú mediante o potentado do jornalismo, sua escritura não só promove relato acerca dos periódicos, mas ressaltou a importância de vários nomes que fizeram parte do jornalismo local. Este livro respalda uma rede de pensamento que produz a cidade como recanto do jornalismo potiguar, ele tornou-se mais um discurso a postular Assú como berço cultural do Estado, onde teria reinado o primado das letras. Enfatiza-se no referido livro, especificamente no quadro “menção honrosa”:

“[...] queremos apenas, não só testemunhar o nosso apreço e a nossa estima como avivar na lembrança da geração atual os nomes daqueles que nos periódicos locais colocaram os seus pendores intelectuais ao serviço do evoluir das letras, da cultura e da elevação espiritual da nossa terra”.³⁵⁸

Estas palavras de Francisco Amorim demonstram a função enunciativa desse autor na formação discursiva, pois se antes registramos enunciados esparsos que constroem uma cidade de tradições inteligentes e letrada por meio do jornalismo, o autor aqui investigado produz uma obra especificamente para realçar a trajetória do jornalismo no Assú, o que denota o preenchimento de certa “lacuna” da formação discursiva, pois a partir daquele instante se possuía uma produção “completa” da tradição jornalística na cidade.

Nesses termos, esta obra tenta confirmar a “verdade” da tradição jornalística, tanto nos enunciados pretéritos quanto na obra em análise, a verdade do afamado jornalismo assuense reside no que se diz com relação a ele e não mais no que ele era. Deve-se lembrar de que fornecer visibilidade ao jornalismo assuense seria também conceder destaque ao mais conhecido jornalista daquele espaço, notadamente Palmério Filho, irmão do autor da *História da Imprensa do Assú*. Aí está a ordem do discurso, pois é nela que o discurso é selecionado, controlado, recortado e agrupado.³⁵⁹

³⁵⁷ AMORIM, Francisco. Um elogio que não foi feito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, RN. Vol. LXV. LXVI. LXVII, p. 105 – 111. 1973, 1974, 1975.

³⁵⁸ AMORIM, Francisco. *História da Imprensa do Assu*. Natal – Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1965, p. 92.

³⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2010.

Ainda nesta obra, o autor exprime a concepção histórica do Instituto Histórico e Geográfico, uma vez que se faz presente à exaltação para com os indivíduos “importantes”, o ato de testemunhar fatos históricos e a ideia de evolução, dessa feita no campo das letras. A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira destinada aos “jornais publicados no Assú de 1867 a 1965” e uma segunda parte que se ocupa dos “traços biográficos dos que militaram na Imprensa do Assú de 1867 a 1965”. Neste caso, a escrita da história de Francisco Amorim buscou avivar o passado jornalístico da cidade e tentou garantir um lugar estabelecido acerca da produção tipográfica local, tanto é que, em 1986, ele voltaria às páginas jornalísticas para escrever sobre um jornalista assuense, João Celso Filho.³⁶⁰

Mas, se em 1965, Francisco Amorim avivava o passado da imprensa local, em 1972, ele também avivaria a vida teatral assuense, contribuindo para a percepção de um espaço de artes cênicas. Publicava-se *História do Teatro no Assu*. Era a inserção de mais um atributo cultural na formação discursiva em análise, pois este livro seria a marcação de um posicionamento, a saber: Assú, espaço de representações teatrais datadas de um passado tido como memorável, para o qual o autor investigado rende homenagens, passado ainda com marcos no século XIX. Este escritor encena no palco do arquivo de imagens e discursos sobre o Assú uma história do teatro, na sua grande parte, feita por grupos privilegiados locais. Ainda que aparecessem nomes comuns, a tônica da narrativa sobre o teatro assuense recai nos membros de famílias abastadas do lugar, são elas que possuíam camarotes marcados nos teatros da cidade e formavam as organizações teatrais.

A *História do Teatro no Assu* é a vida das agremiações e dos grupos teatrais montados por esses agentes já enfatizados. Daí, nesta obra, mais uma vez é concedido destaque a Palmério Filho, já que ele esteve envolvido em vários grupos de teatro conforme a narrativa de seu irmão, além de ter escrito artigos sobre o tema, o que implica pensar que Francisco Amorim deu continuidade a um projeto discursivo de Palmério sobre o teatro em Assú.

Esta é uma obra pela qual Francisco Amorim se debateu contra o esquecimento e contra o “alheamento” que se observava em relação ao passado, haja vista o não reconhecimento da cultura teatral, por parte da juventude local. Por isso, assinala que “há na

³⁶⁰ O autor escreveu pequeno artigo no jornal A República de Natal se remetendo ao jornalista João Celso Filho em tempos de campanha eleitoral no Assú. Francisco Amorim tornou-se um defensor do espaço jornalístico e seus representantes, avivando, assim, estes através de sua escrita. Ver: AMORIM, Francisco. João Celso Filho em campanha eleitoral. *A República*, Natal, 31 ago. 1986, p. 2.

geração nova um fenômeno assustador. É o alheamento ao pretérito. É tão acentuado, que difícil se torna ao pesquisador concatenar acontecimentos [...]”.³⁶¹ Este autor deixa implícito que foi justamente por falta de continuidade, por parte dos jovens, que a arte teatral decresceu no Assú. Para ele, a juventude teria se ocupado com outras coisas e esquecido a cultura cênica. Assim, este autor esclarece que “nota-se, pela desconexão das datas, que aqui e ali, dava-se um colapso na vida teatral assuense. Essas quedas, esses fracassos, devem-se, em parte, ao aparecimento do cinema, da televisão, dos movimentos esportivos, em geral”.³⁶² Nesta mesma linha de pensamento, ele expõe que o exercício teatral serviria para o aprimoramento intelectual e moral dos moços assuenses. Percebe-se aí certa crítica feita pelo autor as “novidades” que consumiam o tempo dos jovens tirando-lhes a atenção para com uma arte ancestral como o teatro.

Essa crítica de Francisco Amorim deve ser historicizada, até por que o incômodo causado por questões presentes provoca o desencadeamento de posturas identitárias que evocam origens, mitologias e produtos do passado. Quanto a TV, deve-se mencionar que esta paulatinamente adentrava nos recônditos do Brasil, inclusive Mossoró, cidade vizinha a Assú, recebia a TV em cores no início da década de setenta. Quanto aos esportes, deve-se levar em consideração que a cidade no pós 1950 registrava vários eventos dessa natureza, de modo que eram organizados em várias modalidades, inclusive intermunicipais, como a prova ciclística realizada entre Assú e Mossoró em 1960³⁶³ e a I Copa Zona Oeste de Futebol de Salão promovida em Assú no final de 1971;³⁶⁴ também neste mesmo ano a cidade vivia os jogos inter-colegiais e recebia a nova sede da AABB, clube vinculado ao Banco do Brasil, onde se realizavam festas e jogos. Inclusive passaram a se realizar neste clube as festas carnavalescas, pois antes esse tipo de festa era realizado no Clube Municipal (salão superior da Prefeitura Municipal).

Esse era um período em que a cidade recebia inovações nos seus quadros de comunicação, transporte e infra-estrutura, um quadro de mudanças que acabavam por mexer com o cotidiano, um contexto até certo ponto arrumado, pacato, onde as coisas eram tidas como tradicionais, embora Sinhazinha, no início da década de 1950, já tivesse anunciado um

³⁶¹ AMORIM, Francisco. *História do Teatro no Assu*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1972, p.2

³⁶² *Ibidem*, p. 1

³⁶³ Realizou-se ontem a prova ciclística entre as cidades de Assu e Mossoró. *O Mossoroense*, Mossoró, RN, 26 set. 1960, s/p.

³⁶⁴ Copa salonista do Oeste com rodada tríplice para amanhã. *O Mossoroense*, Mossoró, RN, 23 de outubro de 1971, nº 3. 622, ano C.

cenário de mudanças. Deve-se lembrar de que desde o Governo J.K. até o Governo dos Militares, a Região Nordeste foi alvo de investimentos no sentido de sua industrialização por meio da criação da SUDENE, pela política econômica do Milagre Brasileiro e o II Plano Nacional de Desenvolvimento. De acordo com Suassuna e Mariz, registram-se vários investimentos feitos para industrializar a região Nordeste, entre eles: “energia elétrica, rodovias, telecomunicações, equipamentos urbanos, habitação popular, etc.”.³⁶⁵

Além disso, o Rio Grande do Norte vivia momentos de “esperança” com o governo de Aluísio Alves, o candidato da cruzada da esperança. Já nos anos de 1970, a economia do Estado se diversifica da matriz agrária, haja vista o surgimento de novas economias, como exploração do petróleo, turismo no litoral de Natal, o início da fruticultura irrigada em Mossoró e Assú, entre outros. É nesse contexto que o Assú passa por várias modificações.

Assim, a partir de janeiro de 1960, o Assú ganhava acesso ao serviço telefônico, oportunidade em que foram instalados cerca de trinta aparelhos na cidade com a promessa da instalação de mais vinte neste mesmo ano. O serviço era capitaneado pela Paróquia local, haja vista que provavelmente esse elemento chegou ao Assú por meio das atividades da Diocese de Mossoró à época comandada por Dom Eliseu S. Mendes, já que esse era um período de intensas ações desse seguimento no Vale do Açu.³⁶⁶ Ainda assinala-se que, em 1967, a cidade recebia energia elétrica advinda de Paulo Afonso, substituía-se a rede elétrica reduzida que estava espalhada por algumas artérias da cidade. Iluminavam-se aqueles espaços lembrados como meio claros meio escuros decantados como românticos e inspiradores. Em 1971 era inaugurado trecho da BR 304 que ligava Natal a Fortaleza, trecho que contempla Assú. No final deste mesmo ano também era inaugurada a nova agência dos Correios da cidade. Já em 1972, a cidade recebia melhoramentos no abastecimento de água com os serviços iniciados pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN).³⁶⁷ Esta empresa assumia os serviços da antiga subsidiária da SUDENE no município, a CAENE.

Também se deve aludir que neste mesmo ano de 1972 era gravado em Assú o filme “Jesuíno Brillhante: o cangaceiro”, o qual apresentava as aventuras de um cangaceiro nos territórios potiguar e paraibano, cangaceiro esse que ganhou destaque pelo enfrentamento

³⁶⁵ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal [RN], 2005.

³⁶⁶ Açu agora possui serviço telefônico: Em funcionamento 30 aparelhos e vem mais 20. *A República*, Natal/RN 20 abril de 1960. p. 6.

³⁶⁷ CAERN vai encampar serviços d'água de Açu. *O Mossoroense*, Mossoró, RN, 11 de abril de 1972, nº 3.754, ano C, p.4.

ocorrido com coronéis da região já citada. O filme foi gravado em vários pontos do Estado do Rio Grande do Norte e várias cenas foram filmadas em Assú, ensejo em que despertava a atenção da população local, as gravações mexiam com o cotidiano das pessoas, fazia com estas saíssem dos afazeres para vislumbrarem toda aquela maquinaria filmica montada nos lugares de filmagem, como se visualiza na fotografia abaixo, observa-se aí uma possível saída de foco da tradição letrada para a observação da tecnologia cinematográfica:



Figura 20. Momentos de gravação do Filme *Jesuíno Brillhante: o cangaceiro*, em Assú, 1972. Arquivo fotográfico: Rosimar Querino Bezerra

Este filme foi gravado na categoria longa metragem, justamente num momento em que os “longa” estavam em alta no Brasil, principalmente com a atuação da Embrafilme. Ele foi rodado em vários espaços e teve uma ampla divulgação nos jornais do Estado, desde seu prenuncio até sua exibição. Desse modo, em 16 de janeiro de 1972, o jornal *O Poti* de Natal noticiava os contatos feitos pela empresa gravadora (William Cobbett produções cinematográficas) com políticos do Estado para financiarem o filme.³⁶⁸ Posteriormente o jornal *O Mossoroense*, da cidade de Mossoró, apresentou várias reportagens acerca do filme, inclusive em uma destas, de 1972, já anunciando os preparativos para o término das gravações

³⁶⁸ A saga de *Jesuíno Brillhante*. *O Poti*, Natal, 16 de janeiro de 1972, p.4.

e início das exibições do referido filme.³⁶⁹ Registra-se que o fato de os jornais concederem relativa importância ao cinema foi fruto de uma cultura expandida no Brasil, desde os anos de 1950, e ampliada nos de 1960, em que a paixão pelo cinema conduzia aos prazeres da leitura e da escrita, pois estes possibilitavam uma maior fruição dos filmes, vários setores da sociedade se interessavam por informações e debates sobre filmes, daí o jornal fazer circular uma cultura cinematográfica na interface da escrita e da leitura.³⁷⁰

Nesse sentido, Francisco Amorim escreveu em meio a um cenário que passava por modificações, pois dados os acontecimentos citados, observa-se certa reação contra o alheamento das pessoas em relação à cultura “arquetípica” assuense, uma postura muito próxima daquela emitida por Sinhazinha Wanderley, mas os dizeres emitidos por este autor foram mais contundentes na defesa e garantia de um passado autêntico. Sua empreitada foi barrar o curso das transformações na perspectiva de perenizar, por meio da memória e da escrita, os feitos e eventos tidos como integrantes de uma unidade cultural. Ele produziu em maior volume enunciados na tentativa de fazer com que essa pretensa unidade cultural assuense atravessasse o tempo. Sua ótica seria de que no presente por ele vivido o passado ancestral estava se esvaindo por conta da indiferença das novas gerações que estariam se apegando a outros tipos de cultura.

Nesses termos, ele elenca que “em tempos que já vão distantes, o Assu primou pelo seu amor às letras e pela dedicação às artes. Seu povo tinha em alta conta o desenvolvimento da inteligência e o apogeu da cultura”.³⁷¹ Ou seja, é reativado o enunciado que projeta o povo assuense enquanto inteligente, letrado e artístico. A referência ao povo faz parte de uma perspectiva generalizante do discurso que visa inculcar à ideia de um espaço propício às letras. Todavia, logo após flagramos que o povo parece se resumir em nomes já conhecidos, por sua vez, postos a reforço da positividade da formação discursiva. Segundo este autor:

Daí em nossa terra, ter tido a **imprensa e a poesia o seu habitat e a sua soberania** [grifos nossos]. No jornalismo destacam-se João Carlos Wanderley, Elias Antônio Ferreira Souto e, como continuador desses autênticos e legítimos pioneiros Palmério Filho, mantendo acesa e brilhante, durante mais de meio século, a imortalizadora chama do ideal jornalístico. Na poesia Luís Carlos Lins Wanderley, José Leão

³⁶⁹ Exibição de Jesuíno Brilhante será no próximo mês. *O Mossoroense*, Mossoró, RN, 14 de set. de 1972, nº 3. 867, ano C.

³⁷⁰ Para maiores informações sobre, ver: LUCAS, Maria Regina de Lucena. Vêr, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem do cinema brasileiro na década de 1950. *Revista Brasileira de História* – Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, Vol. 28, nº 55, p. 19-40, jan-jun, 2008.

³⁷¹ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1972, p. 2.

Ferreira Souto, Manuel Lins Caldas, Ana Lima, Angelina Macedo e tantos outros que, na exuberância dos seus ardores poéticos, nos seus arrebatamentos imaginativos, elevaram e engrandeceram a gleba que lhe serviu de berço. A par dessas evidentes e positivas manifestações espirituais, que se alongam e se dilatam à proporção que os anos caminham, valorizando seus autores e as suas criações, **vamos juntar, recuando no Tempo e no Espaço, as expansões fervorosas no domínio da arte dramática** [grifos nossos]. É sabido que essa ciência vem de priscas eras. Data de remotas origens o seu aparecimento. A antiga Grécia foi o seu berço. Aos helenos, os percussores da poesia dramática em forma de tragédia, devemos a existência do Teatro. Foi em Atenas, a cidade triunfal, na musicalidade dos poetas a coroada de violetas, aonde primeiro germinaram os sistemas filosóficos, floresceram as magnitudes das artes. Surgiram os postulados da liberdade de pensamento, e solidificou-se a dignidade humana. Não resta dúvida que esse conjunto de atributos de excepcional grandeza, influenciou, contribuiu, pela sua essência contagiante e aproximadora, para a feitura de uma civilização que, germinando estímulos e premiando esforços, criou uma mentalidade popular e mais potencialidade cultural que, ganhando distâncias, dimensões mais largas e mais amplas, pouco a pouco se infiltrou, se ramificou e se estendeu, através dos mares e dos continentes, até chegar até nós com a organização de uma sociedade dramática, a 16 de Março de 1884, intitulada “Recreio Familiar [...]”.³⁷²

Nestas palavras, é perceptível a invariante história do jornalismo e poesia assuense, o povo implicitamente parece ser representado pelos brilhantes jornalistas e pelos exuberantes poetas. O espaço assuense seria, assim, um habitat soberano da imprensa e poesia, justamente os dois elementos utilizados nos enunciados para a construção da “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Assim como em outros enunciados, a terra sempre irrompe como contribuinte ou engradevida pelas produções culturais dos filhos desta. A ideia de título conquistado ressoa nos dizeres acima, pois o apontamento quanto a Palmério manter a “imortalizadora chama do jornalismo” assuense acesa, pressupõe um tipo de manutenção de um lugar conquistado. O autor se debruça sobre a reativação de um passado memorável e para isso tece uma série de enunciados que foi erigindo uma cartografia identitária, poética, histórica e tradicional assuense.

Com a concepção de espaço de características inteligentes e poéticas, Francisco Amorim incursionou por reafirmar a perspectiva discursiva que alça o espaço assuense ao platô cultural grego, ou seja, insurge na escrita desse escritor a pressuposição de que o Assú teria recebido legado cultural ateniense, o que implica alinhamento com o posicionamento de outros enunciados em relação à existência de uma “Atenas Norte-Rio-Grandense”, a ideia é de que o Assú teria herdado aspectos culturais gregos e que, particularmente, a arte teatral seria um desses aspectos. Sua intenção “é juntar” a cultura jornalística e poética à arte teatral no sentido de demonstrar o patamar cultural do Assú. O que transparece nas palavras iniciais do livro deste escritor, é que seu desejo foi o de fazer com que o espaço assuense seja

³⁷² Ibid. p.3.

reconhecido mediante uma identidade cultural *a priori* composta de heróis, jornalistas e poetas, uma identidade “pronta” no passado a disposição dos assuenses, Todavia, pela tônica de seu discurso e pelo cenário cultural vivido no pós 1960, evidencia-se uma batalha pela edificação de uma identidade em detrimento da disponibilidade de outras identidades e identificações. Neste ponto, deve-se levar em consideração os apontamentos de Silva (2009) quanto ao caráter da linguagem e da identidade, pois segundo ele, assim como ocorre na linguagem, a tentativa de fixar uma identidade não é frutífera, pois ambas escapam a fixação.³⁷³

Além do que, as prerrogativas históricas de Francisco Amorim se manifestam nesse enunciado, basta perceber que sua concepção de história agarra-se nas origens, pois a história do teatro assuense é derivada da matriz grega, origina-se de lá. Além do mais, a ideia de origem pressupõe em sua escrita a percepção de evolução, já que a arte dramática, na concepção desse autor, evoluiu ao longo do tempo e atravessou espaços até chegar ao Assú em 1884. Ainda, nota-se o apego à noção de civilização, noção esta trabalhada pelo IHGB e os Institutos deste seu início, oportunidade em que por meio da História e Geografia definiram-se os pressupostos de uma Nação brasileira alinhada à concepção de civilização, definida em seus eventos, raça e datas tidas como importantes, bem como limites e natureza singulares. Ele aqui fala em civilização não em termos de avanço tecnológico ou do mundo moderno, mas na civilização nos moldes convencionais.

Além disso, a publicação de *História do Teatro no Assu* ocorreu por meio do Serviço Nacional de Teatro, a referida instituição era ligada ao Ministério da Educação e Cultura e esteve em alta mediante a política de incremento a cultura desenvolvida pelo regime militar, iniciado no Brasil a partir de 1964. O livro foi publicado em 1972, ano do sesquicentenário da Independência brasileira, portanto, um ano que os setores ligados à cultura se movimentavam bastante, daí está registrada no livro referência relativa a esta data. Inclusive em Assú, a sociedade local e os setores ligados à promoção cultural também se movimentavam em torno desta data, pois em 1972 foi criada a Comissão Municipal do Sesquicentenário da Independência, oportunidade em que foi realizada uma festa para a escolha da Rainha do Sesquicentenário.³⁷⁴ A cidade, assim, se movimentava em torno de datas ditas “magnas” promovendo neste mesmo período uma Semana da Pátria culminando com desfiles cívicos e um torneio de futebol de salão na AABB.

³⁷³ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Op. cit., 2009.

³⁷⁴ Açú elegeu Rainha do Sesquicentenário. *O Mossoroense*, Mossoró, RN, 5 set. 1972, nº. 3.860, ano C, s/p.

Além do mais, acredita-se que dois fatores possibilitaram a publicação da obra: o diretor do Ministério da Educação e Cultura era um potiguar, por sua vez, o macauense Felinto Rodrigues Neto, homem ligado ao setor cultural potiguar; Por outro lado, Francisco Amorim politicamente estava alinhado ao governo dos militares, pois de acordo com reportagem de *O Mossoroense*, de 18 de janeiro de 1972, após convenção partidária, este escritor foi eleito como um dos membros do diretório do partido ARENA do Assú.³⁷⁵ A ARENA foi um partido político brasileiro de sustentação ao regime militar brasileiro criado em 1965. Este partido governista teve sua sobrevivência demarcada pelo período em que reinou na história recente do Brasil o bipartidarismo, ou seja, entre 1965 e 1979 só existiram dois partidos em nosso país, notadamente a Aliança Renovadora Brasileira (ARENA) de caráter governista e conservadora e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido esse de oposição ao regime governista (militar).

Francisco Amorim foi um escritor “variado” e escreveu sobre várias coisas, inclusive sobre educação. Daí ter escrito em 1977, o livro *Colégio Nossa Senhora das Vitórias – 50 Anos*, obra pela qual o autor se presta a homenagear o quinquagésimo aniversário do referido colégio, hoje transformado em Educandário. Esta obra foi à primeira da recém-criada à época Coleção Assuense, entidade cultural fundada pelo Município para valorizar e divulgar a cultura local. Nesta obra, Francisco Amorim elaborou um tipo de história do Colégio, como um amante do passado, este escritor se debruçou por narrar às origens e o soerguimento do referido estabelecimento educacional, além disso, coligiu informações das turmas formadas até 1976 e organizou lista contendo nomes dos ex-alunos do Colégio diplomados com títulos de educação superior, encerrando esta produção apresentando os hinos do Colégio.

Escrever sobre o Colégio e, por conseguinte acerca da educação era sugestivo para o ano de 1977, pois neste mesmo ano, especificamente no mês de maio, A Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN ganhava concorrência pública nacional angariando recursos para ampliar suas instalações em Assú, prevendo assim a construção de um prédio com onze salas e uma quadra de esportes. Já no clima das festividades juninas, o poder público municipal inaugurava a Biblioteca Pública Municipal³⁷⁶ e também fazia homenagem com a entrega de uma viola ao poeta e violeiro assuense conhecido como Chico

³⁷⁵ Açú elegeu domingo seus dirigentes partidários. *O Mossoroense*, Mossoró/RN, 18 jan. 1972, nº 3.688, ano C, s/p.

³⁷⁶ Tarcisio em Açú e Genivaldo no Rio. *O Mossoroense*, Mossoró/RN, 21 jun. 1977, nº 4.975, s/p.

Traíra.³⁷⁷ Observam-se mais dois empreendimentos no campo cultural, já que neste mesmo ano foi criada a já citada Coleção Assuense, entidade pela qual foi publicado o livro do autor aqui investigado. Ainda registra-se que esse foi um ano de uma forte investida do poder público municipal no setor cultural, pois ainda deve-se lembrar da publicação da Coletânea Literária Assuense, organizada por João Marcolino de Vasconcelos, esta já citada neste trabalho.

Deve-se ressaltar que é perceptível o entusiasmo de Francisco Amorim com a escritura acerca do Colégio, transparece que estava cumprindo uma missão, qual seja: avivar o passado de glórias do espaço narrado e conseqüentemente construído, seu discurso é um discurso de quem admira, de quem rende agradecimentos pela cidade possuir a cinquenta anos um Colégio de natureza católica, comandado pela Congregação de freiras Filhas do Amor Divino. Este escritor possuía predileção pela Igreja e suas entidades, daí este escritor se envolver com a história-memória do Colégio, inclusive compôs o hino do jubileu do mesmo.

Por outro lado, os enunciados contidos no livro são enunciados das origens, da fundação do colégio, da primeira ideia, dos homens ilustres fazedores de história, da sociedade que se movimentou para implantar um Colégio de cunho religioso na cidade. É a história de um espaço escolar inaugurado em 1927, por sua vez, situado numa época rememorada pelo autor como arquetípica, pois lá estariam os depósitos da inteligência, da moral e do civismo assuense. Escrever sobre o Colégio Nossa Senhora das Vitórias era escrever sobre mais um ícone do passado assuense, ou seja, sobre mais um elemento que projetaria uma imagem de um tempo pretérito da cidade, a escrita desse espaço escolar é a escrita de um tempo, de sentimentos, de valores e de uma história, pois neste Colégio estudavam principalmente os filhos das famílias de boas condições sociais e econômicas e destaque na cena cultural da cidade, inclusive a filha do escritor, Ceceu Amorim.

Nesse sentido, uma das únicas vezes que este escritor se referiu positivamente aos efeitos da modernidade foi justamente na implantação do Colégio em Assú. Acredita-se que esta situação seja compreendida em função de o mesmo acreditar que os benefícios primordiais da humanidade deveriam chegar às sociedades, mesmo que venham, nesse caso, acompanhados por alguns aspectos modernos. Sendo a educação um desses benefícios, Francisco Amorim hipotecou seu reconhecimento, pois a organização pedagógica moderna serviria para educar, ela contribuiria para o bem e a verdade da humanidade:

³⁷⁷ Governador ainda em Açu. *O Mossoroense*, Mossoró/RN, 22 jun. 1977, nº.4.976, s/p.

A missão de ensinar, esclarecer, orientar, continua a ser, desde seus primórdios existenciais, a pedra de toque do evoluir mental. Disciplinadora, por excelência, das tendências e dos costumes, a sua influência manifesta-se copiosa e abundante na eliminação do erro e culto a verdade.³⁷⁸

Fazendo a história das origens do Colégio, Francisco Amorim narra em detalhes como a mesma surgiu e mais uma vez emerge na cena do discurso o jornal *A Cidade* e o seu irmão Palmério Filho, como protagonistas da ideia de construção do Colégio, segundo esse autor:

“A cidade”, semanário que, na época, aqui circulava sob a equilibrada orientação de Palmério Filho, incontestavelmente a maior organização jornalística do seu tempo. Em substanciosos editoriais, lançou o desafio. A idéia tomou vulto. A iniciativa mereceu o apoio e o consenso da comunidade. O povo por intermédio dos seus mais lídimos representantes, recebeu com simpatia e entusiasmo o pregão cultural.³⁷⁹

Este enunciado demonstra sua singularidade, pois pela primeira vez na formação discursiva interrogada aqui insurge a afirmativa de que foi o jornal da família Amorim e Palmério Filho os propositores da ideia de construção do Colégio Nossa Senhora das Vitórias, todavia, este mesmo enunciado demonstra a relação com outros enunciados, na medida em que dialoga com a positividade desta mesma formação discursiva, uma vez que nele continua a ênfase no jornal *A Cidade* como principal suporte da cultura escrita local da época (início do século XX) e proporciona a extensão do nome de Palmério em mais uma situação de engrandecimento da cidade. Também é notória neste enunciado a forma como o autor imputa ao povo um lugar de concordância e consenso em relação a serem liderados pelos “lídimos” ou autênticos representantes.

Assim, leva-se em consideração que a diretoria responsável por gerir a construção do Colégio era formada por membros de grupos abastados e lideranças institucionais da cidade, como o padre Monsenhor Joaquim Honório, o prefeito Ezequiel Epaminondas da Fonseca, o deputado estadual Pedro Soares de Araújo Amorim, além de José Correia de Araújo Furtado, entre outros.

³⁷⁸ AMORIM, Francisco. *Educandário Nossa Senhora das Vitórias: 50 anos*. Assu: Coleção Assuense, 1977, p. 22.

³⁷⁹ *Ibid.* p.7.

Deve-se ressaltar que escrever a história do Colégio era para Francisco Amorim algo importante, uma vez que assim demonstraria quão forte seria a predisposição do povo assuense pela educação, pois numa terra que se propõe possuir uma grande *história, poesia e tradição*, ser afeiçoada às letras e a educação seria questão primordial. Além do que, este autor demonstra, assim, como em outras produções suas, o passado glorioso da sociedade de antigamente, sua função enunciativa principal no conjunto de discursos que agenciou um arquivo de imagens e discursos para o Assú, foi avivar o passado no presente, sua tarefa foi fornecer vida a histórias em processo de esquecimento, foi combater o perecimento de vivências passadas. Sua luta seria por mostrar toda a carga cultural do passado assuense, sua escrita foi constantemente endereçada a mocidade, era preciso prolongar essas histórias que (de)marcam espaços como o biográfico, da imprensa, do teatro, do colégio, da infância, etc.

Por outro lado, São as letras dos hinos do Jubileu e da bandeira do Colégio compostas por Francisco Amorim que denotam a exaltação feita por este escritor ao mesmo e a própria cidade, são dizeres que espacializam, são palavras que poetizam o Assú e o espaço escolar. O primeiro hino é o do jubileu, pois existe outro hino à bandeira, são nestas produções cívicas que capturamos enunciados que demonstram o pertencimento desse escritor na formação discursiva investigada:

HINO DO JUBILEU

*Letra – Francisco Amorim
Música – Irmã Salésia Fernandes*

Como uma estrela fulgente
Que no azul do céu luziu,
No nosso Assu florescente,
Este Colégio surgiu.

Estrilho
E a terra dos verdejantes,
Frandosos carnaubais,
Continuou, como dantes,
Seus anseios culturais.

Meio século. Que beleza!
Que grata satisfação,
Engrandecendo a grandeza,
Do bem maior – a instrução.

Cinquenta anos vividos,
Por entre lutas e glórias.
São favores recebidos

Da Senhora das Vitórias.³⁸⁰

Neste enunciado o Assú insurge como florescente, mais uma vez há uma construção de um espaço iluminado, possuidor de uma paisagem verdejante e frondosa, é o Assú cantado e poetizado por Francisco Amorim. Mais uma vez, o Assú confunde-se com o céu, o surgimento do Colégio é comparado a uma estrela que desponta no céu, este, por conseguinte azul. – Ora, tratando de um Colégio que recebe favores de “Nossa Senhora das Vitórias”, administrado pelas “Filhas do amor divino”, nada mais propício para este autor do que reavivar o Assú como “um pedaço do Céu”.

Não se deve esquecer que o céu e seu azul são elementos significativos para produção de espaço no Ocidente, pois foram peças manejadas para elaboração do espaço da alma cristã, particularmente no medievo, onde o céu e seu azul representavam outro espaço para além da terra, a saber: o espaço celeste, reino de Deus, tido como paraíso. O fundo azul foi uma das características mais presentes na produção de imagens sobre este espaço, daí, por exemplo, em Giotto,³⁸¹ suas cenas exteriores serem marcadas por fundos extremamente azuis. Na imagem do *Juízo de Deus*, na Capela da Arena, Giotto representou o espaço divino pintando figuras que flutuam num intenso pano de fundo azul, o que traduz uma busca por um espaço sem profundidade, pois o azul estendido na tela provoca tal feito. Ambientes profundos denotariam estâncias do inferno, enquanto os não profundos revelariam a igualdade de plano e leveza. Devo registrar que o azul intenso também era utilizado pela antiga arte bizantina para significar o espaço celeste.

Por outro lado, ao se fazer uma reflexão das aproximações do Assú com o céu, especialmente na situação posta acima, deve-se também levar em conta certa menção a realidade física do céu, notadamente por que aí está presente uma estrela que surge no mesmo céu ou no Assú. A perspectiva fisicalista também esteve presente na arte de Giotto, que pode ser considerado o pintor da transição do mundo espiritual medieval para o mundo material moderno. Essa situação permite formular pensamento de que as postulações acerca do espaço assuense enquanto paraíso ou céu na terra são postulações que se assemelham a movimentos de produção de espaço tanto de cunho espiritual, quanto de um espaço dual, ou seja,

³⁸⁰ Ibid. p. 79.

³⁸¹ Giotto di Bondone foi um pintor italiano que viveu entre os séculos XIII e XIV reconhecido mundialmente pelo quadro do *Juízo final* confeccionado na Capela da Arena, onde toda a parede frontal ao altar volta-se para uma exposição épica do espaço da alma Cristã medieval

constituído pelas duas percepções espaciais, pois tanto se imputa um espaço de cunho celeste, quanto se projeta um espaço semelhante aquele projetado pelo pintor renascentista Rafael, um espaço que integra céu e terra. Em uma de suas obras mais famosas, a *Disputa*, Rafael implicitamente uniu céu e terra na mesma dimensão, ainda que o celeste hierarquicamente se localizasse no plano superior. Esta arte integrou os domínios de Deus e do homem no mesmo plano, houve uma mescla de elementos das duas instâncias nos dois espaços.³⁸²

Esta última perspectiva de espaço também se adequa a produção do espaço assuense “enquanto um pedaço do céu dentro do mundo”, pois a construção de uma “terra” de *história, poesia e tradição*, vez por outra se remontando a um tipo de paraíso ou céu, teria que ser operada na linha de integração das perspectivas espaciais celestes e terrestres. É um movimento que aproxima concomitantemente o céu da terra e a terra do céu, o que implica pensar em estratégias discursivas que tiram proveito das duas dimensões, até por que um território divino possui toda a sua simbologia distribuída entre esperança, fé e elevação, enquanto uma “terra” permite a “criação de raízes”, das origens, oferece chão para estabelecimentos, firmamentos e construções. Nessas circunstâncias, estes enunciados postam em funcionamento uma maquinaria de sonhos, de expectativas, de vislumbre e de magia relativa a um “canto harmonioso”.

Na letra do Hino à Bandeira do Colégio, mais uma vez Francisco Amorim escreveu com alegria e entusiasmo acerca do Colégio e de sua terra natal. É uma letra que expõe a grandeza do espaço escolar homenageado, que expõe as tradições do Assú, é uma letra de história, esta iniciada pelos índios Janduís, tribo que foi tratada como bárbara na historiografia assuense da década de 1920 e que na escrita de Francisco Amorim emerge como símbolo étnico da cidade, ainda que conserve a característica “guerreira” desta tribo. Neste hino, insurge um Assú de tradições, um espaço nostalgicamente remetido ainda aos tempos de fundação por meio da Ribeira de São João Batista. Este enunciado traduz elementos de outros enunciados pretéritos, como o civismo e o céu. Segue o hino:

HINO À BANDEIRA
JUBILEU DO COLÉGIO

Letra – Francisco Amorim
Música - Irmã Salésia fernandes

³⁸² WERTHEIM, Margaret. Op. cit.

Na grandeza ideal deste troféu
 Em cujas dobras o civismo ostenta,
 Brilha a fulgente luz que vem do céu,
 Luz que floresce e cada vez aumenta.

Símbolo de um templo a irradiar cultura,
 Pendão augusto que a lindeza encera.
 A tua imagem em dimensão e altura,
 Abrange as tradições da nossa terra.

Expoente de um povo altivo e nobre,
 Dos índios janduís, tribo guerreira.
 O teu manto augural jamais encobre
 Os feitos do Assu São João Ribeira.

Salve a Bandeira, lábaro formoso,
 De uma excelente beleza singular.
 Reprintas com garbo esplendoroso,
 A passagem do ano jubilar.

Tens o poder de relembrar, airosa,
 As nossas lutas conquistando glórias,
 És a visão singela e graciosa,
 És a nossa Senhora das Vitórias.

Estes dizeres traduzem mais uma vez palavras que poetizam o Assú, são versos que poetizam o espaço, pois num sentido amplo, o hino é uma exaltação da grandeza assuense, inclusive do Colégio, fazendo jus a essa grandeza. É um espaço de lutas e de glórias; um espaço de povo elevado e nobre; espaço iluminado por luzes do céu; é o Assú decantado que emerge na letra do hino escrito por Francisco Amorim. É a relação história e poesia sendo executada na formação discursiva investigada neste trabalho.

Avivar o passado para Francisco Amorim também implicaria avivar sua infância, procedimento executado através do livro *Assu da minha meninice*, publicado em 1982, obra pela qual este autor viaja no tempo de sua meninice, como ele diz: “são memórias”, estas relativas ao tempo de menino, memórias infantis que parecem imobilizar o presente, parecem exorciza-lo da história, pois o que contam é a volta a um tempo arquetípico, por sua vez, confundido com o passado tradicional da cidade. Nesse movimento de pensamento e escrita emergem enunciados que implicitamente denotam seu louvor pela tradição, pois é perceptível a postulação de dizeres que se remetem a costumes em comum, origens, que tentam reduzir as diferenças e contradições fazendo triunfar certa regularidade e identidade. Assim, ele argumenta que os relatos presentes nesta obra:

“são reminiscências infantis chegada à juventude, que necessitam de gravação para que o tempo, no seu caminhar destruidor, não faça desaparecer. Suscetível a

apreciação alheia, nem por isso deixa de ter o timbre da autenticidade. São passagens revividas, sentidas e espiritualmente renovadas”.³⁸³

Neste discurso, o autor demonstra que seria necessário documentar a memória de sua infância, devendo ser registrada pela gravação (escrita). É uma memória que deve alcançar os mais jovens para que estes conheçam os atributos positivos do passado assuense, de modo que renovem seus espíritos por meio da sensibilidade da riqueza cultural e histórica do Assú e que possam dar continuidade a tal perspectiva. A memória seria o fio condutor das ações e glórias passadas, estas perpetuadas no futuro mediante o impacto que causasse aos sujeitos do presente. Ainda fica patente que, a memória era o caminho de acesso desse autor ao passado, ele a considerava escorregadia, pois sofreria com a ação corrosiva do tempo, por isso apresenta a ideia de que “a memória é falha e fugidia. Documentar é útil mesmo nos ambientes já conhecidos. Daí a razão de ser. Não obedece a cálculos nem se apóia em pretensões. A sua finalidade atinge a sensibilidade”. Na ótica do autor, a memória documentada e, por conseguinte transmitida operava maior efeito junto às sensibilidades, ou seja, a memória escrita tornava-se uma ancora de emoções, sensações e subjetividades.

Nesta obra, insurge o enunciado de uma infância saudosa, infância vivida em um espaço para se guardar na lembrança, este atravessado pela prosa, poesia, arte musical, folguedos populares, festas típicas, eventos políticos, traçados urbanos, religiosidade, etc. É o signo da infância feliz que inscreve a cidade ideal, ordeira e tranquila. É a reverberação de uma infância dourada e aprazível, é descrição de uma paisagem infantil montada por cenas de um tempo memorável. Este autor realizou um arquivamento de sua meninice, exercício que traduz uma preocupação com o eu, é uma prática de construção de si, uma ação autobiográfica. Escrever sobre a visita aos rosados, à farmácia, as noites de natal e São João exprime uma preocupação em prover a própria história. Se este escritor escreveu várias histórias do Assú, a exemplo da do teatro, do colégio, da imprensa, entre outras, considerou escrever sua própria história, desta feita, através do período de sua vida que considerava o mais seguro, o mais autêntico e tradicional, a saber: a infância.

De acordo com Artières, o arquivamento de si por meio de uma intenção autobiográfica implica na manipulação da existência, oportunidade que ocorre omissões e rasuras. Além de um redesenho dos acontecimentos nos quais o sujeito vivenciou. Para este autor, estes eventos são escritos mediante narrativas intencionalmente classificadas e

³⁸³ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1982, s/p.

ordenadas conforme os interesses de quem as elaboram.³⁸⁴ Daí, por exemplo, em *Assu da Minha Meninice*, emergirem enunciados que buscam falar de memórias felizes, engraçadas e espertezas. O autor chega a citar momentos engraçados de sua participação num programa de serenatas da Rádio Nordeste (Natal), já no início da década de 1960, oportunidade em que ele já possuía mais de sessenta anos de idade, o que demonstra que as memórias felizes e engraçadas são estendidas na sua narrativa, a princípio da meninice, até o início da terceira idade. Mas, memórias dolorosas e traumáticas são ofuscadas, pois manifestam desconfortos. Essa questão também fica evidente neste autor, pois acerca de um grave acidente que o mesmo sofreu em 1959, na rodovia que liga Assú a Mossoró, o mesmo não cita nenhum aspecto em seu texto.³⁸⁵ Para Silva, a negação dos momentos traumáticos do passado ocorre não necessariamente pelo esquecimento, mas pelo silêncio em torno dos mesmos.³⁸⁶

No conjunto de obras deste autor, ainda destaca-se *Titulados do Assu* (1982), o livro foi publicado como edição comemorativa do 80.º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902 – 1982), o qual Francisco Amorim era sócio. Neste livro, este escritor amplia a ideia de homens ilustres, reforça a percepção de representação da sociedade por meio de pessoas instruídas:

O nosso propósito tem uma perspectiva mais elevada, um ideal mais edificante: não deixar cair no esquecimento o esforço, a persistência e a tenacidade dos que nos bancos acadêmicos, no manuseio dos livros, no apego ao trabalho, elevaram e engradeceram a terra nativa. Pertencemos ao número daqueles que vão buscar no passado as lições do presente. Sem esse intercâmbio entre o dia de ontem e o dia de hoje, não é possível o progresso, em todas as modalidades da atividade humana. Daí o nosso esforço em documentar, em tornar conhecida a capacidade intelectual e cultural da nossa gente como um incentivo, um estímulo à juventude atual. O conteúdo deste livro é uma exigência da própria formação histórica, valorizando as aptidões, divulgando as inteligências, enaltecendo os pendores intelectuais que, no passado e agora, dignificaram as tradições culturais de nossa terra.³⁸⁷

Nesse excerto, se percebe o discurso da tradição, é a tradição intelectual e letrada que dignifica a terra. Para o autor, os acadêmicos devem ser lembrados, são eles que denotam a

³⁸⁴ ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Revista Estudos Históricos, Vol. 11, Nº 21, 1998.

³⁸⁵ Acidente em virada de Jeep. O ex-prefeito Francisco Amorim. *O Mossoroense*, Mossoró/RN, 30 jan. 1959, nº. 1.235, ano XIII, s/p.

³⁸⁶ SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol. 22, nº44, 2002.

³⁸⁷ AMORIM, Francisco. *Titulados do Assú*. edição comemorativa do 80.º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902 – 1982). Natal, 1982, p. 7.

capacidade intelectual e cultural do Assú. Francisco Amorim se coloca em missão, na medida em que opera um movimento de ir buscar no passado lições para o presente. Essa é uma típica postura historiadora dos membros dos Institutos Históricos no Brasil, pois o passado é confundido com um depósito de fatos, eventos e datas prontas a serem “resgatadas” e apresentadas. De acordo com esse autor, seu livro é uma exigência da própria formação histórica, ou seja, transparece que se reportar aos intelectuais e acadêmicos locais seria uma demanda ainda não realizada (na formação discursiva) a qual o autor realizava naquele momento de escrita da obra. Por fim, este autor, não se esqueceu de ratificar que sua produção visava atingir os mais jovens, seria um tipo estímulo aos mesmos. É a ideia de fazer com que a juventude da cidade pudesse reconhecer e obter como exemplo a vida de homens que no passado construíram vidas “exemplares”.

Compreende-se que, o exercício que o autor realiza foi de ordem instauradora de uma pretensa memória coletiva, pois esta última não é uma experiência vivida e compartilhada por todos, ela se constitui numa trama narrativa e, por conseguinte discursiva que fornece sentido aos acontecimentos relevantes para determinado grupo. A memória coletiva é uma construção que visa fazer com que se compartilhem recordações tidas como genuínas que foram ainda recordadas pelos antecedentes e que imputa aos contemporâneos à sensação de compartilhamento de lembranças comuns, quando estas mesmas lembranças foram estrategicamente posicionadas no discurso para fomentar um sentimento de evocação coletiva.³⁸⁸ O que Francisco Amorim pretendeu realizar no conjunto de suas produções, quando envereda por combater o esquecimento e franquear aos mais novos o conhecimento acerca da história, poesia e tradições com marcas de membros do grupo sociocultural o qual o mesmo fazia parte, é estabelecer um tipo de memória coletiva, pois é a ideia de que as novas gerações devem compartilhar do capital cultural passado e se pautarem no conteúdo destas para tirarem lições.

Francisco Amorim, como já enfatizado neste capítulo, foi um escritor diversificado tornando-se autor de uma variada bibliografia, pode-se até considera-lo uma maquinaria discursiva, após sua entrada no IHGRN, sua produção escriturística aumentou consideravelmente, oportunidade pela qual este trabalho captura de seus discursos elementos que se prestam ao discurso que promove Assú *terra de história, poesia e tradição*, não realizando, assim, uma vasta e profunda análise de todos seus escritos.

³⁸⁸ MUDROVIC, María Inés. Por que Clío retornou a Mnemosine?. In: AZEVEDO, Cecilia. [ET. AL.]. *Cultura política, memória e historiografia* - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Em 1983, Francisco Amorim publicava *O Açú no Roteiro das Glosas*, livro patrocinado pela instituição de fomento a cultura do Estado do Rio Grande do Norte, a saber: a Fundação José Augusto. Deve-se ressaltar que “glosa” diz respeito a um gênero poético composto de um mote (tema) desenvolvido em dez estrofes. Essa obra se agrega ao conjunto de textos e temáticas que reforçam a unidade discursiva ou a positividade do arquivo imagético discursivo em construção acerca do Assú. Nesta produção, ele expõe novamente seu compromisso em salvar o patrimônio cultural assuense, dizendo que tem o interesse de:

[...] testemunhar a destreza imaginativa de nossos manejadores do verso, é pôr em relevo o engenho poético de mais de uma geração, ao mesmo tempo que tentamos preservar do esquecimento um patrimônio cultural que, com o correr dos anos, estava fadado a desaparecer.³⁸⁹

Neste trabalho de salvar o patrimônio cultural assuense, Francisco Amorim argumenta sobre a riqueza deste patrimônio. Esse interesse pela conservação do patrimônio não é à toa, na medida em que, 1983, é um ano que estava na proximidade do ano de 1980, tido por Nora como o ano do patrimônio. Nesta década, ainda conforme este autor, a sociedade ocidental possuía uma vontade enorme de registro, viviam-se novos tempos, uma era marcada pelas ilusões de eternidade, o que estimulou a criação de lugares de memória.³⁹⁰

Desse modo, neste período transparece que a Fundação José Augusto, a mesma que publicou o livro *O Açú no Roteiro das Glosas*, teria incorporado à missão de fundar lugares de memória, estes que estão para além de elementos físicos, adquirindo também uma dimensão simbólica. Por isso, na década de 1980, esta Fundação ter se empenhado por realizar comemorações e restaurações, inclusive sobre coisas do Assú.³⁹¹ Em 1981, a referida Fundação mantinha gestão junto a Prefeitura Municipal do Assú para que esta desapropriasse o Solar da Baronesa, pois era intenção da Fundação restaura-lo com a finalidade de criar o Museu Regional do Açú.³⁹² Em 1983, a Fundação José Augusto juntamente com a Prefeitura Municipal do Assú e a Universidade Regional do Rio Grande do Norte apoiavam o I festival

³⁸⁹ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1983, p. 11.

³⁹⁰ NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981.

³⁹¹ Ressalta-se que neste mesmo ano a população assuense atingia o quantitativo de 34.706 pessoas, conforme o Censo do IBGE realizado em setembro de 1980. Ver: IBGE tem a população de 50 municípios do Estado. *Tribuna do Norte*, Natal, 25 out. 1980, p. 8.

³⁹² Fundação vai restaurar solar de Açú. *A República*, Natal, 4 fev. 1981, p. 16.

da Poesia Norte-rio-grandense, realizado pela Associação dos Amigos da Cultura em Açú, evento que contaria com palestras, mesas-redondas, vendas e amostras de produções de poetas e amantes da poesia no Estado.³⁹³

Já em 1986, esta mesma Fundação realizava em suas dependências “[...] a Semana Cultural dedicada ao poeta açuense João Lins Caldas”. Nesta ocasião foram convidados para desenvolver os trabalhos o assuense Celso da Silveira e a escritora e poetisa radicada em Assú à época Maria Eugênia Montenegro.³⁹⁴ Estas ações e eventos não denotam somente a investida da Fundação José Augusto em prol da cultura assuense, mas a próprio interesse dos setores assuenses ligados à cultura e do poder público municipal em projetar a cidade como espaço da poesia no Estado.

Em *O Açú no Roteiro das Glosas*, Francisco Amorim acabou por eleger a cidade como espaço de *história, poesia e tradição*. Deve se observar que suas produções bibliográficas se destinaram a tal finalidade, pois escreveu sobre história, sobre poesia e sobre a perspectiva de que o Assú seria um território de tradições. Justamente confirmando essa situação, na mesma obra ele se reporta ao Assú por meio da poesia:

O Assu, através dos seus filhos, sempre teve o vocacional apego à poesia [grifo nosso]. O acontecido por banal que fosse, era comentado na musa popular. A glosa era a sua predileção. O tema escolhido variava ao sabor do tempo, da ocorrência e da oportunidade. Abrangia todos os aspectos: amoroso, satírico, histórico, pilhérico, chegando até ao comercial-propagandista. Na seara política, a sua fertilidade era imensa era imensa. O ingresso da máquina e o desenvolvimento cultural não estacionaram a sua proliferação. Continua, se bem que aqui e ali venha sofrendo tropeços, perpetuando a **vocação poética [grifo nosso].** Mantendo, em dia, a **tradição [grifo nosso] [...].**³⁹⁵

Os itens grifados neste enunciado denotam um discurso comprometido com a construção do espaço assuense nos moldes já enfatizados. O enunciado expressa o discurso de um Assú tradicional e de vocação poética, ou seja, postula a pretensa naturalidade de uma predisposição para os versos, por parte dos assuenses. A tradição mais uma vez é posta no palco dos enunciados, pois ela permite agrupar a dispersão histórica, possibilita a busca das

³⁹³ Hoje tem festival e feira de poesia: Açú. *Diário de Natal*, Natal, 08 out. 1983, s/p.

³⁹⁴ Semana de João Lins Caldas. *A República*, Natal, 14 ago. 1986, p.4.

³⁹⁵ AMORIM, Francisco. Op. cit., 1983, p. 13.

origens e a permanência de “gênios” e sujeitos criadores e propagadores de elementos da cultura local.

Após o livro *O Açú no Roteiro das Glosas* (1983), este autor continuou publicando obras, sendo que de cunho literário, entre estas escreveu: *Forrobodó* (1984), *No Tempo de Cristo* (1989), *Essências* (1991) e *Trovas a Toa* (1991).³⁹⁶ Investidas discursivas que atestam a luta do autor para concomitantemente combater o esquecimento da cultura assuense depositada num passado arquetípico e reforçar a positividade discursiva que investe sobre o Assú um discurso *a priori*, que posiciona enunciados que comunicam em situação de uso, que não se limitam a dizer, mas a avivar o espaço assuense. São escritos que avivam e concomitantemente tentam “preservar” o espaço das tradições.

Este escritor, como já enfatizado neste capítulo, foi tido no final da década de 1980 como um dos únicos representantes “autênticos” da cultura assuense, tido como reserva moral da cultura local.³⁹⁷ No ano de 1989, Francisco Amorim completou noventa anos de idade, ensejo em que o poder público municipal e demais lideranças políticas e sociais da cidade realizaram um evento público em homenagem ao escritor. Nesta oportunidade, o escritor ainda demonstrava suas forças escriturísticas lançando o livro *No Tempo de Cristo*. Este momento é sintomático para se pensar a construção de sua imagem enquanto figura representativa da “pura” e “tradicional cultura assuense”. Nesses termos, os jornais do Estado noticiavam o aniversário do escritor, inclusive o jornal em circulação de sua cidade: *Tribuna do Vale do Açú*. Em matéria escrita por Celso da Silveira, intitulada “O encantamento de Chisquito”, este jornalista informava que:

Certamente, nele, está reunido quase tudo que resta de uma memória de um Assu longínquo, libertário e cívico, sem luz elétrica, chão de areia, chuvas saindo pelas bocas de jacarés das casas assombradas; um Assu referencial na vida literária do Estado. Com vários jornais, muitos poetas, homens públicos de relevo e educadores reconhecidos.

³⁹⁶ Registra-se ainda a publicação em 1986 do livro *Ceceu*, em homenagem póstuma da filha do escritor, denominada Maria do Céu da Fonseca Amorim. O livro não apresenta Francisco Amorim como autor, pois informa acerca de uma obra de diversos autores, ainda que implicitamente reconheçam-se as marcas deste escritor na obra.

³⁹⁷ Elenca-se que mesmo já morto, o escritor Francisco Amorim continuou sendo tomado como representante de uma arquetípica assuense, desta feita, no seu centenário o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Colônia Assuense em Natal lhe prestaram homenagens.

Francisco Augusto Caldas de Amorim – Chisquito – simboliza, com Renato Caldas e João Fonseca, hoje, a sobrevivência dessa síntese. É nosso dever reverenciá-los.³⁹⁸

Francisco Amorim é confundido com o próprio passado assuense, imputa-se a ele a condição de guardião da memória da cidade. Percebe-se, assim, a fabricação do sujeito representante de um tempo referencial, tempo dos poetas e sujeitos ilustres fazedores de história. Se anteriormente pode-se acompanhar como este escritor foi construindo, mas ao mesmo tempo tentando preservar a história e cultura assuense, agora se observa que outros escritores incursionam por continuar a tradição, já que o mérito de um tempo é transferido para a originalidade e gênio de três sujeitos apenas.

Por outro lado, este enunciado sintomatiza um momento em que paira sobre os setores ligados a cultura na cidade e sobre escritores e jornalistas locais certa inquietação acerca dos rumos da cultura assuense praticada no passado e visualizada como se fosse uma fonte límpida capaz de oferecer um manancial de exemplos de arte e cultura “verdadeiras”, “originais”.

3.2 - Materializar para preservar

Nesse contexto já prenunciado pela escrita de Francisco Amorim e outras, se observam ações no sentido da revitalização de um tipo de cultura assuense que diz respeito a uma terra de *história, poesia e tradição*. Ações estas desencadeadas pelo poder público municipal e por espaços de produção e divulgação de escritos como o jornal *Tribuna do Vale do Açu*. Por exemplo, com relação ao primeiro, observa-se que neste mesmo ano de 1989, a praça principal da cidade, à época denominada Praça Getúlio Vargas, passava por uma intensa reforma, inclusive despertando inquietação quanto aos aspectos modernos que angariava. No entanto, nesta reforma foi construído um anfiteatro que se localiza no chamado Quadro da Rua, em frente à Matriz Católica. Para uma terra que pretendia assemelhar-se a uma “Atenas”, um anfiteatro criaria um espaço de apresentações artísticas na “terra dos poetas”:

³⁹⁸ SILVEIRA, Celso da. O encantamento de Chisquito. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 15 jul. 1989, p. 5.

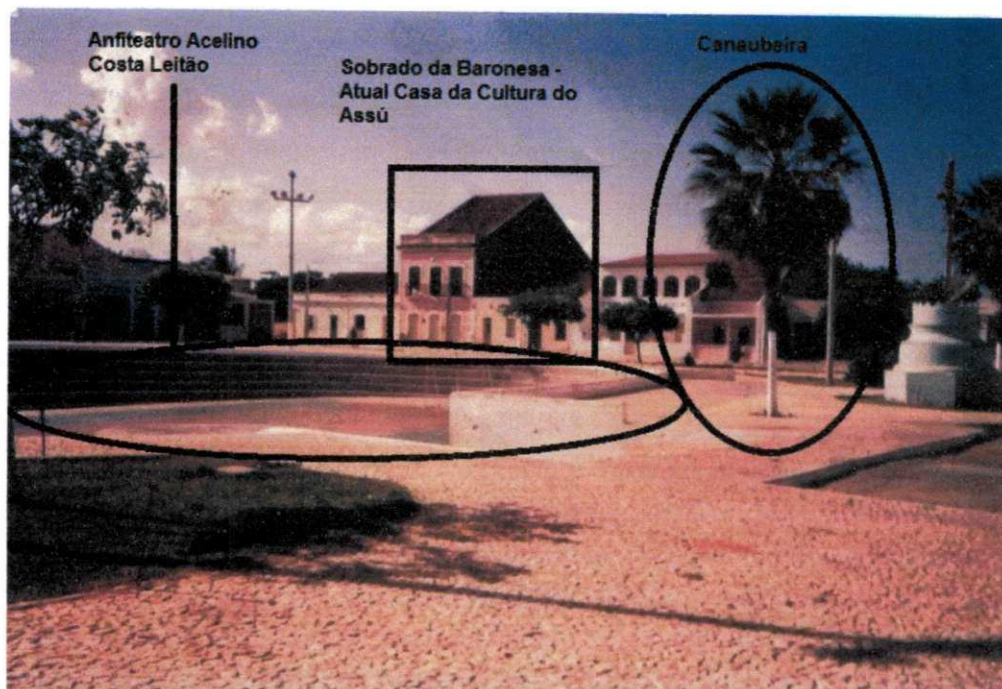


Figura 21. A fotografia provavelmente é do início da década de 1990, mostra o anfiteatro localizado na principal praça da cidade com vistas também para o denominado Sobrado da Baronesa. Arquivo fotográfico da Rádio Princesa do Vale. Sinalização da imagem: Roberg Januário dos Santos.

O anfiteatro foi construído justamente num espaço tido como histórico da cidade, foi posicionado em frente das residências que abrigaram barões, escritores, poetas e intelectuais da cidade. O anfiteatro encontra-se em frente à Matriz da cidade e tem ao seu lado as canaubeiras. Observa-se, assim, a composição física da imagem de uma cartografia identificada como poética, histórica e verdejante.

Além disso, posteriormente a reforma da praça e a construção do anfiteatro, a cidade voltou a manifestar o desejo de arrastar no tempo a obra de seus poetas e seu status de “terra dos poetas”, ocasião em que erigiu um monumento em uma de suas entradas fazendo menção ao “Assú... como um pedaço do céu dentro do mundo”, versos já referenciados neste trabalho de autoria do poeta João Natanael:

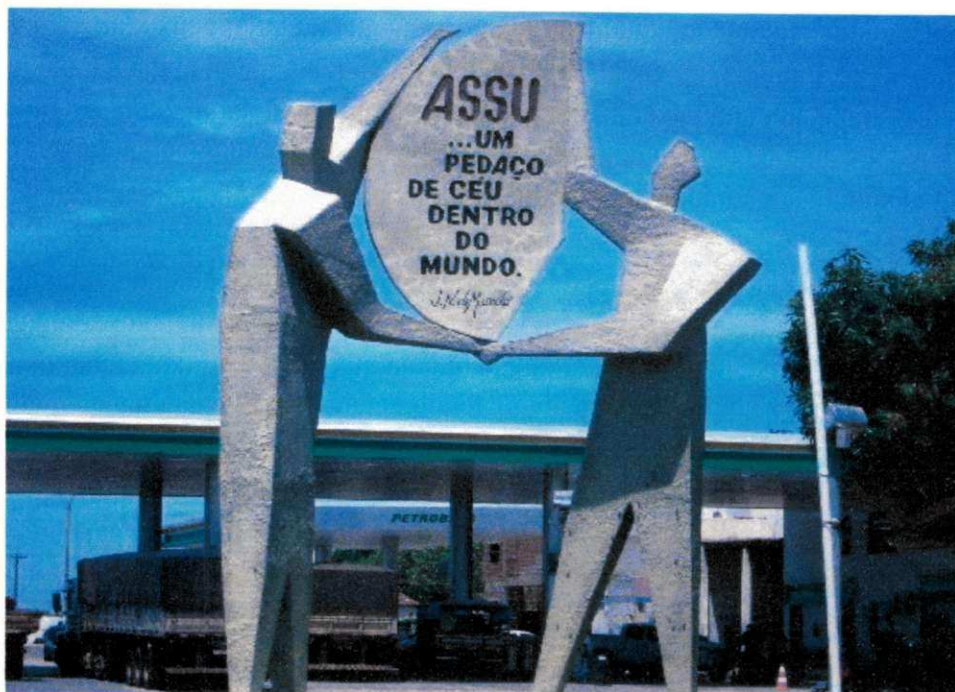


Figura 22. Monumento que homenageia produção poética do poeta assuense João Natanael de Macêdo. Um tipo de cartão postal de uma das entradas da cidade, localizado na Avenida Senador João Câmara – Assú/RN.

O monumento é a materialização do discurso, concretiza vários enunciados praticados na formação discursiva responsável pela construção de uma terra de *história, poesia e tradição*. Ele traduz o interesse dos setores ligados à promoção da cultura no município em preservar uma imagem construída preteritamente pelos seus poetas. A escolha dos versos de João Natanael não foram à toa, eles também servem para minimizar a imagem de sofrimento e desgaste imposta pelo clima quente e seco que atinge toda a cidade. Assim, dentro de um “mundo sertanejo” e suas condições climáticas e vegetativas, Assú é alçado a “um pedaço do céu”, espaço, como já citado, identificado com um paraíso. Além do que, posicionado ao lado de uma das rodovias mais movimentadas do Estado, o monumento é convidativo, pois quem não quer entrar no céu? Quem não quer pelo menos visita-lo? Este movimento de continuidade e preservação foi reforçado pelas páginas da imprensa.

3.3 - A imprensa em defesa do espaço

Iniciando a década de 1980, Francisco Amorim ao lado de outros escritores assuenses publicou *Assu em Revista*. Esta foi uma iniciativa para arrastar e situar no tempo a história e as tradições assuenses, até porque estrategicamente vivia-se no Brasil o que Corrêa chamou de “A era das revistas de consumo”. Ou seja, após 1950, foram publicadas no Brasil uma série de revistas com temáticas e funções variadas, por sua vez, postas ao consumo, de modo que foram lançadas a *Pato Donald*, *Capricho*, *Quatro Rodas*, *Contigo*, *Cláudia*, a *Veja* (1968), entre outras.³⁹⁹ Por outro lado, existiam as revistas especializadas: aquelas com temáticas definidas e com endereçamento previsto. De modo que, este era um período em que as revistas estavam em moda, até por que com a globalização da economia e os progressos técnicos e tecnológicos propiciou-se um aumento também na circulação de informações fazendo com que se diversificassem as formas e materialidades utilizadas como condutoras de informações, daí, a ascensão das revistas prenunciaram a disseminação de informações via mídia eletrônica.

Os modelos das revistas e as especificidades de conteúdo das mesmas faziam com que estas se diferenciassem dos diários jornalísticos. As revistas por meio de suas especificidades de gênero concorriam para uma adequação ao cenário contemporâneo, uma vez que se inseriam num momento em que “[...] uma constante mestiçagem de forças delineia cartografias mutáveis e coloca em cheque seus habituais contornos”.⁴⁰⁰ Diante desse cenário, *Assu em Revista* transparece ter sido uma estratégia dos escritores e poetas assuenses no sentido de capturar leitores por meio de um veículo de comunicação atual para à época. Inseria-se a pretensa tradição assuense por meio de um mecanismo da imprensa considerado novo em tempos de circulação de saberes tido como nômades. Assim, a partir da capa da referida revista pode-se logo constatar as intenções de escrita que estiveram contidas nesta produção:

³⁹⁹ CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 207 – 233.

⁴⁰⁰ Rolnik, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel S. Op. Cit. P. 19.

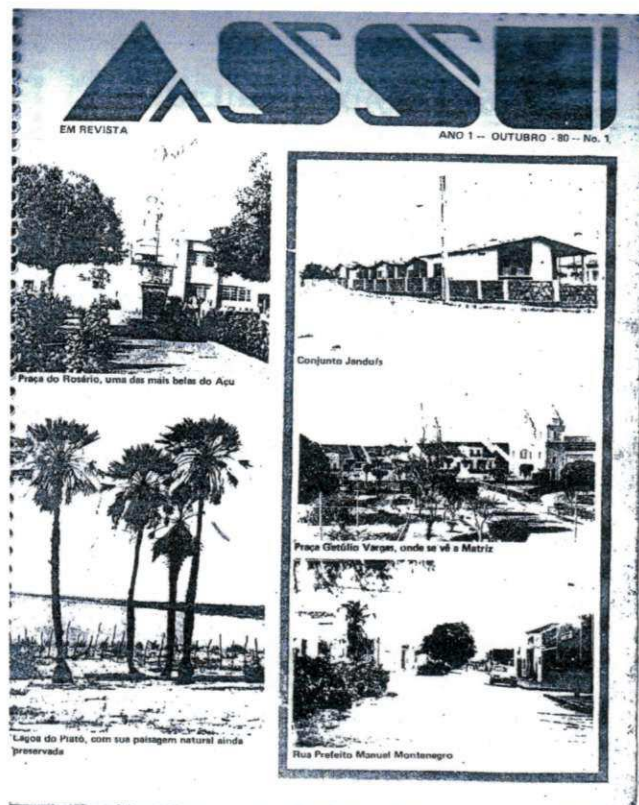


Figura 23. Capa de *Assu em Revista* (1980).

Percebe-se na capa da revista em destaque à alusão a arquiteturas tidas como tradicionais no cenário assuense: a Praça do Rosário e a Praça onde se localiza a Matriz católica da cidade, inclusive, ao lado da Matriz, observa-se o sobrado da família Amorim; o conjunto denominado Janduís (bairro recém-construído), por sinal nome da principal liderança indígena do período colonial; A Rua Prefeito Manuel Montenegro, uma homenagem política; a paisagem da cidade representada pelos carnaubais, desta feita, situados na Lagoa do Piató. Observam-se aí imagens do Assú que buscam retratar um espaço religioso, antigo, bom para se morar e com paisagem singular. Um espaço imagetivamente “harmonioso” e histórico.

Conforme reportagem jornalística “Açú em Revista trás inúmeros trabalhos assinados pelo Dr. Ezequiel Fonseca, Francisco Amorim, João Batista Machado, Maria Eugênia Montenegro, Celso da Silveira e outros açuenses, incluindo-se vários poemas e trovas de poetas da terra”.⁴⁰¹ Ainda conforme esta reportagem a referida revista seria lançada em Natal pelo Centro Assuense daquela cidade e capital, ensejo em que havia uma grande expectativa pelo ato.

⁴⁰¹ Centro lança revista sobre Açú. *Tribuna do Norte*, Natal, 12 nov. 1980, s/p.

Frente a esta ação, um dos membros do IHGRN, o assuense Minervino Wanderley de Siqueira, endereçou carta a Francisco Amorim, este último redator da revista e também membro do referido Instituto. Siqueira demonstrou forte apreço pela produção se emanando no pensamento de Francisco Amorim e demais escritores no sentido de fazer com que as novas gerações acordem para o amor a terra e para a valorização da cultura local composta no passado, evidenciando que “É preciso, porém, despertar essa geração nova, para que a mesma receba, com altivez e galhardia, o facho sagrado do amor a terra, para que a mesma, tão bela, continue sobranceira livre, poética e feliz para os nossos descendentes”.⁴⁰²

Assu em Revista teve como missão o “resgate” da história assuense, em suas páginas encontram-se referências a espaços e sujeitos ditos importantes. Propõe-se uma valorização do passado, uma síntese da história assuense, “as coisas do passado”, os heróis assuenses/nacionais”, atos “gloriosos”, a exemplo da libertação dos escravos e menção a “vocação poética dos assuenses”. Por isso, à Revista:

[...] orienta-se no sentido de propagar, espalhar e difundir os hábitos, os costumes, a tradição e a história da comunidade assuense, desde os seus primórdios até a estação presente. Destacando os seus filhos, valorizando seus feitos, enaltecendo as suas ações e dinamizando as suas atitudes, como um exemplo a geração presente e um roteiro a geração futura.⁴⁰³

Além dessa proposta, nota-se ainda no texto de apresentação da referida revista certa readequação discursiva em relação ao contexto da época, pois embora tenha se ressaltado o “regaste” das tradições, este texto fazia menção ao desenvolvimento da cidade e aceitação da “tecnologia moderna” pelo setor agrícola. Estas questões foram postas no sentido de denotarem o crescimento do município, acionadas textualmente para reforçarem o “engrandecimento do rincão nativo”. Esse foi um texto publicado numa revista em que não só Francisco Amorim escrevia, mas também outras pessoas, o que implica em outras contribuições e pensamentos. Esse caráter duplo de enfoque da revista se materializou nas páginas da mesma, pois ainda que se perceba uma maior quantidade de matérias acerca da história, poesia e “tradição” assuense, também foram postadas várias propagandas de comércios e indústrias, além de destaques políticos da região do Vale do Açu.

⁴⁰² SIQUEIRA, Minervino Wanderley de. Carta a Francisco Amorim. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Op. Cit. 1981 – 1982, p. 117 -118, p. 117.

⁴⁰³ ASSU EM REVISTA. Ano 1, nº 1, outubro, 1980.

Além do mais, em 1984 o poder público municipal assuense encampava ação no sentido de restaurar o patrimônio arquitetônico da cidade, daí a tentativa de restauração dos sobrados históricos localizados no Quadro da Rua (centro da cidade). Esta atitude foi o motivo pelo qual o escritor assuense Celso da Silveira escreveu carta à redação do jornal *O Poti*, ensejo em que demonstrava sua satisfação com a tentativa de restauração dos sobrados. Evidenciando aprovação a referida ação, elencou que “aprovo o seu registro e digo mais que nossa cidade é a mais rica em sobrados, em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Lá estão, ainda de pé, nada menos de cinco sobrados, todos eles de boa feitura arquitetônica”.⁴⁰⁴

Silveira nesse enunciado traduz uma vontade de verdade produzida no campo cultural, uma investida escriturística de soerguimento de um espaço que apresentava também sobrados históricos e tradicionais, onde moraram poetas e poetisas. Ele continuou em sua carta lamentando que sobrados como o da baronesa e da família Amorim não fossem disponibilizados para restauração, pois havia entraves por parte de herdeiros dos mesmos. Conforme Silveira, o escritor Francisco Amorim era a favor da intervenção no sobrado da família. Por fim, se remetia ao sobrado de sua família que estava sendo disponibilizado para a investida da Prefeitura Municipal. Observa-se aí que os sobrados são páginas da história assuense e que, por sua vez, não poderiam ser apagadas, tanto é que em 1991, este escritor voltou a escrever em defesa dos “velhos sobrados assuenses”, relatando as principais arquiteturas desse porte no Assú, ocasião em que se remetia a antiguidade dos mesmos os associando a personalidades ditas importantes da cidade.

Ainda nesta matéria lamentava a perda destes sobrados para o progresso, oportunidade em que cita dois casos: “O sobrado de Zé Ramalho e Alfredo Soares tombaram em nome do progresso. No lugar do primeiro surgiu uma residência. Parece um túmulo de mármore. No do outro, uma casa comercial com aquelas horríveis portas de rolo de aço”.⁴⁰⁵ Silveira demonstra indignação para com a derrubada dos sobrados assuenses. Fez um relato demonstrando forte relação com os mesmos, até porque nasceu em um destes no Assú e realizou memorial sobre os sobrados para a Fundação José Augusto. Observam-se aí dizeres que buscam “preservar” à história do Assú através de seus sobrados.

Foi este mesmo jornalista e escritor que organizou a “História de Assu” em quadrinhos, justamente no ano de 1989, período de forte efervescência em prol da

⁴⁰⁴ SILVEIRA, Celso. Os sobrados de Assu. *O Poti*, Natal, 09 nov. 1984. Cena Urbana, s/p.

⁴⁰⁵ SILVEIRA, Celso. Velhos sobrados assuenses. *O Poti*, Natal, 11 ago. 1991, p. 5

conservação da história, cultura e identidade assuense. Silveira juntamente com outras pessoas formou o “Grupo de Pesquisa e História em Quadrinhos” em Natal. Na apresentação desta produção, Silveira informava sobre a necessidade de um estudo em maiores proporções acerca da história assuense, pois segundo este jornalista estudos pretéritos como o de Antônio Soares (Dicionário Histórico do RN) e Pedro Amorim (O Município de Assú) não haviam ido a fundo à análise de documentos para fazer uma interpretação completa da área cultural da cidade, em especial acerca da “Atenas Norte-Rio-Grandense”.

Logo após, ele ainda menciona a estratégia dos quadrinhos, pois evidencia que “sendo uma linguagem de rápida compreensão, a HQ leva sobre as outras formas de linguagem a vantagem universalizadora do tema, pela “leitura” das imagens”.⁴⁰⁶ Este enunciado diz respeito a estratégias operadas pela formação discursiva investigada no sentido de acompanhar os tempos, de atualizar a forma de contato e, por conseguinte de persuasão. Tanto é que essa ação transparece ter sido uma investida direcionada para sanar um problema levantado por Francisco Amorim um ano antes da produção desta história em quadrinhos, ocasião em que esse escritor informava em matéria jornalística (p. 198 -199 deste trabalho) que ocorria um desinteresse, por parte da juventude pela história da terra. Ele ainda dizia que essa geração estava ligada a leituras “menos recomendáveis”, a exemplo de “cadernos de figurinhas”. Daí parece que Silveira e grupo tentariam estrategicamente conquistar também este público, já que a “história da terra” viria também por meio de figurinhas. Compreendem-se, assim, explicitamente as estratégias na tentativa de conservação da história e cultura locais. Imagens da obra:

⁴⁰⁶ SILVEIRA, Celso. *História de Assú*. (Quadrinhos). Natal: GRUPHQ, 1989.

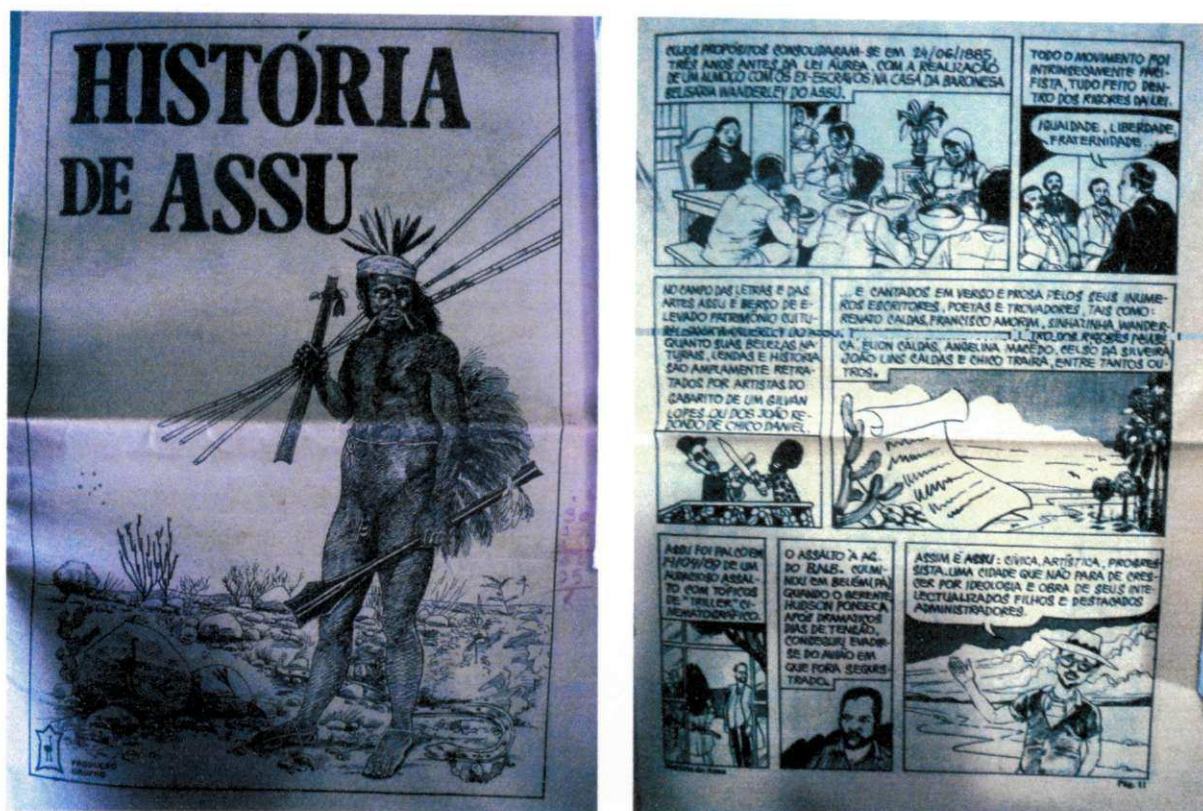


Figura 24 e 25. Capa e Página 11 da obra *História de Assu* (quadrinhos)

A intenção de conquistar pela imagem demonstra ser efetiva, pois as imagens constantes nesta produção comunicam acerca da *história, da poesia e da tradição* assuense. Ora, em tempos de TV no Brasil e de outros meios de comunicação que prenunciavam a globalização da mídia, a captura de leitores pela imagem traduz uma estratégia para fazer circular “a identidade” assuense em detrimento de outras possíveis identificações, até por que, nas últimas décadas do século XX, o mundo passava por constantes mudanças: políticas, midiáticas, eletrônicas, alimentação, vestuário, novas formas de relacionamentos, músicas, entre outros. Fruto dessa conjuntura observa-se que se tornou disponível uma gama de formas de identificação capazes de deslocar as antigas identidades fixas, a exemplo daquelas nacionais. Daí, Gordon assinalar que se vivenciava uma experiência metafóricamente comparada a um supermercado cultural global, oportunidade em que este último se expandia “[...] à medida que a identidade cultural que é dada às pessoas “naturalmente” torna-se progressivamente consciente e à medida que a identidade cultural que as pessoas podem criar a partir do supermercado cultural torna-se mais aberta com as possibilidades”.⁴⁰⁷ Ou seja,

⁴⁰⁷ GORDON, Mathews. Sobre os significados de cultura. In: **Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p.51.

este autor sustenta a tese de que existe uma vasta gama de identidades culturais disponíveis para aquisição no mundo.

Outro autor que colabora com esta ótica é Hall, ele informa acerca dos efeitos da globalização considerando que descentradas as identidades da modernidade caminha-se para uma época de identificações culturais situadas numa modernidade tardia. Para tanto, elenca que:

Quanto mais a vida social se torna mediada mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.⁴⁰⁸

Como reverberação desse contexto, possivelmente a produção em quadrinhos analisada indica reação ao mundo diverso, pois sua investida é na “identidade assuense” pautada no passado e na tradição. Daí logo na capa dos quadrinhos foi postada à imagem do líder indígena Janduir, logo após, nas páginas seguintes observa-se a evolução da história chegando até as predisposições culturais mostradas na página 11. É uma história das origens étnicas à cultura intelectualizada da civilização.

3.3.1 - Nas páginas da Tribuna: A “tradição” “à beira da falência”

Em agosto de 1990, no Jornal *Tribuna do Vale do Açu* era veiculada na coluna “Do meu canto”, de autoria de João Marcolino de Vasconcelos (Lou), a matéria intitulada *À beira da falência*, nesta, o autor ao passo que se reportava a “II Feira de arte e cultura da cidade de Assu”, realizada naquele ano, expressava sua insatisfação para com o panorama cultural de sua cidade, notadamente acerca da falta de iniciativas e movimentos que pudessem preservar a arte e a cultura local. Seu discurso pretendia naquele momento sensibilizar seus conterrâneos a pesquisarem, analisarem e conservarem tal cultura. Além do mais, a referida proposição era justificada pelo autor da matéria em função de o município não possuir “entidades culturais” voltadas para a preservação e divulgação do “patrimônio histórico e

⁴⁰⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 75.

cultural”. Para ele o conhecimento do “acervo cultural” da cidade foi obra de escritores como Francisco Amorim, Manoel Rodrigues de Melo e Celso da Silveira, relatando que:

Hoje, no Assu, se lê menos, e muito menos se escreve. Sem que implante a conscientização dessa realidade atual de nossa cultura, nos seus diversos aspectos, sombrio será o seu futuro, sobretudo quando as últimas reservas de que dispomos, tendem a desaparecer no parnasco literário da nossa decantada Atenas [grifo nosso], sem substitutos, como desapareceram João Lins Caldas, Palmério Filho, Rômulo Wanderley, João Celso Filho e tantos outros construtores da nossa arte e da nossa cultura provincianas, à beira da falência. É o que penso DO MEU CANTO.⁴⁰⁹

Neste enunciado, Vasconcelos, o mesmo que publicou a *Coletânea Literária Assuense*, em 1977, demonstra uma séria inquietação com o cenário cultural de seu espaço, transparece o medo da perda de referenciais estabelecidos pela falta de consciência da população. No ato de sua argumentação, atribui relevância ao referencial literário, pois imputa ao Assú o *status* de “Atenas”, concomitantemente cita poetas e escritores como responsáveis pela construção cultural da cidade. Sua narrativa possui uma tonalidade identitária demarcada pela manutenção de um ideal de cultura, por sua vez, gestada num passado arquetípico. Uma cultura comparada a um grande empreendimento que não poderia chegar à falência, pois os resultados deste processo seriam danosos para a comunidade assuense. Ainda argumentou à falta de instituições de zelo e propagação cultural no município, evidenciando que outras cidades, a exemplo de Mossoró, possuíam tais instituições.

A matéria referenciada acima (*À beira da falência*) é uma das mais sintomáticas para se pensar certa inquietação quanto ao cenário cultural da cidade, pois tal questão atravessa outras matérias veiculadas neste mesmo jornal assuense entre anos de 1988 e 1991, daí não se seguir neste tópico uma linha cronológica acerca de tais conteúdos, mas sim uma linha de pensamento e, por conseguinte de problematização. Neste recorte temporal, podem-se verificar discursos em nome da valorização da cultura local, em prol de um ideal de cidade, por sua vez, entrincheirada em uma tradição literária, envolta em uma fábula espacial que representaria algo do mais alto teor no campo da cultura.

Como desdobramento desta discussão, Vasconcelos escrevia outra matéria intitulada “Para o bem do Assu”. Neste texto, o autor se posicionava a favor da criação de um “Museu Assuense”, ideia sugerida por outro assuense residente em Macau e levada a consulta pública

⁴⁰⁹ VASCONCELOS, João Marcolino de. À beira da falência. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, ago. 1990. Do meu canto, s/p.

por meio de plebiscito realizado durante a feira de cultura ocorrida no município, ensejo em que o jornalista considerava um absurdo os 27 votos contrários à criação do Museu. Para ele, quem era contra a tal iniciativa, também era contra a alfabetização. Ainda mencionava que “[...] nós, assuenses precisamos do nosso Museu para guardar e preservar o que ainda resta de nosso acervo”.⁴¹⁰

Sendo assim, o espaço jornalístico criado pela *Tribuna do Vale do Açu* possibilitou a promoção dos discursos enunciadores de uma cultura local, pois em matéria sobre o jornalismo assuense, intitulada *Jornalismo - a contribuição Assuense*, Marcos Antônio Filgueira, após historicizar a presença deste meio de comunicação em Assú, de modo a lhe conferir aspectos lendários, informa que “quando a 23 de abril de 1988, surge a TRIBUNA DO VALE DO AÇU, retoma-se mais uma vez a saga centenária do jornalismo assuense, inserindo-se nessa grande lista de contribuição literária da tradicional terra dos poetas”.⁴¹¹

Ou seja, pairava sobre este jornal uma atmosfera de continuidade de uma tradição jornalística assuense, pois a escrita de Filgueira deixa transparecer este ideal em torno da *Tribuna do Vale do Açu*, jornal que sequenciaria uma tradição centenária da cidade, seria um dos meios de debate e veiculação da cultura local. Além do mais, a presença de intelectuais compondo os quadros deste semanário aponta para uma postura tradicionalista deste meio de comunicação assuense. Ainda, para o autor da matéria, o segmento jornalístico estava intrinsecamente ligado à tradição assuense de terra dos poetas, uma vez que fica subtendido que um espaço do saber, como o poético, precisaria de um meio de comunicação que fornecesse visibilidade a tais produções.

Por esse prisma, de um ambiente jornalístico favorável às discussões sobre a cultura local, verifica-se outros discursos no mesmo periódico que acabam por colaborar com a inquietação delineada por Vasconcelos, autor de *À beira da falência*, oportunidade em que alguns discursos explicitam a culpabilidade da administração municipal no tocante a valorização das artes e cultura assuense. Em matéria intitulada *Animação cultural é sucateada pelo Município*, de 1989, a equipe de redação do jornal *Tribuna do Vale do Açu* veicula protesto do jornalista Paulo Sérgio de Souza, por sua vez, integrante de uma companhia teatral da cidade, oportunidade em este desabafa dizendo “É inadmissível que esta terra, que no passado notabilizou-se pela quantidade e qualidade dos artistas e intelectuais que doou ao

⁴¹⁰ Id. Para o bem do Assu. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 15 set. 1990, p. 2.

⁴¹¹ FILGUEIRA, Marcos Antônio. *Jornalismo: a contribuição assuense*. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 14 jul. 1990, p. 6.

Estado, esteja hoje sucateada única e exclusivamente pela negligência e inércia de seus administradores”.⁴¹²

Para Souza, a cultura do passado assuense seria algo que não poderia está no estado em que se encontrava, pois o nível de seus artistas e intelectuais lhe alçava a um status elevado, por isso caberia aos administradores zelarem por tal “patrimônio cultural e artístico”. Inclusive este jornalista se ressentia em função da não criação, por parte do poder público municipal, de um Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. Além do mais, emerge nesse discurso a comparação de iniciativas no campo das políticas culturais em outros espaços, a exemplo do Seridó potiguar, esse recurso argumentativo foi utilizado tanto por Paulo Sérgio, quanto por Vasconcelos.

Outra matéria chama atenção quanto à ideia de preservação da cultura assuense, desta feita, outro jornalista: Franklin Jorge escrevia matéria intitulada “Para o bem do Assu”. Nesta matéria, o referido jornalista advogava a criação de uma lei municipal em prol da “memória histórica” da cidade. Nesta ocasião iniciava seu texto se perguntando acerca da existência de uma lei de “conservação” da cultura local, evidenciando, assim, que não existia, pois se existisse não teriam derrubado o sobrado da família Soares de Macedo para construção de um supermercado. Logo após, ele relembra as ações que se prestaram a “preservação” da “memória histórica” do Assú, elencando “que eu me lembre, foi o doutor Pedro Amorim o primeiro prefeito do Assu a mostra-se preocupado não apenas com o embelezamento da cidade mas também com a preservação da memória do município [...]”.⁴¹³ Posteriormente ele cita o trabalho de Nestor Lima, já analisado neste trabalho.

Jorge informava que encaminhava aos vereadores assuenses, para inclusão na Lei Orgânica do Município, sugestões para a “preservação de uma herança cultural” assuense, por isso, convocava que “vamos corrigir os erros do passado, criando mecanismos capazes de defender o passado do Assu da fúria destruidora que decorre tanto da omissão quanto da má fé de prefeitos [...]”.⁴¹⁴ Podem-se resumir as sugestões do jornalista nos seguintes pontos: que o município assumisse o encargo e manutenção de espaços culturais; a carnaubeira fosse declarada árvore símbolo do Vale; criação de um Arquivo Público Municipal para a “preservação” da memória cultural do Vale; a criação de instituições com Biblioteca Pública, Teatro e Centro de animação cultural e revitalização das pracinhas da cidade.

⁴¹² Animação cultural é sucateada pelo município. **Tribuna do Vale do Açu**, Assú, 09 set. 1989, p. 6.

⁴¹³ JORGE, Franklin. Para o bem do Assu. **Tribuna do Vale do Açu**, Assú, 1990 [setembro?], p.5.

⁴¹⁴ Loc. Cit.

Em 1991, um cidadão assuense sugeria ao prefeito municipal que os nomes de ruas que homenageavam personalidades da cidade fossem precedidos pelas respectivas profissões destes. Observa-se aí mais uma estratégia de aumentar o status dos grupos privilegiados do Assú, a menção profissional denotaria os feitos e notoriedade dos homenageados. De acordo com o jornal, o cidadão Boanerges realizou tal sugestão “com objetivo de preservar e perpetuar na história de Assu o nome de seus filhos ilustres que se destacaram na poesia, medicina, política, jornalismo, educação entre outros setores”.⁴¹⁵

Todo esse conjunto de escritas acerca da preservação da cultura assuense culmina na matéria veiculada na coluna “Ponto de Vista”, oportunidade em que o jornalista Sandro Liberato publicava uma enquete indagando: “Açu ainda é a “Terra dos Poetas”? antes, ele explanava que:

A falta de apoio a arte e a cultura já é um mal que se espalha por todo o nosso país. Assú por ser conhecida em vários lugares por “Terra dos Poetas” carrega consigo a enorme responsabilidade de manter acesa a chama da arte e da cultura de nossa cidade. Está mais do que na hora de reivindicarmos da classe política e até mesmo da comunidade uma valorização para nossa arte, para que assim, Assu realmente faça por onde merecer tal pseudônimo.⁴¹⁶

A falta de apoio à cultura citada pelo jornalista se traduz no reconhecimento de um tipo de cultura em moldes tradicionais, homogênea, ligada as coisas ditas autênticas, daí sua chamada para a valorização da “terra dos poetas”. Ainda percebe-se aí uma convocação para que a classe política e a comunidade se mobilizassem visando à valorização da cultura local, uma ação no sentido de “preservar” uma “arquitetura” artística e cultural construída preteritamente.

Por outro lado, o título da enquete: “Açu ainda é a “Terra dos Poetas?” traduz também uma preocupação com o futuro desse epíteto, não foi à toa que seis pessoas foram ouvidas pelo jornalista e apenas uma destas disse “não”, as demais responderam “sim”, que Assú era ainda a “Terra dos Poetas”, inclusive o poeta Renato Caldas.

⁴¹⁵ Boanerges e a história. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 30 mar. 1991. Nº. 151. Ano C, s/p.

⁴¹⁶ LIBERATO, Sandro. Açu ainda é a “Terra dos Poetas. *Tribuna do Vale do Açu*, Assú, 22 maio. 1991. Ponto de Vista, p. 6.

Pode-se compreender que as matérias publicadas no Jornal *A Tribuna do Vale do Açu*, no que tange a cultura assuense, são escritas que convocam a sociedade e seus representantes para valorizarem a cultura e arte local, são dizeres que evidenciam temor em relação aos rumos do prolongamento de uma “Terra dos Poetas”. Estes enunciados se coadunam com aqueles postos em circulação pelo escritor Francisco Amorim, enunciados estes manipulados para salvar a “tradição assuense” do esquecimento. Ele endereçou sua escrita às novas gerações tentando fazer com que estas reconhecessem certo “ideal de cultura”. Deve-se também compreender que o discurso do avivamento da cultura arquetípica assuense e da “preservação” deste espaço irromperam de dois lugares de produção: o IHGRN, uma vez que as marcas dessa instituição se fizeram presentes na escrita de Francisco Amorim; e o jornal Tribuna do Vale do Açu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repito a razão pela qual quis descrevê-la: das inúmeras cidades imagináveis, devem-se se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso.

Calvino⁴¹⁷

O viajante e descritor de cidades invisíveis, Marco Polo, alertava a um imperador do extremo oriente que a razão pela qual o mesmo descrevia as cidades do império estava ligada ao sentido que era produzido sobre estas, ou seja, interessava para ele descrever cidades que possuíam elementos que juntos denotariam um sentido, uma construção discursiva, um fio condutor. Este viajante tinha em mente a concepção de que as cidades são construídas e não dadas ou naturalizadas, tanto é que, mais adiante, ele volta a dizer que “as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”.⁴¹⁸ Percebe-se que as cidades são fabricadas por desejos, medos, sonhos, por discursos que as fazem existir e muitas vezes escondem seu real objetivo. Discursos interessados na manutenção de um código interno que identifique aquele espaço, que crie uma relação de dependência entre as pessoas e o ambiente.

Foi com essa percepção que realizamos este trabalho, notadamente compreendendo que as cidades também são construídas por estratégias discursivas que elasticam certo fio condutor capaz de transmitir um conjunto de imagens e dizeres para várias gerações, o que implica pensar no estabelecimento do link da tradição, ela que vem conduzida e imposta enquanto origem, autenticidade e homogeneidade. A identidade assuense foi sendo produzida nesses moldes, ela foi sendo mirada por uma dizibilidade arqueira de alvos estratégicos. Uma identidade transcendental, composta por símbolos e ícones que rebaixam o histórico ao natural, o que, por sua vez, consideramos o grande risco do discurso identitário.

Nesse sentido, uma das primeiras considerações finais deste trabalho é de que o espaço assuense foi construído enquanto uma terra de *história, poesia e tradição*. Para tanto, foi

⁴¹⁷ CALVINO, Ítalo. Op. cit. 2003, p. 46.

⁴¹⁸ Ibid.

colocada em funcionamento uma gama de discursos encarregada de compor as camadas discursivas que sedimentou um espaço possuidor de uma identidade que congrega eventos históricos ditos memoráveis, uma pretensa vocação poética advinda de berço ou fomentada pela sensibilidade em relação à paisagem local, além das tradições remetidas à cultura da cidade. Este discurso foi articulado por grupos sociais assuenses interessados na montagem de uma identidade local que servisse de trampolim para estes, pois a produção dessa identidade projetaria tais grupos, uma vez que a positividade da mesma foi orquestrada por nomes, datas e ícones ligados a estes segmentos.

Estes grupos representavam as famílias locais de destaque na vida social, econômica, política e cultural assuense, estirpes vinculadas aos primeiros núcleos colonizadores do território. A atitude colonizadora, desta feita por meio do discurso, foi estendida por boa parte do século XX. Estas famílias operaram relações de parentesco visando à manutenção do status familiar e social. Destas linhagens saíram vários escritores e intelectuais com formação acadêmica em cursos de educação superior do Norte do país, a exemplo do curso de Direito da Faculdade do Recife e do curso de Medicina da Faculdade da Bahia. Uma formação característica das elites da segunda metade do século XIX e início do XX, inclusive o maior grupo familiar nestes tempos: a família Casa Grande, da qual derivaram outros grupos, demonstrou toda essa arquitetura de projeção genealógica, oportunidade em que formou não só bacharéis e médicos, mas padres, uma vez que era importante no período a presença de um padre saído do seio familiar, status se angariava com tal situação.

Agindo por meio de relações de parentesco, formação educacional em cursos superiores, inserção no cenário de produção histórico-literário da província e do Estado, os grupos assuenses, derivados das famílias Casa Grande e Casa Forte, a exemplo dos Amorim, Soares de Macêdo, Sá, Araújo Furtado, além de outros grupos familiares como os Wanderley, se posicionaram para construir um espaço onde pudessem angariar notoriedade, respaldo identitário e projeção. Grupos estes que arregimentaram esforços para operar sua inserção no cenário identitário potiguar, uma vez que nestas circunstâncias grupos do Litoral, Seridó e Mossoró já colocavam em funcionamento suas respectivas maquinarias discursivas em prol de suas espacialidades e identidades, ponto pelo qual os assuenses também entrariam para o conjunto de espaços do Rio Grande do Norte a possuírem projeção identitária. Se ainda no Império grupos assuenses, como aquele liderado pelo Barão do Assú, mantiveram relações de parentesco com estirpes de outros espaços, como as de Mossoró, no final deste mesmo século

e início do XX, os assuenses se posicionam ainda mais a favor de uma espacialidade construída e pela própria dinâmica de setores locais.

Nesse sentido, cabe registrar que boa parte dos saberes históricos e poéticos utilizados como conteúdo na formação discursiva posta em funcionamento na segunda metade do século XX, foi proveniente da primeira metade deste século, uma vez que na esteira dos discursos nacionalistas emitidos por lugares de propagação de saberes e construtores da Nação, como o IHGB/IHGRN, entre outros, foram postos em circulação enunciados que reverberaram uma verdade sobre o Assú, o que já denota o caráter discursivo dessas ações por meio da linguagem, pois “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos [...]”.⁴¹⁹

Essa primeira camada de enunciados construiu o espaço assuense enquanto uma cartografia de uma história quase épica, oportunidade em que através de obras de conotações historiográficas, produzidas por Antônio Fagundes, Nestor Lima e Pedro Amorim, o Assú insurge como território marcado por homens e feitos ditos importantes, inclusive para a Nação. É uma história dita tradicional, ancorada nos pressupostos epistemológicos do século XIX, na medida em que expressa o apego ao documento “verdadeiro”, ao racionalismo, objetivismo, precisão cronológica e destaque das individualidades exemplares. Uma história de feições corográficas, fornecendo destaque aos limites, relevo, hidrografia e especificidades do território. Uma escrita da história encarregada de fornecer os primeiros conhecimentos históricos da cidade sejam eles pelo caráter estritamente historiográfico, escolar ou administrativo.

Desse modo, o exercício de investigar a construção do espaço assuense se remete a este momento de escrita, pois além de serem dizeres que devem ser considerados na análise historiográfica, são dizeres também construtores de uma cartografia delineada por tradições de conquista (do território), heroicas e inteligentes. Fruto desse tipo de abordagem, o Assú se formou por meio da ação de bravos homens, da presença da religião católica, da ação do Estado e da presença europeia nos trópicos. Seguindo os passos históricos da Nação, a história assuense se prende a acontecimentos semelhantes aos que subsidiaram a história do Brasil, a exemplo do processo de colonização, da independência, da abolição dos escravos, da participação na Guerra do Paraguai, entre outros.

⁴¹⁹ FOUCAULT, Michel. Op cit. 2010, p. 49.

Além do mais, a história do Assú nesses escritos, é a história da civilização branca contra a barbárie indígena. Uma história que fez uma leitura das etnicidades através do critério de raça e não por meio da cultura ou diferenças. É uma história herdeira do iluminismo, pois caberia a ela iluminar a evolução da civilização na fundação dos territórios e no estabelecimento das relações em sociedade. Por meio dela, o Assú emerge enquanto espaço ancestral, lendário, espaço de tradições que não se negou aos movimentos cívicos da pátria. A ideia de cidade antiga foi orquestrada nessa camada de enunciados. Remetem-se, assim, a antiga comarca, a Vila Nova da Princesa, a emancipação política do Município e o primeiro jornal publicado na cidade, elementos que denotam origens e fundação.

Além dos escritos situados no campo da historiografia, outros escritos, dessa feita, constantes no âmbito literário, também operaram a construção do espaço assuense lhe imputando certa face poética. Trata-se de discursos que inspirados no patriotismo brasileiro e situados nas especificidades de produção bibliográficas estaduais, colocaram em circulação a concepção do Assú reduto de poetas, “terra dos poetas”. Para tanto, a obra *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), de autoria de Ezequiel Wanderley, se prestou a listar um considerável número de poetas assuenses, de modo que esta mesma obra seria tida posteriormente como um dos marcos pelo qual se fundamenta uma “terra da poesia”.

Chegamos à conclusão de que a obra de Ezequiel Wanderley foi uma produção interessada na construção de uma imagem poética assuense, já que inspirados no método arqueológico foucaultiano, escavamos o solo em que foi produzido o referido livro, o que permitiu que encontrássemos diferentemente do que foi apregoado em *Poetas do Rio Grande do Norte*, uma situação em que enquanto foram incluídos em torno de vinte oito poetas assuenses, foram também excluídos outros poetas que faziam parte da cena literária potiguar, o que traduz certa contradição de proposta não só da obra de Ezequiel, mas também de outro livro que se propunha mais adiante em expandir o *Panorama da Poesia Norte – Riograndense* (1965), este de autoria de Rômulo Wanderley.

Assim como os discursos já citados acima, outros enunciados emergiram no mesmo período fazendo menção ao Assú e as ações patrióticas circunstanciadas nesse espaço. O que se observa em várias situações é que, a Nação era o destino final de atos ditos gloriosos. A emergência dos saberes nesse período seguiu, em partes, a pretensão dos discursos construtores da identidade da Nação, oportunidade em que seguindo o modelo de unidade nacional, a história e poesia assuense foram sendo produzidas como se fossem atributos

prontos, definidos e “enraizados” no espaço assuense, constituindo um a priori histórico e poético.

No entanto, a identidade nacional construída ao longo do tempo no Brasil, em especial no século XX, se tornou inconclusa, haja vista os lugares comuns que caiu, a exemplo do tripé: meio, homem e história, além de contradições como aquela em que se postulou a universalizante ideia de civilização e a particularizante concepção de cultura.⁴²⁰ A pretensa identidade atribuída ao Assú na esteira desse contexto patriótico também acaba caindo numa armadilha, pois a suposta unidade histórica e poética se fragiliza quando se prendeu somente aos homens ilustres, datas magnas e intelectuais. Além do que, como se falar apenas dos feitos e sujeitos de destaque na cena da cidade, quando esse mesmo destaque não abarca as diferenças assuenses? Os arquitetos da história e poesia local esqueceram-se de desenhar em suas escritas pontos pelos quais a cidade não se resumisse apenas a setores já privilegiados em visibilidade.

Os saberes delineados como construtores da cartografia assuense foram reapropriados na segunda metade do século XX com vistas à sedimentação da segunda camada discursiva construtora do espaço assuense. Necessitávamos, assim, de compreender a dinâmica acerca da emissão de enunciados com conteúdos remanescentes de um momento pretérito, ou seja, como entender a presença de dizeres anteriores tão reatualizados em outro momento sem recorrer à noção de tradição, que pressupõe origem e continuidade, daí nos valem da concepção de enunciado proposta por Foucault em *Arqueologia do Saber*, ensejo em que o enunciado, enquanto conjunto linguístico não canônico, mas histórico, possui caráter singular enquanto acontecimento está aberto a repetições, transformações e reativações, ate porque os enunciados relacionam-se com domínios vizinhos, daí os escritores da segunda metade do século XX repetir, transformarem e reativarem enunciados emergidos na primeira metade do século. Deve-se entender outra característica dos enunciados que é aquela em que eles podem ser compostos, recompostos e decompostos, bem como articulados em prol de dada circunstância, pois fazem parte de um jogo enunciativo, onde possuem sua participação.

Nesse sentido, emergem nos discursos pós 1950, enunciados que fazem referências ao Assú de uma natureza encantadora, de heróis da Guerra do Paraguai, de tons inteligentes e poéticos, cidade composta de intelectuais, um lugar de uma história merecedora de

⁴²⁰ BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 403 – 429.

reconhecimento em função de sua grandiosidade, por sua vez, respaldada pelos feitos de homens ilustres e eventos dignos de serem registrados pela história e memória. Transcorre aí uma história, adaptando a perspectiva de Paul Veyne⁴²¹, invariante, pois transparece a “verdadeira realidade”, uma permanência de trato, uma decidida percepção de evolução histórica constando das mesmas marcas. Nesse caso, a diferença não aparece, haja vista o foco já está direcionado, o trato da história da cidade até certo ponto é holístico, pois pressupõe uma totalidade (restringida), um centro (conjunto de signos já citado) e uma evolução que se destina a legitimar a arquitetura simbólica já armada no passado.

Desse modo, os enunciados emergidos na primeira metade do século XX não foram recepcionados na segunda metade do século somente pelo caráter de mera repetição, mas a repetição aqui é encarada como uma reativação inventiva, oportunidade em que não se tem uma retomada de um bloco estático de enunciados, mas uma atualização destes nas artes de fazer com história e poesia o espaço assuense, pois em nossa perspectiva analítica, eles não são determinados por causas necessariamente sociais e econômicas, mas como integrantes de feixes de relações discursivas capazes de fazer emergir temas e conceitos, ou seja, os enunciados são componentes ativos da linguagem, por sua vez, responsáveis pela produção de objetos, o que implica numa linguagem pragmática ou de uso, como diria Araújo.⁴²²

A escritora e poetisa Sinhazinha Wanderley demonstrou mediante sua escrita a força da linguagem, oportunidade em que por meio desta romantizou sua cidade, decantou seus lugares prediletos e contribuiu para a construção do espaço assuense imprimindo uma pedagogia do espaço, ensejo em que buscou ensinar aos cidadãos de sua cidade a necessidade de conhecer os bons costumes e a história assuense ainda com marcas de moralidade, patriarcalismo e religiosidade. Sinhazinha pode ser considerada o “termômetro” da década de 1950 em Assú, através de sua escrita se rastreou um cenário em mudança, ponto pelo qual descobrimos possíveis implicações que desencadearam uma ação efetiva no campo da escrita a favor da “consolidação” de imagens identitárias para o Assú. O movimento discursivo posto em prática neste período destinou-se a alavancar a identidade de uma terra de *história, poesia e tradição*, pois dada as circunstâncias do pós 1950, marcado por tantas modificações na vida da cidade, por sua vez, inicialmente pressentidas pela professora Sinhazinha Wanderley, desafiou ou envolvidos na construção do espaço assuense a produzirem cognomes culturais para cidade na tentativa de definição deste espaço.

⁴²¹ VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Trad. José Vasco Marques. Lisboa: Gradiva, 1989.

⁴²² ARAÚJO, Inês Lacerda. Op. cit.

Os enredos que produziram a pretensa tradição assuense foram perscrutados enquanto enunciados estratégicos, são derivados de relações de força. Os enredos são tramas pelas quais se encenam o espaço assuense, são fios que se entrecruzam na costura do tecido imagético-discursivo do Assú, são urdiduras de um pano que se pretende uniforme, idêntico, bem alinhado e sem pontos entre abertos. Os enredos foram abordados naquilo que proporcionam interrogar uma vontade de verdade de escritores interessados em respaldar dada situação identitária capaz de produzir um saber e um poder, por sua vez, erigindo um “lugar próprio” de onde se fala e comanda uma visibilidade sobre a cidade. Ao enredarem Assú por meio da tradição, tentam estabelecer um lugar, uma ordem do que é o Assú e concomitantemente vencer o tempo, até por que, de acordo com Certeau, o próprio “[...] permiti capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É o domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo”.⁴²³

Os escritores assuenses do pós 1950 tiraram proveito de uma gama de discursos pretéritos, de modo que operaram por meio de estratégias discursivas visando à expansão destes campos, daí, por exemplo, a concepção de um Assú berço de tradições inteligentes e jornalísticas ter sido atualizada como Assú cidade de poetas, “terra de poetas” e “Atenas Norte-Rio-Grandense”. Por meio desses epítetos, a cidade emergia como reduto de poetas, glosadores e trovadores. Foi operado um movimento no sentido produzir uma identidade ainda mais forte, notadamente por meio de enunciados afirmativos de que o Assú deveria se reconhecer e ser reconhecido como terra berço da poesia potiguar.

O epíteto “Atenas Norte-Rio-Grandense” emerge na segunda metade do século XX, momento em que há uma forte investida discursiva por meio de escritores ligados a instituições como à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e o IHGRN. A decantada “Atenas” é fruto do decisivo posicionamento dos setores intelectuais assuenses, é a tentativa de consolidar a imagem poética da cidade. Este epíteto soou mais forte do que “terra de poetas”, “terra dos poetas” ou “cidade dos poetas”, pois acreditamos que a busca de assemelhar-se a espacialidade da antiga Atenas grega tenha sido uma estratégia de maximizar a identidade cultural da cidade. Devemos lembrar aos nossos interlocutores de que a investida em prol de um espaço da poesia foi operada também para assegurar posições poéticas assuenses alavancadas no início do século XX, pois na década de 1950 insurgiram discursos

⁴²³ CERTEAU, Michel de. 2011a, p. 94

recomendando aos assuenses que deixassem a poesia de lado e olhassem para a realidade como ela é. A partir de tal situação, a emergência da “Atenas Norte Rio-Grandense” configura-se como uma reação a possibilidade de perda de antigos referenciais literários confluindo ainda para (de) marcação de um espaço de feições jocosas.

Ainda no conjunto de enredos investigados no segundo capítulo, nos deparamos com enunciados que projetavam outro epíteto em relação ao Assú, a saber: “terra dos verdes carnaubais”. Naquele instante precisávamos resolver as seguintes questões imbricadas: como analisar um movimento discursivo que se reportava a uma espécie vegetal (carnaubeira) em termos culturais? Ora, como abordar a relação natureza e cultura por meio de uma análise do discurso? Para tanto, recorreremos ao conceito de paisagem, oportunidade em que através da leitura de Simon Schama compreendemos que paisagem é cultura antes de ser natureza, pois esta última quando é alvo de ditos e escritos perde seu lado “natural” e passa a ser outra coisa: paisagem. Por isso, quando espécies da natureza são alvos de discursos ao ponto de se gerar uma imagética sobre as mesmas, temos aí a fabricação de uma paisagem, esta que é um repositório de mitos, lembranças, sensibilidades e desejos.

Além disso, no movimento de construção do espaço assuense mediante a ação dos grupos familiares interessados na projeção da cidade e respectivamente no seu próprio reconhecimento, a produção da paisagem dos verdes carnaubais denota um jogo de interesses, os quais podem ser resumidos em quatro pontos: primeiro, ocorreu um deslocamento da matriz econômica de poder propiciado pelos carnaubais, advinda da extração da cera de carnaúba, para uma matriz cultural e simbólica, uma vez que, decaída a referida economia, coube aos agenciadores da paisagem providenciar uma possível solução para a perda do poder propiciado pela carnaubeira; segundo, fabricou-se uma paisagem verdejante provavelmente como um caminho encontrado pelos assuenses para minimizar a imagem triste e sofrida causada pelo pertencimento a uma região semi-árida, caracterizada por um clima quente e seco, pois o verde seria a esperança, ofuscaria a predominância vegetal da caatinga; terceiro, a paisagem dos verdes carnaubais foi mais uma estratégia para (de)marcação identitária do espaço assuense, pois alçar Assú a “Terra dos carnaubais” significou alargar ainda mais o repertório de elementos que somados tentam criar uma relação de apego e pertencimento com a cidade. Quarto, consideramos que o fortalecimento desse epíteto explique uma estratégia geopolítica, pois em termos de região do Vale do Açu, tornou-se importante a produção dessa paisagem assuense, pois com a criação de alguns municípios na área onde antes seria de domínio assuense, o Assú perderia o status de espaço reconhecido pelos seus carnaubais, uma

vez que outros municípios também seriam reconhecidos, inclusive o Município de Carnaubais.

Assim, o segundo capítulo se ocupou da análise dos enredos da tradição porque os enunciados dessa segunda camada discursiva analisada se traduzem em cenas de uma cidade. Primeiro em função de sua exterioridade, pois são cenas emitidas de ângulos diferentes, mas não perdem a tentativa do alvo. Segundo, são cenas que mais se parecem a um emaranhado de fios que ao serem olhadas de perto percebe-se os entrelaçamentos dando corpo a um tecido. Terceiro, por mais que as cenas estejam em condição de dispersão, acabam por regularizar e positivar uma forma de ver e construir o espaço mediante uma ótica sequenciada de acontecimentos que convergem para propulsar Assú como uma terra letrada, dadivosa e histórica.

Além do que, os discursos interrogados foram considerados como enredos, uma vez que são maneiras de juntar e ligar determinados elementos simbólicos numa rede tecida por certa compreensão de tempo e espaço. São formas que tentam entrelaçar os leitores numa trama construtiva do espaço assuense, numa tessitura de uma paisagem. Assim, investigamos nesta parte do texto como emerge uma cidade texto tecida e trançada por “tecelões” que estavam ligados a vários “ateliês” e que por meio de seus recortes e alinhavados contribuíram para viabilizar um *textum*, *textura* ou tecido imagético-discursivo do Assú.

Nesse sentido, percebe-se neste momento a atuação da ordem do discurso, uma vez que por esta acepção entendemos que o discurso está para além de falas e narrativas que apenas representam o real, ele diz respeito a uma modalidade da linguagem capaz de produzir objetos, coisas e espaços, sendo assim, imbuído de funções e sentidos carregados de interesses, estratégias e táticas. O discurso é feito de interdições e posturas interessadas, ele assume papel de capital importância na imposição de imagens, no recorte de espaços e na invenção de tradições identitárias. Muito do que se enuncia sobre algo é derivado de uma ordem discursiva que regula, seleciona e articula dizeres responsáveis por certa visibilidade atribuída aquilo que se está comunicando em função enunciativa como uso.

Por isso, a identidade da cidade parece existir pronta e acabada no passado ao ponto de este ser considerada como um tipo de reservatório capaz de fornecer subsídios para a continuidade do mesmo no presente. Têm-se aí uma identidade, como aponta Silva, normalizada, ou seja, aquela que é fixada como norma. Neste caso, há uma manifestação evidente do poder, pois “a identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da

identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como a identidade”.⁴²⁴

Nesse sentido, “Assú de tradições”, à “terra de poetas”, a “Atenas Norte-Rio-Grandense” e à “terra dos verdes carnaubais” fazem parte de uma mesma e pretensa identidade assuense, na medida em que foram produzidas quase pelo mesmo grupo de intelectuais e escritores. No nível do discurso, foram em muitas circunstâncias articuladas, daí, por exemplo, constarem enunciados já problematizados neste texto que denotam esta prerrogativa, na medida em que se remetem aos carnaubais, mas informam sobre as sensibilidades poéticas que estes propiciam; já outros discursos mencionam a poética dos carnaubais; neste mesmo arquivo de imagens e discursos, existem enunciados que se reportam a história do Assú se valendo da paisagem dos verdes carnaubais ou que a história da cidade tem como atores de destaque os poetas e suas poesias. Portanto, ocorre uma normalização de “a identidade” assuense, pois foi construída ao longo do tempo como normal e natural.

A construção desencadeada em prol de uma terra de *história, poesia e tradição* foi executada, mas também foi “preservada” pelos discursos do escritor assuense Francisco Amorim e pelos enunciados jornalísticos na década de 1980 e início da década de 1990. Dizeres que avivam um passado tido como memorável e escritos que tentam preservar o espaço, por sua vez, confundido com um lugar hierarquicamente bem arrumado, tradicional e naturalmente poético. Dentro da formação discursiva em que analisamos, em um determinado momento, nos deparamos com enunciados que não só (de)marcavam o espaço, mas agiam no sentido de conserva-lo, de fazer com que dure. Um exercício de conter o tempo diligenciando para barrar o redemoinho temporal que traga aquilo que se pretende sólido. Para compreender escrituras defensivas em relação a um espaço e sua identidade, recorreremos aos jornais do período no sentido de acompanhar as transformações ocorridas na cidade do Assú, a partir daí constatamos em nome do que e de quem se preservava e contra o que se lutava. Por isso, uma formação discursiva, conforme Foucault, somente pode ser singularizada quando conhecidas as estratégias que nela se desenrolam, ou seja, perceber como as manipulações, articulações e cálculos efetuados por certa ordem foram desencadeados dentro de um mesmo jogo de relações.⁴²⁵

⁴²⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op cit. p. 83.

⁴²⁵ FOUCAULT, Michel. Op.cit., 2012.

Em Francisco Amorim observamos uma escrita sobre vários temas da história assuense, a exemplo do teatro, da imprensa, do Colégio, da infância, entre outros. A memória foi acionada como dispositivo capaz de “avivar o passado”. Observa-se neste ponto do texto, a tentativa de consagração de uma verdade histórica, poética e tradicional sobre a cidade. É a história a serviço da produção do espaço, é o delineamento de uma cartografia cultural que conserva os lugares estabelecidos no passado, que rege um sistema de entendimento que atribui liderança “aos homens fazedores de história” e que se exorciza a si própria, pois é uma história a serviço da memória, é um movimento de conservação, de estabilização e guarda e não uma forma compreensão através das diferenças, transformações, desnaturalizações, entre outras.

Consideramos que Francisco Amorim foi decisivo para a já citada formação discursiva investigada neste trabalho, pois fazendo uso de sua participação no IHGRN e da representação autoral que possuía na cidade do Assú, este escritor agenciou discursos “contundentes” para a sobrevivência da referida formação discursiva, seus discursos traduz o que citamos anteriormente, a saber: as articulações no nível do discurso das tradições históricas, poéticas e dos verdes carnaubais. Seus livros, a saber: *História do teatro no Assú* (1972), *Açu no Roteiro das Glosas* (1983), *História da Imprensa do Assú* (1965), *Forrobodó* (1984), entre outros, demonstram a intenção de fazer com que a história, a poesia e a tradição dialoguem, se juntem, se emaranhem, para que numa síntese de tudo isso, pudesse servir de exemplo para as novas gerações.

Neste movimento de “preservação” de um espaço arquetípico e sua identidade, outros escritores e jornalistas atuaram no sentido assegurar um lugar para as arquiteturas, eventos e sujeitos tidos como identificadores da cultura/história local. Esse movimento transparece ter afetado os setores ligados à promoção da cultura na cidade, inclusive o próprio poder público municipal que no final dos anos de 1980 e na década de 1990 desencadeou ações materializando o discurso emitido de dentro da formação discursiva, agindo para produção do arquivo de imagens que visibiliza Assú nos moldes já elencados neste texto. Daí observa-se obras como a construção de um anfiteatro e de um monumento em uma das entradas da cidade que oferecem aos munícipes e aos visitantes a sensação de um espaço outro, até mesmo confundido com a Atenas grega ou com o paraíso.

Esta ação de preservação da história e cultura local, tentou-se fazer com que as novas gerações pudessem ter acesso ao conteúdo alvo de preservação no sentido que fornecessem

continuidade a mesma para que não percesse. Para tanto, foram utilizadas estratégias de comunicação junto a este público, a saber: revista e história em quadrinhos. Estas duas maneiras parecem evidenciar a possível solução do problema apontado pelo escritor Francisco Amorim, notadamente de que a juventude estava alheia à história da cidade. Por isso, foram postos em circulação enunciados impressos em *Assu em Revista* (1980) e história de Assu (quadrinhos), 1989, denunciando, assim, estratégias explícitas da tentativa de arrastar no tempo a “história da terra”.

Por fim, reportagens, matérias e artigos da *Tribuna do Vale do Açu* fizeram menção a certa crise vivida pela cultura local, abrindo espaço para a publicação de duas matérias com os respectivos títulos: “A tradição à beira da falência” e “Assú ainda é a terra dos poetas?” artefatos textuais que insinuam a inquietação dos que se diziam amantes da tradição, ligados às coisas da terra. Escritas que advogavam a conservação da memória local, dizeres que a todo instante tentavam avivar o passado para que este não sucumbisse. Com o desaparecimento de vários escritores e poetas locais, a Tribuna tornou-se o espaço por excelência no qual o discurso de uma terra de *história, poesia e tradição* era reverberado. Assim, chegando o início da década de 1990 ficou patente que “a tradição estava à beira da falência”, circunstância pela qual possivelmente o poder público municipal e setores da sociedade assuense tenham se movimentado deste momento em diante na busca de materializar o discurso erigido na formação discursiva problematizada neste trabalho, daí sendo construído, por exemplo, o “Recanto dos Poetas” “Beco dos Poetas”, a Biblioteca Maria Eugênia M. Montenegro, monumentos, entre outros. Em determinados momentos o São João realizado na cidade de “São João mais antigo do mundo”.

Portanto, operamos neste texto o descortinamento da construção do espaço assuense através de estratégias discursivas agenciadas para projetar o Assú enquanto espacialidade/identidade no cenário cultural potiguar. Observamos que o Assú não é apenas um recorte natural, econômico ou político, mas especialmente discursivo; território fruto do cruzamento de várias temporalidades e espacialidades que no âmbito de uma formação discursiva foram postas a serviço da construção de uma unidade espacial. O Assú enquanto espaço dentro da Nação, espaço dos poetas, dos carnaubais e de uma cultura arquetípica emerge por meio de uma constelação de sentidos que visam à produção de uma imagem homogênea e um discurso tradicionalista para a cidade. O que realizamos frente a esta construção espacial foi problematizá-la, oportunidade em que buscamos desnaturalizar certa

visão transcendental acerca do Assú, procedemos, assim, um mapeamento das forças discursivas que se encarregaram de produzir tal ótica.

FONTES

- **Jornais**

Jornal A República (Natal)

Ano – 1958
Ano – 1960
Ano – 1981
Ano – 1986

Jornal A Cidade (Assú)

Ano – 1908
Ano – 1913
Ano – 1922
Ano – 1923
Ano – 1927
Ano – 1928

Jornal O Poti (Natal)

Ano – 1972
Ano – 1984.
Ano – 1991

Jornal O Mossoroense (Mossoró)

Anos – 1950 - 1976.

Jornal Tribuna do Norte (Natal)

Ano – 1980

Jornal Diário de Natal (Natal)

08/10/1983

Jornal Opinião (Natal)

06/10/1984

Jornal Tribuna do Vale do Açu (Assú)

Anos – 1988 – 1991.

- **Livros**

AMORIM, Francisco. **Educandário Nossa Senhora das Vitórias: 50 anos**. Assu: Coleção Assuense, 1977.

_____, Francisco. **Eu conheci Sesyom**. 3ª. ed. Edição Fac – Similar, Natal: Sebo Vermelho, 1991,

_____, Francisco. **Galeria do Lions**. Promoção do Lions Clube de Assú, 1969,

_____, Francisco. **História da Imprensa do Assu**. Natal – Rio Grande do Norte: Departamento Estadual de Imprensa, 1965,

_____, Francisco. **História do Teatro no Assu**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional do Teatro, 1972

_____, Francisco. **O Açú no Roteiro das Glosas**. Natal: Fundação José Augusto, 1983,

_____, Francisco. **Titulados do Assú**. edição comemorativa do 80.º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902 – 1982). Natal, 1982.

AMORIM, Pedro. **O município de Assu**. Imprensa Oficial, 1929.

FAGUNDES, Antônio. **Noções sobre a história e geografia do Município do Assú**. Typ. Jaguaribe, [Aracati], Ceará, 1921.

FILHO, Ezequiel Fonseca. **Poetas e Boêmios do Açú**. 1.ed. Natal: Clima, 1984.

FILHO, Olavo de Medeiros. **Ribeiras do Assu e Mossoró: notas para sua história**. Série “C” – Volume 1360 – julho de 2003. Coleção Mossoreense, 2003.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açú: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú**. 3ª. ed. Ver. Ampliada e anotada pelo autor. São Paulo: IBRASA, 1979.

MONTENEGRO, Maria Eugênia M. **Lembranças e tradições do Açú**. Natal: Gráfica Minimbu, 1978.

OLIVEIRA, Lauro de. **O Açú no Recife**. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

SILVEIRA, Celso da (org.). **Paisagens da Minha terra**. Assú: Editora Nordeste Gráfica, 1990.

SOARES, Antônio. **Lira de Poti**. Imprensa Universitária, 1971.

VASCONCELOS, João Carlos de. **ASSÚ – “Atenas Norte – Riograndense”**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966.

WANDERELY, Ezequiel. **Balões de ensaio**. Typ – Comercial - J.Pinto & C. – Natal: Rio Grande do Norte, 1919. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2009.

_____, Ezequiel. **Poetas do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: co-edição do sebo Vermelho e Editora Clima, 1993.

WANDERLEY, Rômulo Chaves. **A Geografia Potiguar na Sensibilidade dos Poetas**. Coleção Henrique Castriano. Natal, 1962

_____, Rômulo Chaves. **Canção da Terra dos Carnaubais**. Natal: Departamento de Imprensa, 1965.

_____, Rômulo Chaves. **Panorama da poesia Norte-Rio-Grandense**. Rio de Janeiro: edições do Val LTDA, 1965.

- **Documentos e revistas**

AMORIM, Francisco. Um elogio que não foi feito. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, RN. Vol. LXV. LXVI. LXVII, p. 105 – 111. 1973, 1974, 1975.

AMORIM, Pedro. **Relatório lido perante a intendência do Município (1926)**.

ASSU EM REVISTA. Ano 1, nº 1, outubro, 1980.

BRADO CONSERVADOR. (PLAQUETE). Coronel Antônio Soares de Macêdo (1831 – 1917). Folha política, moral e religiosa. Nº. 181, ano 2011.

CALDAS, MARIA Carolina Wanderley. **Anotações**. Assu: 1954. Mimeo.

COLETANEA Literária Assuense. Publicação comemorativa à passagem do 132º aniversário da elevação do Assú à categoria de cidade. Coleção Assuense, nº. 001, 1977.

CORREA SOARES. Pe. Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN**. Natal. Vol. XXXII a XXXIV. 1935 – 1937. Tipografia Santo Antonio, 1940, p. 285.

FAGUNDES, Antônio. A Independência. **A Cidade**. Assú. 7 de setembro de 1922. Nº 360. Ano XXI, s/p.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assu e Augusto Severo**. Edição Fac-Similar da revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26 – 1 Edição – 1929. Coleção Mossoroense. Série C – Vol. DXCV, 1990,

LIVRO DE ATAS – Sessão ordinária com caráter solene. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, Natal, 21 de abril de 1966.

MACEDO, Antonio Soares de. Família Casa Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN**. Natal. Vol. XXXVIII a XL. 1943 - 1946. Tipo Galhardo, 1946.

MELO, Manoel Rodrigues de. Notas sobre o Açú. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN**. Natal. Vol. LXIII – LXIV. 1971 – 1972.

_____, Manoel Rodrigues de. Grupos literários da província. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. VOL (s) – LVI – LVII – LVIII. Anos 1964 – 1965 – 1966. Rio de Janeiro: Editora Potengi, 1971

_____, Manoel Rodrigues de. O movimento modernista no Rio Grande do Norte. In: **Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras**. Ano XIX. Nº 8. Natal, 1970.

MELO, Veríssimo. Saudação à acadêmica Maria Eugênia. **Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras**. Natal, nº. 10. Ano XXI, p. 231 – 246, 1972.

MONTENEGRO, Maria Eugênia Maceira. De Nísia Floresta a Rômulo Wanderley. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**. Natal, nº. 10. Ano XXI, p. 231 – 246, 1972.

_____, Maria Eugênia Maceira. Discurso em homenagem à memória de Carolina Wanderley. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**. Natal, nº. 13. ano: XXV, p. 21 – 30, 1977.

PEREIRA, Nilo. Devotamento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal – RN, Vols. LXXIII - LXXIV, nº ?, p. 19 – 21, anos, 1981 – 1982.

REVISTA DA PROVÍNCIA. Em franco progresso o município do Açú'. Ano 2, nº 2, Natal, novembro de 1951.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Ata de sessão ordinária. Natal. Vol. LII, 1959. Tip. Centro de Imprensa S. A. 1959.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Dr. Pedro Soares de Amorim. Natal. Vol. XI - XII – XIII. 1913 – 1915. Atelier Tipográfico M Victoriano & C. 1915?

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Necrologia: Pedro Soares de Araújo de Amorim. Vol. LIV, Tip. Centro de Imprensa, Natal, 1961, p. 177 – 178.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. O Fogo de 40: notas da história do Assú. Edição especial consagrada ao 1º cincoetenário de fundação do instituto, a 29 de março de 1952. Natal. Vol. XLVIII – XLIX. Tipografia Galhardo, 1952.

REVISTA REBULIÇO. Ano 4 Nº 17 jan/fev/mar/2008. Centro de Escolar de Arte e Cultura do Assu. Mossoró: GL Gráfica Editora, 2008.

SILVEIRA, Celso. **História de Assú**. (Quadrinhos). Natal: GRUPHQ, 1989.

SIQUEIRA, Minervino Wanderley de. Carta a Francisco Amorim. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Op. Cit. 1981 – 1982, p. 117 -118.

SINOPSE estatística do município de Assu. Subsídios para o estudo da evolução política. Alguns resultados estatísticos – 1945. Principais resultados censitários – 1, IX – 1940. Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1948.

WANDERLEY, Rômulo Chaves. Evocando os nossos mortos. **Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras**. Natal, n. 8. p. 76- 83. Ano XIX, 1970.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do Intelectual: o modelo socrático. CROS, Frédéric. (Org.) Philippe Artières... [et al.];. **Foucault: a coragem da verdade**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____- Durval Muniz de. As sombras do tempo: A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. (Org). **História e sensibilidades**. Brasília: Pararelo, 2006, p. 117 - 139.

_____, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. – Recife: Bagaço, 2008,

_____, Durval Muniz de. **Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/zonas_de_encrenca.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2013.

ALBUQUERQUE, Francisca Mirza; CESTARO, Luiz Antônio. Estudo comparativo das áreas de carnaubais no Baixo-Açu nos anos de 1966 a 1988. In: ARANHA, Terezinha de Queiroz. (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assu (1845-1995)**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa. 1995.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1868. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003016.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANBEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliâne; FILHO, Milton Stanczyk. (org.) **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 29 – 40.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A produção do espaço Norte-Rio-Grandense**. Natal, UFRN. Editora Universitária, 1981.

ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. **Manoel Rodrigues de Melo: biobibliografia 1926-1995**. Natal – RN – UFRN: CCSA: DEBIB: Núcleo Temático da Seca, 1995.

ARENDR, Hannah. "O Conceito de História – antigo e moderno" in: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.69-126.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: Introdução à filosofia da linguagem**. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 11, Nº 21, 1998.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura do Brasil**. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963,

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 403 – 429.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 4. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 153 – 160.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880 – 1895)**. Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2002.

CALDAS, Waldenyr. **Iniciação à música popular brasileira**. São Paulo: Àtica, 1989.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; Folha de São de São Paulo, 2003.

_____, Ítalo. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CERTEAU Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007,

_____, Michel de. **A cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobrânszky. – Campinas, SP: Papiros, 1995.

_____, Michel de. **A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer**. 17. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011^a.

_____, Michel de. **História e psicanálise: entre a história e a ficção.** Tradução Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011b

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura.** Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 207 - 232.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Trad. Cláudia Santana. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____, Gilles. **Proust e os signos.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: **Conversações.** Trad. Peter Pál Pelbart. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIAS, Gonçalves. **Canção do exílio.** Acesso. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/proin/versao_1/exilio/index01.html >. Acesso em: 01 fev. 2013.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____, Astor Antônio. Memória e identidade. In: **A cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru – SP: EDUSC, 2002.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. Michel Foucault e a análise de discurso. In: **Discurso e mudança social.** Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re) invenção do lugar: os Rosados e o “país” de Mossoró.** João pessoa, PB: Grafset, 2001.

_____, José Lacerda Alves. **Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica.** Natal, RN: EDUFRN, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. 1976 - Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia. Ditos e escritos – IV. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber.** Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota; Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 175 – 188.

_____, Michel. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____, Michel. **A ordem do discurso**. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____, Michel. O que é um autor. Ditos e escritos – III. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 5ª. ed. – Rio de Janeiro: José Olímpio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1985.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira ... [et al.], (org.). **História da cultura escrita: séculos XIX e XX**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valenice. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINE, Vanice; BARBOSA, Pedro Navarro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. – São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23 – 44.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy (Org.) et al. **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. – Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

GORDON, Mathews. Sobre os significados de cultura. In: **Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p.15 – 70.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HRUBY, Hugo. **O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)**. Revista: história da historiografia, número 02, março, 2009.

KHALED JUNIOR, Salah H. **Horizontes identitários** : a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX [recurso eletrônico] / Salah H. Khaled Jr. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KOSTER, Henry. (1793 – 1820). **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massagana, 2002.

LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LIMA, Elizabeth Cristina Andrade de. **A fábrica dos sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. 2. ed. Campina Grande, EDUEFG, 2008.

_____, Elizabeth Cristina de Andrade. **A festa de São João nos discursos bíblicos e folclórico**. Campina Grande: EDUEFG, 2010.

LINS, Daniel Soares. Como dizer o indizível. In: LINS, Daniel Soares. **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

LUCAS, Maria Regina de Lucena. Vêr, ler e escrever: a imprensa e a construção da imagem do cinema brasileiro na década de 1950. **Revista Brasileira de História** – Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, Vol. 28, nº 55, p. 19-40, jan-jun, 2008.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo Seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MARIZ, Marlene da Silva. **Balanco da historiografia norte-rio-grandense**. In: ANAIS DO I ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN: o ofício do historiador. 2004, Natal. Anais... Natal, RN: EDUFRN, 2006.

MEDEIRO, Maria Lucélia S. de. Lira de Poti. (obra). Disponível em <<http://www.memorialantoniosoaes.xpg.com.br/obra.htm>> . Acesso em: 12 de jan. de 2013.

MEDEIROS, Renato. **Um olhar sobre o patrimônio Histórico-arquitetônico de Assú/RN. Análise com base na percepção dos usuários e no ponto de vista técnico**. Natal, RN, 2006. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 60. Disponível em: <http://btdt.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2008-11-10T045330Z1545/Publico/RenatoM_Capa_ate_pag70.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. **Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional: uma história do discurso (1911 – 1928)**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

MENEZES, Carla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907**. Caderno de História, Natal, V. 3/4, n. 2/1, p. 41-47, jul/dez 1996; jan/jun. 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Balanco da historiografia norte-rio-grandense**. In: ANAIS DO I ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN: o ofício do historiador. 2004, Natal. Anais... Natal, RN: EDUFRN.

MUDROVICIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine?. In: AZEVEDO, Cecilia. [ET. AL.]. **Cultura política, memória e historiografia** - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 3º. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NUNES, Clarice. Letras femininas: missão intelectual de professoras jornalistas na imprensa brasileira. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 163 – 181.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Rocha Pombo: a “invenção” de uma cultura americana no livro didático. p. 283 – 279. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. – São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEIXOTO, Renato Amado. A descrição do contemplador: as corografias e as condições de elaboração da narrativa. **A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS: 2005.

_____, Renato Amado. **Cartografias imaginárias: Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

_____, Renato Amado. **Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX**. Revista de História Regional 15(1): 169-193, Verão, 2010.

PEREIRA, Nilo. **Imagens do Ceará-Mirim**. Natal: Imprensa Universitária, 1969.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINASSI, Maria Orlando. Os Brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856. In: Elide Rugai. RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. – São Paulo: Cortez, 2003.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão: **Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1976-1954)**. Tese de doutorado em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 1997.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720**. São Paulo: Hucetec: EDUSP: FAPESP, 2002.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, p. 2007.

RESENDE, Antônio Paulo. **Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e fora**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896- 1913)**. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2003.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel Soares. **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República**. – Goiânia: Ed. da UFG. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, Roberg Januário dos; BARROS, Lucilvana Ferreira; OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Arquiteto da memória, tecelão de identidade e escritor de histórias: a construção do espaço assuense/ RN a partir da escrita de Francisco Amorim. **Revista de Humanidades**, Fortaleza, v. 27, n. 2, p. 383-395, jul./dez. 2012.

_____, Roberg. Januário dos; BARROS, Lucilvana Ferreira . **As representações identitárias de Assu/RN a partir do discurso feminista de Maria Eugênia (1972)**. In: III Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença (CD/ROM), 2011, João Pessoa/PB, 2011. p. 01-10.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Ágda Priscila da; CUNHA, Débora Quêzia Brito da . **História da historiografia da educação no Rio Grande do Norte (primeiras décadas da República)** Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7). Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2011/paper/view/865/303>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História**. São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol. 22, nº44, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As terras inventadas**: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. – São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

SOUZA, Itamar. **A República Velha no Rio Grande do Norte – 1889 – 1930**. Natal [RN], 1989.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal [RN], 2005.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 1915. p.? Disponível em: <<http://www.psbnacional.org.br/bib/b248.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

VEYNE, Paul Marie. Foucault revoluciona a História. In: VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1982,1992,1995.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. Trad. José Vasco Marques. Lisboa: Gradiva, 1989.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço de Dante à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.